

Homenageados do evento:
Prof. Ms. Luiz Haroldo de Melo e Silva
Prof. Esp. Fernando Pereira de Jesus

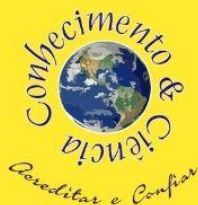
VIII ENCONTRO CIENTÍFICO DO GRUPO PESQUISAS & PUBLICAÇÕES - GPs

Educação | Saúde | Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia

Evento 100% on-line
23, 24 e 25 de setembro de 2022

Organizadores

Ricardo Figueiredo Pinto
Luiz Claudio Acácio Barbosa
Viktória Baía Pinto



Belém - Pará - 2022



CONSELHO CIENTÍFICO**Carlos Alexandre Felício Brito****Divaldo Martins de Souza****Eliana da Silva Coêlho Mendonça****Janaína Santana de Melo****Marcio Venício Cruz de Souza****Marco José Mendonça de Souza**

FICHA CATALOGRÁFICA

VIII Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações. Ricardo Figueiredo Pinto, Luiz Cláudio Acácio Barbosa, Victória Baía Pinto (Organizadores).

Editora Conhecimento & Ciência – Belém – Pará – Brasil Editora Conhecimento & Ciência. Belém – PA, 2022, 408, p.

ISBN: 978-65-86785-52-4

DOI: 10.29327/570564

*O conteúdo dos capítulos é de inteira responsabilidade dos autores

Supervisão e Revisão Final: Ricardo Figueiredo Pinto

Diagramação e Design: Victória Baía Pinto

Capa: Victória Baía Pinto

APRESENTAÇÃO

Neste momento chegamos ao penúltimo evento, Encontro Científico, do ano de 2022 no qual queremos destacar as atividades previstas para este evento, as quais serão de toda certeza muito interessantes.

Teremos ao longo dos três dias aproximadamente 35 horas efetivas de momentos científicos por meio de Palestras, Minicursos, Comunicações orais e Apresentações de Banners.

Teremos ao longo da programação nos três eixos temáticos, Educação, Saúde, e Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia, convidados de alto gabarito e em especial jovens palestrantes bem sucedidos em suas carreiras acadêmicas e profissionais nacionais e internacionais, além de experientes docentes que atuam nos diversos segmentos de ensino e nas áreas dos eixos temáticos do evento.

Desde já queremos agradecer a todos os palestrantes que aceitaram voluntariamente em participar deste evento ao mesmo tempo que estarão contribuindo com a divulgação de suas experiências e pesquisas à comunidade acadêmica e científica que participará deste importante momento do GPs.

Antecipamos a todos os nossos agradecimentos aos convidados e participantes do VIII Encontro Científico do GPs, e já queremos convidar a todos a participarem do nosso evento de novembro próximo, em nível internacional, que já tem confirmado palestrantes representantes de sete países além do Brasil.

ORGANIZAÇÃO

SUMÁRIO

SEÇÃO DE ARTIGOS

O ENSINO HÍBRIDO PARA OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL..... 10
DOI: 10.29327/570564.1-1

Daniel Guilherme Markezani Silva

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

COMPREENDENDO HISTORICAMENTE E FILOSOFICAMENTE OS PRINCÍPIOS E
IDEAIS PROPOSTOS NO ART. 2º DA LDBE..... 31
DOI: 10.29327/570564.1-2

Aníbal Neves da Silva

Ricardo Figueiredo Pinto

A ATUAÇÃO DA EQUIPE DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO À COVID 19: IMPACTOS
QUE AFETAM A POPULAÇÃO NEGRA..... 50
DOI: 10.29327/570564.1-3

Cícero Pereira Batista

LICITAÇÃO PÚBLICA 65
DOI: 10.29327/570564.1-4

Édem Mendes Terra Junior

Ricardo Figueiredo Pinto

CONTEÚDOS TRANSVERSAIS EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA NO
EJA..... 86
DOI: 10.29327/570564.1-5

Cleide Tavares Borges do Couto

Ricardo Figueiredo Pinto

O USO E EFEITOS DA ACUPUNTURA NO TRATAMENTO DO AUTISMO 110
DOI: 10.29327/570564.1-6

Raimundo Hermann Tavares Ampuero

ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM GRUPOS DE CORRIDA DE RUA EM BELÉM:
ASPECTOS MOTIVACIONAIS RELACIONADOS À ADEÇÃO E PERMANÊNCIA NOS
GRUPOS..... 128
DOI: 10.29327/570564.1-7

Dennis Leonardo Rodrigues Pimentel

Gerson Costa dos Santos Filho

Moises Simão Santa Rosa de Sousa

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTE NO CONTEXTO ESCOLAR..... 143
DOI: 10.29327/570564.1-8

Leandro Ribeiro da Silva

Siderley Machado de Oliveira

NUTRIÇÃO ESPORTIVA E RECURSOS ERGOGÊNICOS 159
DOI: 10.29327/570564.1-9

Joseana Moreira Assis Ribeiro

Ricardo Figueiredo Pinto

VULNERABILIDADE: DESDOBRAMENTOS EM EDUCAÇÃO..... 178

DOI: 10.29327/570564.1-10

Roseane Monteiro-Santos

Ricardo Figueiredo Pinto

CÂNCER DE PRÓSTATA..... 200

DOI: 10.29327/570564.1-11

Maria de Belém Ramos Sozinho

Maria Inês Vieira de Oliveira Lima

Ivonete Vieira Pereira Peixoto

Ricardo Figueiredo Pinto

EFEITOS DAS ARTES MARCIAIS NA SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA..... 211

DOI: 10.29327/570564.1-12

Samuel Paiva de Souza

Ricardo Figueiredo Pinto

A RESERVA DE 20% DAS VAGAS AOS NEGROS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO: A EFETIVIDADE DA RESOLUÇÃO 203/2015 A PARTIR DA ANÁLISE DO PERFIL DOS NOVOS OCUPANTES

DOI: 10.29327/570564.1-13

Cícero Pereira Batista

AUMENTO DA POBREZA E DO DESEMPEGO: REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID – 19 NO BRASIL..... 247

DOI: 10.29327/570564.1-14

Cícero Pereira Batista

SEÇÃO DE PROJETOS

O COLÉGIO AMERICANO EM BELÉM (1881-1890): EDUCAÇÃO PROTESTANTE E LAICA NA CAPITAL DO GRÃO-PARÁ..... 262

Alex Seabra Santos

Ricardo Figueiredo Pinto

A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE BACHAREL EM EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A SUA ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO 267

Alice Pequeno de Brito

Ricardo Figueiredo Pinto

EFEITOS DO EXERCÍCIO FÍSICO COMO TRATAMENTO NÃO FARMACOLÓGICO EM ADOLESCENTES COM ANSIEDADE 272

Douglas Alcântara Barbosa

Victória Baia Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE A ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA 278

Julian Oliveira da Rocha

Victória Baia Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

A IMPORTÂNCIA DA DANÇA NO COMBATE À DEPRESSÃO 283

Lidiane Gomes dos Santos

Ricardo Figueiredo Pinto

GINÁSTICA LABORAL E SEUS ASPECTOS EMPREENDEDOR, INOVADOR E
TECNOLÓGICO 287

Roberto Penafort Amorim da Silva

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

SEÇÃO SLIDES.....292

SEÇÃO SLIDES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA.....347

SEÇÃO DE ARTIGOS





O ENSINO HÍBRIDO PARA OS ESTUDANTES COM DEFICIENCIA VISUAL

**Daniel Guilherme Marquezani Silva
Victória Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/570564.1-1

O ENSINO HÍBRIDO PARA OS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

DOI: 10.29327/570564.1-1

Daniel Guilherme Marquezani Silva

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Diante da nova realidade educacional, que envolvem tecnologias de ensino e aprendizagem, o presente artigo buscou apresentar os resultados obtidos de estudos que abordam sobre como os estudantes com deficiência visual foram inseridos nesse novo sistema educacional. A pesquisa propôs-se a analisar artigos que abordassem o perfil sociodemográfico e econômico de estudantes com deficiência visual, métodos utilizados pelos professores que contribuem com a efetividade da aprendizagem dessa população, e também os aspectos positivos e negativos desse novo panorama. Os resultados mostraram que os estudos sobre o assunto ainda são recentes, mas as pesquisas existentes afirmam que a educação a distância contribui com a inclusão educacional desses estudantes, uma vez que proporciona o acesso a uma educação de qualidade e garante aos estudantes os direitos previstos em lei. Os principais desafios são a mediação do professor, sua formação, a acessibilidade dos ambientes virtuais de aprendizagem e o domínio do uso das tecnologias por parte de professores e estudantes.

Palavras-chave: Ensino Híbrido; Estudantes; Deficiência Visual.

ABSTRACT

Faced with the new educational reality, which involves teaching and learning technologies, this article sought to present the results obtained from studies that address how students with visual impairments were inserted into this new educational system. The research proposed to analyze articles that addressed the sociodemographic and economic profile of students with visual impairment, methods used by teachers that contribute to the effectiveness of learning in this population, as well as the positive and negative aspects of this new scenario. The results showed that studies on the subject are still recent, but existing research claims that distance education contributes to the educational inclusion of these students, since it provides access to quality education and guarantees students the rights provided for in law. The main challenges are teacher mediation, training, accessibility of virtual learning environments and mastery of technology use by teachers and students.

Keywords: Blended Learning; students; visual impairment.

RESUMEN

Frente a la nueva realidad educativa, que involucra tecnologías de enseñanza y aprendizaje, este artículo buscó presentar los resultados obtenidos a partir de estudios que abordan cómo los estudiantes con discapacidad visual fueron insertados en este nuevo sistema educativo. La investigación se propuso analizar artículos que abordaran el perfil sociodemográfico y económico de los estudiantes con discapacidad visual, los métodos utilizados por los docentes que contribuyen a la efectividad del aprendizaje en esta población, así como los aspectos positivos y negativos de este nuevo escenario. Los resultados mostraron que los estudios sobre el tema aún son recientes, pero las investigaciones existentes afirman que la educación a distancia contribuye a la inclusión educativa de estos estudiantes, ya que facilita el acceso a una educación de calidad y garantiza a los estudiantes los derechos previstos en la ley. Los principales retos son la

mediación docente, la formación, la accesibilidad de los entornos virtuales de aprendizaje y el dominio del uso de la tecnología por parte de docentes y alumnos.

Palabras llave: Aprendizaje Semipresencial; estudiantes; Discapacidad visual.

INTRODUÇÃO

Há várias definições para os deficientes visuais, a maioria se dá por base do modelo biomédico que é denominado “legal”, conforme Batista (1998). A deficiência visual pode ser de origem hereditária (catarata congênita, glaucoma, albinismo etc) ou adquirida (acidentes, doenças, deficiência de vitamina A, entre outros), podendo nesses casos ser prevenida ou controlada (HARDMAN, DREW, EGAN, 2005). O diagnóstico deve ser realizado por profissional especializado, o oftalmologista, que fará a indicação de auxílios ópticos especiais e orientará o seu uso e adaptação.

A visão subnormal pode ser também definida como perda acentuada da visão, que não foi corrigida por tratamento clínico ou cirúrgico, nem com óculos convencionais, pode ser também qualquer grau de enfraquecimento visual que cause incapacidade funcional e diminua o desempenho visual (CARVALHO, et. al., 1994). Segundo a Organização Mundial de Saúde (2002) é considerado portador de cegueira o indivíduo com acuidade visual desde 3/60 (0,05), no melhor olho e melhor correção óptica possível, até a ausência de percepção de luz, ou correspondente perda de campo visual no melhor olho com a melhor correção possível. A definição de visão subnormal corresponde à acuidade visual igual ou menor do que 6/18 (0,3), mas igual ou maior do que 3/60 (0,05) no melhor olho com a melhor correção possível.

Outro termo importante abordar, é a cegueira, essa designação não é absoluta, pois reúne indivíduos com vários graus de visão residual, a maioria das pessoas com cegueira legal têm alguma percepção de luz e somente 20% são totalmente cegas (HARDMAN, DREW, EGAN, 2005). A cegueira, no entanto, não significa total incapacidade de ver, mas sim prejuízo dessa aptidão a níveis incapacitantes para o exercício de tarefas rotineiras (CONDE, 2002). Pode estar relacionada a patologias oculares que podem levar ao mau funcionamento visual ou ausência da visão (BATISTA, ENUMO, 2000).

Pesquisadores apontam que a falta da visão não tem efeito significativo sobre a habilidade de compreensão da linguagem, ou seja, pessoas cegas não possuem necessariamente deficiências nas funções da linguagem, por outro lado, em algumas crianças com deficiência visual suas primeiras palavras tendem a demorar a aparecer,

mas, ao começarem a produzir palavras, seu vocabulário se expande rapidamente e uma vez adquirida, torna-se fluente (OCHAITA, ROSA, 1995).

Alguns autores apontam para algumas dificuldades dessa população na aprendizagem das habilidades de comunicação por meio de procedimentos utilizados com indivíduos videntes. Muitos dos desempenhos sociais, como, por exemplo, o assentimento com o movimento vertical da cabeça, são aprendidos a partir da observação pelo recurso da visão, isso significa que a população deficiente visual não tem acesso à muitos comportamentos não verbais que estão presentes também nas interações entre as pessoas. Por comunicação não-verbal compreende-se a comunicação com utilização de recursos do próprio corpo, excluindo-se a vocalização (DEL PRETTE, 1999).

As habilidades sociais, para serem mais facilmente avaliadas, são divididas em vários componentes, dentre eles os componentes comportamentais (MAIA, PRETTE, FREITAS, 2008). O Individuals with Disabilities Education Act–Idea, refere-se a Lei Sobre a Educação de Indivíduos com Deficiências nos Estados Unidos, o que contribuiu para o rompimento das barreiras físicas e psicológicas que têm isolado e segregado as crianças e os adultos com deficiências (GARGIULO, 2003).

No panorama mundial, estudos destacam que cerca de 1% da população mundial apresenta algum grau de deficiência visual e mais de 90% destes encontram-se em países em desenvolvimento (SILVA, et. al., 2010). Em relação as prevalências encontradas no Brasil, estudos identificam que 18% da população têm deficiência visual, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma pesquisa realizada em 2010, fato que representa a deficiência visual como a maior de todas no âmbito das deficiências, com a seguinte classificação: 1º Deficiência Visual, 2º Deficiência Auditiva, 3º Deficiência Motora e 4º Mental ou Intelectual (BRASIL, 2012).

Uma vez caracterizada a população com deficiência visual, definido o conceito de cegueira e baixa visual adotado neste estudo, é necessário caracterizar os educandos cegos e com baixa visão, e determinar como se dá o ensino a distância e semipresencial para esses alunos, com o objetivo de detectar de que modo esses estudantes foram inseridos a essa nova realidade educacional.

DESENVOLVIMENTO

O educando com deficiência visual

A Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jontiem, em 1990, pode ser considerada um marco internacional. Diante do alarmante estado de analfabetismo no mundo, grandes debates se concentram nas necessidades básicas de aprendizagem e educação universal para todas as crianças, jovens e adultos, impulsionados pela ação conjunta das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Banco Mundial, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Nesse evento, foi adotada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que promete em seu artigo terceiro: acesso universal à educação e promoção da equidade. Esse mesmo artigo se refere às pessoas com deficiência nos seguintes termos: “É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo” (UNESCO, 1998, p. 4). Esse movimento da educação para todos tem influenciado diretamente as legislações e políticas educacionais brasileiras.

A educação está inserida nos processos históricos, socioeconômicos, políticos e culturais da sociedade, por um longo período da história a educação não foi entendida e formulada para o atendimento dos estudantes com deficiência, isso porque esses eram vistos por dois lados, por um lado da caridade e por outro lado pela rejeição porque estavam no pecado (GARCIA, BRAZ, 2020). Esse preconceito fazia com que o deficiente fosse facilmente encaminhado a asilos e abrigos, locais onde alimentação e moradia eram oferecidas de acordo com as exigências religiosas, pois, a partir da expansão do cristianismo, as pessoas com deficiência não eram mais abandonadas e dessa forma surgiram os atendimentos assistenciais, dentro de igrejas ou asilos (MASINI, 1994), nesse sentido, eram afastados do processo tradicional comum da educação da época, além da associação negativa aos olhos da sociedade que resultam na exclusão, aversão e criando a cultura da discriminação (MOSQUERA, 2010).

Com o passar do período imperial, o cenário foi modificando-se e o movimento Escola Nova trouxe consigo o objetivo da renovação do Ensino, tendo como premissa a autonomia e a liberdade de cada criança, defendendo a universalização do Ensino (GARCIA, BRAZ, 2020). Dessa forma, os recursos didáticos começaram a ser adaptados no Brasil, em 1946, quando os livros em braile foram impressos, proporcionando condições de estudo mais adequadas. Em 1950 a primeira turma de braile foi inaugurada em São Paulo, em uma escola de ensino regular, e dessa forma, aos poucos, foram

surgindo campanhas que objetivavam ampliar o atendimento para os deficientes visuais no território nacional, de forma a fornecer subsídios técnicos e financeiros, incentivando as organizações de cursos especiais e proporcionando a fundação de entidades educacionais (ANACHE, 1994).

No Brasil, a importância da Constituição Federal de 1988, Artigo 208 estabelece que é dever do Estado a efetivação das medidas que garantam o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, em toda e qualquer escola. A compreensão do perfil e dos aspectos institucionais e acadêmicos que envolvem os estudantes cegos no ensino superior se mostra importante pois permite refletir sobre a efetividade das políticas afirmativas já existentes e assim podem subsidiar ações mais assertivas em relação ao atendimento especializado desse público (OLIVEIRA, et. al., 2021).

Microdados do Censo escolar (2017) verifica-se que havia um total de 35 matrículas de estudantes com deficiência visual, sendo que 5 foram identificados sendo de alunos com cegueira e 30 com baixa visão. Outro artigo descreve ainda o perfil sociodemográfico de alunos universitários com cegueira total, com o objetivo de traçar um panorama da inclusão de cegos no ensino superior público e privado. Os estudantes cegos estão distribuídos em 462 Instituições de Ensino Superior (IES) em todo o Brasil, 60,9% dos estudantes cegos estudam em Universidades; 22,3% em Centro Universitários; 13,6% em Faculdades e 3,3% em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ou Centro Federal de Educação Tecnológica (TEIXEIRA, et. al., 2022).

A distribuição desses estudantes nas regiões do Brasil está dividida conforme os dados do Censo, dos estudantes cegos matriculados no ensino superior em 2018 (2.537), a maioria se encontra em IES da Região Sudeste, um total de 1.202 estudantes (47,4%), principalmente no Estado de São Paulo, com 738, que representa 29,1%, entre as demais unidades federativas. O segundo Estado com maior número de estudantes cegos no ensino superior é o Rio de Janeiro, com 237 (9,3%), seguido de Minas Gerais, com 198 (7,8%) (Inep, 2019). Em relação a distribuição das matrículas desses estudantes nas demais regiões do país, 566 (22,3%) estavam concentradas na Região Nordeste; 425 (16,8%) na Região Sul; 175 (6,9%) na Região Centro-Oeste e 168 (6,6%) na Região Norte.

Com relação à organização acadêmica das IES, 60,9% dos estudantes cegos estudam em Universidades; 22,3% em Centro Universitários; 13,6% em Faculdades e 3,3% em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia ou Centro Federal de

Educação Tecnológica (TEIXEIRA, et. al., 2022). Os cursos de graduação mais frequentados por estes estudantes são: Direito (324); Pedagogia (227); Administração (158) e Psicologia (137). Ao fazer uma relação com o ensino superior como um todo no país, destaca-se que os cursos de Direito, Pedagogia e Administração são os que apresentam o maior número de ingressantes e concluintes, tendência que tem se mantido nos últimos dez anos (INEP, 2019). Ao analisar os cursos por grandes áreas de conhecimento, destacam-se as que mais abarcam estudantes cegos: Negócios, administração e direito (805); Educação (598); Saúde e bem-estar (294) e Engenharia, produção e construção (265). As áreas de conhecimento menos acessadas por estudantes cegos correspondem a Programas Básicos (8); Ciências naturais, matemática e estatística (31) e Serviços (39).

Nesse mesmo estudo, sobre estudantes cegos universitários constatou-se que 55% (1.396 alunos) são do sexo masculino e 45% (1.141) do sexo feminino. Na rede pública, a presença masculina é ainda maior que na privada (58,5% e 41,5%, respectivamente) (TEIXEIRA, et. al., 2022). Além disso, dos estudantes cegos matriculados 41,1% são beneficiados com algum programa de apoio financeiro, sendo 15,4% com alguma modalidade de apoio social e 25,7% com alguma modalidade de financiamento estudantil. No caso das IES privadas, o financiamento estudantil ocorre na modalidade reembolsável, como é o caso do FIES, e não reembolsável, como é o ProUni. O FIES foi criado em 2001, com o objetivo de financiar estudantes de graduação no pagamento das mensalidades em IES privadas em até 100%, tendo um prazo de carência para o início do pagamento, após o término do curso, mediante condições e regras estabelecidas pelo MEC (BRASIL, 2001).

Um aspecto importante, e que é o objeto de análise deste estudo é quanto a modalidade, foi percebido que 85,7% (1.370 alunos) dos estudantes cegos na faixa etária entre 16 e 30 anos, utilizam-se da modalidade presencial, a partir dos 31 anos, apesar da predominância do ensino presencial, esse percentual cai para 58,9%, dessa forma, nota-se que a modalidade presencial e a EAD possuem públicos diferentes. Ou seja, enquanto os mais jovens buscam o ensino presencial, a modalidade EAD atrai o público com mais idade, confirmando assim os dados do ensino superior como um todo, no qual cerca de 83,5% dos cursos presenciais públicos e 77,3% dos cursos presenciais privados são frequentados por estudantes com idades entre 18 e 29 anos (SEMESP, 2020).

Outro estudo constatou que a rede municipal de ensino apresentou o maior quantitativo desses registros (24 discentes com deficiência visual), seguida pela rede estadual de ensino que registrou 10 matrículas. Já os menores percentuais foram encontrados na rede federal de ensino (1 estudante cego). Quanto à rede privada, não houve registros de estudantes com essas características no Censo Escolar de 2017 (CORDEIRO, FILHO, GARCIA, 2018).

Oliveira et. al. (2017) verificou o perfil sociodemográfico de pessoas com baixa visão e cegueira, em relação a formação profissional, verificou-se que 50% dos indivíduos com baixa visão e 52,9% com cegueira são aposentados, e o nível de escolaridade para ambos os grupos foi de 8 anos ou mais de estudo, sendo 75% para o grupo baixa visão e de 58,8% para o grupo de cegos. Em relação ao estado de saúde, 31,2% dos participantes de baixa visão apresentaram retinose pigmentar, e os participantes com cegueira apresentaram glaucoma. O estudo também contou com os acessos aos serviços de saúde, constatou-se que houve predomínio da utilização do Sistema Único de Saúde (SUS), porém metade das pessoas com cegueira possuem acesso a convênio médico enquanto as pessoas com baixa visão, em grande maioria, estão no serviço público de saúde (OLIVEIRA, et. al., 2017).

O ensino híbrido para pessoa com deficiência visual

A sociedade interligada pela tecnologia digital é resultado de um desenvolvimento de softwares e tecnologias que atendem a expansão do mercado mundial (FURLAN; VIEIRA, 2013) em meio a isso, com a pandemia do Covid-19 surgiu ainda mais a necessidade da usabilidade dessas ferramentas na educação. A educação a distância (EaD) surge para acompanhar essa demanda, pois caracteriza-se como uma modalidade de ensino não presencial que transmite o conhecimento sem a presença física de professores e alunos, com a interação possibilitada pelo uso das tecnologias de comunicação e informação (TICs). Nessa modalidade, o Ensino Superior pode chegar a lugares aonde o acesso presencial é difícil, o que democratiza e interioriza a oferta desse nível de ensino superior no Brasil.

Outra modalidade de ensino que vem se expandindo a cada dia é a Educação Especial. Conforme Januzzi (1992), no Brasil, a iniciativa de oferecimento desse ensino ocorreu por parte das instituições particulares e oficiais, e os primeiros atendimentos aconteceram no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, a partir do século XIX. A

necessidade de se estabelecer uma política que amparasse esses indivíduos apenas foi alcançada com as leis criadas no país com a meta de assegurar a educação para todos. As discussões acerca desse assunto começaram no final do século XVIII e início do século XIX por meio dos movimentos sociais. Até então, a educação do deficiente se concentrava basicamente no ensino de trabalhos “manuais aos mesmos, na tentativa de garantir-lhes meios de subsistência e assim isentar o Estado de uma futura dependência desses cidadãos” (ZANFELICI, 2008, p. 2).

Furlan e Vieira (2013) sustentam que a partir do século XX, observa-se um empenho em tornar a educação dos deficientes em algo que realmente desenvolva os conteúdos ministrados no ensino regular, deixando de ensinar apenas artesanatos ou quaisquer outras atividades consideradas fáceis. As instituições de ensino devem buscar ensinar os conteúdos científicos para seu alunado com deficiência, considerando que se forem respeitadas as suas especificidades, eles serão capazes de aprender.

Abordar sobre as questões de ensino para a pessoa com deficiência visual requer citar também a Resolução CNE/CEB nº 04 de 2009 que trata das diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, em seu Artigo 2, é determinado as funções como meio complementar da formação do aluno, através da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e de estratégias que eliminem as barreiras de participação plena para a sociedade e para o desenvolvimento de sua aprendizagem.

Em 17 de novembro de 2011, o Decreto nº 7611 determinou pontos relevantes voltados para a Educação Especial, baseados no atendimento especializado, visando à integração e à universalização do Ensino para todos, respeitando também as limitações de cada um, garantindo adaptações no Ensino e proporcionando ofertas de vagas no Ensino regular (GARCIA, BRAZ, 2020).

O direito das pessoas com deficiência às matrículas, em classes comuns de ensino é amparado pelo artigo 205 da Constituição Federal, onde prevê “a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação de trabalho”.

A Carta Magna, no artigo 208, garante também a essas pessoas o direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) que, segundo o Inep (2018), é definido como:

[...] um serviço da educação especial que organiza atividades com recursos pedagógicos e de acessibilidade, de forma complementar ou suplementar à escolarização dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular, com o objetivo de garantir condições de acesso, participação e aprendizagem. Esse serviço, instituído pelo projeto político-pedagógico da escola, é realizado prioritariamente na sala de recursos multifuncionais, individualmente ou em pequenos grupos, em horário distinto ao da escolarização em sala de aula comum (INEP, 2018, p. 42).

Dessa forma, para que a administração pública direcione investimentos com o objetivo de implantação de salas de recursos, aquisição de equipamentos e contratação de profissionais especializados é necessário conhecer a demanda do público que será atendido.

Se tratando dos investimentos direcionados, de acordo com a pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Geema), em 2012, havia apenas quatro IES que já possuíam alguma modalidade de ação afirmativa para o acesso de pessoas com deficiência (FERES, et. al., 2013).

Abordar sobre o ensino híbrido para as pessoas com deficiência visual é explanar as questões que se inserem nessa perspectiva, Garcia e Braz (2020) abordam que lutar pela escola inclusiva é parte do combate às discriminações ainda existentes na sociedade, mesmo que todos sejam assegurados por lei.

Nesse tocante, Batista et. al. (2014) aborda que os dados do Complexo Municipal de Educação Especial (CMEE) indicam que somente no município de Manaus a prevalência de pessoas com deficiência visual fora da escola é de 70%, dessa forma, os estudantes com acesso escolar não são contemplados pelos recursos adaptados e fundamentais para o processo de ensino e de aprendizagem. Anache (2013, p. 95) aponta que:

Mesmo aqueles estudantes com deficiência que apresentam uma condição social e econômica mais favorável possuíam dificuldades no seu processo de escolarização, justificadas pelas precárias condições de acessibilidade físicas e curriculares, agravadas pelas atitudes discriminatórias presentes nas escolas públicas e privadas deste país (Anache, 2013, p. 95).

A partir desses dados, é possível observar que mesmo com diferentes graus socioeconômicos, as pessoas com deficiência visual têm certa dificuldade a uma educação de qualidade, nesse sentido, a importância de criar e efetivar as políticas públicas de ensino se torna urgente. Também é perceptível a necessidade de criar estratégias para uma intervenção precoce com base no desenvolvimento e na capacitação da criança, para que na fase adulta não venha a sofrer pela falta de preparo da família e da escola. Logo, uma

escola inclusiva é aquela que busca evitar a exclusão, a repetência e a evasão, fatores que asseguram outros processos.

Garcia e Braz (2020) reiteram que:

Para a manutenção da escola inclusiva, são imprescindíveis mudanças na infraestrutura, propiciando um espaço adequado. Nesse caso, realçamos a exigência de se modificar o ambiente da sala de aula e a escola como um todo, desde a remoção de obstáculos até a utilização do piso tátil, melhorando a acessibilidade para que as crianças possam participar ativamente da vida escolar (GARCIA, BRAZ, 2020, p. 632).

O aluno deficiente visual encontra diversas dificuldades para desenvolver suas ações de aprendizagem, mas isso não significa que não seja capaz de aprender, porém, a maior dificuldade está no acesso às informações, pois esse aluno depende de terceiro para mediar a sua formação (FURLAN; VIEIRA, 2013).

A sociedade afirma ser inclusiva, mas nem sempre a acessibilidade e a cooperação entre as pessoas são observadas satisfatoriamente para atender as particularidades das pessoas com deficiência. Nesse contexto, destacam-se as oportunidades oferecidas a esses alunos pela educação a distância, pois facilita o processo de aprendizagem e contribui para sua formação profissional. (FURLAN; VIEIRA, 2013).

A pessoa com deficiência visual é capaz de aprender como qualquer outra; ela precisa, entretanto, de propostas pedagógicas que considerem suas especificidades. Aos poucos, como aconteceu com as outras deficiências na história da educação especial, a deficiência visual foi alcançando espaço e respeito. Sabe-se que esse processo ainda é demorado, pois ainda há descaso na educação de todos, seja destinada a indivíduos com necessidades educativas especiais ou não (FURLAN; VIEIRA, 2013).

A mediação adequada não se conquista em pouco tempo. É consequência do processo de formação e trabalho desenvolvido pelo professor em questão. A mediação é um aspecto a ser planejado e repensado quantas vezes forem necessárias a fim de ajudar os alunos.

Nuernberg (2006, p. 304) ressalta que:

[...] cumpre ainda ressaltar que o objetivo da educação de pessoas com deficiência visual deve ser o mesmo de pessoas videntes. A despeito de conquistarem esse objetivo por vias alternativas, em razão de suas necessidades educativas específicas – como é o caso da aprendizagem da simbologia Braille para aquisição da escrita e da leitura –, cabe oferecer aos educandos cegos as mesmas oportunidades e exigências que são proporcionadas ou feitas aos demais alunos. Para tanto, valorizar suas experiências táteis, auditivas e cinestésicas é tão importante quanto proporcionar intervenções que favoreçam a formação de conceitos por meio

dos processos de significação, promovendo assim o desenvolvimento das funções psicológicas superiores.

O processo de ensino e aprendizagem para a pessoa com deficiência visual é diferente quando tratamos dos sentidos, pois, segundo Garcia e Braz (2020) “ela irá interpretar e internalizar o mundo à sua volta por meio do tato, olfato e audição”, dessa forma, é importante que as salas de aula sejam adaptadas para essa realidade.

Contudo, ao escolher um modelo de ensino que utilizem ferramentas tecnológicas ou não, é preciso atentar-se para os alunos com Necessidades Educativas Específicas (NEE), de forma que se faça adaptações para a sua inclusão e permanência a partir do uso das Tecnologias Assistivas.

Para Rezende (2005), a tecnologia é um dos meios mais eficazes para integrar pessoas com determinadas limitações à sociedade. Em especial, é tratado o tema tecnologias assistivas, que tem como objetivo potencializar as habilidades de pessoas que possuem algum tipo de limitação, física ou sensorial. É considerada tecnologia assistiva qualquer aparato ou ferramenta tecnológica com a qual o indivíduo pode interagir. Essa ferramenta pode ser um hardware, um software ou mesmo um instrumento desenvolvido em casa, com o objetivo de facilitar a vida do limitado.

Segundo Hogetop e Santarosa (apud Rezende, 2005, p.30), as ferramentas adaptativas são todos os instrumentos que proporcionam, de alguma forma, um bem estar, uma melhor qualidade de vida, incluindo-os na vida social ou mesmo devolvendo-lhes algumas de suas funções motoras perdidas. (HOGETOP e SANTAROSA, 2002, p. 24, apud REZENDE, A.L.A., 2005).

Para Burci e Costa (2018) uso da tecnologia assistiva terá resultados positivos na aprendizagem dos estudantes quando o professor entender as especificidades que precisam ser consideradas no processo de mediação e planejamento das disciplinas. A tecnologia não é responsável pela aprendizagem, é um recurso de aprendizagem que garante as mesmas condições de acesso e equidade entre os estudantes, por isso o professor precisa ter consciência da importância de sua atuação nesse processo e o estudante, dominar o uso dessa tecnologia.

Para Santos (XXXX) a introdução das tecnologias assistivas no ambiente educacional é de extrema importância, principalmente quando se tem como objetivo a

democratização da informação e a redução de barreiras de acesso ao conhecimento aos portadores de deficiência visual.

Com a pandemia, potencializou-se o modelo de ensino virtual, no qual destacamos o Ensino Híbrido, que é uma combinação entre a sala de aula tradicional e a inovação disruptiva (CHRISTENSEN; HORN; STAKER, 2013). O Ensino Híbrido possibilita que os estudantes aprendam online, ao mesmo tempo, com auxílio do professor.

As tecnologias podem ser utilizadas de diversas formas, Marciel, Grützmann e Meggiolaro (2021) exemplificam o uso do estudante com deficiência visual, que pode enviar um podcast/áudio, desmistificando a ideia de que as Tecnologias Assistivas são exclusivas, caras e específicas.

Em compensação, Santos e Fernandes (2019) observaram que quando o assunto é ambiente virtual de aprendizagem, um fator de suma importância que não pode ser desprezado é a acessibilidade. Sobre esse aspecto, suas investigações apontaram que a maioria dos sites disponíveis na rede mundial de computadores não possui adaptações para atender as necessidades dos usuários com limitações sensoriais. Tornar a web acessível significa disponibilizar diversos conteúdos de forma flexível a grupos de usuários heterogêneos. Um site só pode ser considerado eficaz a partir do instante em que qualquer pessoa possa ter acesso ao seu conteúdo com a mesma eficácia (SANTOS; FERNANDES, 2019).

Furlan e Vieira (2013) explicam que no que se refere a pessoa com deficiência visual, deveriam ser utilizados recursos auditivos e táteis, a fim de atender suas necessidades educacionais de ensino e aprendizagem, ou seja, a utilização de recursos que venham ao encontro da inclusão e do respeito é além de uma forma consciente de inserir os deficientes, mas também é um dever garantido por lei. O compromisso do Estado é providenciar condições para que tais alunos possam frequentar a rede regular de ensino de forma que os mesmos tenham nível adequado de aprendizagem, programas e sistemas educacionais que atendam às especificidades, centros educacionais centrados neles, escolas regulares que possuam orientações inclusivas, de forma que a sociedade com o tempo adote a prática inclusiva em todos os seus segmentos.

Dessa forma, o desenvolvimento educacional dos alunos com deficiência visual, independentemente do nível escolar, tem como consequência a mediação pelos

profissionais da educação, por meio de estratégias, recursos pedagógicos e didáticos que irão proporcionar a estes alunos.

Um grande estudioso sobre a aprendizagem da criança deficiente foi Vygotsky. Nuernberg (2006) destaca que Vygotsky faz uma crítica ao processo educacional e social vivenciado em sua época, dividindo a deficiência em duas, uma denominada deficiência primária e a outra deficiência secundária. A primária refere-se às limitações que a deficiência em si causa; a secundária é a deficiência que a sociedade cria e elabora a cada dia, excluindo as pessoas com alguma deficiência do convívio social.

Vygotsky afirma que a mediação é um instrumento fundamental para que os alunos alcancem a aprendizagem. Para isso ser possível, é necessário que esta mediação seja desenvolvida a partir das necessidades individuais de cada aluno. Nesse âmbito, a aprendizagem do deficiente visual é possível desde que sejam atendidas suas necessidades de aprendizagem; as tecnologias têm contribuído nesse processo principalmente por apresentarem recursos sonoros e táteis. Em função disso, apresentar-se-á, em seguida, como a EAD contribui nesse processo de ensino-aprendizagem da pessoa deficiente visual (FURLAN; VIEIRA, 2013).

Schlunzen (2005) ressalta o quanto a tecnologia contribui para o processo educacional dos alunos e, no caso de alunos com alguma deficiência, essa mesma tecnologia seria um meio/recurso que poderia transformar a vida dessas pessoas para melhor.

Outro estudo aborda que no mercado existe alguns “leitores de tela” que são dispositivos que facilitam a aprendizagem de pessoas cegas de baixa visão. Vale a pena que os professores da rede básica de ensino disponibilizem textos para os alunos, mesmo que não estejam em Braille, pois, através de programas como Jaws, Virtual Vision, NVDA e Dosvox, os alunos conseguem ler textos escritos sem ser em Braille, desde que esses textos estejam em formatos que sejam reconhecidos pelos leitores de tela (LIMA, 2020).

Lima (2020) aborda que, assim como nas audiodescrições, descrições são boas alternativas para professores de alunos cegos. Criar descrições de imagens e vídeos em textos escritos pode fazer toda a diferença no entendimento de uma atividade para um aluno cego ou com baixa visão. Cabe ao professor ter a sensibilidade de adaptar materiais ou até mesmo ter um contato mais direto com o aluno com deficiência via WhatsApp, a

fim de mandar áudios que descrevam tudo que for apenas acessado através do sentido da visão. Vale a pena pensar em criações de vídeos, porém prestando atenção às possíveis audiodescrições que precisem ser feitas. Salienta-se que o professor não precisa fazer nada muito profissional, apenas descrever partes importantes que estão nas imagens e vídeos (LIMA, 2020).

Outra metodologia sugerida por Furlan e Vieira (2013) para o professor é que este converse com seu aluno sobre os materiais e recursos tecnológicos que ele domina, para facilitar o planejamento do curso e o direcionamento das atividades. É fundamental disponibilizar ao longo das aulas materiais didáticos adaptados as suas necessidades.

Para Rodrigues e Barni (2009) há outros recursos metodológicos que podem contribuir para o processo de aprendizagem, são eles:

Material pedagógico ampliado ou em relevo; impressão em Braille, lupas, teclados especiais, software com acessibilidade. Recebem todo o material didático e livros em CD digital, com os quais realizam a leitura com a ajuda do Software Jaws e DOSVox. Os alunos também utilizam o ambiente virtual de aprendizagem (AVA), é um recurso tecnológico que permite a interação entre professores e alunos em diferentes localidades, e de maneira síncrona e assíncrona. Dentre os mais utilizados atualmente pode-se citar o Moodle, o Claroline, o Solar, o TelEduc.

Já Burci (2016) destaca os principais recursos de tecnologia assistiva desenvolvidos para pessoas com deficiência visual. No caso dos cegos, os mais comuns são os leitores de tela e sintetizadores de voz, e para pessoas com baixa visão, os ampliadores de tela. Mas também existe o Sistema Braille, a impressora Braille, o display Braille, o audiolivro, soroban, scanner, máquina de datilografia, o microcomputador, entre outros recursos que facilitam a vida desses cidadãos.

O professor deve ser capaz de mediar o processo de aprendizagem de forma que o aluno seja autônomo para estudar e não dependente de uma terceira pessoa para ajudar a desenvolver as atividades solicitadas. Ao utilizar recursos audiovisuais, de acordo com Rodrigues e Barni (2009, p. 7), o professor “deve descrever as imagens de modo que tenham significado e sentido para o aluno com deficiência visual ou com visão reduzida, contribuindo para a compreensão do conteúdo trabalhado, buscando, assim, garantir os objetivos propostos”.

Quando se trata sobre as competências e habilidades do professor em subsidiar o processo formativo do aluno com deficiência visual, estudos Masini, Chagas e Covre

(2006) concluem que uma das dificuldades identificadas é a falta de formação do professor, que interfere diretamente na mediação.

O processo de mediação deve desenvolver potencialidades e autonomia no aluno para que este encontre estratégias de aprendizagem favoráveis às suas especificidades. Na relação entre professor-aluno e aluno-professor, o objetivo maior é facilitar o processo de aprendizagem do aluno com deficiência visual em todos os aspectos educacionais.

Rabello (2007) sustenta que o professor pode utilizar as tecnologias como um recurso motivador, especialmente no caso dos estudantes com deficiência visual, pois estes se sentem mais seguros e autônomos quando não dependem de outras pessoas para estudar. Gomes e Sampaio (2014) acreditam que as tecnologias são instrumentos facilitadores que permitem a construção de novos conhecimentos e são fundamentais para a diminuição de barreiras.

Outra alternativa que se estabeleceu no estado do Ceará por exemplo é que o Instituto dos Cegos do Ceará está oferecendo aulas a distância pelo celular, os pais auxiliam nas videochamadas e conteúdos de áudios mandados pelos professores através do aplicativo WhatsApp. Apesar da dificuldade de adaptação inicial, a coordenadora do pedagógica comenta sobre o sucesso após o processo de adaptação às plataformas digitais, pois são métodos que oferecem aulas, serviços para a saúde psicológica e física dos alunos. Durante a pandemia do Covid-19, as aulas a distância ficaram ainda mais necessárias, visto que alguns alunos possuem sistema imunológico debilitado, fortalecendo ainda mais a ausência dessa população nas aulas presenciais (LIMA, 2020).

Outro aspecto importante é que, mesmo que o professor se empenhe em criar espaços que permitem o acesso igualitário e efetivo ao aluno com deficiência visual no ensino a distância, é importante também ressaltar a responsabilidade do aluno em sua própria educação. Lima (2020) afirma que a dificuldade do aluno em manter-se atento a sua própria educação no ensino a distância ocorre pois para muitos, os celulares e computadores são associados a momentos de lazer, fazendo com que a tarefa do professor seja ainda mais desafiadora.

Já é difícil saber se os alunos cegos estão seguindo a linha de raciocínio em aulas presenciais, onde é possível ver a linguagem corporal de cada um deles, em um contexto de aulas virtuais, esta tarefa de percepção torna-se ainda maior, pois, em alguns casos, não são feitas videoconferências (LIMA, 2020, p. 24).

Nóvoa (2020) enfatiza o período anormal que o ser humano está vivendo, e aborda sobre a importância de dar atenção a educação da população mais pobre, pois a população com maior poder aquisitivo continuará tendo acesso a livros e outras formas de acesso a conhecimento, em contrapartida, a população mais carente precisa de apoio e não pode ser abandonada. Lima (2020) conclui ainda que a imaginação e a criatividade dos professores precisam vir à tona para que nenhum aluno seja deixado para trás no processo de aprendizagem. Ele ainda afirma que seria um erro achar que o futuro da educação é a educação a distância, pois o COVID-19 é passageiro e as salas de aulas físicas são de extrema importância para a formação de todos os alunos.

Para Hodges (2020), “a verdade é que nenhum(a) profissional que fizer a transição para o ensino online nessas circunstâncias, às pressas, poderá tirar o máximo proveito dos recursos e possibilidades do formato online.” Entender que este momento está sendo difícil tanto para alunos, quanto para professores, é primordial para que todos consigam sair mentalmente saudáveis desta quarentena quase infinita. A educação não pode parar e negligenciar o ensino de pessoas com deficiências acarretará em ainda mais problemas nas vidas delas no futuro, problemas estes que podem ser evitados hoje, agora, com a cooperação de todos os envolvidos na educação brasileira.

Dentre as plataformas digitais de videochamadas, no estudo de Lima (2020) o WhatsApp se mostrou mais eficiente, contribuindo para a comunicação de alunos e professores, o Google Class também foi mencionado como ferramenta de compartilhamento de atividades e agrupamento de notas dos alunos. O autor afirma que “em tempos de aulas virtuais, é uma ferramenta que ajuda bastante na organização dos professores e alunos, pois permite a separação de aulas por matérias” (LIMA, 2020, p. 45).

Outra forma de estimular os alunos com baixa visão e os cegos, Lima (2020) sugere ainda que, como vários estímulos táteis, olfativos e gustativos foram restringidos, os professores poderiam ainda pensar em usar da sua aula um momento em que os alunos com deficiência visual pudessem experimentar sons.

De acordo com os artigos mapeados por Burci e Costa (2018), notou-se que as dificuldades do processo educacional estão relacionadas à falta de atendimento direcionado às especificidades dos estudantes com deficiência visual, que acontece por falta de uma mediação direcionada, que pode estar relacionada à formação inadequada dos profissionais envolvidos nesse processo educacional. Relatam ainda que problema da

acessibilidade pode ser superado, em parte, pelo comprometimento e mediação dos professores.

Burci (2016) no seu ensaio, na última categoria do estudo, denominada ‘efetivação da inclusão educacional’, reitera que a tecnologia é um recurso que possibilita a inclusão, mas para que sua efetivação seja realidade é fundamental escolher softwares adequados a cada ambiente virtual de aprendizagem. Diante das experiências já realizadas nas instituições de ensino superior, e que foram abordadas nos artigos analisados, os softwares que se destacaram foram Jaws, Virtual Vision e Dosvox. Os estudantes cegos que participaram de um dos cursos na modalidade a distância conseguiram desenvolver uma das atividades que realizaram no ambiente virtual de aprendizagem com suas turmas de estudantes nas escolas em que lecionavam, demonstrando assim que o que aprenderam e o que experimentaram foram elementos fundamentais para sua formação acadêmica e sua atuação profissional.

CONCLUSÃO

Diante dos resultados apresentados nesta seção, percebe-se que o processo de inclusão de pessoas com deficiência visual é um tema de discussão recente na educação. A inclusão educacional dessas pessoas no Brasil se deve a leis promulgadas. Mudar a mentalidade dos cidadãos é um processo lento, pois entendemos que a sociedade está se transformando, deixando de lado conceitos baseados na integração social e aqueles voltados à inclusão social. Inclusão é modificar o meio para que todos tenham as mesmas possibilidades.

A educação a distância ou semipresencial por meio do uso de tecnologias digitais de informação e comunicação é uma possibilidade para alunos com deficiência visual que buscam uma educação de qualidade, principalmente porque pessoas cegas ou com baixa visão utilizam tecnologias assistivas que podem ser integradas em ambientes virtuais de aprendizagem. As tecnologias contribuem para o desenvolvimento da sociedade e é importante utilizá-las na educação para promover a inclusão. Mas, para que isso aconteça, a aprendizagem de novas tecnologias deve estar inserida na necessidade de formação contínua e de qualidade dos professores, pois os desafios educacionais são variados e a inclusão de pessoas com deficiência no sistema educacional tem sido apontada como um dos maiores.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, C. G. & ENUMO, J. R. F. (2000). Desenvolvimento humano e impedimentos de origem orgânica: O caso da deficiência visual. Em: H. A. Novo & M. C. Menandro (Orgs). Olhares diversos: Estudando o desenvolvimento humano (pp. 157-174). Vitória: Editora Arte Visual.
- BATISTA, C. E. (1998). Crianças com deficiência visual – como favorecer sua escolarização? *Temas em Psicologia*, 2, 217-229.
- BRASIL. Lei n. 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, Seção 1. p. 2-3, 13 jul. 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.128, Art. 1º, de 24 de dezembro de 2008 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; [citado 2012 Nov 27]. Disponível em: www.bvsmms.saude.gov.br
- BURCI, T. V. L. (2016). O processo da inclusão de pessoas com deficiência visual na educação superior a distância no Brasil (Dissertação de Mestrado). Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- BURCI, T. V. L. COSTA, M. L. F. Inclusão de pessoas com deficiência visual na educação a distância. *Acta Scientiarum. Education*, v. 40(2), e32212, 2018.
- CHRISTENSEN, C. M.; HORN, M. B.; STAKER, H. Ensino Híbrido: uma Inovação Disruptiva? Uma introdução à teoria dos híbridos. 2013.
- CONDE, A. J. M. (2002). Definindo a cegueira e a visão subnormal. Disponível em: www.ibcnet.org.br. Acesso em ago de 2022.
- CORDEIRO, T. S. FILHO, D. M. S. GARCIA, E. S. A escolarização de pessoas com deficiência visual: relatos de um estudante universitário. In III Congresso de Educação do GPAN. II Semana Integrada Graduação e Pós-Graduação. 2018.
- DEL PRETTE, Z. A. P. DEL PRETTE, A. (1999). *Psicologia das Habilidades Sociais: Teoria e Educação*. Petrópolis: Editora Vozes.
- GARCIA, F. M. BRAZ, A. T. A. M. Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 622-641, jul./set. 2020.
- GARGIULO, R. M. (2003). *Special education in Contemporary society - An introduction to exceptionality*. Belmont: Wadsworth/Thommson.
- HARDMAN, M. L.; DREW, C. J. EGAN, M. W. (2005). *Exceptionally: school, community, and family* (8ª ed). Boston: Allyn and Bacon.
- INEP. Censo Escolar da Educação Básica. *Caderno de Instruções do Censo Escolar*. Brasília, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse Estatística da Educação Superior 2018. Brasília. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 11 agosto 2022.

INSTITUTO SEMESP (SEMESP). Mapa do Ensino Superior no Brasil. Brasília. 2020. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/edicao-10/>. Acesso em: 11 ago. 2022.

LIMA, R. P. A. A aprendizagem de língua inglesa de alunos cegos e com baixa visão em um contexto de pandemia / Rodrigo Pozzobon de Albuquerque Lima. - João Pessoa, 2020.

MACIEL, C. M. GRÜTZMANN, T. P. MEGGIOLARO, G. P. SALA DE AULA EMERGENTE E O CONTEXTO DA INCLUSÃO ATRAVÉS DO ENSINO HÍBRIDO. In: Encontro Gaúcho de Educação Matemática. 2021.

MAIA, J. M. D. PRETTEM A. D. FREITAS, L. C. Habilidades sociais de pessoas com deficiência visual. REVISTA BRASILEIRA DE TERAPIAS COGNITIVAS, 2008, Volume 4, Número 1.

NÓVOA, A. A educação em tempos de pandemia. Live disponível em: <https://porvir.org/acontece/transmissao-online-com-o-professor-portugues-antonio-novoa/>. Acesso em 13 de ago de 2022.

NUERNBERG, A. H. Contribuições de Vigotski para a educação de pessoas com deficiência visual. Psicologia em Estudo. Maringá, v.13, n.2, p.307-316, abr./jun. 2008.

OCHAITA, E. ROSA, A. (1995). Percepção, ação e conhecimento em crianças cegas. Em: C. Coll; J. Palacios & A. Marchesi (Orgs). Desenvolvimento psicológico e educação: Necessidades educativas especiais. Vol 3. Porto Alegre: Artes Médicas.

OLIVEIRA, D. G. et. al. Avaliação do perfil socioeconômico, formação profissional e estado de saúde de pessoas com deficiência visual. Rev Bras Oftalmol. 2017; 76 (5): 255-8.

REZENDE, A.L.A. Do Ábaco ao Easy: mediando novas formas de aprendizado do deficiente visual. Fundação Visconde de Cairu: Salvador / BA, 2005.

RODRIGUES, K. G.; BARNI, E. M. A utilização de recursos tecnológicos com alunos deficientes visuais no curso superior a distância de uma instituição de ensino de Curitiba-Pr. [S.I.:s.n] 2009 Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3537_2058.pdf>. Acesso em 13 ago. 2022.

SANTOS, C.E.R. dos; FERNANDES, S.H.A.A. Um Ambiente Virtual de Aprendizagem Matemática Inclusivo. Rev. Bras. Aprend. Aberta. 2019; 1: e326.

SCHLUNZEN, E. T. M. A tecnologia para inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). In: PELLANDA, N. M. C.; SCHLUNZEN, E. T. M.; JUNIOR, K. S. (orgs.). Inclusão digital: tecendo redes afetivas/cognitivas. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 195-210.

SILVA AM, MATOS R, BATISTA MH, LIMA HC. Serviço de visão subnormal do Instituto Brasileiro de Oftalmologia e Prevenção da Cegueira (IBOPC): análise dos pacientes atendidos no 1º ano do departamento. *Arq Bras Oftalmol*. 2010; 73(3):266-70.

TEIXEIRA, M. O. O. et. al. Quem são e onde estão os universitários cegos no Brasil? *Revista Educação Especial*. v. 35. Rio de Janeiro, 2021.

ZANFELICI, T. O. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. *Educar em Revista*. UFPR. Curitiba, n. 32, p. 253-256, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602008000200017>. Acesso em 15 ago. 2022.



**COMPREENDENDO HISTORICAMENTE E
FILOSOFICAMENTE OS PRINCÍPIOS E IDEAIS
PROPOSTOS NO ART. 2º DA LDBE**

**Aníbal Neves da Silva
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/570564.1-2

COMPREENDENDO HISTORICAMENTE E FILOSOFICAMENTE OS PRINCÍPIOS E IDEAIS PROPOSTOS NO ART. 2º DA LDBE

DOI: 10.29327/570564.1-2

Aníbal Neves da Silva

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O sistema de educação no Brasil está organizado e submetido a uma lei de irrefutável relevância que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ela define todos os princípios, diretrizes, estrutura e organização do ensino, abrangendo todas as suas esferas e setores. A primeira LDB brasileira foi aprovada pela Câmara dos Deputados durante a legislatura 1959-1963. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representa um episódio na história da educação brasileira, como também uma grande conquista para o desenvolvimento e progresso educacional da sociedade brasileira. Nela encontramos a legislação que rege a educação nacional em todas suas modalidades de ensino: básico, técnico e superior. Destarte, o Art. 2º da LDBE, apresenta termos que refletem avanços e progresso pleiteado pelo povo brasileiro ao longo de sua história, além de interagir com o contexto histórico presente. Segundo Aranha e Martins (2016), a educação proposta pelo liberalismo corresponde na extensão dos valores liberais requeridos para a política e para a economia. É esta educação liberal que influenciou a construção da educação brasileira. Acerca do positivismo se observa que Comte atrelou a ideia de universalidade à educação, objetivando fundamentar o ideal escolar do positivismo de que a educação precisa ser para todos. Esse é positivismo comtiano e seu caráter conservador que figurou na história da educação brasileira desde o século XIX, e que continua presente nas nossas instituições e modelos pedagógicos até os dias de hoje. Diante do exposto, consideramos que, em função das correntes filosóficas do liberalismo e do positivismo serem as que mais influenciaram a construção da educação brasileira, são elas que mais identificamos no Art. 2º da LDBE através do pensamento liberal de Condorcet e John Dewey, onde ambos concebem que a educação deve ser direito de todos e dos ideais positivistas de Augusto Comte, ao objetivar o pleno desenvolvimento do educando.

Palavras Chaves: Artigo, Lei, Educação, Pressuposto, Histórico, Filosófico,

SUMMARY

The education system in Brazil is organized and subject to a law of irrefutable relevance, the Law of Directives and Bases of National Education (LDB). It defines all the principles, guidelines, structure and organization of teaching, covering all its spheres and sectors. The first Brazilian LDB was approved by the Chamber of Deputies during the 1959-1963 legislature. The Law of Directives and Bases of National Education represents an episode in the history of Brazilian education, as well as a great achievement for the development and educational progress of Brazilian society. In it we find the legislation that governs national education in all its teaching modalities: basic, technical and higher. By the way, Art. 2 of the LDBE, presents terms that reflect advances and progress claimed by the Brazilian people throughout its history, in addition to interacting with the present historical context. According to Aranha and Martins (2016), the education proposed by liberalism corresponds in the extension of the liberal values required for politics and the economy. It is this liberal education that influenced the construction of Brazilian education. Regarding positivism, Cotrim (2010) observes that Comte linked the idea of universality to education, aiming to substantiate the school ideal of positivism that

education needs to be for everyone. This is Comtean positivism and its conservative character that has figured in the history of Brazilian education since the 19th century, and which continues to be present in our institutions and pedagogical models to this day. In view of the above, we consider that, due to the philosophical currents of liberalism and positivism being the ones that most influenced the construction of Brazilian education, they are the ones we most identify in Art. 2 of the LDBE through the liberal thinking of Condorcet and John Dewey, where both conceive that education should be everyone's right and the positivist ideals of Augusto Comte, in order to achieve the full development of the student.

Keywords: Article, Law, Education, Assumption, Historical, Philosophical,

RESUMEN

El sistema educativo en Brasil está organizado y sujeto a una ley de irrefutable relevancia, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional (LDB). Define todos los principios, directrices, estructura y organización de la docencia, abarcando todos sus ámbitos y sectores. La primera LDB brasileña fue aprobada por la Cámara de Diputados durante la legislatura de 1959-1963. La Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional representa un episodio en la historia de la educación brasileña, así como una gran conquista para el desarrollo y progreso educativo de la sociedad brasileña. En él encontramos la legislación que rige la educación nacional en todas sus modalidades de enseñanza: básica, técnica y superior. Por cierto, el art. 2 de la LDBE, presenta términos que reflejan avances y progresos reivindicados por el pueblo brasileño a lo largo de su historia, además de interactuar con el contexto histórico actual. Según Aranha y Martins (2016), la educación propuesta por el liberalismo corresponde en la extensión de los valores liberales necesarios para la política y la economía. Es esta educación liberal la que influyó en la construcción de la educación brasileña. Con respecto al positivismo, Cotrim (2010) observa que Comte vinculó la idea de universalidad a la educación, buscando fundamentar el ideal escolar del positivismo de que la educación debe ser para todos. Este es el positivismo comteano y su carácter conservador que ha figurado en la historia de la educación brasileña desde el siglo XIX, y que continúa presente en nuestras instituciones y modelos pedagógicos hasta el día de hoy. En vista de lo anterior, consideramos que, por ser las corrientes filosóficas del liberalismo y el positivismo las que más influyeron en la construcción de la educación brasileña, son las que más identificamos en el art. 2 de la LDBE a través del pensamiento liberal de Condorcet y John Dewey, donde ambos conciben que la educación debe ser un derecho de todos y los ideales positivistas de Augusto Comte, para lograr el pleno desarrollo del estudiante.

Palabras clave: Artículo, Derecho, Educación, Asunción, Histórico, Filosófico,

INTRODUÇÃO

Analisando sistematicamente uma legislação, identificaremos que ela é composta por leis e artigos. Segundo Figueiredo (2007), legislação corresponde em conjunto de leis que organiza o funcionamento da sociedade em todas as suas esferas. Conforme a Constituição Federal o poder responsável por constituir as leis que regem a sociedade é o legislativo. Para Martins (2002), a legislação em âmbito educacional, refere-se à instrução ou aos procedimentos de formação que se dão não apenas nas instituições de ensino, mas

ocorrem também em outras instâncias culturais como a família, a igreja, a associação, os grupos comunitários entre outros, tal qual nas palavras de Brandão:

A educação está presente em casa, na rua, na igreja, nas mídias em geral e todos nos envolvemos com ela, seja para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver todos os dias misturamos a vida com a educação. [...] Não há uma forma única ou um único modelo de educação; a escola não é o único lugar que ela acontece; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é seu único praticante. (BRANDÃO. 1985, p. 8).

De acordo com o pensamento universal de Brandão, a educação não está condicionada apenas ao dever do Estado ou da escola, mas de toda a sociedade, haja vista ela está presente em vários ambientes e instituições e, por conseguinte, não há uma única forma de aprendizado. É a partir desse mosaico de saberes e aprendizados diversos, que se fez a história da educação brasileiras até o presente momento. Podemos classificar a história da Educação no Brasil como uma história de superação, pois foi só a partir do final da década de oitenta do século passado, desde a descoberta do Brasil, que à Educação ganhou o devido valor na história deste país na Constituição de 1988, através do Título VIII do Capítulo III na Seção I da Constituição Federal, que trata sobre a Educação, onde, de acordo com o Artigo 205:

a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Constituição 1988: Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 – Ed. atual. Em 2016. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016. xiv, p. 123).

A Constituição de 1988 é considerada a mais relevante de todas as outras constituições por ela afirmar que os direitos e garantias fundamentais das pessoas são prioridades em relação as disposições sobre o funcionamento dos poderes do Estado. O fato dos direitos e garantias à população serem prioridades, significa que o Estado está a serviço dos cidadãos e que esses direitos não podem ser abolidos por ninguém, visto que eles são mais importantes que o próprio Estado, por serem legalmente definidos, conforme os incisos I, II e III do Artigo 1º, Título I que trata Dos Princípios Fundamentais da referida Constituição, conforme destaque abaixo:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I a soberania; II a cidadania; III a dignidade da pessoa humana... (Constituição 1988: Texto Constitucional

de 5 de outubro de 1988 – Ed. atual. Em 2016. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2016. xiv, p. 11).

Com efeito, é a partir do dever do Estado de garantir o direito à Educação a todos os brasileiros, conforme o Art. 6º do Capítulo II do Título II (Dos Direitos e Garantias Fundamentais), que o Art. 2º da LDBE se apresenta como princípio norteador da Educação Escolar brasileira. Analisando sobre o referido artigo, consideramos que seu conteúdo é bem complexo, pois os princípios e ideais que o inspiraram a educação são os de liberdade, solidariedade e humanidade, princípios cujo direito é universal. É abrangente, porquanto objetiva o pleno desenvolvimento do educando em sua totalidade. É republicano por pretender formar um bom cidadão, isto é, um cidadão que contribua na construção de uma sociedade justa. É formativo porque visa qualificar o estudante para introduzi-lo no mundo do trabalho. Destarte, este artigo se propõe a realizar uma interpretação de caráter filosófico-hermenêutico acerca do referido artigo, visando garantir sua veracidade semântica. Tal interpretação se desenvolverá a partir da perquirição sobre os pressupostos histórico e filosófico do artigo supramencionado.

Pressuposto Histórico do Art. 2º da LDBE

No século V a.C, nasce na Cária, atual Turquia, Heródoto de Halicarnasso, considerado, classificado por filósofos e historiadores como o “pai da História”. Segundo Russel (1967), ele retratou importantes conflitos, como as Guerras Médicas, sob enfoque filosófico e antropológico. Em uma época de grandes invenções como: a moeda, a democracia e a lei escrita. A finalidade desse registro é destacar a relevância da historiografia em revelar pontos de interseção existentes entre os fatos históricos e a lei escrita, visto que, tanto a História quanto o Direito, são áreas do conhecimento da Ciências Humanas. Neste sentido, observamos que o objetivo deste tópico é contextualizar historicamente o Art. 2º da LDBE, creditando a ele uma fundamentação histórica-científica, tendo por referência teórica o método materialismo histórico-dialético, consoante o pensamento de Frigotto (2002), onde ele argumenta a importância de se historicizar uma teoria, porquanto sem historicização, ela se restringe apenas à abstração e especulação.

De acordo com as investigações que realizamos em livros e artigos nas áreas da pedagogia e da legislação educacional, não encontramos nenhum conteúdo que trate especificamente de um contexto histórico sobre o Art. 2º da LDBE. O que encontramos

foram poucas literaturas que apresentam uma interpretação de cada artigo da LDBE, como a obra de Carlos da Fonseca Brandão. Destarte, consideramos que a carência de literatura que trate sobre o referido artigo por uma perspectiva histórica, é em função dessa perspectiva ser contemplada na história de elaboração e construção da LDBE, consoante a obra de Demerval Saviani. Neste sentido, concebemos que o caminho para conhecer a fundamentação histórica do artigo supracitado, é perquirirmos sobre a trajetória histórica da própria LDBE, considerando que ambos possuem a mesma matriz legisladora, filosófica e pedagógica.

Conforme Martins (2002), o sistema de educação no Brasil está organizado e submetido a uma lei de irrefutável relevância que é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Ela define todos os princípios, diretrizes, estrutura e organização do ensino, abrangendo todas as suas esferas e setores. Com efeito, a proposição de Martins acerca da legislação que regulamenta o sistema educacional brasileiro, referenda teoricamente nossa argumentação citada acima, que não há como investigar sobre a fundamentação histórica do Art. 2º da LDBE, sem considerar a própria história da LDBE, porquanto ele está intrinsecamente ligado a ela e ambos fazem parte da mesma legislação educacional e, por conseguinte, fazem parte da mesma história. Portanto, para conhecermos tal fundamentação, discorreremos de forma sintética sobre a história da LDBE brasileira.

Primeiramente consideramos relevante observar, que a ideia de se criar uma Lei que regesse as Diretrizes e Bases da Educação Nacional à LDB, aparece pela primeira vez como proposta apresentada para fazer parte da Constituição Federal de 1946, cujo propósito era estabelecer uma legislação própria para a Educação que vigorasse em todo território nacional

Segundo Saviani (2011), a primeira LDB brasileira foi aprovada pela Câmara dos Deputados durante a legislatura 1959-1963. Para melhor situarmos essa história, cabe lembrar que, nesse momento, o predomínio absoluto do PSD na Câmara dos Deputados começava a ser substituído por uma maior divisão das instâncias de representação e afirmação do poder político. De acordo com as referências de Wanderley Guilherme dos Santos e Lúcia Hippolito, em 1958 das doze comissões técnicas existentes na Câmara Federal, o PSD presidia sete, dentre as quais, a de Educação, Cultura e Desportes. No ano seguinte, que correspondia o início de um novo período legislativo, as comissões foram reduzidas ao número de três. Apesar dessa redução, os dois anos posteriores

corresponderam no maior avanço da LDB nos espaços institucionais do Poder Legislativo. Corroborando com Saviani, Carneiro (1998), afirma que a primeira LDB foi a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, cujo texto oferecia, pela primeira vez na história da educação brasileira, uma estrutura sistemática acerca dos objetivos da educação nacional. Analisando essa primeira parte do contexto histórico em que a LDB foi sendo elaborada, observamos uma das maiores dificuldades dessa elaboração se encontra na esfera política, porquanto o pensamento dos legisladores é predominantemente partidário e não político, no sentido de promover o bem comum para todos indistintamente.

A partir do evento, golpe militar de 1964, houve a necessidade de organizar a educação para que se adequasse à nova ordem política estabelecida no Brasil. Objetivando impor uma ordem que propiciasse uma estabilidade social e política e que dinamizasse a economia do país o novo governo faz significativos ajustes na LDB 4.024/61 ao sancionar a lei de 5.540/68, que reformulou a estrutura do ensino superior, sendo por isso, chamada de lei da reforma universitária. O governo militar percebeu que a nova lei sancionada para a educação não contemplava as demandas requeridas pelo ensino primário e médio e, por isso, foi necessário implementar também uma reforma nessas etapas de ensino, através da instituição da lei 5.692/71, que foi classificada como a segunda Lei de Diretrizes e Bases da história, que oficialmente foi denominada de Lei da Reforma do Ensino de 1º e 2º graus, organizada em seis grandes eixos. Destarte, o que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61, estabelecia aos níveis de ensino primário, médio e superior, foi substituído pelo que ficou estabelecido pelas duas novas leis sancionadas pelo Congresso. Ressaltamos que, apesar da educação ser um instrumento valiosíssimo utilizado por qualquer governo para implantar suas ideologias na sociedade o regime militar não cogitou na elaboração de uma nova LDB, mas optou por fazer semelhante o que fez o Estado Novo, que foi alterar a organização do ensino através de leis específicas. Para Saviani (2011), a classificada segunda LDB, configurou, uma solução paliativa em relação à anterior. O autor se refere a uma comparação entre o projeto de 1948, o substitutivo Carlos Lacerda de 1958 e o texto da lei 4.024/61, tendo em vista a necessidade de se estabelecer um único ponto de vista ideológico sobre a questão educacional.

Com efeito, é a partir dos conceitos de *diretrizes* e *bases* estarem vinculados à norma constitucional de natureza educacional, que se inicia um projeto orientador e

empreendedor para a educação nacional. Visando atender aos objetivos da Seção I do capítulo III, que trata acerca da Educação, é que foi promulgada a Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), que de acordo com os três primeiros títulos, objetiva tratar: Da Educação, Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, Do Direito à Educação e Do Dever de Educar. Na LDB de 1996, os níveis escolares estão divididos em: Educação Básica, que inclui Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio; e em Educação Superior. A Lei de 1971 tratava apenas dos níveis de 1º grau e 2º grau, porém não citava o de ensino superior, que era definido em outra lei específica. Em comum, as duas últimas LDBs dizem que a Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

A atual LDB está em vigor desde 1996, mas suas origens remontam à Assembleia Constituinte de 1934, que dedicou, pela primeira vez, um capítulo exclusivo e específico ao tema, determinando que a União elaborasse e conseguisse aprovar um plano nacional e uma lei que traçasse as diretrizes da Educação Nacional. Antes, essa atribuição estava dada, de forma implícita, aos Estados. Ao longo dos 47 anos do surgimento da primeira LDB, diversas foram as emendas que alteraram o texto regulamentar e legislativo da lei 4.024/61, bem como das subsequentes, marcando o progresso das diretrizes e bases nacionais da educação. Por conseguinte, alguns projetos de lei foram propostos à Assembleia Constituinte na tentativa de aperfeiçoar a LDB. Deste modo, foram realizadas discussões sobre as necessidades da educação entre professores e demais profissionais da área, tanto do âmbito público quanto privado, norteando assim as adaptações dos textos denominados de “projetos substitutivos”. A LDB em vigor trouxe diversas mudanças em relação às leis anteriores. Foi a partir dela que o Ensino Fundamental passou a ser obrigatório e gratuito; a Lei prevê a criação do Plano Nacional de Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, além da inclusão de creches e pré-escola na chamada Educação Básica.

Ratificando o que destacamos acima, a LDBE é o resultado de décadas de análises, de embates de correntes políticas, filosóficas e ideológicas, que na grande maioria, os interesses não eram para beneficiar a população, proporcionando a todos acesso à educação, mas visava beneficiar determinados segmentos de característica aristocrática da sociedade brasileira. Contudo, conforme o que está supramencionado, foi a partir da

Constituição de 1988, que a educação consegue, mediante a lei, se emancipar dessas amarras e interesses político-partidários, para cumprir seu propósito epistêmico, filosófico, pedagógico e de cidadania junto à população brasileira. Neste sentido, a LDBE nº 9394/96, reestruturou a Educação Escolar, através de conteúdos curriculares que propiciem a formação intelectual e ética do estudante para o exercício da cidadania, para a difusão de valores fundamentais ao interesse social e para a ordem democrática, corroborando assim com o proposto nos Artigos 22, 27 e 35 da referida Lei.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional representa um episódio na história da educação brasileira, como também uma grande conquista para o desenvolvimento e progresso educacional da sociedade brasileira. A sua relevância não se restringe apenas ao conteúdo do texto, mas ao contexto histórico em que foi elaborada. Conforme Saviani (1997), a construção dessa Lei traz o legado da participação cidadã de vários segmentos da sociedade civil organizada, na área de educação, como por exemplo o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na LDB. Destarte, ela foi criada para garantir o direito a toda população de ter acesso à educação de qualidade, para valorizar os profissionais da educação, para estabelecer o dever da União, do Estado e dos Municípios com a educação pública, no sentido mais republicano do termo. Trata também da formação do professor, que deve atender aos requisitos mínimos exigidos para exercer a atividade docente. Nela encontramos a legislação que rege a educação nacional em todas suas modalidades de ensino: básico, técnico e superior.

Refletindo sobre o Art. 2º da LDBE, percebemos que seu conteúdo apresenta termos que refletem avanços e progresso pleiteado pelo povo brasileiro ao longo de sua história, além de interagir com o contexto histórico presente e atualizando-se para o futuro como: liberdade, solidariedade humana, desenvolvimento educacional e qualificação para o trabalho. No que tange à cidadania, este termo ratifica um direito imprescindível para o povo que é a educação, garantida por lei. Neste sentido, o referido artigo possui a mesma característica que a Constituição Federal que é a cidadã, colocando como prioridade não as instituições de ensino, mas o estudante. Destarte, o referido conteúdo não foi pensado, elaborado e construído à margem da história, mas a partir dela, visto que, sem referência histórica, sem contexto histórico, o artigo supracitado não passaria de especulação sem fundamento causal conforme o pensamento de Frigotto (2002), acima mencionado.

Pressuposto Filosófico do Art. 2º da LDBE

Ao iniciar este tópico, consideramos mister fazer uma breve observação sobre o que é um pressuposto filosófico. De acordo com Lalande (1999), um pressuposto filosófico por corresponder a uma fundamentação de natureza filosófica, precisa atender pelo menos três requisitos básicos que são: rigorosidade, criticidade e radicalidade. Rigorosa no sentido de um aprofundamento da investigação filosófica. Tal investigação requer analisar minuciosamente todas as teorias concebidas acerca do tema. Crítica, considerando que um pressuposto filosófico deve ser construído a partir de um juízo estritamente racional. Radical no sentido de empreender uma reflexão que busque a raiz, a origem, os fundamentos, da questão que está sendo investigada. Neste sentido, consideramos que um pressuposto filosófico sobre qualquer temática, deve estar fundamentado em uma episteme causal, para que os conceitos construídos a partir deste fundamento estejam dotados de uma estrutura interna coerente, concatenada e lógica, para não comprometer sua veracidade ontológica do tema que está sendo investigado.

Estudando a história do Brasil sob várias perspectivas, é notório identificar que ele é um país onde as influências externas estão presentes desde a sua descoberta, principalmente, no que se refere à organização política, econômica e educacional, como também a cultural. É partir deste fato, que apresentaremos a seguir as principais correntes filosóficas que influenciaram a história da educação no Brasil que em síntese foram: o liberalismo, o positivismo e o socialismo marxista. Nosso objetivo não é investigar a fundo o que são estas correntes, mas discernir e elucidar suas influências nas ideias dos teóricos e legisladores que elaboraram o sistema educacional brasileiro, culminando na LDBE e concomitantemente, no Artigo 2º dela.

Consoante citamos acima, o liberalismo que se instalou no Brasil foi diferente do que os autores classificam como *liberalismo clássico*, liberalismo este que lutou para remover a ideologia do sistema feudal que predominou por séculos na Europa Ocidental. Conforme Viotti (1999), as primeiras manifestações do liberalismo no país, correspondem ao período final do século XVIII e início do século XIX, revelando os diferentes momentos em que o liberalismo se organizou no contexto nacional. Viotti (1999), apresenta as diferentes formas que o liberalismo tomou no Brasil e que houve muitos conflitos para que o país se emancipasse dos laços coloniais. Ele caracterizou estas formas como: Liberalismo Heroico, Realista, Antidemocrático, Moderado, Radical e Regressista. Importante destacar uma ambiguidade, é que a grande maioria dos que defendiam o liberalismo possuíam uma concepção equivocada deste, considerando suas

interpretações anacrônicas, tendo em vista quererem manter a qualquer custo um trabalho mantido por uma mão-de-obra escrava, contrariando os ideais liberais que defendiam entre outras coisas o trabalho livre, a liberdade de pensamento, a igualdade social, a propriedade privada.

Analisando e refletindo acerca das bases sobre as quais o liberalismo se constituiu no Brasil, Bosi (1988), questiona sobre o significado do termo liberal, usado pela classe proprietária no período de formação do novo Estado. Suas análises o levaram a compreender o liberalismo brasileiro a partir de quatro perspectivas, conforme destacamos. O termo liberal, até meados do século XIX, pode significar a liberdade de comprar, vender e produzir; liberal pode significar a possibilidade de representação política, alcançada em 1822; liberal pode significar a conservação da liberdade de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica; e, por fim, liberal pode significar a liberdade de adquirir novas terras em regime de livre concorrência. Refletindo sobre as ideias de Bosi, podemos considerar que o liberalismo, no século XIX, é o resultado de diferentes ideias concebidas por diversos segmentos da sociedade daquele período. Viotti (1999), nos traz mais informações sobre as ideias liberais vigentes naquela época, consoante descrito abaixo:

As ideias liberais foram utilizadas por grupos com propósitos diversos em momentos distintos no decorrer do século XIX. Mas por toda parte onde os liberais tomaram o poder, seu principal desafio foi transformar a teoria em prática. Durante este processo, o liberalismo perdeu seu conteúdo revolucionário inicial. Os direitos retoricamente definidos como universais converteram-se, na prática, em privilégios de uma minoria detentora de propriedades e de poder. Por toda parte as estruturas econômicas e sociais impuseram limites ao liberalismo e definiram as condições da sua crítica. (VIOTTI, 1999, p. 133).

Para Vizentini (1983), o liberalismo brasileiro na época da primeira república possuía uma característica bem antagônica, pois os discursos expressavam as ideias do liberalismo clássico, mas na prática os apologistas do liberalismo se mantinham na sua forma oligárquica, quanto ao seu funcionamento efetivo. É neste contexto de contradições que Vizentini (1983), descreve como era o liberalismo da Primeira República:

O liberalismo assimilado pelas elites brasileiras era, sobretudo de origem inglesa, um liberalismo pré-democrático, lockeano. Esta forma de liberalismo, no Brasil, conservou e reproduziu a representação hierárquica e autoritária da comunidade política. Marcantemente elitista, diferiu bastante do liberalismo democrático, de influências francesas, encontradas nos países hispano-americanos. Pugnava pela normalização dos costumes políticos, pela regeneração da república, pelo voto secreto, pelo judiciário independente, pela

defesa do setor agrícola, para o qual o Brasil teria uma “vocação” histórica e pela ampliação política. (VIZENTINI, 1983, p. 31).

Analisando as concepções de Bosi, Viotti e Vizontini sobre as características e a forma de funcionamento do liberalismo brasileiro, consideramos que este liberalismo moldado e adaptado aos interesses da oligarquia brasileira, se distanciou consideravelmente dos ideais do liberalismo clássico ao adquirir um perfil antidemocrático e por defender a ordem e a manutenção da estrutura arcaica de produção organizada pelo trabalho escravo, indo na contramão do que aclamava os ideais do liberalismo raiz, conforme supracitamos. É em meio a esse antagonismo e jogo de interesses capitaneado pela oligarquia da época, que emergem as ideias de uma educação liberal para a sociedade brasileira.

Segundo Aranha e Martins (2016), a educação proposta pelo liberalismo corresponde na extensão dos valores liberais propostos para a política e para a economia, onde estes valores corroboram com os interesses do capitalismo burguês. Neste sentido, é coerente considerar que uma educação liberal é aquela que reflete os ideais do homem burguês, fomentando assim o que podemos classificar como individualismo liberal, sendo que este individualismo é análogo a ideia de privativo, assegurando assim a este homem à liberdade de escolher a forma como deseja trabalhar, viver para que, através da sua liberdade e seu trabalho possa adquirir sua propriedade privada. São esses valores que a educação liberal objetiva difundir.

Entretanto, de acordo com Ferraro (2009), houve uma vertente dentro do próprio pensamento liberal representada desde o século XVII por John Amós Comênius (1592-1670), passando por Diderot (1713-1784) e Condorcet (1743-1794), no século XVIII, e culminando, no século XX, com John Dewey (1859-1952), que se preocupou mais com os fins sociais da educação, visando superar a tendência individualista da educação burguesa e orientar-se através de uma vertente que proporcionasse uma maior democratização da educação. Essa visão se constituiu posteriormente na base que se erigiu os ideais da denominada Escola Nova, que em síntese, correspondeu em uma tendência pedagógica da educação liberal se contrapondo a alguns princípios da escola tradicional. Contudo, tal tendência de renovação educacional, não obteve êxito em alcançar o propósito de maior mobilidade social pretendido.

Todavia, historicamente a sociedade brasileira nunca foi uma sociedade coesa, estável, mas fragmentada, multifacetada. Tal característica dificultou a construção de um

projeto de educação que reconstruísse uma sociedade com valores e conhecimentos que propiciassem sua evolução em todos os segmentos. Esta realidade pode ser identificada nas propostas para o ensino que visavam reconstruir a sociedade via educação. Estas propostas vinham de diferentes grupos que tinham propostas para a sociedade, entre eles destacou-se os católicos, os integralistas e os liberais. Os católicos faziam oposição aos liberais e estavam ligados à Pedagogia Tradicional. Cury (1978), descreve a educação na visão dos católicos:

[...] que ela é a consciência que o ser humano deve ir adquirindo de sua destinação espiritual, através do uso ordenado das faculdades no domínio das paixões, na formação dos espíritos, através de hábitos salutarres e da preparação do espírito para o mundo da graça, sob o influxo regulador da lei eterna, tornando o homem apto para viver na sociedade [...]. (CURY, 1978, p. 55).

Os liberais, por sua vez, participaram ativamente das discussões e mudanças da educação na Primeira República (1889-1930) e, na Segunda República (1930-1937), por meio da afirmação e defesa de que a escola é instrumento de reconstrução da sociedade brasileira. Consoante Vizontini (1983), as ineficientes propostas para a reconstrução da educação brasileira por parte dos representantes do segmento tradicional da sociedade brasileira, contribuíram para que as propostas liberais para a educação ganhassem maior notoriedade e, por conseguinte, maior aceitação. Influenciados pela pedagogia da Escola Nova, os liberais criaram a Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1924, cujo objetivo era à reconstrução da sociedade por meio da educação. As discussões na ABE resultaram na elaboração do documento intitulado: O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, assinado por 27 educadores em 1932. Este documento defendia uma educação pública, obrigatória e leiga. Conforme Vizontini (1983), os teóricos mais influentes deste período foram: Fernando de Azevedo (1894-1974), Lourenço Filho (1897-1970), Anísio Teixeira (1900-1971) e Roque Spencer Maciel de Barros (1927-1999). Mota (1980), descreve a participação no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova:

[...] o fato de ter participado em posição de destaque do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), dera-lhe desde algum tempo autoridade para enfrentar os embates políticos do entrecruzamento ideológico, acentuado no período entre-guerras e do Estado Novo. A participação em postos-chaves da administração escolar primária, secundária, normal e superior, acabou por torná-lo um dos principais responsáveis pela difusão e estabilização do conceito de cultura brasileira. (MOTA, 1980, p. 75).

Diante do que foi exposto até o presente, consideramos que os apologistas das ideias liberais tiveram maior influência nos rumos da educação brasileira. Estes correligionários atuaram veemente desde o período de 1930, na proposta do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, na Campanha em defesa da escola pública, na década de 1940, até a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1961, e no processo da Reforma Universitária de 1968, pela presença de Roque Spencer Maciel de Barros, liberal de longa tradição no país. Observamos que as propostas de uma educação liberal para a sociedade brasileira tiveram maior influência das ideias de dois teóricos do liberalismo europeu do século XVIII, que foram: o pensamento liberal de Adam Smith (1723-1790), que defendia pelo menos uma instrução mínima (ler, escrever e contar) para todos os trabalhadores; e o pensamento liberal do Marques de Condorcet (1747-1794), que defende uma educação comum, universal, pública, gratuita e obrigatória.

Corrente Positivista

De acordo com Cotrim (2010), o positivismo corrente filosófico, cujo maior expoente foi o filósofo francês Augusto Comte (1798-1857), fundamentou teoricamente os mentores que idealizaram e fomentaram a implantação da República no Brasil, haja vista que muitos funcionários que ocupavam cargos importantes na administração pública do governo federal, eram adeptos das ideias positivistas. O lema positivista “Ordem e Progresso”, foi bastante difundido por esses adeptos em discursos e pelos meios de comunicação da época. É notório identificar também a influência das ideias positivistas na laicização do Estado, na abolição da escravidão e na criação de direitos trabalhistas pelo presidente Getúlio Vargas e pode-se ainda perceber essas ideias na tomada do poder pelos militares em 1964, que afirmavam que para haver progresso era preciso ordem, isto é, respeitar ou então se submeter as imposições feitas pelo governo.

Oliveira (2010), destaca que as ideias positivistas chegam ao Brasil de maneira insuficiente por dois motivos básicos. Primeiro, em função delas virem através dos filhos das elites que saíam para estudar na Europa, geralmente por pouco tempo, e que lá tinham contato com as filosofias da época. Segundo, é que também chegavam através de intelectuais autodidatas. Se encaixa nestas considerações de Oliveira os militares do exército brasileiro ligados ao período em questão, como Benjamin Constant, que assumiu

entre 1890 e 1892 a pasta de Instrução, Correios e Telégrafos, promovendo uma reforma do ensino secundário brasileiro. O autor concebe que, por vezes, essas ideias foram mal ou parcialmente interpretadas, apresentando incoerência com as fontes originais. Oliveira (2010), destaca ainda que a corrente positivista que predominou em diversas esferas da sociedade brasileira foi a comteana, com destaque para o político, o filosófico e o educacional.

Conforme Oliveira (2010), foi através da Pedagogia de John Herbart, que o positivismo se infiltra no seio das correntes pedagógicas brasileiras, somando a Pedagogia Tradicional “o rigor, a disciplina e a organização curricular” típicos da corrente filosófica em questão, ajudando a superar o sistema jesuítico ali presente a mais de três séculos. Destarte, o positivismo, já na última década do século XIX, figura como corrente predominante, assim mantendo-se durante toda a Primeira República. Para Saviani (1995), as ideias positivistas começam a influenciar as bases da educação brasileira a partir do século XX, onde estas ideias tornaram-se fundamentos teóricos para a implementação da Pedagogia Tecnicista da década de 1970, a qual ele atribui as seguintes características:

A partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, essa pedagogia advoga a reordenação do processo educativo de maneira a torná-lo objetivo e operacional. De modo semelhante ao que ocorreu no trabalho fabril, pretende-se a objetivação do trabalho pedagógico (SAVIANI, 1995, p. 23).

Saviani (1995), observa que Particularidades como a neutralidade e a objetividade ligam claramente essa e outras correntes da pedagogia brasileira durante o século XX ao movimento positivista, sendo o exemplo claro o do citado tecnicismo: “[...] buscou-se planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência” (SAVIANI, 1995, p. 24).

Cotrim (2010), observa que Comte atrelou a ideia de universalidade à educação, objetivando fundamentar o ideal escolar do positivismo de que a educação precisa ser para todos. Tal educação, sobretudo em seu âmbito moral, é fundamental também para o progresso, que assim como a ordem, é um destino natural da sociedade moderna, em seu estado positivo. Neste sentido, somente a educação, universal, é capaz de livrar o homem das trevas da ignorância e, por conseguinte, da desordem e da anarquia moral. Ao corroborar com essa educação comteana, o positivismo brasileiro centra suas forças sobre

a educação já desde o início da República, porquanto ela é um dos fundamentos para a sociedade chegar a um progresso positivista. Esse é positivismo comtiano e seu caráter conservador que figurou na história da educação brasileira desde o século XIX, e que continua presente nas nossas instituições e modelos pedagógicos até os dias de hoje.

Diante do exposto, consideramos que, em função das correntes filosóficas do liberalismo e do positivismo serem as que mais influenciaram a construção da educação brasileira, são elas que mais identificamos no Art. 2º da LDBE através do pensamento liberal de Condorcet e John Dewey, onde ambos concebem que a educação deve ser direito de todos, objetivando cumprir uma função social, e cuja função, segundo o artigo é de responsabilidade tanto do Estado, quanto da família, se configurando em um dever social do Estado. Identifica-se também no referido artigo, os ideais positivistas de Augusto Comte, ao objetivar o pleno desenvolvimento do educando. Este objetivo corrobora com a proposta de Comte de universalização da educação, pois só através dela a sociedade alcançaria o estágio positivista de conhecimento, de ordem e de progresso.

CONCLUSÃO

Diante do que foi discorrido temos a considerar o seguinte. De acordo com a perquirição realizada sobre os pressupostos acima, concebemos que eles propiciaram a construção do Art. 2º da LDBE, porquanto cada um deles apresentam uma dimensão específica do referido artigo, considerando o critério epistêmico e hermenêutico aplicado no desenvolvimento de cada pressuposto. Neste sentido, o *pressuposto histórico* corresponde ao contexto histórico em que se deu a construção da legislação educacional do Estado brasileiro. O *pressuposto filosófico* corresponde à referência das correntes filosóficas que inspiraram a educação ser desenvolvida nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, correspondendo assim com uma interpretação verossímil ao artigo investigado, considerando as dimensões supracitadas, que fazem parte de estrutura escrita, linguística e semântica, haja vista que o artigo mencionado é uma unidade da lei.

Com efeito, a partir do referencial teórico que fundamentaram a sistematização dos pressupostos que propiciaram a construção do Art. 2º da LDBE, consideramos que este artigo cumpriu com seu objetivo proposto de empreender uma perquirição de caráter filosófico-hermenêutico sobre o Art. 2º da LDBE, preservando sua identidade semântica

a fim de comunicar uma interpretação verossímil de seu conteúdo, objetivando elucidar à finalidade da educação que se aplica em três etapas que são: a obtenção do *pleno desenvolvimento do educando*, mediante uma aprendizagem científica, interdisciplinar, universalista e reflexiva, a fim de que o desenvolvimento ocorra de forma cognitiva, social, psicológica, cultural e humana, progressivamente.

REFERÊNCIAS

_____. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 2. Ed. 1997, São Paulo: Cortez: Autores Associados.

_____. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. 30ª ed. 1995, São Paulo: Cortez: Autores Associados.

_____. História das ideias pedagógicas no Brasil. 2007, São Paulo: Cortez: Autores Associados.

_____. Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 10ª ed. 2008. Campinas, SP: Autores associados.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda e MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 2016, São Paulo: Editora Moderna Ltda.

BANGERT.S.J., William V. História da Companhia de Jesus. 1985, São Paulo: Edições Loyola.

BERGO, A.C. O positivismo como superestrutura ideológica no Brasil e sua influência na educação. 1979. Dissertação (Mestrado) – UNICAMP, Campinas.

BOSI, Alfredo. Escravidão entre dois liberalismos. 1988, São Paulo: Estudos Avançados nº 2, v. 3, p. 4-39.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB Passo a Passo: Comentada Artigo por Artigo. 4ª Edição, Revista e atualizada. 2015, São Paulo: Editora Avercamp.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. 1985, São Paulo: Editora Brasiliense.

BRASIL, Constituição. Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988. Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.

BRITO, Ronaldo, Distinção entre normas jurídicas: princípios, regras e postulados jurídicos. 2012, Disponível em: <http://blogdoronaldobrito.blogspot.com.br/2012/05/distincao-entre-normas-juridicas_03.html>. Acesso em: 20 de junho de 2022.

CARNEIRO, Moaci Alves. LDB fácil: leitura crítico-compreensiva: artigo a artigo. 1998, Rio de Janeiro: Editora Vozes.

COMTE, Augusto. Curso de filosofia positiva. 2005, São Paulo: Abril Cultural, 2005. Col. Os Pensadores.

CONDORCET, J. A, N. de C., Marquês de. Cinco Memórias Sobre a Instrução Pública. Tradução de Maria das Graças de Souza. 2008, São Paulo: Editora Unesp.

COTRIM, Gilberto e FERNANADES, Marina. Fundamentos de Filosofia. 2010, São Paulo: Editora Saraiva.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais. 1978, São Paulo: Cortez.

FERRARO, Alceu Ravanello. Liberalismos e educação: Ou porque o Brasil não podia ir além de Mandeville. Revista brasileira de educação, Rio de Janeiro, v. 41, n. 14, p. 308-338. 05/2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/41392951.html>>. Acesso em: 05 de julho de 2022.

FIGUEIREDO, Antonio Carlos. Legislação Brasileira. 2007, São Paulo: Ed. Primeira Impressão.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: FAZENDA, IVANI. (Org). **Metodologia da pesquisa educacional.** São Paulo: Cortez, 2000.

LALANDE, André. Vocabulário Técnico e Crítico da Filosofia. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MARTINS, Vicente. A Lei Magna da Educação. 2002, versão e-Book. eBooksBrasil.com

MARX, Karl.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira: (1933-1974). 4. ed. São Paulo: Ática, 1980.

OLIVEIRA, Claudemir Gonçalves de. A matriz positivista na educação brasileira: uma análise das portas de entrada no período Republicano. Diálogos Acadêmicos: Revista Eletrônica da faculdade Semar/Unicastelo, v. 1, n. 1, pp. 01-17, Edição Out./Jan. 2010, São Paulo.

RUSSEL, Bertrand. História da Filosofia Ocidental: A Filosofia Antiga. Tradução: Brenno Silveira. 1967, São Paulo. Companhia Editora Nacional.

SAVIANI, Dermeval. A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas. 12ª ed. 2011. Campinas, SP: Autores associados.

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. 34ª ed. 2001, São Paulo: Cortez: Autores Associados.

SILVA, Sidney Reinaldo da. Instrução pública e formação moral: a gênese do sujeito liberal segundo Condorcet. 2004, São Paulo: Cortez: Autores Associados.

VIOTTI, Emília. Da Monarquia à República. 6. ed. 1999, São Paulo: Editora UNESP.

VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. Os liberais e a crise da República Velha. 1983, São Paulo: Ed. Brasiliense.



**A ATUAÇÃO DA EQUIPE DE SAÚDE NO
ENFRENTAMENTO À COVID 19: IMPACTOS QUE
AFETAM A POPULAÇÃO NEGRA**

Cícero Pereira Batista

DOI: 10.29327/570564.1-3

A ATUAÇÃO DA EQUIPE DE SAÚDE NO ENFRENTAMENTO À COVID 19: IMPACTOS QUE AFETAM A POPULAÇÃO NEGRA

DOI: 10.29327/570564.1-3

Cícero Pereira Batista

RESUMO

O presente trabalho tem como finalidade apresentar a relevância da assistência de saúde diante dos casos de infecção pelo novo coronavírus, doença epidemiológica também conhecida como COVID - 19, que surgiu na cidade de Wuhan, no país da China em dezembro de 2019, trazendo sérias ameaças à vida humana, devido ao poder letalidade e sua rápida transmissão. Deste modo, o setor de saúde desempenha um papel de grande relevância, para prevenir a incidência da doença, através de medidas sanitárias que funcionam como contenção da disseminação do vírus. Esta literatura direciona um olhar atencioso e humanizado no que se refere ao cuidado prestado aos pacientes com a Covid-19, destacando o trabalho executado no enfrentamento à pandemia, cuja prevalência maior é de pacientes negros, que apresentam indicadores de risco e vulnerabilidade social, através de aspectos multifatoriais que sinalizam essa fragilidade, tais como, baixo nível de escolaridade, péssimas condições habitacionais, ausência de saneamento básico, falta de acesso às políticas assistenciais e de saúde. Todos esses elementos facilitam a aquisição da doença e acaba afrouxando os meios de contaminação. O método utilizado neste estudo é o de uma revisão bibliográfica, por meio também de uma pesquisa qualitativa, para apresentar dados que comprovam a incidência dessa doença, que afeta sobremodo a população negra do Brasil.

Palavras-chave: Atuação. Equipe de Saúde. Pandemia. População Negra.

ABSTRACT

The present work aims to present the relevance of health care in the face of cases of infection by the new coronavirus, an epidemiological disease also known as COVID - 19, which emerged in the city of Wuhan, in the country of China in December 2019, bringing serious threats to human life, due to the lethality power and its rapid transmission. In this way, the health sector plays a very important role in preventing the incidence of the disease, through sanitary measures that work to contain the spread of the virus. This literature directs an attentive and humanized look at the care provided to patients with covid - 19, highlighting the work performed in the face of the pandemic, whose greater prevalence is of black patients, who present indicators of risk and social vulnerability, through of multifactorial aspects that signal this fragility, such as low level of education, poor housing conditions, lack of basic sanitation, lack of access to assistance and health policies. All these elements facilitate the acquisition of the disease and ends up loosening the means of contamination. The method used in this study is a literature review, also through a qualitative research, to present data that prove the incidence of this disease, which mainly affects the black population in Brazil.

Keywords: Action. Health Team. Pandemic. Black population.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar la relevancia de la atención en salud ante los casos de contagio por el nuevo coronavirus, enfermedad epidemiológica también conocida como COVID-19, que surgió en la ciudad de Wuhan, en el país de China en diciembre de 2019, trayendo serias amenazas a la vida humana, debido al poder de letalidad y su rápida transmisión. De esta forma, el sector salud juega un papel muy

importante en la prevención de la incidencia de la enfermedad, a través de medidas sanitarias que trabajen para contener la propagación del virus. Esta literatura dirige una mirada atenta y humanizada sobre la atención brindada a los pacientes con covid - 19, destacando el trabajo realizado frente a la pandemia, cuya mayor prevalencia es de pacientes de raza negra, quienes presentan indicadores de riesgo y vulnerabilidad social, a través de multifactorial. aspectos que señalan esta fragilidad, como el bajo nivel educativo, las malas condiciones de vivienda, la falta de saneamiento básico, la falta de acceso a asistencia y políticas de salud. Todos estos elementos facilitan la adquisición de la enfermedad y acaba por aflojar los medios de contagio. El método utilizado en este estudio es una revisión de la literatura, también a través de una investigación cualitativa, para presentar datos que comprueben la incidencia de esta enfermedad, que afecta principalmente a la población negra en Brasil.

Palabras clave: Acción. Equipo de Salud. Pandemia Población negra.

INTRODUÇÃO

A pandemia da covid – 19 surgiu na cidade de Wuhan, no país da China, onde os primeiros casos foram registrados no mês de dezembro de 2019. Doença, que de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) é de natureza infecciosa provocada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), portanto, a enfermidade faz parte do rol das mazelas epidemiológicas que existem no mundo e se constitui, atualmente como uma das doenças mais letais, pois além de comprometer o estado clínico do paciente, pode levá-lo também à morte (BRASIL, 2020).

Os sintomas mais comuns apresentados pelos pacientes com a doença são: febre, cansaço, tosse seca, dores, congestão nasal, dor de cabeça, conjuntivite, dor de garganta, diarreia, perda de paladar ou olfato, erupção cutânea na pele ou descoloração dos dedos das mãos ou dos pés, embora alguns pacientes precisem de tratamento da Unidade de Terapia Intensiva, devido a complicações pulmonares, causada pelo vírus (OMS, 2019).

Observa-se que a maioria dos casos de infecção e internamento pela doença são pacientes negros, pobres e moradores de periferias, visto que os fatores sociais são contribuintes no acelerado número de contaminações, que demarca um surto cada vez mais crescente, em virtude das péssimas condições sanitárias, falta de abastecimento de água, escassez de cuidados, como o uso de máscaras e álcool em gel 70%, além do risco exponencial, devido as necessidades básicas de sobrevivência e o descumprimento das medidas de isolamento social. Assim, a população negra geralmente tem sido a mais afetada com a pandemia.

De acordo com os estudos realizados durante a pandemia verifica-se o acentuado número de casos com larga incidência no Brasil, constituindo como um problema de

saúde pública, que implica na preocupação, por parte do Governo, através do Ministério da Saúde e dos autores da área de saúde, para controlar o avanço da doença, por meio de mecanismos alternativos e eficazes na prevenção e redução da mesma (CAMPOS et al, 2017).

A prevalência de casos pode ser comprovada através de dados e informações contidas nos boletins epidemiológicos que mostram a existência dos casos de covid - 19, não somente no Brasil, mas também em outros países do mundo, com elevados fatores contribuintes que motivam a proliferação da doença, apresentando riscos às pessoas, sobretudo à população negra (BRASIL, 2021).

Este trabalho foi construído com base na exploração de fontes, como, artigos da área de enfermagem, boletins periódicos e registros formalizadas de órgãos, como o Ministério da Saúde (MS) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), com o propósito de mostrar a relevância que a assistência em saúde tem, no que se refere ao trabalho desempenhado pela equipe multidisciplinar junto aos pacientes com covid - 19, que necessitam de cuidados especiais, desde o diagnóstico da doença e durante todo o tratamento.

O conceito atribuído a covid – 19 tem forte ligação com o ano de seu surgimento, que foi respectivamente datado em dezembro de 2019. Assim, o novo coronavírus se constitui como uma doença epidemiológica, decorrente da condição clínica de pacientes que apresentam sintomas, enquanto outros são assintomáticos, porém transmitem o vírus, que se propaga de forma rápida na sociedade, afetando, sobretudo os órgãos e o sistema respiratório (OMS, 2019).

Observa-se que, embora seja uma doença nova, a covid – 19 é uma das enfermidades mais temidas na atualidade, sendo uma zoonose epidemiológica viral, cuja transmissão acontece de forma bastante acelerada, afetando indivíduos de todas as faixas etárias, sobretudo os mais vulneráveis socialmente, a exemplo da população negra do país, uma vez que a mesma geralmente vive nas periferias, em péssimas condições sanitárias (SANTOS *et al.*, 2014).

Desde o surgimento do coronavírus, a população mundial tem enfrentado desafios em todos os aspectos, no entanto, a população brasileira sofreu impactos ainda maiores devido as desigualdades sociais que existem no país. Esse fator se manifesta através de dados que apontam a prevalência de casos de covid – 19, envolvendo

indivíduos negros, na capital do Brasil. Situação que segundo informações da Secretaria de Saúde de Brasília, a vulnerabilidade da população baixa renda do DF tem sido a mais afetada, pois os primeiros boletins epidemiológicos já mostravam que a infecção nas regiões periféricas era bastante incidente (CORREIOS, 2020).

Percebe-se então que, a covid – 19 é uma doença infecciosa, por vezes rotulada de forma equivocada pela população, uma vez que a mesma possui características distintas e fases processuais, manifestando sintomas variados, afinal de contas, trata-se de uma doença perniciosa a qual o paciente precisa de cuidados necessários, para que outros problemas de saúde não sejam desencadeados, culminando na morte do paciente (G1 - GLOBO, 2020).

Com o surgimento da pandemia, a população negra passou a enfrentar maiores desafios, pois a vulnerabilidade e o risco exponencial facilitam a contração do vírus, que nesse sentido, é mais oportuno a esse grupo étnico, que faz parte das minorias sociais do país. Essa afirmação pode ser comprovada através dos dados da Secretaria de Saúde (SES-DF), que sinalizou que até 29 de junho de 2020, 53,9% das vítimas eram negras, com 43,9%, de não negros e 2,2% não tiveram a raça informada (G1 – GLOBO, 2020).

Pontua-se como objetivo geral deste trabalho, a necessidade de enfatizar a assistência em saúde como fator essencial e indispensável no conjunto das ações preventivas, ligadas ao controle nos casos de covid – 19, que aparecem no cenário atual como um problema de saúde pública universal, causando bastante preocupação nos governantes e impactos consideráveis nos setores econômicos e sociais, porque agride, não somente a vítima, mas provoca desequilíbrio familiar, causando também comoção, por parte dos profissionais de saúde que lidam com essa situação.

DESENVOLVIMENTO

A eclosão da pandemia do novo coronavírus, conhecida também como covid – 19; doença ou síndrome respiratória aguda grave, que segundo informações da Organização Mundial de Saúde (OMS), é classificada como um surto de âmbito internacional, designada também como um caso emergencial de saúde pública, confirmado em 192 países do mundo inteiro, com milhões de mortes e diversas vítimas internas, em estado gravíssimo.

Deste modo, a enfermidade se configura no mesmo panorama das doenças epidemiológicas que já existem, a exemplo da catapora, sarampo, varíola, rubéola, poliomielite, coqueluche e outras enfermidades que coexistem no mundo, no entanto elas já fora, um dia os grandes violões da história, trazendo riscos à vida, assim como a covid demarca grande ameaça à saúde das pessoas.

De acordo com as pesquisas realizadas é possível apontar alguns fatores que funcionam como indicadores sociais e servem para mostrar os aspectos multifatoriais que demarcam a prevalência da covid - 19, em especial nos países mais pobres, cuja população apresenta precariedades em nível econômico, sendo a maioria dos casos, com indivíduos negros, pobres e residentes de periferias (GOES *et al.*, 2020).

A vigilância sanitária no âmbito de saúde é de grande relevância para legitimar as medidas de prevenção e potencializar as condições de enfrentamento à covid, levando em consideração a prevalência dos casos da doença, que afeta, sobretudo a população negra do Brasil. Trata-se de uma doença que manifesta aspectos clínicos e riscos à vida, sendo capaz de comprometer o funcionamento dos órgãos. Por essa razão, é preciso sinalizar quais são as complicações provocadas pela sífilis congênita (BRASIL, 2021).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a assistência da equipe de saúde representa um fator positivo e tem a capacidade de apontar impactos consideráveis, desde a atenção primária, que garante a saúde da população. Assim, a atuação dos profissionais da área de enfermagem se manifesta com ações práticas em todos os segmentos da respectiva área, em especial aqueles que atuam nas unidades básicas de saúde, onde os pacientes procuram atendimento médico.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, as políticas públicas de natureza assistencial foram criadas para beneficiar a população de modo geral, no entanto, as instituições devem se organizar para concentrar sua assistência e se destinar a determinado público alvo, aplicando-se, nesse sentido à população negra que é menos favorecida economicamente e dependem dos cuidados da equipe de saúde (IBGE, 2019).

Um dos fatores agravantes que provocam a proliferação infecciosa da doença, no Brasil está ligado a falta de políticas públicas e as desigualdades sociais no país, através de assimetrias que mostram o distanciamento, o negacionismo por parte do Governo em relação a oferta de serviços à população pobre e as demais minorias sociais. Sendo assim,

a campanha de vacinação seria a alternativa mais viável para conter a disseminação do vírus e prevenir a contaminação da doença.

Essa incidência é observada com frequência na população negra, por meio de indicadores de riscos que também facilitam a aquisição da covid – 19, visto que se trata de uma mazela infecciosa, que passa a ser entendida com maior precisão a partir da investigação, das pesquisas e análises de dados, que por sua vez possibilitam um diálogo entre os teóricos acerca dos meios resolutivos de combate à proliferação desenfreada do vírus (BRASIL, 2021).

Os fatores de risco são sinalizados mediante a averiguação concreta acerca do diagnóstico que indica a contaminação pelo vírus, onde os motivos, na maioria das vezes são decorrentes do contato com uma pessoa contaminada, por meio da tosse, do espirro e do contato com objetos contaminados, isso, quando a pessoa esfrega a mão nos olhos, oportunizando assim, a invasão da doença.

A partir da vivência dos profissionais de saúde, em contato direto com os pacientes com covid – 19, que enfrentam desafios e implicações negativas provocadas pela própria doença, que desconfigura o estado clínico normal dos pacientes, que, nesse momento depende de cuidados especiais, por parte da equipe de saúde, algo que é de extrema importância para mensurar os agravos das doenças, os meios de prevenção, os riscos e o tratamento (BATISTA *et al.*, 2014).

Existe uma dialética interativa entre o profissional de saúde e os pacientes com covid – 19, situação que acontece através do internamento, desde o acolhimento e o atendimento humanizado, onde o profissional transmite orientações sobre os cuidados que o paciente deve tomar em relação aos estágios da enfermidade, que pode se agravar. Neste contexto, a assistência da equipe de saúde se constitui como peça principal, no acompanhamento, desde o diagnóstico até as demais etapas do tratamento (NERY *et al.*, 2016).

Além da vulnerabilidade social enfrentada pela população negra, as necessidades ligadas a própria sobrevivência fizeram com boa parte desse grupo étnico quebrasse as regras das medidas de isolamento social, desobedecendo aos decretos estaduais e municipais que proibiam a circulação de pessoas, inclusive para irem aos seus respectivos locais de trabalhos, que em alguns casos foram fechados por determinado período, os chamados serviços não essenciais (NERY *et al.*, 2016)

Desta maneira, os casos de Covid-19 cresceram e uma escala muito alta no Brasil, levando em consideração as condições precárias da população negra, pobre e periférica do país, que precisa usufruir seus direitos fundamentais, tais como, saneamento básico direito à saúde gratuita pelo Sistema único de Saúde – SUS, entidade criada pelo Governo Federal, para prestar assistência aos usuários dos serviços, atendimentos, programas e demais componentes que fazem parte do contexto de saúde (BRASIL, 2020).

Os principais motivos que provocam a infestação prevalente do novo coronavírus emanam de fatores diversos, ocasionando uma ebulição muito favorável, para o acentuado índice da mesma, que se apresenta mundialmente como um fenômeno agravante à saúde pública. Assim, a Covid-19 surgiu e tem apresentado sérias ameaças à vida humana, pois sua letalidade põe em risco a saúde e pessoas de todas as faixas etárias, sem distinção de etnia, gênero e religião.

Mesmo com o empenho das esferas governamentais, ampliando de forma considerável a cobertura de assistência aos pacientes com covid – 19, a exemplo da abertura dos hospitais de campanha, o índice de incidência da doença mantém elevadas taxas de transmissão vertical, o que indica que a qualidade da assistência precisa ser melhorada, embora não seja o bastante, a única solução é acelerar o processo de imunização no Brasil, através da vacinação (ARGILES et al., 2012).

A ocorrência desta patologia está associada ao manejo inadequado dos casos, perdendo assim possíveis oportunidades tanto para o diagnóstico quanto para o tratamento. A equipe de saúde precisa estar preparada para uma abordagem efetiva de aconselhamento ao uso de máscara, álcool em gel 70%, bem como a higienização das mãos e outros cuidados, sobretudo o distanciamento social, para diminuir o aumento de casos e conter o avanço da doença (CRODA *et al.*, 2020).

A reorganização dos serviços de saúde deve partir de ações estratégicas, que são executadas pela equipe de multidisciplinar nos hospitais, clínicas, ambulatórios e demais locais, que contemplam a realização do atendimento especializado ao paciente com covid – 19, por meio de benfeitorias, sobretudo aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, sendo prevalentemente indivíduos que pertencem a comunidade negra, por ser o grupo social mais afetado com a contaminação do vírus e os impactos gerados pela doença.

Com base na vivência do enfermeiro e de toda a equipe de saúde diante dessa patologia pode-se dizer que, as habilidades e competências são ferramentas que

possibilitam a execução de técnicas procedimentais para atender as demandas que se apresentam na unidade de saúde onde o profissional atua, especialmente os que trabalham na Unidade de Terapia Intensiva – UTI, no manejo clínico junto aos pacientes com covid que estão em estado grave (GARCIA et al, 2020)

É trabalho da equipe de saúde realizar a triagem e examinar o paciente que apresenta sintomas dessa doença, por essa razão sua assistência permite o contato direto com os pacientes, que embora devem permanecer isolados por conta do risco de contágio, o trabalho dos profissionais de saúde exige uma certa proximidade.

Vejamos a citação a seguir:

De acordo com Ministério da Saúde, “as ações desenvolvidas pelo enfermeiro precisam buscar a identificação dos problemas de saúde mais comuns e as situações de risco, aos quais a população está exposta, elaborando um plano local para o enfrentamento conjunto destes agravos, envolvendo a promoção de ações intersetoriais e parcerias em organizações formais da própria comunidade” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2019).

Nota-se que o tratamento da Covid - 19 não é igualitário para todos os pacientes, pois uns apresentam sintomas mais leves, enquanto outros manifestam sintomas graves e precisam do auxílio de respiradores artificiais, e depende do estágio em que a doença se encontra, com um diferencial primordial que se constitui como necessário na prevenção da transmissão vertical do vírus.

Diante dos indicadores de riscos que sinalizam a existência da doença nos entornos mais próximos das unidades básicas de saúde, o enfermeiro deve ficar em sinal de alerta, para atender as necessidades da paciente no enfrentamento com a doença, evitando a evolução da enfermidade e outras complicações nos pacientes que ainda não foram diagnosticados com a mesma e até mesmo os que já tiveram, pois há possibilidade de reinfecção do vírus.

Observa-se como prática ativa da equipe de saúde em face dos casos de covid-19, bem como o trabalho de conscientização realizado de forma contínua pelos profissionais da área que resulta no cuidado, na prevenção, na realização de exames e em medidas de segurança, higienização e distanciamento social.

Para dialogar com o tema em discussão, os teóricos e estudiosos da área de saúde buscam se apropriar do assunto, com base na realização de estudos que comprovam a

incidência da covid 19 na população negra do país, como sendo uma patologia persistente que provoca agravos à saúde do paciente, demarcando riscos à saúde e até mesmo à vida.

Segundo dados do Ministério da Saúde (2020), o primeiro caso de COVID-19 no Brasil foi confirmado em 26 de fevereiro de 2020. O caso aconteceu com um homem idoso, morador da cidade de São Paulo/SP, que havia retornado de viagem da Itália, um dos países da Europa, onde o vírus já estava se espalhando de forma silenciosa. Assim, em menos de um mês após a confirmação do primeiro caso, já havia transmissão comunitária em algumas cidades. Em 17 de março de 2020, ocorreu o primeiro óbito por COVID-19 no país (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020).

Além do serviço prestado pelo enfermeiro enquanto profissional da área de saúde, deve haver um engajamento maior por toda equipe multidisciplinar, especialmente iniciativas de prevenção e medidas tomadas pelo Governo no que se refere ao tratamento de pacientes com a doença, considerando os riscos de infecção, a fragilidade do paciente e as demandas que são contingentes, devido a crescente número de casos.

Segundo Garcia (2020) a covid - 19 se apresenta como um caso de saúde pública no Brasil e a falta de tratamento pode acarretar em sérias complicações, como, prematuridade, sequelas neurológicas ou até o óbito fetal ou perinatal.

Segundo o Boletim Epidemiológico do Distrito Federal, a infestação por covid – 19 se configura como um agravo que ainda se apresenta com grande incidência de casos, demarcando sérias complicações.

Informações deste boletim mostram que do ano de 2020 e o ano de 2021, o país inteiro atravessou a marca de 500.00 mil mortos pela doença em todas as regiões do Brasil, apontando um índice elevado também no Distrito Federal, que registrou, nesse período mais de 8.000 mil mortes.

A doença em questão deve ser encarada com muita cautela e tratada de forma adequada, com cuidados específicos e atenção humanizada, por parte da equipe multidisciplinar dos hospitais de campanha onde a paciente faz o tratamento, ainda que o mesmo apresente sintomas leves, os cuidados devem ser tomados.

Nota-se também que uma das principais características que evidenciam a doença como invasora e agressiva é o fato de manifestar-se em ataque ao funcionamento normal dos órgãos, afetando o corpo, causando também, em alguns casos, a insuficiência respiratória, que por sua vez compromete outros órgãos e sistemas.

Segundo Ramos e Ferreira (2020), outro fator contribuinte que motiva e oportuniza o crescimento acelerado da contaminação é a falta de tratamento em tempo hábil, ausência de prevenção por parte dos indivíduos em relação aos cuidados sanitários. Estes fatores são prevalentes em quase todas as regiões do país.

A enfermidade tratada nesta literatura apresenta um grau considerável quanto a sua forma de transmissão, que varia mediante os canais de infecção, podendo ser adquirida, através do ar, especialmente por meio do contato com alguém que já esteja infectado pelo vírus, pelo abraço ou até mesmo um simples aperto de mão. A covid – 19 é uma doença muito agressiva e traz sérios riscos à vida humana.

A doença em questão deve ser encarada com muita cautela e tratada de forma adequada, com cuidados específicos e atenção humanizada, por parte da equipe multidisciplinar na unidade de saúde onde a paciente faz o tratamento, desde o diagnóstico até o internamento em casos mais graves.

Para Varella (2021), os métodos de prevenção são preconizados pela Organização Mundial de Saúde – OMS e pelo Ministério da Saúde, em parcerias com as secretarias de saúde dos estados e municípios do Brasil, que mobiliza estratégias para o funcionamento adequado do sistema de regulação no Sistema único de Saúde

Não se pode falar em prevenção, sem antes ressaltar a assistência prestada pelo enfermeiro diante dos casos de covid – 19, como sendo o principal quesito capaz de conter o avanço acelerado da doença, evitando negligência, nesse contexto, bem como a falta de orientação e prevenção das pessoas que contraem a doença em relação aos riscos iminentes e ausência de informação por parte de profissionais da saúde.

De acordo com o que se pode ver em relação ao papel do enfermeiro, e dos demais membros da equipe de saúde, sobretudo no que se refere a assistência, verifica-se que a função ocupacional desse pessoal consiste em gerenciar ações, assumir a linha de frente nas iniciativas dentro da instituição e na Unidade de Terapia Intensiva, bem como fiscalizar, investigar, inspecionar, orientar e cuidar do paciente.

Dentre os fatores que culminam na incidência da doença e a acomodação profissional no que diz respeito a criação de ações e a articulação ativa diante dos desafios, compreende-se que, o Estado deve assumir a responsabilidade de garantir a continuidade dos serviços prestados e do suporte técnico por parte dos profissionais de saúde durante o tratamento, assim como cabe ao enfermeiro se engajar, nesse sentido, para cuidar da

paciente, assumindo uma postura adequada, tomando como base sua capacitação na área de formação (SANTOS et al., 2014).

De acordo com o Guia de Vigilância da Saúde, do ano de 2021, “para combater o avanço da doença é preciso, de antemão realizar o diagnóstico laboratorial acelerando a realização o exame PCR e outros procedimentos capazes de diagnosticar a covid.

Segundo Silva (2014), só existira redução no índice de incidência das doenças epidemiológicas, no Distrito Federal e no Brasil, quando ocorrer a adoção de medidas mais efetivas no que se refere às políticas públicas, além do controle sistematizado.

Tendo em vista que a população negra e pobre do Brasil tem sido mais afetada pela infecção da covid-19, cabe aos estados e prefeituras do país mobilizarem ações de controle a proliferação do vírus e ofertar o tratamento aos pacientes, através da vacinação, por meio também da Estratégia Saúde da Família, que visa alcançar famílias da comunidade, através de programas assistenciais, dando ênfase a reorganização dos serviços, a orientação e conscientização que parte do enfermeiro acerca da prevenção, desde o uso de máscara, álcool em gel 70%, lavar as mãos com água e sabão, dentre outros cuidados.

Segundo Varella (2021) a proliferação do vírus é decorrente da falta de prevenção, da inoperância quanto a procura pelo serviço de saúde, pela acomodação dos pacientes sintomáticos, que mesmo tendo consciência de que estão infectados continuam circulando.

Ao término dessa discussão pontuam-se como fatores contribuintes na prevalência da doença, fatores como: o baixo grau de instrução em relação a escolaridade, assim como aspectos estruturais de moradia e a falta de apoio familiar, dentre outros indicadores de riscos. Tais riscos são provenientes da própria doença que tem um caráter agressivo à saúde do paciente. Por essa razão, para evitar a infecção, a pessoa deve manter o isolamento social e evitar aglomeração.

Assim, a mazela analisada no corpo deste trabalho se apresenta como um problema de saúde pública no Brasil e no mundo inteiro precisa de um olhar humanizado e o investimento de políticas públicas destinadas à saúde, em especial para o tratamento e acompanhamento especializado.

Fica evidente a necessidade de reconhecer a covid - 19 como um problema de saúde pública tanto pelas partes governamentais como pelos profissionais da saúde e pela

população em geral. É de caráter urgente pôr em práticas as políticas públicas de saúde voltadas para a prevenção, controle e tratamento desta patologia.

A participação e envolvimento dos profissionais da saúde é primordial, cabendo ao enfermeiro o papel de participar da elaboração de um plano de ação pautado no conhecimento técnico - científico interferindo diretamente no controle do vírus. Além disso, o enfermeiro deve assumir o seu papel de educador em saúde e conscientizar a população quanto a relevância do controle dessa doença.

Segundo Goes (2020), O enfermeiro, detém um papel importante na luta contra as doenças epidemiológicas, pois tem a função de educar e contribuir para a ocorrência de mudanças concretas e saudáveis. Este profissional luta para que a consulta de enfermagem cresça e que sua importância seja reconhecida.

CONCLUSÃO

A prevenção implica em trabalhos educacionais ofertados pela equipe de saúde com o intuito de conscientizar a população sobre a relevância de hábitos seguros para evitar a transmissão da covid – 19. Assim, o enfermeiro é responsável por elaborar planos de orientação e aconselhamento e explicar a importância da realização do teste rápido, especialmente para aqueles pacientes que apresenta sintomas, como, tosse seca, febre, coriza, dor de cabeça, diarreia e etc.

É papel do enfermeiro participar das buscas por metodologias que visem levar conhecimento e treinamento a sua equipe no manejo a estes pacientes, permitindo assim que a população negra e não negra receba um tratamento digno e de qualidade. O profissional para atender de forma satisfatória este paciente precisa antes de tudo conhecer as ações de prevenção, diagnóstico e tratamento preconizados. Seu papel é de fundamental importância na luta pela redução da transmissão desta doença, que pode trazer muitos problemas à saúde do paciente e até mesmo levar a morte, caso não seja tratada.

Com base nas proposições trazidas pelos autores citados ao longo do trabalho foi possível concluir que, a assistência do enfermeiro se constitui como um fator relevante e indispensável frente aos casos de COVID - 19, que agride a saúde do paciente, independente da faixa etária e se apresenta como um problema de saúde pública preocupante, afinal, essa patologia traz sérios riscos à vida.

Através deste estudo foi possível também verificar a existência de fatores que elevam a incidência da doença, acelerando a infecção, que pode ocorrer por diferentes vias, ocasionando a manifestação da doença, que por sua vez pode apresentar-se em fases distintas, com sintomas diferentes.

REFERÊNCIAS

ARGILES, M. S. População adulta em situação de rua: da invisibilidade social ao direito a ter direitos. Pelotas, 2012. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pelotas.

BATISTA, L. E. Discriminação ainda uma realidade. In: Saúde da população negra: Os males da desigualdade. Radis, n.142, p.15, jul. 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria MS/GM nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2020 fev 4 [citado 2020 abr 7]; Seção Extra:1. Disponível em: <http://www.in.gov.br/web/dou/-/portarian-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>

BRASIL. Ministério da Saúde. Protocolo clínico e diretrizes terapêuticas para prevenção da transmissão vertical de covid – 19 e de doenças virais. Brasília: Ministério da Saúde; 2019. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2015/protocolo-clinico-e-diretrizes-terapeuticas-para-prevencao-da-transmissao-vertical-de-hiv>>.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância à Saúde. Boletim Epidemiológico, n.14. População em situação de rua e violência - uma análise das notificações no Brasil de 2015 a 2017. Brasília, 2019.

CAMPOS, L. A. Racismo em três dimensões. Uma abordagem realista-crítica. RBCS, v.32, n.95, e329507, p.1-19, 2017.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (BR). Resolução CFM n. 2.227, de 26 de fevereiro de 2019. Define e disciplina a telemedicina como forma de prestação de serviços médicos mediados por tecnologias [Internet]. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 2019 mar 6 [citado 2020 abr 7]; Seção 1. Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/images/PDF/resolucao222718.pdf>

CONITEC (Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologia no SUS), Protocolo clínico e diretrizes Terapêutica Infecções e Vírus, Brasília: Ministério da Saúde 2018.

CORREIO, Brasiliense. Acervo. Maioria de infectados e mortos por covid-19 no DF é da periferia, 2021.

CRODA, JHR, Garcia LP. Resposta imediata da Vigilância em Saúde à epidemia da COVID-19. Epidemiol Serv Saúde [Internet]. 2020 mar [citado 2020 abr 7];29(1):e2020002. Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000100021>

GARCIA, LP. Uso de máscara facial para limitar a transmissão da COVID-19. Epidemiol Serv Saúde. No prelo. 2020.

GARCIA, LP, Duarte E. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da Covid-19 no Brasil. Epidemiol Serv Saúde [Internet]. 2020 abr [citado 2020 abr 7];29(2). Disponível em: <https://doi.org/10.5123/s1679-49742020000200009>

GOES, E.; RAMOS, D. O.; FERREIRA, A. J. F. Desigualdades raciais em saúde e a pandemia da Covid-19. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v.18, n.3, 2020, e00278110. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00278.
» <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00278>.

GLOBO, G1. Negros são maioria dos mortos por coronavírus no DF, apontam dados da Secretaria de Saúde, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/08/negros-sao-maioria-dos-mortos-por-coronavirus-no-df-apontam-dados-da-secretaria-de-saude.ghtml>.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD contínua - Características gerais dos domicílios e dos moradores 2019. Brasília: [s.n.], 2019a. p.9.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública COE-COVID-19. Plano de contingência nacional para infecção humana pelo novo coronavírus COVID-19 [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde; 2020 [citado 2020 abr 7]. 24 p. Disponível em: <https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2020/fevereiro/13/plano-contingenciador-coronavirus-COVID19.pdf>

NERY, J. S. Efeitos do Programa Bolsa Família e da Estratégia de Saúde da Família em doenças infecciosas relacionadas à pobreza: tuberculose e hanseníase / Joilda Silva Nery. -- Salvador: J. S. Nery, 2016. 111f. Projeto de qualificação. Orientadora: Profa. Dra. Susan Martins Pereira. Tese (doutorado) - Instituto de Saúde Coletiva. Universidade Federal da Bahia.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE- OMS. Carta da Organização Mundial de Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/brasil>

SANTOS, A. B. S. dos. Saúde para pessoas privadas de liberdade: A equidade como norteadora - à luz dos SUS - e o direito a saúde. In: SANTIAGO, A. R. et al. (Org.) Tranças e redes: tessituras sobre África e Brasil. Cruz das Almas: UFRB, 2014.

VARELLA, Dráuzio. Ameaças da Covid – 19 à População Brasileira 2021. Disponível em: <https://ictq.com.br/industria-farmaceutica/1521-drauzio-varella-defende-a-nacionalizacao-de-insumos-para-a-saude>



LICITAÇÃO PÚBLICA

**Édem Mendes Terra Junior
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/570564.1-4

LICITAÇÃO PÚBLICA

DOI: 10.29327/570564.1-4
Édem Mendes Terra Junior
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Na mais recente lei federal que é a Lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e contratos administrativos tem como fundamentos consubstanciar e promover transformações no cotidiano de milhares de órgãos e entidades administrativas, assim como nas inúmeras empresas que contratam com a Administração Pública. É importante então, compreender sobre a nova Lei Federal de licitações de nº 14.133/2021, os princípios jurídicos, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade entre outras formas de assegurar uma segurança pública de qualidade, e entender os pontos positivos e negativos da Lei nº 14.133/2021. Dentre os aspectos positivos, a princípio, a nova lei de licitação proporciona meios de assegurar a transparência e a regularidade dos atos que serão praticados, mediante uma padronização sistemática de todos estes. Essa metodologia traz maior segurança jurídica para o processo e suas contratações como um todo. Em suma, a lei 14.133/2021, consoante exposto anteriormente, está revestida de alto grau de formalismo, obviamente com a finalidade de evitar danos, prejuízos, obras inacabadas, atrasos na execução, proporcionar elevada garantia de atendimento ao interesse público pautado e maior segurança jurídica. Mas, em contramão a toda essa blindagem buscada, a burocracia excessiva vem como fator extremamente negativo, com exigências que mais dificultam e atrasam uma simples análise de viabilidade do que proporciona a celeridade, princípio expresso no texto da nova lei.

Palavras-chave: Lei de licitação; Administração Pública; contratos.

ABSTRACT

In the most recent federal law, Law no. 14.133/2021, of April 1, 2021, known as the new Law on Bidding and Administrative Contracts, is based on substantiating and promoting changes in the daily lives of thousands of administrative bodies and entities, as well as in the numerous companies that contract with the Public Administration. It is important, then, to understand about the new Federal Law of bidding nº 14.133/2021, the legal principles, legality, impersonality, morality and publicity, among other ways to ensure quality public security, and understand the positive and negative points of Law nº. 14,133/2021. Among the positive aspects, in principle, the new bidding law provides means to ensure the transparency and regularity of the acts that will be performed, through a systematic standardization of all these. This methodology brings greater legal certainty to the process and its contracts as a whole. In short, law 14,133/2021, as explained above, is covered with a high degree of formalism, obviously with the purpose of avoiding damages, losses, unfinished works, delays in execution, providing a high guarantee of service to the public interest and greater security legal. But, contrary to all this shielding sought, excessive bureaucracy comes as an extremely negative factor, with requirements that make it more difficult and delay a simple feasibility analysis than what speed provides, a principle expressed in the text of the new law.

Keywords: Bidding law; Public administration; contracts

RESUMEN

En la ley federal más reciente, la Ley n. 14.133/2021, del 1 de abril de 2021, conocida como la nueva Ley de Licitaciones y Contratos Administrativos, se fundamenta en fundamentar y promover cambios en la vida cotidiana de miles de órganos y entidades administrativas, así como en las numerosas empresas que contratan con la Administración Pública. Es importante, entonces, comprender acerca de la nueva Ley Federal de Licitaciones n° 14.133/2021, los principios jurídicos, legalidad, impersonalidad, moralidad y publicidad, entre otras formas de garantizar seguridad pública de calidad, y comprender los puntos positivos y negativos de la Ley. n° 14.133/2021. Entre los aspectos positivos, en principio, la nueva ley de licitaciones prevé medios para asegurar la transparencia y regularidad de los actos que se realizarán, a través de una estandarización sistemática de todos estos. Esta metodología aporta mayor seguridad jurídica al proceso y sus contratos en su conjunto. En definitiva, la ley 14.133/2021, como se ha explicado anteriormente, está amparada con un alto grado de formalismo, obviamente con el fin de evitar daños, pérdidas, obras inconclusas, retrasos en la ejecución, otorgando una alta garantía de servicio al interés público y mayor seguridad jurídica. Pero, contrariamente a todo este blindaje buscado, el exceso de burocracia se presenta como un factor sumamente negativo, con requisitos que dificultan y retrasan un simple análisis de factibilidad que el que brinda la celeridad, principio expresado en el texto de la nueva ley.

Palabras clave: Ley de licitaciones; Administracion PUBLICA; contratos

INTRODUÇÃO

Tem-se como primeira norma para licitações e contratos o Decreto de n° 2.926/1862, que foi editado no Império, datado de 14 de maio de 1862, a partir da 1ª Constituição de 1824 vigente, com longa durabilidade, uma vez que persistiu até 1922, com a 2ª Constituição, já no Brasil República. Tal documento normativo regulamentava as penhoras de serviços que estavam a cargo do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, cuja assinatura foi do então ministro Manoel Felizardo de Souza e Mello e rubricado pelo imperador Pedro II (BRASIL, 2014).

Sobre o Decreto supramencionado, Guilherme Rosa Pinho versa:

Com a derrocada do absolutismo, surge uma Administração verdadeiramente pública. Embora a independência não tenha apagado a monarquia do país, e ressaltada a centralidade do Poder Moderador, iniciou-se um governo para o bem da nação, e não para o interesse real. Fala-se em Administração exógena –que administra para outrem –e não mais endógena – administra para si mesma. O termo administrar passa, ao menos, a expressar o sentido pelo qual hoje é conhecido: quem administra, administra algo alheio (PINHO, 2014, p. 24).

Citam-se como as principais características do Decreto supra, 1. a orientação no que concerne aos prazos para apresentação de propostas, sob a égide de que o governo deveria apresentar amostras de objetos e bens que pretendia comprar; 2. nos serviços de

obras, o governo deveria fornecer plantas do projeto a ser executado para que os interessados pudessem consultar. Entende-se que, nestes termos os contratos eram apenas para executar a obra, ficando o trabalho de engenharia a cargo do governo. Logo, o processo, em geral, era semelhante com o que atualmente é o Pregão Presencial (ALVES, 2020).

Assim, com base no exposto, o Decreto mencionado foi considerado um documento referencial regulatório na história das licitações, por se tratar do desenvolvimento de uma gestão pública eficiente. Além de que, soma-se ao fato de que a sociedade se beneficiou disso, haja vista que diversas empresas passaram a participar do processo, tornando-o financeiramente mais vantajoso, ainda que outrora, o governo pertencia à monarquia, o que permite afirmar que todo o poder estava em suas mãos, dirigindo, comandando e administrando conforme seu arbítrio.

Segundo Fortes Jr (2017), já na era republicana, foi editado o Decreto nº 4.536/1922, com aprovação do Congresso Nacional e sancionado pelo então Presidente da República, Epitácio Pessoa. Tal decreto teve uma durabilidade ainda maior, pois iniciou-se na 2ª Constituição do Brasil República, passou também pela 3ª Constituição da Segunda República, pela 4ª Constituição do Estado Novo e 5ª Constituição de 1946. Este novo Decreto se constituía de 20 artigos que registravam sobre licitações. É importante citar que uma das características desta normativa, estava na determinação de condição para o empenho da despesa, pois a assinatura de contrato e realização de concorrência pública ou administrativa, seria pelo Código de Contabilidade da União.

De modo a compreender melhor a lei, há destaque para o artigo 49 que:

Artigo 49 - obrigava concorrência pública para fornecimentos acima de determinado valor e para obras quando ultrapassasse o dobro do valor estipulado para fornecimento. Havia uma fase preliminar em que era julgada a idoneidade do proponente no prazo de dez dias findo o qual seria inscrito no certame. Havia obrigatoriedade de publicação em diário oficial com todas as informações necessárias aos interessados. Percebe-se neste caso o que hoje é o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Nesse ordenamento há outros dispositivos que fazem referência a contratos, mas em termo de inovação na área de licitações não traz muitas novidades. (FORTES JR., 2017, p. 25).

Diante da afirmativa acima, percebe-se a transparência para a sociedade, à medida que, garantia maior segurança para a população, passando-se, ao menos em tese, de saber para onde estavam indo os gastos da administração pública. Entretanto, é pertinente salientar que o Estado não fazia distinção entre os limites do público e os

limites do privado, logo, havia a existência do patrimonialismo muito presente na administração pública, o que denota que, as normas descritas no referido Decreto eram apenas formalidades, pelo fato de que permanecia o favorecimento a amigos e parentes, o que tornavam as licitações e contratos falhas, contribuindo para o empreguismo e o nepotismo, aliado ao alto grau de burocratização que exigiam dos administradores públicos (FORTES JR, 2017).

Passados alguns anos, já nos governos militares, foram estabelecidas as modalidades de licitação, que são, concorrência, tomada de preços e convite. Frisa-se que no Decreto nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, no artigo 6º, há pela primeira vez, a descrição de princípios a serem seguidos pela administração federal: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle (AMORIN, 2017).

Parafraseando as palavras de Beatriz Wahrlich (1974, p. 44), isso significa que o Ministro do Planejamento à época, sugeriu alguns pontos, a saber: eliminação dos controles meramente formais, pois criava-se um sistema de efetivo controle dos dispêndios públicos onde se incluíam: as responsabilidades de seus agentes, um efetivo sistema de acompanhamento da execução dos programas de trabalho, a expedição de normas financeiras que pudessem se ajustar aos objetivos previamente determinados, o incentivo à intercomunicação administrativa e, por fim, a valorização da função pública, aliado a dignificação e profissionalização do funcionário, por meio do sistema do mérito e remuneração satisfatória.

Decorrido um ano, precisamente em 20 de junho de 1968, foi promulgada a Lei nº 5.456/1968, a qual estendia a Estados e Municípios a aplicação do Decreto Lei nº 200/1967. Entre os anos de 1967 e 1986, os Estados e Municípios possuíam ampla discricionariedade quanto ao assunto. Logo, é importante ressaltar que o Decreto Lei nº 200/1967, serviu de esboço para a construção da Lei nº 8.666/1993, utilizada atualmente (ALVES, 2020).

Na redemocratização do país, período compreendido entre 1986 a 1988, no governo José Sarney, foi sancionado o Decreto Lei nº 2.300/1986, vigente até 1993, constituído de 90 artigos, mas apenas cinco deles abordavam o tema de licitações e contratos: Artigos 3º, 45, 48, 51 e 85, divididos em seis capítulos, os quais eram pertinentes ao âmbito da Administração Federal, que traziam em seu bojo na primeira seção os princípios básicos da igualdade, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo e de princípios correlatos. (FORTES JR., 2017).

No Período Pós-Constituição Federal de 1988 e a Lei N° 8.666/1993 (1988-atual), a partir da promulgação da Constituição de 1988, iniciou-se uma nova etapa da história do País, representando a esperança do povo brasileiro, como apresenta o doutrinador Alex Cavalcante Alves “esta constituição foi ao encontro dos anseios da sociedade por um Estado que assegurasse a democracia e a cidadania (ALVES, 2017, p. 530).

Aduz-se que, um ponto relevante a ser citado é que pela primeira vez se falou em licitações e contratos em uma Constituição Federal no Brasil, abordando sobre a competência da União em legislar sobre as normas gerais para todos os entes da federação.

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre: XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;

(...)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações (BRASIL, 1988).

DESENVOLVIMENTO

A nova Lei Federal de licitações de nº 14.133/2021

Na mais recente lei federal que é a Lei nº. 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, conhecida como a nova Lei de Licitações e contratos administrativos, é pertinente salientar que estão contidas em seu teor medidas com o intuito de consubstanciar e promover transformações no cotidiano de milhares de órgãos e entidades administrativas, assim como nas inúmeras empresas que contratam com a Administração Pública, o que em sua maior parte, de modo geral, representa um viés de consolidação de outros instrumentos normativos como leis, decretos, portarias, instruções normativas e principais

acórdãos do Tribunal de Contas da União sobre licitações e contratos administrativos (ALVES, 2020).

A referida lei é composta por 194 artigos, nos quais estabelecem os dispositivos e as regras gerais que deverão ser aplicadas a todos os entes da Administração Pública direta, da União e de todos os Estados e Municípios brasileiros, bem como do Distrito Federal, uma vez que tem o propósito de unificar as disposições legais sobre licitações e contratos administrativos, que, anteriormente, eram estabelecidos somente de forma esparsa no ordenamento jurídico brasileiro (como é o caso da Lei do Pregão e da Lei do Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC).

Mesmo com as diversas obrigações e adaptações trazidas pelo novo diploma legal, é válido ressaltar, no entanto, que o legislador tratou de prever que a Lei nº. 14.133/2021, uma vez sancionada e publicada, deve conviver por dois anos com as leis que compõem o regime antigo, a saber: a Lei nº. 8.666/1993, a Lei nº. 10.520/2002, que trata da modalidade pregão, e os dispositivos da Lei nº 12.462/2001 que versam sobre o Regime Diferenciado de Contratações Públicas somente serão revogadas depois de 2 (dois) anos da publicação da nova Lei. Em outras palavras, significa que haverá dois anos de convívio entre os regimes antigo e novo de licitação e contratação (GUTERRES, 2021).

Desta feita, durante os dois anos que seguem à publicação da citada Lei a Administração dispõe de três opções em meio a este cenário, a saber: (a) aplicar o regime novo, (b) aplicar o regime antigo ou (c) alternar os regimes, ou seja, ora promovendo licitações sob o regime antigo e ora promovendo licitações sob o regime novo. Em linhas gerais, compreende-se que pode haver alternância nos regimes normativos, pois é permitido lançar licitação pela Lei n. 8.666/1993 e outra pelo regime novo, como melhor satisfazer as partes, mas há ressalva para que o edital deixe claro qual o regime é utilizado. Assim, não é permitido lançar licitação com uma espécie de associação dos dois regimes com um pouco de cada.

Contudo, evidencia-se sobre o regime de transição dos contratos, que o *caput* do artigo 190 da Lei n. 14.133/2021 dispõe que o contrato assinado antes da entrada em vigor da lei nova continua seguindo o regime antigo. Isto porque se configura como ato jurídico perfeito, não podendo ser alterado pela lei nova, como reconhece o artigo 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Daí que é válido advertir que, tudo que foi contratado até a publicação da lei nova, deve seguir o regime antigo, baseado na Lei n. 8.666/1993. Em adição, o parágrafo único do artigo 191 esclarece que, mesmo depois da

entrada em vigência da Lei n. 14.133/2021, nas situações em que a Administração preferir licitar com o regime antigo, dentro dos 2 (dois) anos autorizados pelo *caput* do mesmo artigo 191, os contratos que lhe sejam decorrentes seguem o regime antigo (SANTOS; SILVA, 2021).

Não há de se deixar passar que a regra é relativamente simples: o regime do contrato segue o regime da licitação, porque o contrato é vinculado à licitação. Se a licitação é pelo regime antigo, o contrato, da mesma forma, é pelo regime antigo. Licitado pelo regime novo, o contrato segue o regime novo.

Assim, o legislador também alterou as modalidades de Licitação na nova lei, foi incluída uma modalidade e excluídas três delas. Pelas regras anteriores, a modalidade da licitação, era definida pelo valor estimado da contratação ou pela natureza do objeto. Com a promulgação da nova Lei, a modalidade de licitação é definida, apenas, pela natureza do objeto.

Quadro 1. Modalidades de Licitação

Lei de Licitações, Pregão e RDC	Nova Lei de Licitação
Concorrência	Concorrência
Pregão (Lei 10.520/2002)	Pregão
Concurso	Concurso
Leilão	Leilão
Convite	Diálogo competitivo
Tomadas de preço	Extinto
RDC	Extinto

Fonte: Almeida, 2021

No quadro acima, percebe-se que além das modalidades já existentes de licitação, concorrência, pregão, concurso, e leilão, a Lei traz uma nova modalidade, o diálogo competitivo e foram suprimidas as seguintes modalidades de licitação: convite, tomada de preço e RDC.

Dessa forma, nos dias atuais, a partir de agora, o que define a modalidade de licitação é apenas a natureza do objeto.

Princípios jurídicos

Diante dos pressupostos, o Capítulo II do Título I da Lei nº. 14.133/2021 é composto exclusivamente pelo artigo 5º, que cita um extenso rol de princípios jurídicos a fim de estruturar as licitações e as contratações públicas no Brasil. São eles: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa, igualdade, planejamento, transparência, eficácia, segregação de funções, motivação, vinculação ao edital, julgamento objetivo, segurança jurídica, razoabilidade, competitividade, proporcionalidade, celeridade, economicidade e desenvolvimento nacional sustentável.

Além do que, o legislador fez questão de indicar que as disposições constantes na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro integram, para todos os fins, a principalística da novel Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Uma vez que alguns dos princípios acima elencados possuem íntima relação entre si, procurar-se-á abordá-los, para facilitar uma melhor compreensão sobre a sua abrangência.

Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência

Os princípios constitucionais estão previstos no *caput* do artigo 37 da Constituição Federal, e no artigo 5º da Lei nº. 14.133/2021, que reforçam a sua normatividade e o olhar para aspectos específicos aplicáveis às licitações e às contratações públicas.

Inicialmente, segundo Niebuhr (2013), no princípio da legalidade é possível destacar dois espectros de aplicação do aludido princípio no tema das licitações e das contratações públicas: o primeiro, refere-se ao próprio bem ou serviço licitado, que precisa ser lícito diante da legislação que lhe confere prerrogativas; o segundo, relaciona-se aos próprios procedimentos, ritos, modalidades a serem adotados nas licitações empreendidas pelos entes públicos subordinados à lei de regência.

Já o princípio da impessoalidade, por sua vez, tem em seu bojo a necessidade urgente de desenvolver tratamento impessoal e desinteressado em relação a todos os licitantes envolvidos no certame. Por isso, não faria sentido uma atuação discriminatória ou tendente a favoritismos, visto que, o objetivo primordial das licitações é a contratação mais vantajosa para a Administração Pública, (NIEBUHR, 2013).

O princípio da moralidade exige daquelas pessoas que lidam com licitações públicas uma atuação e postura pautada na sinceridade e na honestidade, sem levar em consideração interesses que conflitem com uma noção básica de moralidade administrativa. Atos de corrupção como desvios de finalidade, trocas de favores, pagamentos de propinas, entre outros, são antagônicos com o princípio em pauta, logo, não devem fazer parte dos atos administrativos, pois quando se fala em moralidade administrativa, pressupõe-se a utilização dos valores morais (NIEBUHR, 2013).

O aludido princípio da publicidade também consta na Lei de Acesso à Informação no qual todos devem ter acesso às informações pertinentes às licitações (inciso VI do artigo 7º da Lei n. 12.527/2011). Assim, este princípio assegura informações a todos os interessados na licitação pública, direta (licitantes, terceiros) ou indiretamente (cidadãos, órgãos de controle), para que tenham conhecimento sobre os atos nela praticados. Faz-se mister dizer que, do contrário, os atos secretos, que não aqueles pertinentes à fase interna da licitação, são repudiados pelo aludido princípio (NIEBUHR, 2013).

E, finalmente, ainda de acordo com Niebuhr (2013), o princípio da eficiência exige do administrador público uma atuação que sempre busque um resultado satisfatório, sem maiores apegos a formalidades vazias.

Interesse público e probidade administrativa

O princípio do Interesse público como o nome já diz, se encontra de comum acordo com o interesse coletivo, da comunidade, do povo. Tem a ver com trabalhar em prol da consecução do bem comum, daquilo que está acima de individualidades. Por isso mesmo, o interesse público não deve se confundir com os interesses de um dado governo ou de um governante específico (NIEBUHR et al., 2021).

Já no princípio da probidade administrativa, por sua vez, segundo o autor acima, há o diálogo intensamente com as ideias gerais estabelecidas pela moralidade administrativa, cuja obrigação do gestor público está em atuar com honestidade e boa-fé. O que na verdade, a probidade é o mínimo que se espera do gestor público na condução da coisa pública. Assim, aquele que não atua em observância do aludido princípio, comete ato de improbidade administrativa, coibido pela Lei n. 8.429/1992.

Segurança jurídica, Razoabilidade e Proporcionalidade

O princípio da Segurança jurídica está relacionado com a ideia de equilíbrio e firmeza das relações humanas e, não por acaso, é proibido retrocessos concernentes ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada (NIEBUHR et al., 2021).

O princípio da razoabilidade é atinente à produção de atos públicos conforme a razão, equilibrados, moderados e harmoniosos. Trata-se de uma averiguação de proporcionalidade de acordo com os princípios constitucionais, que leva em consideração o senso comum, sem maiores sofisticções jurídicas (CUNHA JR, 2008).

Já o princípio da proporcionalidade é mais delicado porque exige do intérprete mais do que a avaliação sobre a mera razoabilidade de um determinado ato jurídico. Para verificar se um ato é ou não proporcional, doutrina e jurisprudência desenvolveram três critérios básicos: a análise sobre a adequação, a necessidade e a proporcionalidade em sentido estrito do ato jurídico analisado. Logo, considera-se adequado o ato que atinge os objetivos pretendidos. E, ainda, se faz necessário o ato que utiliza os meios menos onerosos para a obtenção dos fins visados e é proporcional em sentido estrito o ato proveniente de uma ponderação racional entre o ônus imposto e o benefício final atingido (NIEBUHR et al., 2021).

Igualdade, Competitividade, Celeridade, Economicidade, Transparência e Eficácia

O princípio da igualdade está ratificado expressamente no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal, que preconiza: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (BRASIL, 1988). Ou seja, esse preceito interdita qualquer tratamento de forma desigual.

O princípio da competitividade está associado com a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Dessa forma, quanto mais propostas houver, maior será a competitividade e, por consequência, maior a chance de seleção de uma proposta satisfatória. Em síntese, significa, que os procedimentos licitatórios devem ser planejados, estruturados e conduzidos com vistas à atração do maior número possível de interessados, de modo a garantir a competitividade (NIEBUHR et al., 2021).

O princípio da celeridade, assegurado na Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tem o propósito de dinamizar o trâmite dos certames licitatórios e das

contratações públicas. É assentado que, sob a proteção da legislação anterior (Lei nº. 8.666/1993), as licitações caracterizavam-se como procedimentos demorados e complexos. Para a consagração do citado princípio, se faz necessário exigir dos responsáveis pelas licitações posturas mais dinâmicas no que concerne as providências e decisões.

Sobre o princípio da economicidade, depreende-se que a Administração Pública deve sempre atuar a fim de resguardar o erário público, seja por meio da supressão de etapas inúteis nos procedimentos licitatórios, seja na busca por um preço menor nos contratos por ela assinados (NIEBUHR et al., 2021).

O princípio da transparência objetiva não apenas garantir a publicidade dos atos oficiais, mas também proibir os arranjos secretos que possam ser realizados nos bastidores da Administração Pública, fora dos autos. A recomendação é a de que tais contatos sejam feitos abertamente, às claras, para que os demais licitantes possam ter a oportunidade de fazer contatos semelhantes, caso assim desejem (NIEBUHR et al., 2021).

O princípio da eficácia tem por finalidade a garantia de um resultado satisfatório, do cumprimento de uma meta. A eficácia tem em vista o cumprimento das obrigações que já foram aprovadas, ou seja, se atingiu o objetivo final pretendido, que é a contratação pública (NIEBUHR et al., 2021).

Planejamento, Segregação de funções, Vinculação ao edital, Julgamento objetivo e Motivação

O princípio do planejamento torna de conhecimento público a fim de garantir que não sejam realizadas licitações aventureiras, sem o devido planejamento, pois devem ser efetuados os procedimentos preparatórios para a licitação visando uma contratação específica (NIEBUHR et al., 2021).

O princípio da segregação de funções indica que as licitações não devem ser conduzidas de forma centralizada, por apenas uma autoridade que identifica a necessidade de licitação, elabora o edital e julga as propostas apresentadas selecionando a mais vantajosa. Este princípio garante a distribuição de funções entre os servidores da administração, de forma a não concentrarem um grande rol de atribuições e poderes nas mãos dos mesmos atores, o que revelaria nítido conflito de interesses.

O princípio da vinculação ao edital garante que os licitantes não sejam pegos de surpresa ao longo das mais diversas fases do certame. Como o próprio nome sugere, a Administração Pública está vinculada ao edital, não podendo dele se afastar em qualquer circunstância (CUNHA JR, 2013). Sob esse prisma, entende-se que o edital é o fundamento basilar de validade dos atos praticados no curso da licitação, logo, a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade deste últimos (JUSTEN FILHO, 2012).

O princípio do julgamento objetivo está muito próximo com os princípios da igualdade e da impessoalidade com o intuito de impedir que a Administração Pública se desvie de critérios uniformes no julgamento das licitações públicas por ela lançadas. Impede a Administração Pública de utilizar critérios criados de última hora durante o procedimento licitatório (NIEBUHR et al., 2021).

O princípio da motivação dispõe que todos os atos proferidos pela Administração Pública no contexto das licitações e das contratações públicas devem ser motivados, fundamentados e devem ser públicos, pois todo cidadão brasileiro deve ter acesso às informações sobre os processos licitatórios (NIEBUHR et al., 2021).

Desenvolvimento nacional sustentável

O princípio do desenvolvimento nacional sustentável aplicado às licitações e às contratações públicas advém da ideia de que é preciso observar critérios sociais, ambientais e econômicos nas contratações públicas (NIEBUHR et al., 2021). São licitações sustentáveis aquelas que observam critérios ambientais nas especificações contidas nos editais de licitação para aquisição de produtos, para a contratação de serviços e para a execução de obras, de forma a minimizar impactos ambientais adversos (BRASIL, 2021).

No âmbito federal, as chamadas licitações sustentáveis foram regulamentadas pelo Decreto n. 7.746/2012, com as relevantes alterações promovidas pelo Decreto n. 9.178/2017, estando atualmente definido como critérios e práticas sustentáveis, o seguinte:

Art. 4º [...].

I - Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; III – Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

- IV – Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- VII – origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- VIII – Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento (BRASIL, 2017).

Em suma, todos os princípios acima elencados deverão ser levados em consideração nos procedimentos licitatórios lançados e conduzidos pela Administração Pública brasileira.

Em suma, depreende-se que é importante ter conhecimentos dos princípios para entender os “comos” e os “porquês” de cada etapa da licitação. Até porque os princípios do Direito Administrativo nas licitações têm como objetivo maior garantir a isonomia na escolha da proposta mais vantajosa, em prol do desenvolvimento nacional sustentável.

O que é uma Licitação Pública?

De acordo com Justen Filho (2012, p.11), licitação pública é um procedimento administrativo com um fim determinado a selecionar, segundo critérios objetivos predefinidos, a proposta de contratação mais vantajosa para a Administração com a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, garantindo-se a ampla participação dos interessados e o seu tratamento isonômico, com observância de todos os requisitos legais exigidos.

Entende-se pelo termo licitação, um modo de proceder obrigatoriamente para as contratações de todas as instituições mantidas com recursos públicos, entre elas a administração direta e a indireta, que tenham por objetivo obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações (Lei 8.666/93, arts. 1.º e 2.º, e Constituição Federal, art. 37, XXI).

Destarte, não destoia dessa afirmativa, o pensamento de Oliveira (2019), para quem a licitação é o procedimento pelo qual a Administração Pública realiza a contratação de obras, serviços, compras e alienações, garantindo aos interessados a igualdade de condições, em observância ao Princípio da Impessoalidade, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal. Além disso, o procedimento licitatório objetiva à seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Desse modo, tal procedimento dá abertura a todos os interessados a possibilidade de formulação de propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais conveniente para

oficializar e assinar o contrato. Sendo assim, cita-se ainda que, a CF de 1988 exige a licitação para os contratos de obras, serviços, compras e alienações (art. 37, XII), bem como para a concessão e a permissão de serviços públicos (art. 175).

E, ainda, trata-se de um procedimento administrativo que cumpre regras formais e que se encontra vinculado a Administração Pública direta ou indireta, no qual convida empresas interessadas (licitantes) a apresentarem propostas com o intuito de oferecerem bens e serviços, todos colaborando para formar a vontade contratual. Assim, de um lado a Administração estabelece as condições da licitação (edital ou convite), de outro, os particulares retiram o edital e apresentam propostas e até mesmo garantias (DI PIETRO, 2010).

Com base no exposto, reitera-se que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 37, inciso XXI, determinou a obrigatoriedade da licitação para aquisição e alienação de bens e contratações de serviços, já citado anteriormente, onde todos devem ser realizados pela Administração no exercício de suas funções no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, logo a Lei nº 8.666 de 1993, ao regulamentar o referido artigo, estabeleceu normas gerais sobre licitações e contratos administrativos.

Notadamente, o processo licitatório é um procedimento anterior à celebração de um contrato, onde permite que várias pessoas ofereçam propostas e em consequência permite também a escolha mais vantajosa para a Administração, resguardando assim, o interesse público.

E, ainda, licitação é um mecanismo da administração pública com o objetivo de convocar interessados a apresentarem suas ofertas e então escolher a proposta mais conveniente que preserva o interesse público e que se encaixe os requisitos do instrumento de convocação. Um conceito de licitações públicas descrito por (DI PIETRO, 2016) define como um procedimento administrativo pelo qual um ente público, no exercício da função administrativa, abre a todos os interessados, que se submetem às condições fixadas no instrumento de convocação, a oportunidade de elaborar suas propostas dentre as quais selecionará e aceitará a mais adequada, que resguarda o interesse público, para a consolidação de contrato.

Aspectos positivos e negativos da nova Lei de Licitação - prós e contras

Com relação a recente sanção e vigência da lei 14.133/2021, desenvolve-se neste item, as inúmeras mudanças advindas deste documento legal. Assim, serão evidenciados alguns aspectos positivos que, de um lado, a tornam moderna e segura dos atos administrativos e aspectos negativos, pelos impactos burocráticos.

Dentre os aspectos positivos, a princípio, a nova lei de licitação proporciona meios de assegurar a transparência e a regularidade dos atos que serão praticados, mediante uma padronização sistemática de todos estes. Essa metodologia traz maior segurança jurídica para o processo e suas contratações como um todo (NIEBUHR, LAHOZ, SCHRAMM et al. 2021).

A lei 14.133/2021 recepciona práticas modernas, ao ponto em que acena preferencialmente por modalidades eletrônicas, legitima tratativas no âmbito de implementação de novas soluções tecnológicas, conforme previsto no artigo 17 (BRASIL, 2021).

É previsto na nova lei que cidades com até 50 mil habitantes poderão colocar nos seus editais uma cota de preferência de até 10% para as corporações regionais. Para tanto, ocorrerá alteração das fases para todas essas categorizações de licitações. Isso implica dizer primeiro a parte competitiva para depois ser verificada a habilitação (BRASIL, 2021).

Foi feita a extinção das categorias tomada de preço, convite e RDC. E acrescentado o Diálogo Competitivo, no qual o governo necessita e quer ouvir o usuário, destacadamente o pessoal da parte de tecnologia.

Entretanto, dentro das categorizações não se consegue, pelo menos nessa lógica, esquecer a Dispensa de Licitação, que terá seu limite financeiro considerando valores abaixo de 50 mil Reais, compreendida a contratação de bens e serviços diversos e abaixo de 100 mil Reais para serviços de engenharia e manutenção veicular, com redação trazida pelo artigo 75. Na parte de compromissos contratuais, destaca-se aqui que a norma estabelece 60 dias para Rescisão Contratual (BRASIL, 2021).

Merece destaque como um ponto aplaudido pelo meio empresarial como benefício dessa lei (Lei nº 14.133/2021) a flexibilidade trazida através deste diploma legal para as licitações. Logo, certamente se ouvirá ainda menos falar de assinatura no papel, e sim da confirmação por token e-digital.

Conforme o pensamento de Lopes (2021), a Nova legislação de licitações (Lei nº 14.133/2021) objetiva tornar atualizada a direção administrativa pública, isto porque vem oferecer resposta às carências de entes públicos e privados.

Outro ponto positivo, se concentra na orientação aos gestores com relação as temáticas que eles possam estudar para certificar-se em um certame licitatório para que se sintam seguros e firmes. Neles, se ilustra de um modo apontada e destacada, a chamada “matriz de riscos”, que equivale a um aparato instrumental muito importante da fase seguinte à instrutória do desenvolvimento da licitação (OLIVEIRA, 2021).

E, por fim, não se pode deixar de notar toda a atenção do novo estatuto para com a problemática ambiental, praticamente um anseio do século XXI e que pouco era tratado na legislação antecessora. Havendo, a partir de então, a recepção de vários instrumentos que privilegiam práticas e produtos ecológicos, ambientais e que proporcionem o desenvolvimento sustentável.

Sobre os aspectos negativos, a nova lei esbarra em um dos principais fatores que motivaram a elaboração dela própria: a burocratização dos atos procedimentais, o excesso de burocracia, uma vez que exige diversas pesquisas, investigações, detalhamentos, definições além de sucessivas e repetitivas justificativas para tudo, tornando, segundo Niebuhr; Lahoz, Schramm et al. (2020), “[...] algo muito complicado de ser cumprido, especialmente por órgãos e entidades menos estruturados.”

Com base nas ideias dos autores acima, este é o maior pecado da lei, tratar tudo em pormenor, engessar e amarrar, exigir punhados de justificativas para qualquer coisa, documentos e mais documentos, até para compras simples e usuais. Isso torna um verdadeiro entrave para a Administração Pública, principalmente para entes menores, que não possuem disponibilidade de servidores qualificados ou mesmo recursos necessários para produção dos atos exigidos.

Além disso, a exigência do art. 18, § 1º, inciso XIII da Nova Lei de Licitação (NLL), onde deve-se emitir posicionamento conclusivo sobre a viabilidade da execução da licitação, para então se iniciar tais atos, ou mesmo após já ter bom andamento destes, caso haja conclusão desfavorável, haverá aí uma grande quantidade de tempo empreendido, esforço, pesquisa e estudo em vão.

Modalidades de Licitação Pública

➤ **Concorrência** – esta modalidade direciona-se para qualquer interessado, desde que seja comprovado os requisitos mínimos exigidos na fase inicial de habilitação. De acordo com Rossi (2020), normalmente essa modalidade é definida em razão do valor da futura contratação.

Pode ser utilizada para a contratação de bens e serviços especiais (bens e serviços que não são comuns), obras e serviços comuns de engenharia e obras e serviços especiais de engenharia. Os critérios de julgamento: todos se aplicam à concorrência, exceto maior lance, que é próprio do leilão (BRASIL, 2021).

➤ **Concurso** – visa a seleção de trabalhos técnicos, científicos ou artísticos pela Administração Pública e continua sendo estabelecido prêmio ou remuneração ao vencedor. Em suma, dito isso, a sistemática do concurso não foi substancialmente modificada com o advento da nova lei de licitações, uma vez que o objetivo e ideia continuam sendo os mesmos (BRASIL, 2021).

➤ **Leilão** – referenda no que consta do art. 6º, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece o seguinte “modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer maior lance” (BRASIL, 2021). Na Lei atual o legislador não definiu quais são os bens móveis e imóveis sujeitos ao leilão, pois não há essa definição, podendo ser vendido por meio de leilão quaisquer bens móveis ou imóveis da Administração Pública. Além disso, não há mais o limite máximo de valor para a realização do leilão de bens móveis, que atualmente é o mesmo valor da tomada de preços – R\$1.430.000,00. O critério de julgamento é o maior lance, assim como na lei atual (BRASIL, 2021).

➤ **Pregão** – destina-se à aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério poderá ser o do menor preço ou do maior desconto (BRASIL, 2021). Passa a ser obrigatório no caso de bens e serviços comuns, que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado (BRASIL, 2021).

➤ **Diálogo Competitivo** - É a nova modalidade de licitação que será utilizada para situações complexas que exigem soluções inovadoras. Esse é um procedimento de contratação que funciona por meio de diálogos/debates entre licitantes, que serão previamente selecionados mediante critérios objetivos. Nesses debates, os licitantes vão

desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às necessidades da Administração Pública. Ao final dos debates, os licitantes apresentarão uma proposta final de solução (BRASIL, 2021).

Portanto, nesta modalidade, os concorrentes serão escolhidos por meio de critérios objetivos visando desenvolver uma ou mais alternativas apropriadas para atender às necessidades da Administração Pública, na condição de licitante; e, quando finalizados os diálogos, os interessados deverão apresentar uma proposta final, que será então analisada pela Administração.

Para Almeida (2021), as mudanças tem o potencial de acelerar os processos licitatórios, a fim de diminuir a sua burocratização e aumentar a sua flexibilidade, fazendo com que as obras e insumos públicos sejam terminados e utilizados no momento adequado.

No Estado do Amapá, com relação ao processo licitatório, existe a Instrução Normativa nº 001/2021– CLC/PGE, que estabelece diretrizes gerais para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo do Estado do Amapá

Diálogo Competitivo – se destina a contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados (BRASIL, 2021). Portanto, nesta modalidade, os concorrentes serão escolhidos por meio de critérios objetivos visando desenvolver uma ou mais alternativas apropriadas para atender às necessidades da Administração Pública, na condição de licitante; e, quando finalizados os diálogos, os interessados deverão apresentar uma proposta final, que será então analisada pela Administração.

CONCLUSÃO

As formalidades excessivas aliada com a burocracia exagerada e disfuncional, com a exigência de procedimentos repetitivos, de alto teor técnico, podem emperrar a funcionalidade do procedimento licitatório desde o início.

Em suma, a lei 14.133/2021, consoante exposto anteriormente, está revestida de alto grau de formalismo, obviamente com a finalidade de evitar danos, prejuízos, obras inacabadas, atrasos na execução, proporcionar elevada garantia de atendimento ao interesse público pautado e maior segurança jurídica. Mas, em contramão a toda essa blindagem buscada, a burocracia excessiva vem como fator extremamente negativo, com

exigências que mais dificultam e atrasam uma simples análise de viabilidade do que proporciona a celeridade, princípio expresso no texto da nova lei.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Herbert. Nova lei de Licitações e Contratos esquematizada. Estratégia Concursos. 2021. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/lei-8666-atualizada-e-esquematizada-p-ara-concursos>. Acesso em: 12 ago. 2022

ALVES, A. P. G. A evolução histórica das licitações e o atual processo de compras públicas em situação de emergência no Brasil. REGEN Vol. I, No. II, p. 40-60, 2020.

ALVES, A. C. A profissionalização do serviço público na vigência da Constituição Federal de 1988. BDA – Boletim de Direito Administrativo. São Paulo: NDJ, ano 33, n. 6, p. 530-546, junho de 2017.

AMORIM, V. A. J. de. Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência. Brasília: Senado Federal, 2017.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, 05 de outubro de 1988.

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 junho 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm. Acesso em 11 ago. 2022.

_____. Decreto nº 9.178 de 23 de outubro de 2017. Altera o decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a comissão interministerial de sustentabilidade na administração pública. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br>. Acesso em 16 ago. 2022.

_____. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.133-de-1-de-abril-de-2021-311876884>. Acesso em: 11 ago. 2022.

CUNHA JÚNIOR, D. da. Curso de Direito Constitucional. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2008, p. 221

DI PIETRO, M. S. Z. Direito Administrativo. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2010, p.369.

DI PIETRO, M. S. Z. Direito administrativo. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2016, p.369.

FORTES Jr., C. O. Breve história das licitações no Brasil. Disponível em :<<http://www.fortesjr.com.br/breve-historia-das-licitacoes-nobrasil/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

GUTERRES, T. A nova Lei de Licitações: Um panorama sobre as novidades do regime geral das licitações e contratos administrativos. Natal-RN, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/222330>. Acesso em: 11 ago. 2022.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 11 ed., São Paulo, 2012, p. 401

LOPES, V. B. A Nova Lei de Licitações: 5 mudanças trazidas pela norma aprovada. 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em 12 ago. 2022.

MARÇAL, J. F. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012.

NIEBUHR, J. de M. Licitação pública e contrato administrativo. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013, p. 57.

NIEBUHR, Joel de Menezes. LAHOZ, Rodrigo Augusto Lazari. SCHRAMM, Fernanda Santos. et al. Nova lei de licitações e contratos administrativos. 1ª ed. Portal Zênite, 2020. E-book.

NIEBUHR, Joel de Menezes et al. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2. ed. Curitiba: Zênite, 2021. 283p

OLIVEIRA, Gustavo Justino de. Programas de integridade na nova Lei de Licitações: parâmetros e desafios. 2021. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br>. Acesso em 12 ago. 2022.

PINHO, Guilherme Rosa. Um breve percurso sobre a evolução histórica da administração pública brasileira, novembro de 2014. Disponível em:<<https://jus.com.br/artigos/34343/um-breve-percurso-sobre-a-evolucao-historica-daadministracao-publica-brasileira>>. Acesso em 15 ago. 2022.

ROSSI, L. Manual de direito administrativo. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

SANTOS, Letícia Carvalho dos; SILVA, Halisson Vilar da. Nova lei de licitações e suas principais alterações: um norte ao administrador público. RECIMA21 - Ciências Exatas e da Terra, Sociais, da Saúde, Humanas e Engenharia/Tecnologia, v. 2, n. 8, 2021.



**CONTEÚDOS TRANSVERSAIS EM EDUCAÇÃO
EM SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA NO EJA**

**Cileide Tavares Borges do Couto
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/570564.1-5

CONTEÚDOS TRANSVERSAIS EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO FÍSICA NO EJA

DOI: 10.29327/570564.1-5

Cileide Tavares Borges do Couto

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

O objetivo do presente artigo, consiste em compreender os conteúdos transversais em Educação, em Saúde e em Educação Física na modalidade de Ensino de Educação Jovens e Adultos - EJA. O referencial teórico possibilita ampliar o conhecimento sobre o respectivo tema pois são autores que dominam a temática e contribuem grandemente para uma melhor ideia sobre conteúdos transversais, principalmente com objetivo de obtenção de bons resultados para o conhecimento do aluno. O presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica que objetiva contribuir para um maior entendimento de como os conteúdos transversais podem colaborar para a Educação em prol de formação cidadã.

Palavras-chave: Educação Física, Saúde, EJA.

ABSTRACT

The aim of this article is to understand the cross-cutting contents in Education, Health and Physical Education in the modality of Teaching Youth and Adults Education – EJA. The theoretical framework allows to expand the knowledge about the respective theme because they are authors who dominate the theme and contribute greatly to a better idea about transversal contents, mainly with the objective of obtaining good results for the student's knowledge. This article is a bibliographical research that aims to contribute to a greater understanding of how cross-cutting contents can contribute to Education in favor of citizen education.

Key words: Physical Education, Health, EJA.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es comprender los contenidos transversales en Educación, Salud y Educación Física en la modalidad de Enseñanza de la Educación de Jóvenes y Adultos – EJA. El marco teórico permite ampliar los conocimientos sobre la temática respectiva porque son autores que dominan la temática y contribuyen en gran medida a una mejor idea sobre los contenidos transversales, principalmente con el objetivo de obtener buenos resultados para el conocimiento del alumno. Este artículo es una investigación bibliográfica que tiene como objetivo contribuir a una mayor comprensión de cómo los contenidos transversales pueden contribuir a la Educación en favor de la educación ciudadana.

Palabras clave: Educación Física, Salud, EJA.

INTRODUÇÃO

É relevante citar que a contextualização dos Temas Transversais (TTs) deve trazer à tona assuntos que sejam de interesse dos estudantes e de importância para seu desenvolvimento como cidadão. Um dos objetivos centrais é o de subsidiar o estudante para que não termine sua educação formal tendo visto apenas conteúdos abstratos e descontextualizados, mas que também reconheça e aprenda sobre os assuntos que são

relevantes para sua atuação na sociedade. Assim, espera-se que a Transversalidade proporcione ao aluno entender melhor alguns assuntos: como utilizar seu dinheiro, como cuidar de sua saúde, como usar as novas tecnologias digitais, como cuidar do planeta em que vive, como entender e respeitar aqueles que são diferentes e quais são seus direitos e deveres e outros (BRASIL, 2019).

Na educação brasileira, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), em 1996, recomendaram os Temas Transversais e inicialmente, acompanhados da reestruturação do sistema de ensino, com a flexibilidade e adaptação às realidades de cada sistema de ensino e de cada região. Ademais, aliado a apresentação dos conteúdos e objetivos detalhados por níveis, e efetivaram-se como um documento de referência e objetivos gerais que orientam a organização do trabalho docente.

Nesse sentido, os Temas transversais clarificam a relação entre os diferentes componentes curriculares de forma integrada, bem como fazer sua contextualização com situações vivenciadas pelos estudantes em suas realidades, contribuindo para trazer contexto e contemporaneidade aos objetos do conhecimento descritos na BNCC que é o de aproveitar e valorizar os conhecimentos adquiridos pelos indivíduos (BRASIL, 1997; BRASIL, 2017). Contudo, é consenso que a relevância e responsabilidade da educação para atingir seus objetivos e finalidades há que se adotar uma postura que considere o contexto escolar, o contexto social, a diversidade e o diálogo.

Cabe aqui esclarecer que os Temas Transversais na BNCC também têm o propósito de cumprir os dispositivos da legislação que versam sobre a Educação Básica, garantindo aos estudantes os direitos de aprendizagem, seja pelo acesso a conhecimentos que possibilitem a formação para o trabalho, para a cidadania e para a democracia e que sejam respeitadas as características regionais e locais, da cultura, da economia e da população que frequenta a escola.

Assim, anos depois, em 2010, o Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou, por meio da Resolução Nº 4, de 13 de julho de 2010, as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais (DCNs) para a Educação Básica, que fazem referência à transversalidade e aos temas não disciplinares a serem abordados, seja em decorrência de determinação por leis específicas, ou como possibilidade de organização na parte diversificada do currículo (BRASIL, 2010).

Esse novo marco regulatório estabeleceu e demonstrou, entre outras coisas, a preocupação em apontar a responsabilidade que a educação escolar tem em formar “indivíduos para o exercício da cidadania plena, da democracia, da aquisição dos conteúdos clássicos, que possibilitem a formação de um cidadão crítico, consciente de sua realidade e que busca melhorias” (ALMEIDA, 2007, p. 70).

Aliado a isso, na transversalidade contem orientações acerca da necessidade de se instituir, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real (aprender na realidade e da realidade). É relevante citar que em uma perspectiva interdisciplinar do conhecimento, a transversalidade tem significado, pelo fato de que sua proposta didática possibilita o tratamento dos conhecimentos escolares de forma integrada. Logo, tal abordagem, indica uma questão filosófica porque a busca pelo conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e para isso, utilizam procedimentos interdisciplinares que sejam capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas (CNE/CEB, 2010, p. 24).

Diante do que foi exposto, as orientações acima citadas são prerrogativas presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) e nos demais marcos normativos da Educação Básica, nos quais apontam para a obrigatoriedade de as escolas trabalharem os conteúdos científicos e das áreas de conhecimentos específicas, juntamente com a transversalidade de maneira interdisciplinar, associando e conduzindo os sujeitos à reflexão sobre questões da vida cidadã (BRASIL, 2013). Portanto, observa-se a valorização e relevância da abordagem de assuntos de cunho social.

Diante do que foi exposto, cita-se que na versão final da BNCC esses temas passaram a ser denominados Temas Contemporâneos:

cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos (grifo nosso) que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2017, p. 19).

Os Temas Contemporâneos Transversais, conforme anuncia a BNCC (BRASIL, 2017), são considerados como um conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos têm direito. Referem-se a assuntos que extrapolam as experiências dos estudantes em seus contextos, contemplam aspectos

que contribuem para uma formação cidadão, política, social e ética permeados por uma orientação com abordagem transversal. Outro aspecto relevante é que, diferentemente dos PCNs, em que os Temas Transversais não eram tidos como obrigatórios, na BNCC eles passaram a ser uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação dos currículos e propostas pedagógicas (BRASIL, 2017),

Isto porque no ano de 2017, com a aprovação da BNCC, os diversos temas de grande relevância social, apesar de ainda não detalhados na sua forma de implantação, permaneceram contemplados como assuntos transversais e integradores de uma educação que busca uma sociedade mais justa, igualitária e ética, pois elevam o trabalho educativo para além do ensino de conteúdos científicos.

Para Moraes (2012), a abordagem atual dos Temas Contemporâneos Transversais pode contribuir para a construção de uma sociedade igualitária, pois tais estudos permitem a apropriação de conceitos, mudanças de atitudes e procedimentos onde cada estudante participará de forma autônoma na construção e melhorias da comunidade em que se insere.

DESENVOLVIMENTO

Educação em saúde

É fato que do ponto de vista das recentes conquistas políticas, a Saúde e a Educação foram consideradas direitos fundamentais e garantidos segundo a Constituição Federal (BRASIL, 1988), para a qual essas conquistas também desenvolvem uma relação indissociável entre ambas incluindo, também, os pressupostos de cidadania e empoderamento.

Em seus preâmbulos, acredita-se que, no cerne da educação, encontram-se os valores de formação humana e social, sendo a saúde entendida como um valor primordial à condição de dignidade humana que requer, para além de limites orgânicos, dimensões sociopolíticas de convivência e singularidades (BRASIL, 1988).

Para Freire (2014), a relação Saúde e Educação está no diálogo, na problematização e elaboração de um saber sistemático e relacional, como resumo entre os saberes apreendidos na escola da vida e os proclamados na vida da escola.

Isto remete dizer que a compreensão da relação entre Saúde e Educação, se constitui de direitos de cidadania, com a proposta de elaboração de políticas públicas que

deem materialidade aos compromissos com a população, justificadas pela integralidade, e que não podem ser concebidas de forma fragmentada.

O processo de integração entre os dois setores, portanto, caracteriza-se por um processo de educação permanente, uma vez que a educação é considerada como emancipação pelo fato de propiciar o diálogo e aprendizagens mútuas que facilitam a compreensão da saúde em sentido ampliado (FONSECA, 2017).

Segundo Vila (2017), a educação em saúde é compreendida como campo de múltiplos olhares para o qual convergem diversas concepções, tanto na área da educação, quanto na área da saúde, as quais espelham diferentes compreensões do mundo, sobre o homem e a sociedade. Pode ser entendida como um meio de troca de informações e de desenvolvimento de uma visão crítica dos problemas de saúde e não um processo limitado de transmissão de informações. Logo, as práticas em educação em saúde devem provocar o envolvimento da comunidade nos programas de saúde, incluir políticas públicas, promover transformações conceituais na compreensão de saúde, relacionar propostas libertadoras, comprometidas com o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania e a melhoria da qualidade de vida.

Historicamente, a educação em saúde tradicional, iniciou-se com a chamada Educação Sanitária, que surgiu no Brasil a partir da necessidade do Estado brasileiro de controlar as epidemias de doenças infectocontagiosas que ameaçavam a economia agroexportadora do país durante a República Velha, no começo do século XX (DIAS, 2015).

Diante deste panorama, as campanhas sanitaristas eram ditatórias, e a situação teve uma piora com o golpe militar em 1964. A partir da década de 1970, profissionais da saúde, militantes e a população iniciaram o Movimento Popular em Saúde ou Educação Popular em Saúde devido a insatisfação em relação ao modelo sanitarista ditador.

Com a consolidação da Reforma Sanitária, culminando com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988, que proporia um novo modelo de atenção em saúde voltado para a prevenção e a integralidade no atendimento, a educação popular em saúde passou a ser mais difundida, pois

Com isso, se propiciou o surgimento de outro modelo de educação em saúde chamado de dialógico ou radical. A educação em saúde dialógica ou radical caracteriza-se pelo diálogo bidirecional entre as duas partes envolvidas no

processo educativo, profissional de saúde e comunidade, valorizando o saber popular, e respeitando a autonomia do indivíduo no cuidado de sua saúde e incentivando-o a ter participação ativa no controle social do sistema de saúde (MACIEL, 2020, p. 19).

De certa forma, a educação em saúde vem sendo divulgada como uma alternativa para promover a saúde, sensibilizando os indivíduos para o autocuidado e, principalmente, para a busca da autonomia; influenciando, assim, o curso de suas vidas. A partir dos movimentos da nova saúde pública e da promoção da saúde, nas décadas de 1970 a 1980, é que surgiram discursos pautados na necessidade de abranger mutuamente profissionais, ambientes, e usuários dos serviços de saúde com vistas a redirecionar as práticas assistenciais através inclusive das ações educacionais (DALL'AGNOL et al, 2017).

Em seu estudo, Sousa (2010), destaca que a educação em saúde constitui instrumento para a promoção da qualidade de vida de indivíduos, famílias e comunidades. Isso ocorre por meio da articulação de saberes técnicos e populares, de recursos institucionais e comunitários, de iniciativas públicas e privadas, superando a conceituação biomédica de assistência à saúde e abrangendo multideterminantes do processo saúde/enfermidade-cuidado.

Em relação à educação em saúde, durante as últimas décadas, pode-se notar um desenvolvimento surpreendente e uma reorientação crescente das reflexões teóricas e metodológicas, porém nas práticas educativas ainda predomina o proceder cartesiano, sob influência da educação “bancária” e concepções behavioristas e deterministas onde através da instrumentalização técnico-científica, os profissionais da saúde e educadores devem influenciar na mudança de comportamento para uma vida mais saudável (GRAZZINELLI et al., 2018).

Assim, uma nova abordagem de educação em saúde tem se destacado atualmente por valorizar o desenvolvimento da consciência crítica das pessoas, favorecendo o despertar da necessidade da luta por direitos à saúde e à qualidade de vida. A educação em saúde objetiva a adoção de um novo paradigma educacional centrado na promoção de escolhas saudáveis, livres e racionais, devendo então descartar a visão de mudança de comportamento individual como uma das metas da promoção da saúde; assim como superar a conceituação biomédica de saúde e abranger objetivos mais amplos. Nesse sentido, a educação deve deixar de ser um simples instrumento de transmissão de

informações, no qual o educando é visto como um passivo recipiente do conhecimento que será fornecido pelo professor ou profissional da área da saúde (SOUSA et al, 2016).

Portanto, se torna emergente o estabelecimento de debates acerca de como implementar, eficazmente, a educação em saúde, no sentido de multidimensional a assistência através de práticas diferenciadas e que realmente estejam em consonância com os preceitos estabelecidos pelas políticas públicas de saúde adotadas no país (DALL'AGNOL et al, 2017).

De modo específico, a Saúde Escolar abarca ações que compreendem a saúde geral da criança e do adolescente em idade escolar, dentro e fora da instituição e deve contar com a participação da família, comunidade e órgãos governamentais (GUEDES, 2019), pois a escola é o espaço que privilegia a formação do homem e do cidadão. E ainda, é no ambiente escolar que acontece a relação das trocas de informações e experiências e é também o local em que o grupo de alunos passa a maior parte de seu tempo, facilitando, assim a socialização e interlocução do escolar com o mundo onde vive (DALL'AGNOL et al, 2017).

Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 2007) a escola é formadora de opiniões das crianças, adolescentes e de suas famílias, sendo então, um dispositivo social a ser utilizado como cenário e ferramenta da educação em saúde, indo em busca da formação de cidadãos conscientes e responsáveis por suas escolhas e comportamentos. Assim, neste sentido, esse elo entre saúde-educação se torna fundamental para alcançar os grupos de crianças e adolescentes. Salienta-se a importância fundamental que a escola tem ao trazer a constituição e a política do SUS para o âmbito escolar, destacando a saúde como direito universal construído ao longo da vida dos escolares (MEYER, 2016), alicerçada na Educação Social para serem discutidos valores e possibilidades socioculturais em direção a inclusão social, entendimento da diversidade e atendimento à diferença.

Saúde: conceituação

A definição do termo saúde para a Organização Mundial de Saúde (OMS) envolve um completo estado de bem-estar físico, mental e social do indivíduo, e não como ausência de doença como era comumente visto antigamente. Portanto, a saúde passa a ser um direito social e fundamental da pessoa humana, assegurado em diversas convenções,

passando a ser um valor coletivo, um bem de todos, devendo cada um gozá-la individualmente e de forma solidária, sem prejuízo de outrem (MACHADO, 2016).

Antigamente, ela era vista como a perfeição morfológica, acompanhada da harmonia funcional, da integridade dos órgãos e aparelhos, do bom desempenho das funções vitais. Nos dias atuais, passou a ser considerada sob outro plano ou dimensão. Ou seja, ultrapassou a seara individual para ser analisada de modo comparativo com o trabalho e com a comunidade.

A saúde constitui-se como um dos direitos fundamentais de todo ser humano, sem distinção de raça, de religião, de condição e econômica e et. (ZIEMAN, 2014).

A saúde, portanto, não deve ser vista de modo limitado, a um conceito fechado, pois outros fatores podem influenciar na vida das pessoas. Assim, diante dessa afirmação, a ideia de promoção de saúde vem sendo discutida em todo o planeta, na perspectiva de melhorias das condições de saúde da população, incluindo os escolares, onde os programas de saúde escolar passam a ser preocupação de órgãos como a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Fundo Internacional das Nações Unidas de Emergência para a Infância (UNICEF) e a Organização Científica e Cultural das Nações Unidas para a Educação (UNESCO). Todos os programas destas instituições têm como meta a saúde da criança na escola (MACHADO, 2016).

Conteúdos transversais em educação em saúde

Nos últimos anos, observa-se que as políticas públicas vêm mudando a forma de ensinar a saúde, na busca de condições de promoção da saúde, onde envolvem ações voltadas para a autonomia e cidadania da população. Junto a isso, comenta-se que os professores da educação básica devem estar preparados em atender as necessidades dos escolares, com vistas à reflexão da realidade.

Com base nessa argumentação, entende-se que ao ensinar saúde, as ações necessitam estar em consonância com as mudanças curriculares, regulamentadas por referenciais curriculares, como é o caso dos PCNS (1997) e da BNCC (2017), que contemplam a transversalidade, contendo os objetivos e conteúdo a serem abordados, de modo específico o tema saúde.

Dada a importância destinada ao currículo, acredita-se que a ideia de transversalidade se apresenta inicialmente como uma aposta de mudança e renovação do ensino, trazendo forte proposta no trabalho interdisciplinar, já citado anteriormente.

Nesse viés, Silva (2013, p.20-21), resgata o conceito de currículo dizendo “que é um espaço, um campo de produção e de criação de significados”, para levar a pensar sobre um importante reforma curricular, a qual gerou, no entanto, poucas mudanças na prática docente: a transversalidade.

Dessa forma, visualiza-se que a transversalidade, concebida na proposta dos PCN como os “temas transversais”, apresenta-se como indicativo de mudança na educação escolar em um modelo institucional que valoriza conteúdos estanques e fragmentados, que valoriza a linearidade e a sequenciação de conteúdos e, com isso, limita ações que impliquem mudanças de práticas pedagógicas.

Dessa forma, de acordo com o *PCN: Tema Transversal Saúde*, o educador tem o dever de levar em conta a diversidade cultural, ao trabalhar essa temática com os alunos, e, em especial, valorizar a pluralidade intrínseca à cultura brasileira, proporcionando oportunidade para a discussão sobre a situação de saúde de diferentes grupos, suas percepções diferenciadas quanto à questão, como resolvem seus problemas cotidianos e como têm se mobilizado para transformar sua realidade (PCN, 1997).

De modo específico, ao abordar a *temática Saúde* o professor deve proporcionar o entendimento das diferentes maneiras como *valores e práticas relativos à saúde* em geral, ou especificamente, no âmbito da sexualidade humana, compõem e refletem-se nas vivências biológicas, afetivas e sociais. Pois ambos, *saúde e sexualidade*, permeiam e se entrelaçam, não sendo possível trabalhá-los de forma desconectada (PCN, 1997).

De acordo com os PCN, para que ocorra o desenvolvimento de concepções e atitudes, o aprendizado de procedimentos e *os valores positivos com relação à saúde* devem ir além das áreas e temas do currículo. E para se concretizar nas diferentes atividades escolares, deve-se trabalhar em todos os espaços da escola, por meio da construção de uma dinâmica que permita a vivência de situações favoráveis ao fortalecimento de compromissos para a busca da saúde. Por isso, a transversalidade na *educação para a Saúde*, desenvolve-se em situações de convivência que se criam e no atendimento oportuno de interesses dos alunos.

Além disso, a escola também pode promover a organização de campanhas, seminários, trabalhos artísticos, mobilizando diversas classes, divulgando informações, ou utilizando materiais educativos produzidos pelos serviços de saúde. Assim, os alunos compreenderão melhor a temática Saúde e formularão proposições com base em questões

reais. Com isso, a educação para a Saúde não correrá o risco de se transformar em um projeto vazio, distante da realidade dos alunos.

A saúde na escola

Em meados do século XX já havia parcerias entre os setores da saúde e da educação com programas de assistência à saúde na escola. Porém, estavam relacionados a uma lógica sanitária, preservando o modelo biomédico compenetrado na doença. Além disso, consoante a isso, o programa era enfraquecido e enfrentava vários desafios na sua implementação. Assim, somente depois da implantação do SUS ocorreram mudanças que trouxe o direcionamento adequado (GRACIANO et al., 2015).

Com o passar dos anos, em novembro de 1986 na cidade de Ottawa no Canadá, ocorreu a primeira conferência internacional sobre promoção da saúde sob a ótica mais ampla com conceitos e estratégias fundamentais acerca da saúde outrora ignorados. Após este acontecimento, realizaram-se várias outras com o mesmo intuito de ampliação dos saberes. A partir de então o ambiente escolar passou a ser uma ferramenta para gerar promoção da saúde por meio de ações no currículo escolar (FERREIRA; OLIVEIRA; SAMPAIO, 2021).

Portanto, baseado nas ideias das autoras acima, percebe-se que há o aprimoramento da visão sobre promoção da saúde cujo propósito é trabalhar na preparação e participação da comunidade escolar na prevenção a doenças culminando na qualidade de vida através da mudança de hábitos dos cinco eixos de ação: criação de ambientes favoráveis à saúde, desenvolvimento de habilidades, políticas públicas saudáveis, reforço da ação comunitária e reorientação dos serviços de saúde.

Neste sentido, a promoção da saúde e a educação em saúde têm que ser vistas como deveres de cidadania que requerem também um envolvimento dinâmico de toda comunidade capacitando a criança e o jovem com o intuito de que, ao terminarem a escola, estejam instruídos a cuidar da própria saúde e da do seu próximo aplicando estilos de vida que possibilitem o progresso total de suas capacidades (CORREIA; PASTANA; LOBÃO, 2016).

Faz-se mister comentar que na sociedade atual, conhecida como "a Sociedade da Informação", o provável seria de se esperar que as pessoas tivessem conhecimento sobre o movimento de funcionamento dos serviços de saúde, como também dos programas

realizados para prevenção e promoção em saúde, para que desta forma, se estabelecesse a construção da cidadania de forma geral (GRACIANO et al., 2015).

Sendo assim, a escola, apesar de muitas controvérsias, é a instituição responsável pela (re)construção de cidadãos com pensamento crítico, que é propiciada através da educação. E a educação envolve a informação para a construção do conhecimento e o desenvolvimento das tecnologias.

Já os serviços de saúde, além de proporcionarem a assistência, também são responsáveis por programas de saúde, como por exemplo, o PSE, que objetiva propiciar a prevenção de problemas de saúde e promoção da saúde, que já se encontra bem estabelecido, porém a divulgação sobre suas atividades e objetivos não apresenta o mesmo desempenho. Por isso, é importante a parceria de Instituições que ofertam os serviços de saúde com a Escola, que tem por norte contribuir para a formação de cidadãos, como também resgatar e até qualificar o papel dessas instituições na prevenção e promoção da saúde, através das atividades educativas (GRACIANO et al., 2015).

Mediante ao exposto, remete citar que um dos passos determinantes para a procura dos saberes educacionais está na abertura do estabelecimento de ensino para os projetos de saúde envolvendo alunos, professores e coletividade, visto que de antemão, deve estar incluso no Projeto Político Pedagógico (PPP) e evidenciar a relevância da integração entre educação e saúde (BAGGIO et al., 2018).

Consoante a isso, o PPP escolar deve ser elaborado satisfazendo as expectativas dos educadores e especialmente as dos estudantes. Em todas as escolas que aderiram ao PSE as atividades propostas devem ser analisadas pela comunidade escolar no que tange a sua estrutura, condições, coerência pedagógica e as necessidades da escola ou dos alunos, e se preciso são submetidas ao conselho pedagógico (SANTOS; ADINOLFI, 2022).

Portanto, as ações socio pedagógicas são elaborados em um trabalho conjunto respeitando as competências próprias de cada setor podendo ser propostas ou melhoradas tanto pelos profissionais de saúde quanto da educação. (BAGGIO, 2018; BRASIL, 2007).

Hodiernamente, as ações do PSE estão compostas de três componentes a fim de facilitar a geração de estratégias para sanar problemas identificados e vivenciados:

- Componente I avaliação clínica e psicossocial tem como finalidade da avaliação da saúde com o propósito da percepção precoce de agravos à saúde.

- Componente II promoção e prevenção a saúde viabiliza o direcionamento aos estudantes para serem responsáveis com sua própria saúde através de preferências mais saudáveis, e
- Componente III formação que exerce o papel de atualizar e renovar a equipe que gerencia, e os operantes no programa (FABIANE; CAPES, 2015).

Diante das premissas, cabe aqui citar algumas estratégias que podem ser utilizadas no ambiente escolar, nas quais podem colaborar na construção de associação da atividade físicas às práticas corporais como: desenvolver a ligação das disciplinas com o tema promoção da saúde sempre que for adequado, realizar competições, como gincanas, festivais de jogos, esportes que incluem a participação dos profissionais de educação e saúde, familiares, e outras pessoas relacionados ao estudante (SILVA, 2018).

Conceitualmente, atividades corporais é a exteriorização própria ou coletivas de movimento corporal, decorrente da compreensão e vivência em torno da dança, luta, ginástica, jogos entre outras modalidades, edificadas na escola ou no tempo livre (SILVA, 2018)].

Outrossim, são evidenciados, portanto, que as práticas corporais e atividades físicas justificam que a interprofissionalidade se faz primordial para a produção de um cuidado colaborativo, viabilizando melhor qualidade na oferta e a obtenção de resultados favoráveis na aplicação da promoção à saúde (SILVA; SILVA; FERREIRA, 2021).

Sob esta égide, o Brasil por apresentar uma diversidade cultural pode utilizar também como estratégias específicas para à promoção da saúde dos educandos por meio da valorização da cultura local mediante a introdução de elementos culturais referente a cada região as práticas educativas e de saúde, atribuindo identidade as comunidades específicas como a indígena, quilombola, ribeirinha, da floresta, do cerrado, do campo e da cidade (SILVA, 2018).

Para tanto, se faz necessário que profissionais de educação e de saúde trabalhem articulados a fim de incentivar a inserção de hábitos de práticas corporais aos estudantes através da construção de modos de vida saudável centralizados em viver com saúde. É fundamental trazer um suporte social com a finalidade de propagar as práticas corporais, atividade física e lazer na escola e na comunidade (FABIANE; CAPES, 2015).

Pela multiplicidade de aspectos, acrescenta-se que é importante reconhecer que as ações de Educação em Saúde pretendem trabalhar a autonomia dos educandos por meio

da construção conjunta de conhecimentos, práticas e costumes, estendendo-se a outros espaços, não estando limitada, portanto, aos espaços tradicionais de tratamentos de doenças a exemplos de postos de saúde, hospitais, podendo ser trabalhada em espaços destinados à educação (GRACIANO et al., 2015).

Muito embora enfrente dificuldades, reitera-se que o PSE é uma importante estratégia intersetorial de cuidado integral aos escolares, que estimula a articulação entre os setores de saúde e educação e mobiliza ações relevantes, constituindo-se em uma possibilidade de suprir a necessidade de fortalecer a integração entre os setores educação e saúde, bem como a corresponsabilização entre esses setores, habituados a trabalhar isoladamente.

Contudo, quando se fala em intersectorialidade, não se resume apenas no papel da escola como receptora das ações, na cessão do espaço, nem somente em disponibilizar materiais e equipamentos, mas de acolher, promover, participar do planejamento e execução das atividades do programa também assumido pelos profissionais da saúde. Evidencia-se com esta chamada, a necessidade da corresponsabilidade de compartilhar ações, discutir, planejar, avaliar o programa em conjunto, para que as ações sejam eficazes, além de que todos os atores estejam envolvidos, profissionais da saúde, professores e alunos, que conheçam o programa, e que haja um diálogo constante entre a ESF e a escola (CAVALCANTI, 2015).

Por estes argumentos, considera-se a Promoção da Saúde como um conjunto de estratégias e formas de produzir saúde, no âmbito individual e coletivo, visando a atender às necessidades sociais de saúde e garantir a melhoria da qualidade de vida da população (BUSS, 2015). Logo, programas como o PSE requerem abordagens amplas e diferenciadas, tanto no desenvolvimento de suas ações quanto em seu processo avaliativo.

Com isso, as ações do programa, fundamentalmente, são vistas como práticas intersetoriais que dentre as finalidades, ampliam a consciência sanitária, os direitos e deveres da cidadania, educação para a saúde, estilos de vida e aspectos comportamentais (BUSS, 2015).

Em síntese, há evidências do benefício de atividades participativas de promoção à saúde no ambiente escolar, caracterizando-se pela interação entre conhecimentos prévios e novos. Nesse processo, os conhecimentos prévios são ressignificados dentro da sua realidade e os novos conhecimentos adquirem significado para o sujeito.

Entretanto, percebe-se quanto a articulação entre os dois setores, que há uma lacuna existente entre teoria e prática, que indica a necessidade de intervenções com metodologias progressistas e inovadoras nas práticas educativas em saúde. Muitos profissionais percebem a saúde como uma concepção de trabalho/cuidado em saúde reduzido ao corpo biológico. Desse modo, perpetuam a visão higienista e de isolamento da própria instituição em relação aos outros equipamentos do contexto em que estão inseridos, pois as ações educativas são executadas de forma isolada e sem articulações com contexto sociocultural (LUQUEZ & SABÓIA, 2017).

Assim, o modelo dominante de educação na área da saúde ainda permanece centrado no ensino das doenças, por meio de aulas teóricas e estratégias de ensino-aprendizagem centradas no professor. No entanto, as propostas para um modelo inovador incluem ensino centrado na saúde, com ênfase em práticas de promoção à saúde, com estratégias centradas no aluno, que permitam autonomia na construção do conhecimento e valorização de atitudes, habilidades, além do conhecimento técnico. Ou seja, práticas educativas bem-sucedidas são aquelas que geram aprendizagem e desenvolvimento humano, porque contribuem para a expansão de afetos alegres que potencializem mentes e corpos humanos a agirem com compromisso social (MARQUES & CARVALHO, 2017).

Educação Física e a educação de jovens e adultos

O Ensino da Educação Física (EF) na EJA é um desafio devido à sua diversidade, com características próprias e peculiaridades que a configuram como uma modalidade da educação básica, existente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN (BRASIL, 2017a).

Nesse diapasão, Arroyo (2017) compreende a EJA como *lócus* de diversidade de tempos-espacos de formação das pessoas jovens e adultas e que se realiza em escolas, comunidades, igrejas, movimentos sociais, diversidade de sujeitos – do jovem ao idoso – não limitando apenas a estruturas escolarizadas.

A preocupação com a educação de adultos surge no Brasil desde o período colonial, pautada por uma concepção catequista e formação de mão de obra nativa para o trabalho, a partir da chegada dos jesuítas no país (BEISIGEL, 2014; PAIVA, 2012; HADDAD; DI PIERRO, 2010).

A elaboração de estudos que investiguem a Educação Física na EJA tem como centralidade a possibilidade de materialização e sistematização na prática pedagógica, bem como implantação de proposta curricular específica, porque fornecem elementos teórico-metodológicos para sua reflexão, produção de conhecimento e contribuição para o desenvolvimento da área,

O ensino da Educação Física nessa modalidade de ensino precisa ser compreendido, refletido e materializado, considerando as características e diversidades dos sujeitos, pois o processo de ensino-aprendizagem requer uma aproximação com a realidade concreta, solicitando um maior engajamento de pesquisadores, professores e estudantes em prol de pesquisas e propostas pedagógicas específicas da disciplina em pauta.

Segundo Libâneo (2017), a educação e o ensino podem caminhar juntos para compreensão e reflexão das questões de natureza social, política, filosófica e pedagógica que incidem sobre a sociedade e, em especial, sobre a escola e a prática pedagógica dos professores, contribuindo com a tomada de decisão dos sujeitos, vislumbrando uma ação humana participativa, solidária e cidadã, realizada em parceria entre o professor e os estudantes.

Tal assertiva é corroborado com Reis; Molina Neto (2014), ao afirmarem que as aulas de Educação Física na EJA não necessitam ter um formato definido, acabado e linear, pois é importante dar atenção às trajetórias de vida dos estudantes, principalmente por eles terem, em geral, idade mais avançada que os estudantes do ensino regular, nos segmentos fundamental e médio.

Entende-se que essa disciplina tem muito a contribuir com a EJA, na medida em que reconhece a diversidade dos sujeitos, fornecendo elementos teórico-metodológicos para seu processo de tomada de decisão que se inicia na sala de aula, podendo ser extrapolado para a realidade de modo crítico e reflexivo. Desse modo, as aulas podem ser ministradas de maneira teórica, valorizando-se as características locais, especificidades e anseios dos estudantes (REIS; MOLINA NETO, 2014).

Coadunando com o pensamento dos autores acima, Lisboa e Pires (2004), apontam que as aulas de EF na EJA, quando ministradas apenas de maneira teórica, colaboram com o elitismo intelectual, havendo um dualismo entre corpo e mente, sendo o segundo responsável pelo intelecto, enquanto o “corpo” fica em segundo plano.

Apesar disso, os autores fazem um alerta para que se considere o contexto, o respeito para a realidade dos estudantes da EJA, pois a aula de EF nessa modalidade de ensino pode fazer uso de recursos audiovisuais e da produção textual como subsídios para a prática pedagógica, tal como sinaliza o estudo de Lisboa e Pires (2004), que apresenta contribuições para o uso da mídia, tal como a televisão, um veículo que pode se fazer presente nessas aulas.

Outro recurso que pode ser utilizado nas aulas de EF na EJA, são os recursos tecnológicos, desde que sejam alinhados ao planejamento, nos quais podem contribuir para o processo de ensino e aprendizagem, que contemplem a seleção, organização e sistematização do conhecimento em consonância com a realidade dos estudantes e da prática pedagógica dos professores (LISBOA; PIRES, 2004).

Sobre o uso das tecnologias, Lisboa e Pires (2004) pontuam que é notório que na atualidade, a TV, os smartphones, tablets e as mídias digitais estão cada vez mais incorporados à rotina de vida da população, devido à sua aplicabilidade no âmbito do comércio e serviço, mobilidade urbana, segurança pública, saúde/bem-estar e educação.

Paralelo a isso, ainda de acordo com os autores supra, o uso do texto didático também é mais um recurso importante para os professores que ministram aulas na EJA, por apresentarem contribuições para a prática pedagógica, além de aproximar os estudantes dos conhecimentos da EF como uma nova possibilidade: a produção escrita.

Amaral (2014) investigou o uso do texto didático na prática pedagógica dos professores da rede estadual de ensino de Pernambuco, suas possibilidades, limites e contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Para o autor, o texto didático ainda é pouco difundido nas aulas de EF, apesar de produções emergentes na área.

Haddad (2007), Machado e Rodrigues (2014), comungam da ideia de que as aulas, o planejamento e a utilização de recursos metodológicos requerem uma aproximação com a realidade dos alunos, do contexto local, possibilitando um entrelaçamento do conhecimento historicamente construído com a prática social dos estudantes da EJA. Todavia, alertam sobre a urgência de refletir acerca dessa modalidade de educação de modo crítico, abrindo debates sobre os rumos da prática pedagógica e das políticas públicas da EJA no Brasil, com o intuito de proposições que efetivem o direito a uma escolarização para todas as pessoas, independentemente da sua idade.

Também relatam sobre a materialização de propostas educativas que se faz com o reconhecimento dos sujeitos (estudantes e professores) enquanto seres dotados de conhecimentos e de potencialidades que necessitam ser considerados em ações que compreendam a EJA em consonância com a realidade sociocultural.

Portanto, a compreensão das questões que envolvem as políticas públicas e a educação enquanto direito humano universal da EJA é condição *sine qua non* para a prática pedagógica dos professores, pois ao serem refletidas e aprofundadas por estudiosos como (HADDAD; DI PIERRO, 2015; ARROYO, 2017; PAIVA; HADDAD; SOARES, 2019; SOARES; PEDROSO, 2016), fornecem elementos para entender a realidade em que se encontram inseridos os sujeitos (estudantes e professores).

Por fim, a realidade escolar, ao fazer parte do processo de reflexão do professor, da prática pedagógica, do seu planejamento e avaliação, aproxima os conhecimentos de ensino do contexto sociocultural dos estudantes, oportunizando o compartilhamento de conhecimentos que possam trazer sentidos e significados para os sujeitos da aprendizagem.

Isto porque a realidade escolar revela caminhos para o ensino dos professores de EF que ministram aulas no contexto da EJA, sendo imprescindível considerar a diversidade metodológica e o perfil da aula, pautados tanto nos aspectos conceituais expositivos como em experiências corporais. Assim, conhecer, usar e qualificar os recursos materiais disponíveis, a infraestrutura e a localidade onde estão inseridas as unidades de ensino contribui para articular os objetivos, planejamento e avaliação dos conhecimentos da EF na EJA.

CONCLUSÃO

A definição da Educação Física trata de diferentes manifestações e expressões corporais, dentre as quais se destacam: “jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, malabarismo, contorcionismo, mímica e outros” (COLETIVO DE AUTORES, 2012 p.26). Contudo, Monteiro (2009) destaca sobre o objeto da educação física, o qual se volta a diversos olhares, a saber: educação, saúde ou lazer, mundo do trabalho e relação profissional, dimensões centrais da vida humana, além das demandas ambientais, com a relação entre corpo e ambiente que deve ser tratada de modo integrado nas aulas.

Sanches Neto et al. (2013), reflete ainda que tais fundamentos são importantes na discussão da produção do conhecimento em Educação Física e Educação de Jovens e Adultos, uma vez que a temática pode transitar entre várias conotações.

E uma dessas conotações pontua que a oferta da educação física ainda é facultativa, no período noturno, horário comumente destinado às turmas da EJA, ou seja, é reconhecida sem importância dentro do rol de componentes curriculares que estão presentes no contexto escolar. Isso se deve ao fato de que a EJA apresenta um pensamento do senso comum de que a condição de cansaço dos alunos é uma barreira para inserção na aula, isto porque geralmente os alunos frequentam as aulas após longas jornadas de trabalho (LIMA, 2015).

Sobre esse fato, Günther (2014, p. 66) estabelece o diálogo entre EJA e Educação Física, na tentativa de elucidar o entendimento de que as aulas de educação física estão atreladas a representações fragmentadas sobre jogo, ginástica e outras práticas corporais que na EJA são compensatórias depois das longas jornadas de trabalho, assim sendo, representam um momento de descontração, recreação ou manutenção de uma condição física saudável.

Nesse diapasão, Ferreira e de Paula (2011) expõem sobre alguns equívocos no escrito acima: o primeiro deles é restringir as aulas de educação física a aspectos técnicos e práticos, a segunda refere-se à tentativa de diminuir os conteúdos práticos da educação física em relação aos conteúdos teóricos que as outras disciplinas oferecem, atingindo de modo direto as aulas de educação física, artes ou qualquer prática que esteja disposta a utilizar o corpo como meio de intervenção e possibilidade de saber na escola, resultando nas entrelinhas, uma educação física como uma atividade isolada, destituída de um corpo de conhecimentos extracurricular, reduzindo, portanto, o caráter da educação física em comparação aos estudos da EJA.

Em síntese, depreende-se que na EJA a educação física deve integrar todos os alunos na cultura corporal de movimento, formando cidadãos que vão produzi-las e reproduzi-las.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fabiana Cezário de. Os livros didáticos de matemática para o ensino fundamental e os Temas Contemporâneos Transversais: realidade ou utopia? Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências, Bauru, 2007.
- ALVES, J. D.; MACIEL, M.G. A percepção dos alunos idosos da educação de jovens e adultos sobre a importância da educação física para a promoção da saúde. R. Min. Educ. Fís., Viçosa, Edição Especial, n.1, p.390-397, 2012.
- AMARAL, Lucas Vieira do. Textos didáticos na prática pedagógica do professor de Educação Física da rede estadual de ensino de Pernambuco: possibilidades, limites e contribuições. 2014. 163f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade de Pernambuco, Escola Superior de Educação Física, Recife, 2014.
- ARROYO, Miguel González. Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa. Petropolis: Vozes, 2017.
- BAGGIO MA, BERRES R, PENTEADO B, GREGOLIN S, AIKES S. Implantação do Programa Saúde na Escola em Cascavel, Paraná: relato de enfermeiros. Revista Brasileira de Enfermagem. V. 71(supl 4), p. 1631- 8, 2018.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. Estado e Educação popular: um estudo sobre a educação de adultos. São Paulo: Liber, 2014.
- BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil: Brasília (DF): Senado Federal; 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília, 1997. p. 263-265.
- BRASIL. Ministério da Educação. Ministério da Saúde. Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 dez. 2007. Seção 1, p. 2.
- BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. MEC, 2013. Brasília, DF, 2013. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica-2013-pdf/file/>> Acesso em 14 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. MEC, 2017. Brasília, DF, 2017. Disponível em <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/download-da-bncc/>> Acesso em 14 jun. 2022.
- BRASIL. LDB- Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017^a.

BUSS PM. Uma introdução ao conceito de promoção da saúde. In: CZERESNIA D, FREITAS CM, organizadores. Promoção da saúde: conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; 2015. p. 15-38.

CAVALCANTI, O. S. M. B; PAIVA NETO, Francisco Timbó de; RECH, Cassiano Ricardo. Programa Saúde na Escola: interpelações sobre ações de educação e saúde no Brasil. Textos & Contextos, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 387-402, ago./dez. 2015.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 2012

CORREIA C, PESTANA L, LOBÃO S. Saúde escolar em construção: que projetos? Millenium. V. 41, p. 41, p. 89-113, 2016.

DALL'AGNOL Clarice Maria et al. O trabalho com grupos como instância de aprendizagem em saúde. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v. 28, n.1, p. 21-26, mar. 2017.

DIAS, Cassia Rodrigues. Enunciações de estudantes sobre a saúde na escola: desmistificando o programa saúde na escola. Projeto de pesquisa. Fundação Oswaldo Cruz. Porto Alegre, 2015.

FABIANE A, CAPES B. Políticas Públicas de Educação e Saúde na Escola: Apontamentos iniciais sobre o programa saúde na escola (PSE). Universidade Estadual de Maringá. Maringá/SP; 2015.

FERREIRA, L.O.F.; DE PAULA, J.A. Um diálogo entre a educação física e a eja: os corpos dos educandos e educadores. Anais do XVII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e IV Congresso Internacional de Ciências do Esporte, Porto Alegre, set. 2011.

FERREIRA, H.S., OLIVEIRA, B.N., E SAMPAIO, J.J.C. Análise da percepção dos professores de educação física acerca da interface entre a saúde e a educação física escolar: Conceitos e metodologias. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 35(3), 673-685, 2021.

FONSECA AF. O território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz; 2017.

FREIRE P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra; 2014.

GRACIANO AMC, CARDOSO NMM, MATTOS FF, GOMES VE, BORGES-OLIVEIRA AC. Promoção da Saúde na Escola: história e perspectivas. J Heal Biol Sci. V. 3, n. 1, p. 34-38, 2015.

GRAZZINELLI, Maria Flávia et al. Educação em saúde: conhecimentos, representações sociais e experiências da doença. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 200-206, fev. 2018. Disponível em: <https://www.scileo.br>. Acesso em: 12 jun. 2022.

GUEDES D.P. Educação para a saúde mediante programas de Educação Física escolar. São Paulo: Motriz, v.5, n.1, jun,2019.

GÜNTHER, M.C.C. O direito à educação física na educação de jovens e adultos. Rev. Bras. Ciênc. Esporte, Florianópolis, v.36, n.2, supl., p.s400-s412, abr./jun. 2014

HADDAD, Sérgio. Por uma nova cultura na Educação de Jovens e Adultos, um balanço de experiências de poder local. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social, 30., 2007. [Anais eletrônicos...]. Rio de Janeiro: Anped, 2007. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/por-uma-nova-cultura-na-educacaode-jovens-e-adultos-um-balanco-de-experiencias-de> Acesso em: 12 jun.2022.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 108-130, 2010.

HADDAD, Sergio; DI PIERRO, Maria Clara. Transformações nas políticas de educação de jovens e adultos no Brasil no início do terceiro milênio: uma análise das agendas nacional e internacional. Caderno do CEDES , v. 39, p. 197-217, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática [Livro eletrônico]. São Paulo: Cortez, 2017.

LIMA, A.P. O lugar da educação física na educação de jovens e adultos: discutindo a exclusão e as possibilidades. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte/CONBRACE e VI Congresso Internacional de Ciências do Esporte/CONICE, Vitória- ES, Set. 2015

LISBOA, Mariana Mendonça; PIRES, Giovani De Lorenz. Televisão, representações sociais e cultura de movimento: tecendo reflexões de uma trama no contexto da infância. Motrivivência, ano 16, n. 23, p.119-141, dez. 2004.

LUQUEZ, T. M. S., & SABÓIA, V. M. Prácticas educativas ensalud em la escuela: una revisión integrativa. Cult. Cuid., v. 21, n. 47, p. 175-184, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14198/cuid.2017.47.15>, Acesso em 14 jun. 2022.

MACHADO, Maria Margarida; RODRIGUES, Maria Emília de Castro. A EJA na próxima década e a prática pedagógica docente. Retratos da Escola , v. 8, p. 383-395. jul./dez.2014.

MACIEL, E. L. N et al. Projeto aprendendo saúde na escola: A experiência de repercussões positivas na qualidade de vida e determinantes da saúde de membros de uma comunidade escolar em Vitória, Espírito Santo. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15, n. 2, p. 389-396, 2020.

MARQUES, E. S. A., & CARVALHO M. V. C. Prática educativa bem-sucedida na escola: reflexões com base em L. S. Vigotski e Baruch de Espinosa. Rev. bras. Educ, v. 22, n. 71, e227169. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782017227169>. Acesso em 14 jun. 2022.

MEYER, Dagmar E. Estermann et al. "Você aprende. A gente ensina?": interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. *Caderno de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 6, p. 1335-1342, jun. 2016. Disponível em: <https://www.scileo.br> Acesso em: 12 jun. 2022.

MONTEIRO, S.V. Sociedade de controle e condutas éticas: desafios e perspectivas para a atuação profissional em educação física. *Holos*, ano 25, vol. 1. 2009.

MORAES, Mara Sueli Simão et al. Temas Político-Sociais/ Transversais na Educação Brasileira: o discurso visa à transformação social? Reflexões da disciplina Temas Contemporâneos Transversais em Educação. Faculdade de Ciências. UNESP. Bauru, 2012.

PAIVA, Vanilda. História da educação popular no Brasil. 6. ed. São Paulo: Loyola/Ibrades, 2012.

PAIVA, Jane; HADDAD, Sérgio; SOARES, Leôncio José Gomes. Pesquisa em educação de jovens e adultos: memórias e ações na constituição do direito à educação para todos. *Revista brasileira de educação*, v. 24, p. 10-25, 2019.

REIS, José Antônio Padilha dos; MOLINA NETO, Vicente. "Pensei que estava na aula de ciência" ou os significados da educação física na educação de jovens e adultos. *Pensar a Prática (Online)*, v. 17, p. 636-650, jul./set.2014. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v17i3.26145>. Acesso em 13 jun. 2022.

SANCHES NETO, L.; CONCEIÇÃO, W.L.; OKIMURA-KERR, T.; VENÂNCIO, L.; VOGEL, A.J.Z.; FRANÇA, A.L.; CORSINO, L.N.; RODRIGUES, J.C.R.; FREITAS, T.P. Demandas ambientais na Educação Física escolar: perspectivas de adaptação e de transformação. *Movimento*, Porto Alegre, v. 19, n. 4, p. 309-330, out./dez. 2013

SANTANA, Dayane Pereira de; COSTA, Célia Regina Bernardes. Educação Física escolar na promoção da Saúde. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo Do Conhecimento*. Ano 01, Edição 01, Vol. 10, pp. 171-185, Novembro de 2016. ISSN: 2448-0959.

SANTOS, Edson Manoel dos; ADINOLFI, Valéria Trigueiro Santos. o programa saúde na escola e suas relações com a Base Nacional Comum Curricular. *Reflexão e Ação*. Santa Cruz do Sul, v. 30, n. 1, p. 217-234, jan./abr. 2022.

SILVA JP, GONÇALVES MFC, ANDRADE LS, MONTEIRO EMLM, SILVA MAI. Promoção da saúde na educação básica: percepções dos alunos de licenciatura em enfermagem. *Rev Gaúcha Enferm*, v. 39, 1-9, 2018.

SOARES, Leôncio José Gomes; PEDROSO, Ana Paula Ferreira. Formação de educadores na educação de jovens e adultos (eja): alinhando contextos e tecendo possibilidades. *Educação em revista (UFMG)*, v. 32, p. 251-268, out./dez. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698161277>. Acesso em 14 jun. 2022.

SOUSA, Leilane Barbosa de. et al. PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO BRASIL: A ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM. Revista de Enfermagem. UERJ, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p.55-60, jan/mar, 2016.

VILA, Ana Carolina Dias; VILA, Vanessa da Silva Carvalho. Tendências da produção do conhecimento na educação em saúde no Brasil. Revista Latino-Americana de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 15, n. 6, p. 1177-1183, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br>. Acesso em: 11 jun. 2022.

ZIEMAN, A. S. A jurisdição constitucional e os direitos fundamentais nas relações privadas. Questões contemporâneas. São Paulo: Perse, 2014.



**O USO E EFEITOS DA ACUPUNTURA NO
TRATAMENTO DO AUTISMO**

Raimundo Hermann Tavares Ampuero

DOI: 10.29327/570564.1-6

O USO E EFEITOS DA ACUPUNTURA NO TRATAMENTO DO AUTISMO

DOI: 10.29327/570564.1-6

Raimundo Hermann Tavares Ampuero

RESUMO

O objetivo geral da pesquisa foi verificar o uso e efeitos da acupuntura no tratamento de pessoas com autismo; especificamente buscou-se conhecer o autismo enquanto transtorno mental, apresentar a acupuntura e suas possibilidades no tratamento de diversas doenças e ainda relacionar o uso da acupuntura no tratamento do autismo. A metodologia da pesquisa foi uma revisão integrativa de literatura, em plataforma internacional de artigos, disponíveis por autores que se aprofundam na temática do tratamento do autismo pela acupuntura. Partiu-se dos seguintes descritores: Autismo. Acupuntura. Tratamento. Na maioria dos artigos verificou-se que o tratamento pela acupuntura influenciou positivamente na melhoria dos sintomas gerais de TEA e em cada uma das principais categorias de sintomas de TEA. Embora a menor idade seja mais propícia a iniciar o tratamento com melhores resultados recomenda-se novas pesquisas cada vez mais evidentes e conclusivas, pois muitos estudos se mostraram heterogêneos em seus métodos de tratamento e precisam ser mais rigorosos e padronizados, sobre o uso da acupuntura no tratamento de TEA.

Palavras-Chave: Autismo. Acupuntura. Tratamento

ABSTRACT

The general objective of the research was to verify the use and effects of acupuncture in the treatment of people with autism; specifically, we sought to understand autism as a mental disorder, to present acupuncture and its possibilities in the treatment of various diseases and to relate the use of acupuncture in the treatment of autism. The research methodology was an integrative literature review, on an international platform of articles, available by authors who delve into the topic of autism treatment by acupuncture. The following descriptors were used: Autism. Acupuncture. Treatment. In most articles, acupuncture treatment was found to have a positive influence on the improvement of overall ASD symptoms and on each of the main ASD symptom categories. Although younger age is more conducive to starting treatment with better results, further research is increasingly evident and conclusive, as many studies have shown to be heterogeneous in their treatment methods and need to be more rigorous and standardized on the use of acupuncture. in the treatment of ASD.

Keywords: Autism. Acupuncture. Treatment

RESUMEN

El objetivo general de la investigación fue verificar el uso y efectos de la acupuntura en el tratamiento de personas con autismo; específicamente, se buscó conocer el autismo como un trastorno mental, presentar la acupuntura y sus posibilidades en el tratamiento de diversas enfermedades y también relacionar el uso de la acupuntura en el tratamiento del autismo. La metodología de investigación fue una revisión integrativa de la literatura, en una plataforma internacional de artículos, disponibles por autores que profundizan en el tema del tratamiento del autismo por medio de la acupuntura. Se utilizaron los siguientes descriptores: Autismo. Acupuntura. Tratamiento. En la mayoría de los artículos se encontró que el tratamiento con acupuntura influyó positivamente en la mejora de los síntomas generales del TEA y en cada una de las principales categorías de síntomas del TEA. Aunque una edad más temprana es más propicia para iniciar el tratamiento con mejores resultados, cada vez son más evidentes y concluyentes las investigaciones

futuras, ya que muchos estudios han demostrado ser heterogéneos en sus métodos de tratamiento y necesitan ser más rigurosos y estandarizados en el uso de la acupuntura en el tratamiento de TEA.

Palabras clave: Autismo. Acupuntura. Tratamiento

INTRODUÇÃO

A acupuntura é parte da dimensão terapêutica da medicina tradicional chinesa (MTC) e já existe há mais de três mil anos, com a finalidade de trazer a promover a saúde e o bem-estar, vitalidade e longevidade que podem ser alcançadas com o equilíbrio energético de fatores internos e externos, harmonizando o Yin e Yang, para uma vida saudável. O tratamento por meio da acupuntura busca esse equilíbrio do indivíduo, harmonização, tonificação e sedação de pontos específicos espalhados pelo corpo do paciente, os quais podem alterar os fluxos energéticos em seus órgãos e vísceras.

Já o Transtorno do Espectro Autista (TEA) afeta indivíduos que apresentam limitações de suas habilidades sociais, de comunicação e de atividades, e se mostram estereotipados e repetitivos. Pode ainda estar associado a diversas comorbidades, que podem ser distúrbios do sono, hiperatividade, epilepsia, problemas gastrointestinais

O TEA apresenta-se em diferentes graus de severidade, em sintomas de 3 áreas do desenvolvimento: dificuldade em habilidades e interações sociais, dificuldades em ações e habilidades comunicativas, e comportamentos, interesses e/ou atividades restritos, repetitivos e estereotipados (OLIVATI; ASSUMPCAO JUNIOR; MISQUIATTI, 2017).

Há um diverso espectro de práticas terapêuticas, e uma delas é a acupuntura, que pode ser considerada um conjunto de manipulações e práticas baseadas no corpo por meio de microagulhamento e “canalização de energia” a fim de promover a saúde e o bem-estar da pessoa. Esse tipo de terapêutica chegou ao TEA, que afeta aproximadamente 1 criança a cada 68 segundo Liu et al (2019). E a projeção é que esse comparativo diminua em números, criando uma situação de reflexão sobre a saúde pública.

A medicina tradicional chinesa tem assumido a terapêutica pela acupuntura a fim de melhorar o comportamento, a cognição e a comunicação habilidade em crianças com autismo (VIRGINIA; JIE-GUANG; DAVID, 2014), onde determinados acuponto são frequentemente utilizados para o aprimoramento sintomático de crianças que sofrem de TEA.

Diante dessa possibilidade de tratamento a partir de um método não convencional e que se baseia na medicina tradicional chinesa, questiona-se como problemática da pesquisa: Quais os efeitos da terapêutica desenvolvida pela acupuntura para o tratamento do autismo?

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa foi verificar o uso e efeitos da acupuntura no tratamento de pessoas com autismo; especificamente buscou-se conhecer o autismo enquanto transtorno mental, apresentar a acupuntura e suas possibilidades no tratamento de diversas doenças e ainda relacionar o uso da acupuntura no tratamento do autismo.

DESENVOLVIMENTO

Autismo

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é a nova conceituação adotada pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V) da Associação Americana de Psiquiatria. Dessa forma, a classificação Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), se transforma em Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), configurando o autismo e todos os que se enquadram nas características do espectro: síndrome de asperger, autismo de alto funcionamento, autismo não-verbal, autismo verbal, autismo ecológico etc.

O Autismo ainda continua sendo um desconhecido para grande parte da população mundial e ainda não se definiu claramente no imaginário das pessoas. Até mesmo os educadores, que já são familiarizados com o termo, alguns ainda não conhecem os aspectos mais fundamentais desse transtorno (SUPLINO, 2009)

O autor revela que o Autismo possui várias definições sempre remetendo a uma espécie de desligamento da realidade, ou seja, pessoas autistas estão voltadas para si mesmas, desligando-se do que acontece em sua volta, ocasionando um atraso no seu desenvolvimento, comprometendo principalmente a sua socialização.

O primeiro estudioso a difundir o termo Autismo foi por Leo Kenner ainda em 1943. Os comportamentos que geralmente levam ao diagnóstico do Autismo são classificados em três pilares e por isso conhecidos como “tríade de deficiências”, que são: 1) interação social; 2) comunicação e linguagem e 3) imaginação (incluindo-se aqui a utilização de comportamentos repetitivos e de auto estimulação) (REVISTA CIRANDA DA INCLUSÃO, 2011).

Segundo Klein (2011), Kenner denominou-o inicialmente por “distúrbio autístico de contato afetivo”, e logo depois substituiu por “Autismo infantil precoce”. Ele acompanhava 11 crianças, em casos que ele considerou como raros, segundo os quais o comprometimento fundamental era a incapacidade para relacionamentos interpessoais, desde a mais tenra infância.

Cada uma das tríades citadas são complexas para um autista desenvolver, mas a interação social é a característica principal do Autismo, pois possui fatores que contribuem para o seu processo ser mais lento que os outros como a hiperatividade, a irritabilidade e a limitação na capacidade de criar um significado para o intercâmbio com as pessoas à sua volta, porém essa interação social pode se desenvolver com o tempo, dependendo da maneira que é trabalhada, mesmo que um autista apresente-se com dificuldade em ajustar o seu comportamento ao contexto social, já que não consegue reconhecer ou responder adequadamente às emoções dos demais.

Segundo Suplino (2009), o manual de diagnóstico, o DSM IV, se refere ao Autismo como a presença de um desenvolvimento anormal que prejudica a interação social e a comunicação do indivíduo, que demonstra um repertório restrito de atividades e interesses. Ocorrem variações de manifestações, que consideram o nível de desenvolvimento e idade do indivíduo.

Apesar dos dois manuais citarem conceitos diferentes (Transtorno Global de Desenvolvimento e Transtorno Invasivo de Desenvolvimento), os conceitos em si e suas características intrínsecas são muito semelhantes. Além do que já foi descrito, acentua-se ainda os atrasos de desenvolvimento intelectual, e em muitos casos os autistas apresentam deficiências das faculdades mentais. Muito ainda se compromete na linguagem verbal, quanto ao significado das palavras e seu fim comunicativo. Ainda existem alterações quanto ao comportamento, movimentos, formas de se alimentar e ainda no sono. Essas gravidades podem variar de caso para caso, talvez por isso que se tenha cunhado a expressão espectro autista (CAMARGOS, 2002, apud SUPLINO, 2009).

Klein (2011) cita Piaget (2003) e Vygotsky (2007) para lembrar que estes autores para lembrar que o ato de se desenvolver é traduzido pelo aguçamento e a complexidade da capacidade de representação mental e que por haver atrasos severos de desenvolvimento, que marcam a síndrome do Autismo, a fragilidade da representação mental se apresenta com um dos pontos mais marcantes.

O Autismo é um transtorno invasivo do desenvolvimento caracterizado por dificuldades e anormalidades em várias habilidades e dentre elas está o relacionamento social. Essa denominação, **Autismo**, é dada a um conjunto de comportamentos derivados de um desenvolvimento neurológico (cerebral) atípico e vem sendo frequentemente considerado um distúrbio comportamental. Manifesta-se antes dos 3 anos e persiste durante a vida adulta (KLEIN, 2011).

A criança nessa situação estará lutando com todas as forças para superar suas deficiências. É preciso dizer aos pais que não se sintam envergonhados ou culpados porque seu filho não se comporta bem. Sabe-se que a criança autista será sempre um desafio para pais, educadores e profissionais de saúde, pois é uma contínua mudança e avanços de procedimentos para seu tratamento e desenvolvimento.

Acupuntura

As palavras agulham e puncionar derivam dos radicais latinos *acus* e *pungere*, respectivamente, formando a palavra acupuntura, a qual se tornou uma terapia de cura de enfermidades estimulando pontos específicos na pele, inserindo pequenas agulhas no que se costumou chamar de acupontos (WEN, 1989; JAGGAR, 1992; SCHOEN, 1993).

Entretanto, não se resume a apenas um processo de agulhamento, o sentido mais amplo permite o estímulo do acuponto a partir de diferentes técnicas disponíveis (como a alterações de temperatura, pressão e outras). A terapêutica da acupuntura reúne conhecimentos teórico-empíricos, agrega conhecimentos da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) entre elas as orientações nutricionais (Shu-Shieh), técnicas de massagem (Tui-Na), exercícios respiratórios (Chi-Gung), além da farmacopéia chinesa (que reúne medicamentos dos reinos animal, vegetal e mineral) (ALTMAN, 1997).

A acupuntura no Oriente vem sendo praticada com finalidades preventiva e terapêutica há milênios. Eram usadas agulhas feitas de pedra e de espinha de peixe na China na Idade da Pedra (há + ou - 3000 anos a.C.). Um tratado clássico chamado *Ney Jing*, texto fundamental da MTC, descreve aspectos fisiológicos, anatômicos, diagnósticos, patológicos e terapêuticos de diversas moléstias conforme a medicina oriental. Por esse texto se sabia que o sangue flui de forma contínua por todo o corpo, controlado pelo bombeamento do coração. Aproximadamente 2000 anos depois, em 1628 William Harvey lançou a teoria que confirmou a circulação sanguínea (ALTMAN, 1992).

De acordo com Schippers (1993), a acupuntura introduzida no Ocidente está relacionada à fundação da Companhia das Índias Ocidentais, ocorrida em 1602 e a acupuntura veterinária começou na Escola de Veterinária de Alfort, a partir de estudos de Lepetit e Bernar localizando canais de acupuntura em cães.

Acupuntura e autismo

Há mais de 2 mil anos a acupuntura é usada no tratamento e prevenção de doenças, com base em sua teoria dos sistemas de meridianos e fluxo de energia. Os meridianos passam por todo o corpo e dividem-se em meridianos Yin e Yang, distribuídos em simetria na superfície da pele (JIANG; LOU, 2004)

O tratamento pela acupuntura requer do médico um diagnóstico baseado em quatro componentes: inspeção, ausculta, inquérito e palpação, vistoriando a língua, o pulso e o cabelo, a cor da pele, e o estado geral do paciente. Após isso determina quais órgãos Zang-Fu estão sendo afetados e escolhe os pontos que regulam o Zang-Fu e estão afetando a pessoa. Feito isso, o médico determina ângulo, profundidade e duração da colocação da agulha, verificando se será preciso carga elétrica ou estimulação manual à agulha a fim de intensificar o tratamento, que pode ser modificados a partir das respostas do paciente (LONGHURST, 2010)

Nos últimos anos ocorreu um relevante aumento de centros de reabilitação na China, onde a acupuntura tem utilizada em programas de tratamento para crianças que apresentam distúrbios do desenvolvimento, incluindo atraso de linguagem, paralisia cerebral, retardo mental, TDAH e autismo. Inclusive ocorreu uma Conferência Nacional sobre reabilitação infantil e paralisia cerebral em Wen Zhou, China, em junho de 2010, onde foram relatos diferentes graus de melhoria no motor e / ou função de linguagem em crianças que apresentavam paralisia cerebral. Na conferência também foi apresentado o tratamento nos distúrbios do espectro do autismo com efeitos positivos, apesar de muitos relatos de comportamento ou intervenções biomédicas para o autismo (MING et al, 2012).

Peñagarikano et al (2015) demonstraram que a liberação do hormônio ocitocina melhora significativamente o comportamento social em ratos com autismo, e isso pode ser sustentado em um longo período de tempo se tratado desde cedo.

Uma pesquisa da Universidade Médica de Hamamatsu no Japão, anunciou que relataram uma tendência de melhora dos sintomas em pessoas com autismo após

liberarem o hormônio ocitocina no sangue, exercendo importantes funções biológicas. No geral, a ocitocina melhora os déficits de comportamento social associados ao autismo, estabelecendo relacionamentos e interação social (SU; PEI, 2021).

Materiais métodos

Este artigo foi desenvolvido por meio de uma revisão integrativa de literatura, (WHITTEMORE; KNAFL, 2005), reunindo dados empíricos e teóricos disponíveis por diversos autores que se aprofundam na temática do tratamento do autismo pela acupuntura Partiu-se da seguinte questão para buscar os trabalhos: “quais as principais evidências de tratamento do autismo a partir da terapêutica promovida pela acupuntura?”

Os dados serão levantados a partir de artigos de texto completo, dentro de um espaço de tempo de publicações recentes, haja vista que o tema passou a ser estudado com intensidade no ocidente mais recentemente.

O critério de inclusão abrangeu os estudos primários que tratavam de estudos sobre as principais evidências de tratamento do autismo a partir da terapêutica promovida pela acupuntura, todos publicados em idioma português, entre 2015 e 2022. Os trabalhos excluídos estavam fora dessa padronização por estarem incompletos ou repetidos nas plataformas de busca, ou mesmo sem harmonia para com os objetivos do trabalho.

A bases de dados usada para busca de trabalhos foi o Google Acadêmico, a PUBMED, a SCIELO, e plataformas de periódicos sobre o tema, a partir dos seguintes descritores: autismo, acupuntura, tratamento.

A seleção dos estudos seguirá as recomendações do modelo Prisma (LILLEMOEN; PEDERSEN, 2012), segundo é mostrado na Figura 1 abaixo.

Quadro 1 - Estratégia de busca

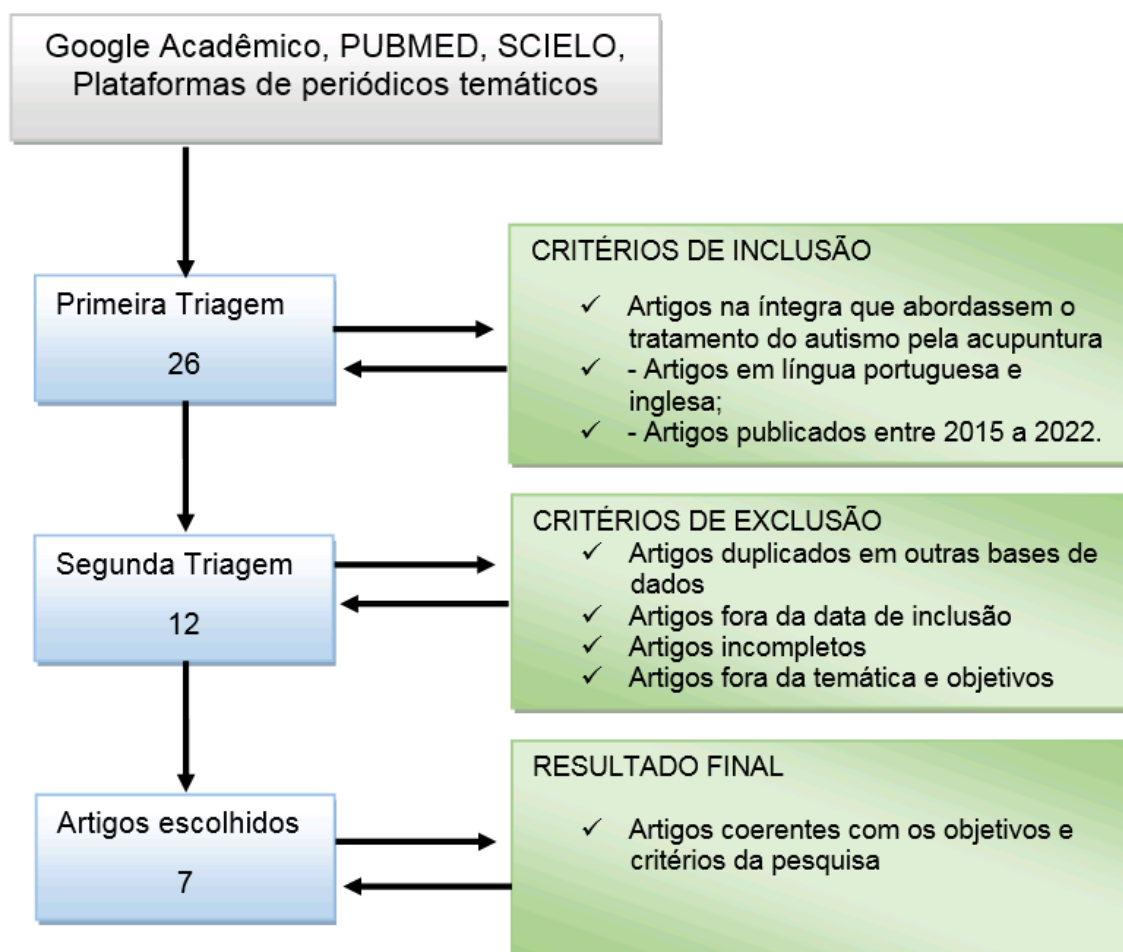
BASE DE DADOS	DESCRITORES	ARQUIVOS ENCONTRADOS
Google Acadêmico PUBMED	Autismo Acupuntura	26

SCIELO Plataformas de periódicos temáticos	Tratamento	
Total de artigos encontrados		26

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Resultados

Foram encontrados 26 artigos no Google Acadêmico, PUBMED, SCIELO e plataformas de periódicos sobre o tema. Na primeira triagem foram excluídos 14 trabalhos que não estavam na íntegra ou abordando o tema da pesquisa ou estavam fora da data da pesquisa, restando 12. Na segunda triagem foram excluídos 5 artigos por estarem duplicados, outros eram relatos e editoriais e não se aplicavam aos estudos. Foram localizados pelo menos 7 artigos com potencial de inclusão, depois que os demais foram retirados. Estes 7 artigos se mostraram adequados após a triagem para a análise, os quais atenderam aos critérios de escolha e dos objetivos da pesquisa.

Figura 1 - Fluxograma de identificação, elegibilidade e inclusão das referências

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Discussão

Ming et al (2012) buscaram identificar evidência emergente da acupuntura no tratamento de crianças autistas em uma revisão da literatura via Medline e ainda em três mecanismos de busca chineses, encontrando 31 estudos, analisando os acupontos utilizados, a duração do tempo da agulha, a frequência do tratamento, a escolha da estimulação, e o curso do tratamento foi muito variável entre os estudos. O comportamento e/ou melhorias de desenvolvimento foram relatadas em todos os estudos de tratamento de acupuntura e todos relataram tolerabilidade geral. No entanto indicasse que ensaios clínicos duplamente cegos controlados vigorosamente são necessários para avaliar a eficácia e a segurança da aplicação da acupuntura em crianças com distúrbios do espectro do autismo.

O TEA constitui um grupo heterogêneo de distúrbios e, no entanto, diversos estudos biomédicos ou ensaios de tratamento em transtornos do espectro do autismo classificam subgrupos com diferentes respostas ao tratamento. Alguns autores consideram que um subgrupo de transtornos do espectro do autismo responde melhor ao tratamento por acupuntura. Estudos feitos por Yuan et al. (2009) tentaram identificar esse subgrupo a partir de análises de resultados com base na gravidade do autismo (diagnósticos, comportamentos, idade, aspectos cognitivos, sintomas comportamentais ou de desenvolvimento. Segundo as análises a idade não afetou os resultados; crianças autistas com pontuações CARS mais altas obtiveram maior melhora do que as com pontuações CARS mais baixas. Alguns acupunturistas acreditam que quanto mais tempo ocorrer de microagulhamento, melhores podem ser os efeitos (pessoal e nas comunicações).

A acupuntura é usada na China para tratar uma variedade de distúrbios, inclusive pessoas com disfunção neurológica. Observa-se um crescimento nos estudos sobre uso da acupuntura em crianças com autismo, por isso se mostra importante haver pesquisas contínuas para validar a eficácia e a segurança de acupuntura nesse tipo de tratamento.

Segundo Su e Pei (2021), estudos clínicos mostraram a eficácia de acupuntura como terapia alternativa para o autismo. Porém os mecanismos moleculares que proporcionam esses efeitos não estão ainda bem claros devido aos efeitos de gestão ansiolítica, estresse. O uso potencial para o tratamento de distúrbios psiquiátricos associado à competência socioemocional alterada, a ocitocina (OT) liberada do hipotálamo atraiu interesse considerável. Na última década diversos estudos clínicos em animais demonstraram que a administração da OT reduz efetivamente os sintomas principais do TEA, especialmente nos casos de déficits de comportamento social. Diante dessas descobertas, a acupuntura pode produzir efeitos terapêuticos positivos no autismo por desencadeamento do hormônio ocitocina no hipotálamo, o qual ativa a liberação de neurotransmissores, como endocanabinóides, dopamina e serotonina. Trata-se de um valioso guia para mais pesquisas sobre o tratamento de autismo com acupuntura.

Os autores concordam que a acupuntura pode melhorar os sintomas comportamentais do autismo a partir da regulação direta do nível de OT no hipotálamo e possivelmente promovendo a síntese, recrutamento e liberação de canabinóide endógeno AEA, 5-HT, aumentando o nível de OT nas regiões-chave do sistema cerebral. Possivelmente estudos futuros descobrirão os mecanismos subjacentes dos efeitos do

tratamento de acupuntura no TEA a partir da aplicação de traçado neural, mapeamento cerebral, imagem de cálcio, optogenética, quimiogenética, e técnicas de gravação multicanal *in vivo*.

Almaali, Gelewkhani e Mahdi (2017) consideram o autismo uma deficiência complexa do desenvolvimento que aparece durante os primeiros dois anos de vida e pode ser considerado um distúrbio neurológico que afeta a função cerebral, prejudicando o desenvolvimento, a interação social e as habilidades de comunicação da pessoa. No entanto, identificaram que alguns ensaios clínicos demonstraram que certos pontos de acupuntura desempenham papel na melhoria dos sinais e sintomas. Estudando 13 artigos selecionados entre 2007 a 2015, verificaram pontos de acupuntura em seu uso e frequências. Observaram que os seguintes canais são os principais que contribuem para o aumento dos sintomas do autismo juntamente com as frequências dos pontos correspondentes: Canal do Vaso Governante (12), Canal da Vesícula Biliar (9), Canal do Rim (8), Canal do pericárdio (7), canal de pontos extras (7), canal do fígado (7), canal do coração (6), Canal do vaso de concepção (6) e canal da bexiga (6). Já a frequência de cada ponto de acupuntura correspondente são: EX-HN1 (5), GV-17 (4), PC-6 (4), LR-3 (3),

KI-3 (3), HT-7 (3), Lu-9 (3), GV-20 (2), GV-24 (2), GV-24,5 (2), GB-13(2), GB-19 (2), KI-4 (2), LR-4 (2), ST-36 (2), SP-3 (2), SP-6 (2). Desse modo os autores concluíram que estes canais e os pontos mais citados podem ser importantes no aprimoramento dos sintomas do autismo e devem ser melhor investigados por meio de ensaios clínicos.

Os pontos extras EX-HN1 (Sishenchong) são os mais usados para o tratamento do autismo, com relatos de evidente sucesso no tratamento de insônia, autismo, doença de Alzheimer e depressão (XIYAN et al, 2013). Também está evidenciado que a eletroacupuntura em Ex-HN1 pode aumentar concentrações de monoaminas no organismo, de modo a desempenhar o papel antidepressivo (XU; CHEN; RENHAN, 2011), além de seu uso no tratamento da cognição (ZHANG, 2013).

A acupuntura pode ainda melhorar o quociente de inteligência (QI) de crianças que tem transtornos mentais e retardamento mental usando Sishenchong (EX-HN1), Baihui (GV-20), Naohu (GV-17), Benshen (GB-13), Fengchi (GB-20), Neiguan (PC-6), Hegu (LI-4) e Zusanli (ST-36). Todos com resultados positivos no tratamento de TEA, exceto GB-20. (TIAN, et al 2010).

Yau et al (2020) identificaram em seus estudos que crianças com TEA geralmente obtêm melhor sono após terapia regular de acupuntura no couro cabeludo durante 6 meses. Houve melhora significativa nos participantes nos domínios de resistência à hora de dormir, ansiedade do sono e sonolência diurna. O estudo focou no valor terapêutico da acupuntura do couro cabeludo no sono de pacientes com TEA.

Estudos anteriores identificaram a tendência de dormir tarde e acordar cedo em crianças autistas (TORDJMAN et al, 2013) e, no entanto, a acupuntura no couro cabeludo demonstrou ter influência positiva sobre os problemas de sono comuns em crianças autistas. Houve maior tranquilidade das crianças à noite e foram para a cama de maneira mais cooperativa. Os pais acharam seus filhos menos sonolentos e com melhor atenção durante as atividades do dia.

Yau, Lp e Chau (2018) buscaram fazer um estudo retrospectivo para saber como a sintomatologia do TEA se altera a partir da aplicação da acupuntura no couro cabeludo, verificando ainda como a idade, a frequência e o tipo de microagulhamento afetam a eficácia da terapia. Eles atenderam crianças com TEA de 2 a 11 anos, as quais receberam 30 sessões no couro cabeludo, sendo verificado após o desempenho em diferentes aspectos antes e depois do tratamento. Das 68 crianças com TEA participaram do estudo, descobriu-se que a taxa efetiva significativa de acupuntura aplicada no couro cabeludo foi de 97%, e que se mostrou positiva na melhora dos problemas de comunicação verbal, mas a sensibilidade ao ruído melhorou minimamente. Percebeu-se ainda que a eficácia terapêutica diminui com o aumento da idade e as crianças que já nasceram com autismo se beneficiam mais da acupuntura do que aqueles com autismo regressivo. Desse modo os autores compreenderam que a acupuntura no couro cabeludo é um tratamento eficaz para aliviar a sintomatologia do TEA.

Alguns estudos demonstraram que pacientes com 5 anos de idade ou menos são beneficiados com um resultado promissor de tratamento após análise do comportamento (HARRIS; HANDLEMAN, 2000). Pode-se afirmar que pacientes mais jovens são mais responsivos à acupuntura do couro cabeludo. Isso leva a acreditar que quanto mais cedo iniciar tratamento, melhor pode ser o efeito da terapêutica, de modo que a intervenção precoce feita com acupuntura é indicada a pacientes com TEA, especialmente os que apresentam problemas de interação social e de comunicação pela fala. No entanto, é importante afirmar que pacientes mais velhos ainda se beneficiam da acupuntura. Deve-

se levar em consideração que a acupuntura do couro cabeludo é eficaz com significativa estatística no tratamento do autismo natal e regressivo.

Lee, et al (2018) buscaram resumir e avaliar criticamente evidências sobre a eficácia e segurança da acupuntura para crianças com TEA. Para isso utilizaram 13 bases de dados de estudos publicados até dezembro 2016, selecionando 1.736 ensaios clínicos randomizados (ECRs). O resultado foi resumido em dois aspectos: melhoria dos sintomas gerais de TEA (avaliados com pontuações em escalas como CARS, ABC1, ABC2, ATEC e RFRLRS, que são medidas de resultados específicas para TEA) e melhora em cada uma das principais categorias de sintomas de ASD (incluindo habilidades de interação social, comunicação habilidade, estereotipia, habilidade de linguagem e função cognitiva). O estudo sugeriu que a acupuntura pode ser eficaz e segura para o TEA pediátrico. No entanto, novas pesquisas precisam ser mais significativamente conclusivas devido a heterogeneidade dos métodos de tratamento de acupuntura utilizados nos estudos.

Na abordagem holística da MTC, estimulando pontos de acupuntura relacionados a órgãos ou vísceras através de meridianos, pode-se corrigir e harmonizar a desregulação de sistemas dos órgãos, principalmente do coração, fígado, baço, rins e cérebro (CHEN et al, 2008) e que podem ser corrigidos por meio do tratamento com acupuntura, melhorando os escores gerais em TEA, como CARS e ABC1.

Tratamento feito com acupuntura pode modular fatores neurotróficos (LI; JIANG; ZHAO, 2014) e sistemas de neurotransmissores, como a serotonina (CABYOGLU; ERGENE; TAN, 2006), GABA (XU et al, 2015) e glutamato (LEE, 2010) considerados fortes fatores no TEA (TOMA, 2013) com grandes possibilidades de melhora dos seus sintomas.

Wang, et al (2021) estudaram a eficácia e segurança da acupuntura no tratamento do TEA, usando os indicadores: escala de classificação de autismo infantil (CARS), lista de verificação de comportamento do autismo (ABC), escala de linguagem de desenvolvimento Reynell (RDLS) e medida de independência funcional de crianças (WeeFIM), em 16 estudos, cinco em Inglês e 11 em chinês, num total de 1.332 pacientes, revelando que a acupuntura pode efetivamente tratar o TEA. No entanto, alguns métodos e prescrições permanecem heterogêneos, e as operações de tratamento de acupuntura exigem standardização. Mostra-se importante mais estudos usando projetos de pesquisa rigorosos e padronizados, a fim de obter conclusões mais evidentes.

Acupuntura pode aliviar afetividade transtorno, transtorno de atenção e comportamento anormal (ZENG; OUYANG, 2017), sendo que o Shenmen (HT 7) é um dos pontos de acupuntura mais usados no tratamento do TEA. A acupuntura em Shenmen pode regular neurotransmissores, promover a secreção de fatores neurotróficos, regular o sistema de rede nervoso-endócrino-imune, e inibir a apoptose celular, melhorando a função cerebral (WANG; LIN, 2017).

A acupuntura exerce um certo efeito curativo no TEA e pode aliviar seus principais sintomas. Mas precisa-se padronizar e evidenciar métodos e prescrições, evitando a heterogeneidade e a difusão dos resultados, a fim de melhor comprovar as vantagens do tratamento curativo da acupuntura no TEA.

CONCLUSÃO

Neste estudo abordou-se uso e efeitos da acupuntura no tratamento de pessoas com autismo, a partir de 7 artigos internacionais que trouxeram contribuições importantes sobre o uso e efeitos da acupuntura no tratamento de autistas, e com isso foi possível atender aos objetivos da pesquisa.

Verificou-se que o uso da acupuntura no tratamento de crianças autistas atingiu os resultados em seu comportamento e melhorias de desenvolvimento, com total tolerabilidade. Mas os efeitos positivos podem ser alcançados tanto em crianças quanto em adultos. Porém crianças autistas com pontuações CARS mais altas foram mais beneficiadas do que as com pontuações CARS mais baixas, e que quanto mais tempo de tratamento, pontuações CARS elevadas e início precoce da terapia, melhores podem ser os efeitos (pessoal, social e de desenvolvimento).

Verificou-se ainda a importância de resultados associados à competência socioemocional alterada pelo hormônio ocitocina (OT) liberada do hipotálamo a partir de sessões de acupuntura no couro cabeludo, e que muitos estudos vêm apontando como um hormônio que reduz efetivamente os sintomas principais do TEA, principalmente déficits de comportamento social. Trata-se de um valioso caminho que pode ser melhor explorado no futuro pelo tratamento de autismo com acupuntura, a partir do uso de diversos canais e acupontos importantes no tratamento dos sintomas do autismo e que também podem ser melhor investigados em ensaios clínicos.

O uso da acupuntura no couro cabeludo se mostrou um tratamento eficaz para aliviar a sintomatologia do TEA, especialmente a insônia e déficits de interação social,

havendo uma tendência a melhores resultados em pacientes com 5 anos de idade ou menos por serem mais responsivos à acupuntura do couro cabeludo.

Observou-se ainda que o tratamento pela acupuntura de forma resumida influenciou positivamente na melhoria dos sintomas gerais de TEA e em cada uma das principais categorias de sintomas de TEA. Embora a menor idade seja mais propícia a iniciar o tratamento com melhores resultados recomenda-se novas pesquisas cada vez mais evidentes e conclusivas, pois muitos estudos se mostraram heterogêneos em seus métodos de tratamento e precisam ser mais rigorosos e padronizados, sobre o uso da acupuntura no tratamento de TEA.

REFERÊNCIAS

- ALTMAN, S. Terapia pela acupuntura na clínica de pequenos animais. In ETTINGER, S.J. Tratado de medicina interna veterinária: moléstias do cão e do gato. 3ed. São Paulo: Manole, 1992, V.1, p.454-459.
- ALMAALI, Hassan M.M. Abo; GELEWKHAN, Ameer, MAHDI, Zena A.A. Analysis of Evidence-Based Autism Symptoms Enhancement by Acupuncture
J Acupunct Meridian Stud 2017;10(6):375e384
- CABYOGLU, M. T.; ERGENE, N.; TAN, U. The mechanism of acupuncture and clinical applications, International Journal of Neuroscience, vol. 116, no. 2, pp. 115–125, 2006.
- CHEN, W.-X. et al. Electroacupuncture for children with autism spectrum disorder: Pilot study of 2 cases, The Journal of Alternative and Complementary Medicine, vol. 14, no. 8, pp. 1057–1065, 2008.
- HARRIS SL, HANDLEMAN JS. Age and IQ at intake as predictors of placement for young children with autism: a four-to six-year follow-up. J Autism Dev Disord. 2000;30(2):137–42.
- JAGGAR, D. History and basic introduction to veterinary acupuncture. Problems in Veterinary Medicine, v.4, n.1, p.13-15, 1992.
- JIANG, S; LOU, X. Chinese Acupuncture and Massage: A Concise Annotation, Edited by S. Jiang and X. Lou, People's Medical Publishing House, 2004.
- KLEIN, Cláudia Lisandra. As crenças do professor na relação como seu aluno com autismo: um estudo de caso. UFRGS, programa de pós-graduação em Psicologia do Desenvolvimento. Porto Alegre, janeiro de 2011.
- LEE, G. J. et al. Acupuncture attenuates extracellular glutamate level in global ischemia model of rat, Neurological Research, vol. 32, supplement 1, pp. 79–83, 2010.

LI, L. Y.; JIANG, N.; ZHAO, Y. Could acupuncture have a role in the treatment of autism spectrum disorder via modulation of BDNF expression and activation? *Acupuncture in Medicine*, vol. 32, no. 6, pp. 503–505, 2014.

LIU, C, et al. Scalp acupuncture treatment for children's autism spectrum disorders. *Medicine (Baltimore)* [Internet]. 2019 [cited 2019 Oct 21];98(13):1-10. Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6456017/>

LONGHURST, J. C. Defining meridians: a modern basis of understanding, *Journal of Acupuncture and Meridian Studies*, vol. 3, no. 2, pp. 67–74, 2010.

MING, Xue, et al. Acupuncture for Treatment of Autism Spectrum Disorders. *Evidence-Based Complementary and Alternative Medicine*. Volume 2012, Article ID 679845, 10 pages doi:10.1155/2012/679845.

OLIVATI, A.G.; ASSUMPCAO JUNIOR, F.B.; MISQUIATTI, A.R. Analise acustica do padrao entoacional da fala de individuos com Transtorno do Espectro Autista. *CoDAS* [Internet]. 2017 [citado 2019 Out 21];29(2):1-10.

PEÑAGARIKANO O, et al. Exogenous and evoked oxytocin restores social behavior in the Cntnap2 mouse model of autism. *Sci Transl Med* [Internet]. 2015 Jan [cited 2021 Jan 28];7:271ra8 [about 13 p.]. Available from: <https://stm.sciencemag.org/content/7/271/271ra8>.

REVISTA CIRANDA DA INCLUSÃO. Autismo, entendendo este desconhecido. Ano II n. 17 ISSN 2175-9634. São Paulo, 2011.

SCHOEN, A.M. Introduction to veterinary acupuncture: scientific basis and clinical applications. In: *ANNUAL CONVENTION OF THE AMERICAN ASSOCIATION OF EQUINE PRACTITIONERS*, 39, 1993. California. Proceedings... California, 1993. p.39.

SCHIPPERS, R. The history of veterinary acupuncture and moxibustion outside China. Hannover, 1993. 81p. Thesis (PHD) - Tierärztliche Hochschule (Escola Superior de Veterinária de Hannover), Hannover, 1993.

SUPLINO Maryse. Vivências inclusivas de alunos com autismo. Rio de Janeiro: Diferenças, 2009.

SU, Tangfeng; PEI, Lei. Acupuncture and oxytocinergic system: The promising treatment for autism received. *Translational Neuroscience* 2021; 12: 96–102

TIAN Y, et al. Acupuncture for promoting intelligence of children d na observation on 37 cases with mental retardation. *J Tradit Chin Med* 2010; 30:176.

TOMA, C., et al., Neurotransmitter systems and neurotrophic factors in autism: Association study of 37 genes suggests involvement of DDC, *TheWorld Journal of Biological Psychiatry*, vol. 14, no. 7, pp. 516–527, 2013.

TORDJMAN S, et al. (2013) Advances in the research of melatonin in autism spectrum disorders: literature review and new perspectives. *Int J Mol Sci* 14(10): 20508-20542.

YAU, Chuen Heung et al. The Effect of Scalp Acupuncture on Sleeping Disorders in Autism. *Acad J Ped Neonatol* 10(1): AJP.N.MS.ID.555831 (2020)

YAU, Chuen Heung, et al. The therapeutic effect of scalp acupuncture on natal autism and regressive autism. *Chin Med* (2018) 13:30

YUAN, Q. et al. Observation on the therapeutic effect of acupuncture treatment for autistic patients of various severity. *Journal Acupuncture Research*, vol. 34, pp. 183–187, 2009 (Chinese).

VIRGINIA C, JIE-GUANG S, DAVID W. Randomized control trial of using tongue acupuncture in autism spectrum disorder. *J Trad Chin Med Sci* 2014; 1: 62e72.

XIYAN G, et al. Curative effect of acupuncture and moxibustion on insomnia: a randomized clinical trial. *J Tradit Chin Med* 2013; 33: 428 e 32.

XU, K.; CHEN, X.; RENHAN, L. Effects of electroacupuncture at ishencong (Ex-HN1) on 5-hydroxytryptamine and dopamine in serum of depression patients. *J New Chin Med* 2011:141.

XU, Q., et al. Acupuncture improves locomotor function by enhancing GABA receptor expression in transient focal cerebral ischemia rats, *Neuroscience Letters*, vol. 588, pp. 88–94, 2015.

WANG, Y.; LIN, X, Research progress of effect of acupuncture Shenmen acupoint on the brain function, *Clinical Journal of Traditional Chinese Medicine*, vol. 29, no. 10, pp. 1774–1776, 2017.

WEN, T.S. *Acupuntura clássica chinesa*. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1989. 225p.

ZENG, R.; OUYANG, B.-S. Clinical research on scalp acupuncture combined with rehabilitation training for autism children, *Journal of Clinical Acupuncture and Moxibustion*, vol. 33, no. 1, pp. 18–20, 2017.

ZHANG, H, et al. Clinical observation on effect of scalp electroacupuncture for mild cognitive impairment. *J Tradit Chin Med* 2013;33(1):46e50.

**ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM GRUPOS DE
CORRIDA DE RUA EM BELÉM: ASPECTOS
MOTIVACIONAIS RELACIONADOS À ADESÃO E
PERMANÊNCIA NOS GRUPOS**

**Dennis Leonardo Rodrigues Pimentel
Gerson Costa dos Santos Filho
Moises Simão Santa Rosa de Sousa**

DOI: 10.29327/570564.1-7

ORGANIZAÇÃO COLETIVA EM GRUPOS DE CORRIDA DE RUA EM BELÉM: ASPECTOS MOTIVACIONAIS RELACIONADOS À ADEÇÃO E PERMANÊNCIA NOS GRUPOS

DOI: 10.29327/570564.1-7

Dennis Leonardo Rodrigues Pimentel

Gerson Costa dos Santos Filho

Moises Simão Santa Rosa de Sousa

RESUMO

As corridas de ruas são bem populares em diversos países do mundo e muitas pessoas buscam a sua realização objetivando a melhora na qualidade de vida. Todavia, atualmente está ocorrendo uma diminuição na participação de indivíduos de forma contínua por falta de motivação e ânimo para seguir com a atividade. Esta pesquisa teve como objetivo analisar os principais fatores motivacionais pela opção da prática da corrida em grupo e de que forma ocorre a permanência nos grupos de corrida. Foi realizada uma pesquisa de campo com 20 sujeitos pertencentes à grupos de corrida, sendo a coleta de dados feita através do formulário IMPRAF – 126 adaptado de Trucculo (2008), aplicado em três diferentes eventos competitivos da modalidade. Os resultados evidenciaram a preferência da prática da corrida em grupo, pois além de se obter melhora na qualidade de vida, foi indicado que a corrida quando praticada em grupos, estimulam a permanência por maior tempo nos grupos. Concluiu-se que a prática da corrida de rua em grupos, traz benefícios à saúde e à qualidade de vida, sendo a prática em grupos um importante fator de adesão e permanência dos sujeitos por maior tempo praticando a atividade física.

Palavras-Chaves: Corrida. Treino de corrida. Motivação.

ABSTRACT

Street races are very popular in several countries around the world and many people seek to perform them aiming to improve their quality of life. However, there is currently a decrease in the participation of individuals on a continuous basis due to lack of motivation and courage to continue with the activity. This research aimed to analyze the main motivational factors for the option of practicing group running and how the permanence in running groups occurs. A field research was carried out with 20 subjects belonging to the running groups, and the data collection was done through the form IMPRAF - 126 adapted from Trucculo (2008), applied in three different competitive events of the modality. The results showed the preference for running in groups, because in addition to improving the quality of life, it was indicated that running in groups encourages a longer stay in groups. It was concluded that the practice of street running in groups brings benefits to health and quality of life.

Keywords: Race. Running training. Motivation.

RESUMEN

Las carreras callejeras son muy populares en varios países del mundo y muchas personas buscan realizarlas con el objetivo de mejorar su calidad de vida. Sin embargo, actualmente existe una disminución en la participación de los individuos de manera continua debido a la falta de motivación y coraje para continuar con la actividad. Esta investigación tuvo como objetivo analizar los principales factores motivacionales para la opción de practicar carrera en grupo y cómo se produce la permanencia en la carrera en grupo. Se realizó una investigación de campo con 20 sujetos pertenecientes a los grupos de carrera, y la recolección de datos se hizo a través del formulario IMPRAF - 126 adaptado de Truculo

(2008), aplicado en tres diferentes eventos competitivos de la modalidad. Los resultados mostraron la preferencia por correr en grupo, pues además de mejorar la calidad de vida, se indicó que correr en grupo incentiva una mayor permanencia en grupo. Se concluyó que la práctica de carrera callejera en grupo trae beneficios para la salud y calidad de vida.
Palabras clave: Raza. Entrenamiento de carrera. Motivación.

INTRODUÇÃO

Atualmente o número de indivíduos que buscam a prática de atividades físicas em ambientes livres, abertos, como a corrida de rua, tem crescido exponencialmente. Este fenômeno é decorrente de peculiaridades, como a fácil acessibilidade a prática e um custo relativamente baixo de treinamento e um custo mediano para a participação em eventos oficiais, sendo assim, esse tipo de atividade física se torna relevante em diversos aspectos, os quais vão desde saúde e condicionamento físico a lazer (VOORRIPS, *et al.*, 2021).

A prática de corrida de rua é classificada como atividade física de massa, pois está cada vez mais popular em diversos países do mundo, onde muitas pessoas realizam esta modalidade de atividade física a fim de melhorar na qualidade de vida. O crescimento da prática dessa modalidade é originado por interesses diversos, como promoção à saúde, estética, integração social, fuga do estresse e busca de atividades prazerosas ou competitivas (SALGADO; CHACON MIKAIL, 2006).

Todavia, a falta de motivação é um dos problemas dos quais diminui o rendimento e dificulta os praticantes de manter a prática de correr. Segundo Feijó, (2008, p. 109):

[...] motivação simboliza o esforço de uma pessoa objetivando solucionar tarefas, adquirir excelência esportiva, superar obstáculos, procurar e demonstrar melhor desempenho do que outras pessoas e principalmente sentir-se orgulhoso exibindo seu talento.

A falta de motivação é multifatorial, pois, embora os praticantes estejam cientes de todos os benefícios que a corrida lhe traz, e que ficam felizes enquanto correm, alguns dias esses indivíduos reconhecem não sentir vontade de colocar o tênis e sair correndo. Fatores como saúde, peso corporal, aparência, melhorias no sono, humor, autoestima, socialização, apoio do cônjuge, atividade ao ar livre, redução da ansiedade, estresse e depressão são possíveis razões principais para adesão à corrida supervisionada (TRUCCOLO; MADURO, 2008).

A motivação para análise do tema proposto surgiu a partir da observação pessoal do aumento da procura pela corrida de rua, como forma de buscar uma melhor qualidade de vida. Porém, notou-se que houve uma diminuição na participação dessas pessoas de forma contínua, visto que alguns desses indivíduos iam perdendo o ânimo para seguir

com a atividade, sejam por motivos de lesões, que nos remete a falta de um profissional auxiliando, preguiça, tempo e motivação. Por esse motivo, surgiu o interesse em abordar nesta pesquisa os efeitos da organização coletiva na adesão à prática da corrida de rua (RODRIGUES, 2018).

Neste contexto, justifica-se o presente trabalho a medida do quão importante é apresentar os aspectos que levam os indivíduos à busca de grupos de corrida como forma de motivação para a prática da atividade física. Tende a demonstrar os principais elementos e uma explicação sucinta sobre a motivação e valorização pela realização da prática em grupo.

Compreender estas formas de organização coletiva, configura como importante opção estratégica para professores de educação física que atuam neste campo, pois, dessa forma, possibilitam uma melhor elaboração de metas específicas a cada indivíduo, assim como as expectativas sobre os resultados que serão alcançados a curto, médio ou longo prazo.

Sendo assim, o presente estudo objetivou analisar os fatores motivacionais que contribuem para a adesão de alunos a grupos de corrida, bem como, destacar os principais benefícios da prática esportiva em grupo.

DESENVOLVIMENTO

As corridas de rua

Sabe-se que o homem desde o primórdio de sua existência encontra-se em constante movimento durante o seu dia a dia. No período pré-histórico, as constantes migrações em busca de moradia faziam com que realizassem longas caminhadas, ao longo das quais lutavam, corriam, saltavam e nadavam (OLIVEIRA, 2004), demonstrando que o caminhar e o correr são atividades primitivas, presentes em nosso cotidiano mesmo apresentado diferentes finalidades, porém praticada em decorrência de sua facilidade e livre acesso a população.

Segundo a Confederação Brasileira de Atletismo – CBAT, o pedestrianismo, ou as corridas rústicas, são a modalidade mais tradicional do atletismo. Sendo essa modalidade antecessora as corridas de ruas tão disseminadas posteriormente e como conhecidas popularmente.

Conforme Salgado e Chacon-Mikahil (2006) a corrida de rua teve seu surgimento e popularização na Inglaterra, durante o século XVIII, futuramente propagada no restante da Europa e Estados Unidos. Posteriormente, o médico norte-americano Kenneth Cooper,

criador do “jogging boom” que seria a prática da corrida em um ritmo constante, em busca da melhora do condicionamento físico com baixo desgaste corporal, responsável por sua popularização.

Durante o século XX, o atletismo surgia e se propagava aos poucos no Brasil. Entretanto, as corridas de rua já haviam conquistado seu espaço na sociedade antes mesmo do futebol se firmar como esporte nacional (CBAT, 2003). As chamadas provas de pedestrianismo, popularmente chamadas de Corridas de Rua, disputadas em circuitos montados em ruas, avenidas e estradas com distâncias oficiais que variam entre 5 a 100 km (CBAT, 2022).

Durante muitos anos o Brasil foi referência nas provas de pedestrianismo mundial, não somente por possuir excelentes atletas, mas também pela organização da maratona de São Silvestre, criada em 1925 pelo entusiasta Cásper Líbero, diretor do jornal A Gazeta, na época.

Corridas em datas comemorativas são cada vez mais frequentes como por exemplo: dias dos pais, dia das mães ou a corrida do círio que possuem dois percursos de 5 e 10 km e ocorre durante o período festivo na cidade de Belém do Pará, idealizada em 1982 pelo engenheiro mecânico Carlindo Lins, esse evento ganhou uma versão para a público infantil que se chama “corridinha do círio”, que já conta com doze edições, conforme (PEREIRA FILHO, 2013).

Com a popularização da corrida de rua e o seu número de participantes cada vez mais expressivo, não somente de corredores profissionais, porém, de entusiastas que buscam participar para medir seus desempenhos e comparar com seus amigos, criando assim, três públicos dentro do pedestrianismo, conforme afirmam Salgado e Chacon Mikail (2006, p. 4):

Assim, existem basicamente três tipos de público para esse tipo de corrida: 1) os que correm e procuram apenas seu próprio tempo e posição; 2) os que conferem os resultados para ver como foi o seu desempenho, de seus amigos ou apenas para descobrir o vencedor; 3) os diretores de provas, que veem os resultados como dados estatísticos e de investimentos.

Hoje as corridas procuram atender não somente o público adulto, mas incentivar crianças e jovens com eventos exclusivos para esta faixa etária, participação em duplas ou equipes possuindo como público a família em geral, dessa forma, as provas de pedestrianismo possibilitam a participação de atletas amadores e profissionais, sem

possuir restrições para participarem, sendo apenas exigidos pequenas taxa como forma de inscrição no evento (ROJO et al., 2017).

Ademais, por se tratar de um esporte que possui facilidade em sua pratica, precisando apenas de um calçado adequado e um percurso a ser seguido, a pratica da corrida de rua pode se dar início a partir da caminhada, começando da forma mais segura, chegando até a realização de longos percursos, conforme o desenvolvimento do praticante.

Motivação na prática esportiva

A motivação que mantem a prática da corrida de rua ser constante, se relaciona diretamente com o fator motivacional de cada indivíduo, que de acordo com Samulski, (Apud SAMULSKI 1995, p. 104) “a motivação é caracterizada como um processo ativo, intencional e dirigido a uma meta, o qual depende da interação de fatores pessoais (intrínsecos) e ambientais (extrínsecos). Dessa forma, tais fatores se encontram associados tanto aos sentimentos, desejos e metas próprias, quanto interações extra pessoal, ambiente ou trajetos presente na execução da atividade física.

Os principais fatores que levam a pessoa a praticar e aderir a corrida de rua, é o prazer e a saúde proporcionados, Gula (2019) também afirma que a prática de corrida de rua proporciona importantes psicológicos relacionados a motivação e humor de seus praticantes. A sensação de bem-estar e bom humor, podem estar relacionados a liberação de hormônios como endorfina e a β -endorfina, que quando liberadas em nosso organismo, proporcionam alívio e bem-estar ao praticante, momento este de recompensa e alívio após a conclusão de seu treinamento ou de uma corrida (GULA et al., 2019).

Atualmente podemos notar cada vez mais pessoas buscando a qualidade de vida através do exercício físico, na tentativa de prevenir ou reverter quadros de obesidade, sedentarismo e demais doenças relacionadas a falta de atividade física, sem contar o bem-estar físico e mental proporcionados ao praticante (GUETHS; FLOR, 2004). A motivação para a pratica do exercício físico ou esporte, manifesta-se em um comportamento mais ativo do praticante, melhorando não somente em aspectos físico, mas também em controle psicológico e melhoras no humor, de acordo como (GULA et al. 2019)

A adoção e manutenção de um comportamento ativo pode levar a uma maior percepção de prazer e satisfação por parte do praticante, o que pode consequentemente gerar uma resposta positiva no domínio psicológico. Dentre as variáveis psicológicas influenciadas positivamente pela pratica do exercício físico, destaca-se o estado de humor.

Por se tratar de um exercício fácil de se praticar, possuindo trajetos alternativos e poucos requisitos para sua inicialização, a corrida vem se tornando uma das formas mais fáceis de começar a prática esportiva, seja em busca de condicionamento físico, questão estética ou saúde e qualidade de vida, todos podem praticá-la, apenas com um tênis e um percurso a se seguir (SALCEDO, 2010). De acordo com Truccolo et al. (2008):

A prática da corrida atrai vários participantes devido ao gasto calórico produzido, aquisição e manutenção de uma aparência atraente, faz das mulheres um público altamente aderente a essa modalidade esportiva, como encontrado no presente estudo.

Motivos extrínsecos possuem sua importância para a permanência e motivação aos praticantes de corrida de rua, para aqueles que sempre buscaram superar seus limites, recordes e aos que correm profissionalmente, devem receber estímulos dos incentivadores do esporte, os quais por sua vez, trabalham na criação e promoção de eventos de pedestrianismo.

Segundo Truccolo (2008), se os promotores da saúde desejam que as pessoas adquiram e permaneçam nos programas propostos, devem também promover atividades que produzam alegria, satisfação e mantenham as pessoas interessadas. Sendo assim, umas das formas de incentivos, tanto para novos corredores na tentativa de divulgar e propagar o esporte e um hábito de vida saudável para as pessoas, quanto para atletas competidores que praticam o esporte a mais tempo e sua participação em eventos advém da busca por superação e quebras de recordes pessoais ou não.

Prática esportiva em grupo

Como já esclarecido, diversos são os motivos que influencia uma pessoa a inicializar na prática esportiva, seja em busca da qualidade de vida, bem-estar ou estética, os fatores intrínsecos que movem o ser humano chegam a ser diversos. Entretanto, essas motivações não se restringem a um único indivíduo o qual possui seu objetivo único e específico, tornando este, parte de um grupo de pessoas que buscam alcançar e conquistar as mesmas metas e propósitos através do mesmo exercício ou prática esportiva, praticando-a de forma individual ou coletiva (KOBAL, 1996).

Fazer atividades em grupo gera benefícios como: aumento da motivação, melhora da convivência social, sentimento de solidariedade, cooperação, também podendo promover a competição de forma saudável (sendo essa uma forma de diversão) e a geração de comprometimento como a prática regular do exercício, simultaneamente com

o seu compromisso com a equipe do qual faz parte. Benefícios esses manifestados através do convívio social em grupo, o qual possibilita a criação de laços afetivos com pessoas de valores semelhantes, que buscando desenvolver ações em conjunto para realização de objetivos em comum, como afirmam Rego et al. (2019, apud CAMPOS; FURLAN, 2010, p. 12).

Contribuem para a compreensão dessas questões ao dizer que a prática grupal possibilita a agregação de pessoas que se reconhecem afins, por apresentarem pensamentos, histórias de vida, valores e hábitos semelhantes, propiciando o sentimento de grupalidade, de pertencimento, fortalecendo os vínculos de suporte para além dos grupos.

Estudos realizado por Truccolo (2008) mostram fatores como: melhora do condicionamento físico e saúde, a apreciação por estar ao ar livre e aumento da autoestima, são os principais motivos dos quais as mulheres optam pela prática da corrida em grupo, também foi revelado que estar em grupo é um fator motivador para 75% das mulheres no estudo, contra 40% dos indivíduos masculinos. Dessa forma, podemos afirmar que para o público feminino, fazer parte de um grupo do qual pessoas almejam objetivos similares, é um excelente motivador, tanto para se iniciar a prática da corrida de rua supervisionada, quanto manter sua prática regular no esporte. O mesmo estudo apontou fatores como: sentir-se menos ansiosos, melhora do condicionamento físico e saúde e redução do estresse, como os principais motivos pelos quais os homens aderem ao programa de corrida supervisionada, sugerindo assim, que os homens acabam aderindo a prática do exercício como ferramenta para a melhora psicológica, considerando essa até mais importante que fatores sobre estética e social.

Todavia, os motivos pelos quais homens e mulheres aderem a prática da corrida em grupo podem mudar com o passar do tempo, alterando seus conceitos sobre o que realmente é relevante em sua atividade, expectativas, motivos e necessidades, conforme (SAMULSKI, 2002. p. 105) “No decorrer da vida de uma pessoa, a importância dos fatores pessoais e situacionais acima mencionadas podem mudar, dependendo das necessidades e oportunidades atuais.”. Com base no autor, podemos afirmar que os fatores dos quais levam a pessoa a aderir a prática de corrida em grupo, não necessariamente são os mesmo que mantém a permanência dela no grupo, pois com a criação de vínculos fraternais juntamente com o tempo de convivência, são fatores motivacionais que também influenciam a sua constância e permanência.

Dessa forma, para formação de grupos de corrida supervisionado, o organizador deve saber lidar com a individualidade de cada pessoa, seus motivos individuais e

coletivos, sendo a motivação e intenção de cada integrante imprescindível para a prática de qualquer esporte executado de forma coletiva. Assim, para programar intervenções que sejam eficazes no campo da atividade física, é necessário conhecer a motivação do grupo, os fatores associados a prática de atividade física no ambiente atual (AMORIM, 2010).

Portanto, o autor supracitado conclui que, para mais pessoas integrarem e permanecerem em grupos de corrida supervisionado, é preciso possuir estratégias que vão além do treinamento da corrida em específico, é necessário a criação de uma comunidade cooperativa e solidária, havendo uma confiança mútua em seus membros, compartilhando sucessos e insucessos.

METODOLOGIA

Este estudo se trata de uma pesquisa de campo, que segundo Gil (2002) é um tipo de pesquisa a qual possui ligação a uma comunidade determinada através de uma observação ativa das atividades nela desenvolvidas ou através de um levantamento de informações por meio de entrevista e instrumentos como questionários, a fim de compreender e interpretar as atividades do grupo específico a ser estudado.

A população constituiu-se de sujeitos adultos, praticantes de corridas de rua em grupos, sendo a amostra formada aleatoriamente por 30 sujeitos de forma voluntária, durante a ocasião da realização de eventos para corredores nas seguintes corridas: dez na corrida do Sesi 2022, dez na 10ª edição da Corrida do Utinga e dez na corrida do Trabalhador. Após serem esclarecidos sobre a finalidade, bem como os riscos e benefícios da pesquisa, todos os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Como critérios de inclusão, foram selecionados apenas pessoas que participam efetivamente de grupos orientados de corrida e que possuam, no mínimo, dois anos de prática em grupo, variando idade entre 20 e 59 anos. Os atletas selecionados para a pesquisa fazem parte dos seguintes grupos: Life Runners, Greco Runners e Célio Lobado (CL).

Para a coleta de dados foi utilizado o Inventário adaptado de Trucculo (2008), o IMPRAF – 128, o qual realiza uma análise investigativa em relação às motivações que levam as pessoas a realizar a prática da atividade em grupo e os motivos que as mantêm nessas atividades do tipo de forma coletiva. O formulário consiste em 54 perguntas com possíveis 5 respostas, as quais gradativamente variam de acordo com a satisfação pessoal de cada um dos atletas, classificadas de 1 a 5, no qual “1- Isto me motiva pouquíssimo”,

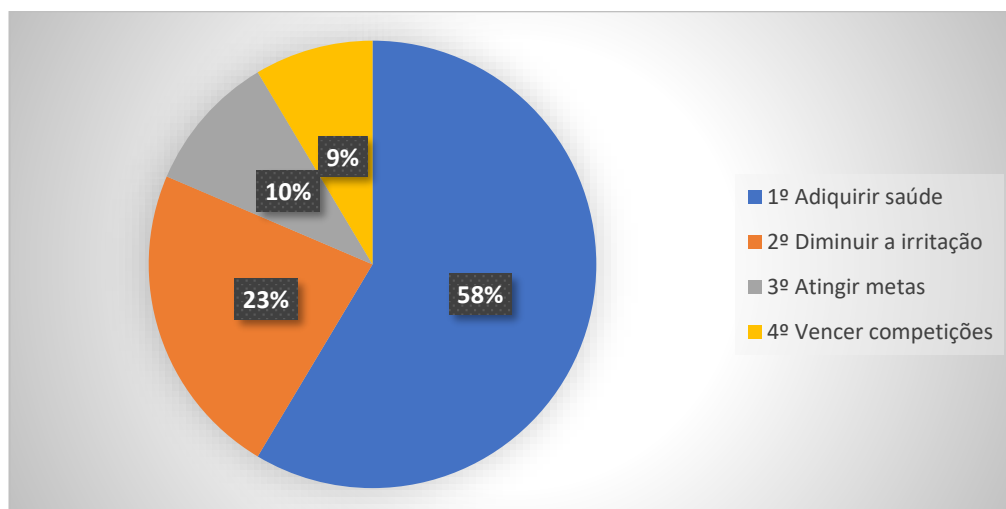
“2- Isto me motiva pouco, “3- Mais ou menos – não sei dizer – não tenho dúvidas”, “4- Isto me motiva muito” e “5- Isto me motiva muitíssimo”.

Os dados foram organizados quantitativamente sendo a distribuição dos resultados organizados em gráficos e tabelas no programa Microsoft Office Excel 2010 para posterior discussão e detalhamento frente a opinião de diferentes autores os quais discorram sobre a problemática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No gráfico 1, encontram-se resultados obtidos referentes às médias dos principais fatores relacionados aos principais aspectos motivacionais mencionados pelos participantes da pesquisa, os quais apontaram que adquirir saúde possui a maior importância quando relacionada a prática de corrida de rua, obtendo a média de 58 %, seguida pela interação com outros corredores, com a média de 23% e deixando em último lugar, vencer competições, com a média de apenas 9% dos participantes.

Gráfico 1: Principais aspectos motivacionais mencionados pelos participantes



Fonte: autores (2022).

A saúde está destacada como a motivação mais importante mencionadas pelos participantes da pesquisa, fator que corrobora com a ideia de diferentes estudos e autores em relação aos principais fatores motivacionais para a prática de atividade física. O autor Nahas (2003) destaca que a aptidão física ligada à saúde possui a capacidade de agrupar diferentes características, as quais quando em níveis apropriados permitem uma maior energia, tanto no trabalho quanto na vida diária e em atividades relacionadas ao lazer, ou

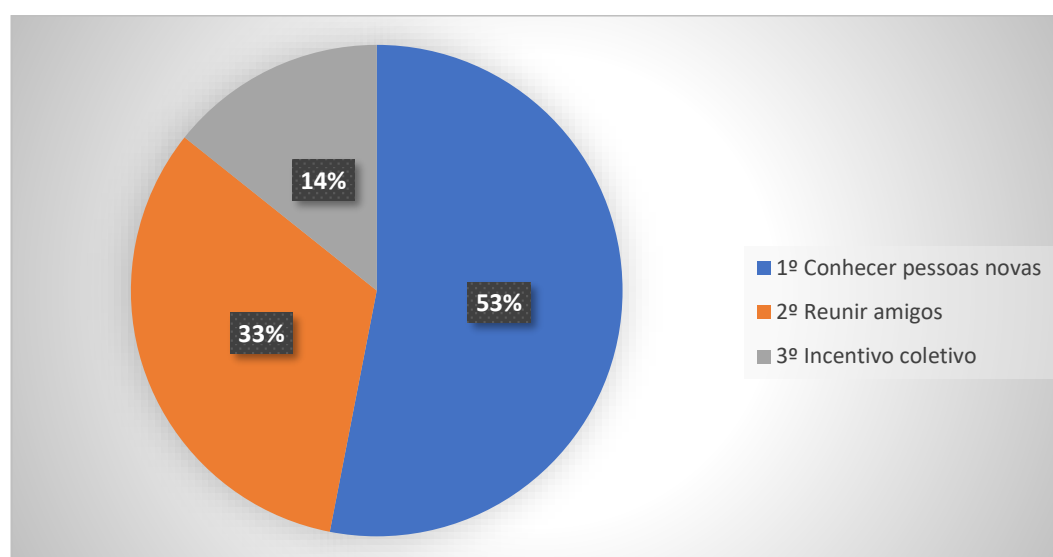
seja, através da prática esportiva é possível diminuir a probabilidade no desenvolvimento de doenças físicas e psicológicas.

Em relação a diminuição da irritação, para os autores Weinberg; Gould, (2017) consideram este um fator recorrente no cotidiano dos praticantes de esportes, os quais buscam as modalidades afim de diminuir o estresse, tendo em vista que este é um fator presente no cotidiano e tem acometido de maneira frequente um número expressivo de pessoas, o qual tem raiz multifatorial, sendo emocional ou mental, sendo assim, o autor destaca que a prática de exercícios físicos pode contribuir para diminuição do estresse.

Os demais resultados dos aspectos motivacionais destacados pelos participantes se assemelham ao estudo realizado por Balbinott (2006) autor o qual realizou uma pesquisa a qual ordena os principais fatores mais relacionadas a um grupo praticante de atividade física, os quais foram: saúde, controle de estresse, estética, sociabilidade e competitividade, aspectos obtidos no estudo refletem que a saúde é a principal importância do praticante de atividade física, porém está também relacionada com o prazer e a estética, o autor destaca também que a competitividade ao fator de menor influência dentro do grupo e está variável independente do sexo e da idade.

O desejo de vencer competições é mencionado como o de menor importância, confirmam a ideia de Furlam (2014) a qual trata que em modalidades esportivas individuais, como a corrida de rua a competição, não está relacionada aos demais participantes, mas sim uma competição contra seus próprios limites, pois, para Balbinotti *et al.* (2007) a competitividade sugere uma sensação de superioridade aos demais participantes, fator o qual não se destaca em modalidades individuais, os quais buscam principalmente a saúde e bem estar.

No gráfico 2 é possível visualizar os objetivos dos indivíduos entrevistados e quais os benefícios que os levam a permanecer na prática da atividade corrida de rua. Os resultados obtidos referentes às médias dos principais aspectos motivacionais destacados pelos participantes da pesquisa, apontaram conhecer pessoas novas como um dos maiores benefícios da prática esportiva em grupo quando relacionada a corrida de rua, obtendo a média de 53%, seguida por reunir amigos, com a média de 33% e deixando em último lugar, atingir metas, com a média de apenas 14% dos participantes.

Grafico 2: Principais beneficios da pratica esportiva em grupo mencionados na pesquisa

Fonte: autores (2022).

Um estudo realizado por Gonçalves (2016) apresentou como resultado, que a busca por uma saúde melhor é a dimensão a qual representa melhor o motivo de um individuo em aderir e permanecer numa prática esportiva em grupo, sendo esta uma dimensão motivacional prevalente em diferentes estudos.

Além disso, Franco (2010) em outro estudo, investigou as possíveis diferenças nos aspectos motivacionais entre corredores de grupos e corredores individuais, obtendo como resultado que os cuidados físicos, emocionais e psicológicos foram mais evidentes entre os corredores que treinam em equipe, onde 83% relataram como muito importante, contra 61% dos corredores individuais, refletindo assim maior cuidado e preferência em práticas esportivas em grupo.

Sanches 2011 destaca que, inserir diferentes pessoas na prática esportiva contribui para o empoderamento do indivíduo e proporciona benefícios oriundos da interação entre os participantes, como a troca de experiência, competitividade saudável e motivação entre os participantes, sendo assim a prática esportiva em grupo, oferta melhoria na qualidade de vida em diferentes dimensões, as quais vão desde a estrutura psicológica a fim de se obter um equilíbrio físico e mental.

Todavia, um estudo realizado por Valerio, et. al, (2021) destaca que a sociabilidade, não apresentou uma diferença estatística considerável do menor aspecto mencionado pelos participantes da pesquisa, sendo então considerado como um dos fatores com a menor motivação, estes resultados confrontam estudos realizado por

Trucollo; Maduro; Feijó (2008) e Balbinotti et al. (2007), e indica que atualmente, o comportamento social tende a ser menos interativo.

Contudo, os resultados encontrados nesta pesquisa se assemelham com os demais identificados na literatura, os quais indicam que a saúde, bem-estar e diminuição da irritação, bem como a interação com outras pessoas, são os principais aspectos que motivam o indivíduo de realizar a prática esportiva em grupo, pois o interesse da população em ter hábitos de vida, os quais auxiliam na melhoria da saúde física e mental, são os principais objetivos dos praticantes de modalidades esportivas.

CONCLUSÃO

A realização do presente estudo possibilita a ampliação da discussão e conhecimento em relação aos aspectos motivacionais na prática esportiva, pois a partir dos resultados obtidos nesta produção científica, oriundos de uma pesquisa de campo de cunho exploratório, afim de obter dados que apresentem como os aspectos motivacionais relacionado à organização coletiva influencia na adesão a grupos de corrida.

Neste sentido, foi possível verificar que as principais motivações do indivíduo em aderir e permanecer na prática de uma modalidade esportiva, a qual pode englobar diferentes objetivos como a manutenção da saúde, manter a boa forma, interagir com outras pessoas e diminuir o estresse e irritação, para que assim sejam traçadas estratégias as quais favoreçam a permanência dos participantes.

Além disso, as dimensões de sociabilidade e interação foram indicadas como um dos principais fatores para adesão e permanência dos participantes da atividade física.

Uma vez identificados estes aspectos e sua relação com prática coletiva desta modalidade esportiva, podem favorecer a elaboração de estratégias para professores de educação física que atuam neste campo, pois dessa forma, possibilitam uma melhor elaboração de metas específicas a cada indivíduo, assim como as expectativas sobre os resultados que serão alcançados a curto, médio ou longo prazo.

REFERÊNCIAS

AMORIM, D. P. Motivação à prática de musculação por adultos jovens do sexo masculino na faixa etária de 18 a 30 anos. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

BALBINOTTI, M.A.A.; BARBOSA, M. L. L. Inventário de Motivação à Prática Regular de Atividade Física e/ou Esporte (IMPRAFE-54). Laboratório de Psicologia do Esporte – Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008

JUCHEM, L. et al. A motivação à prática regular de atividades físicas: Um estudo descritivo-exploratório com tenistas do sexo masculino de 13 a 16 anos. *Coleção Pesquisa em Educação Física*. v. 6, n. 2, p. 19-24, 2007

BOGDAN, Robert., BIKLEN, Sari. In: *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. LÜKDE, Menga., ANDRÉ, Marli E. São Paulo. EPU, 1986.

CBAT. Confederação Brasileira de Atletismo. Regras de competição e regras técnicas. Disponível em: https://www.cbat.org.br/repositorio/cbat/documentos_oficiais/regras/regrascompeticaoeregrastecnicas2022.pdf. Acesso em 23 de agosto de 2022.

PEREIRA FILHO, Carlindo Lins. Corrida do círio relembra primeiros momentos do evento. Disponível em: <http://ge.globo.com/pa/corrida-do-cirio/noticia/2013/10/criador-da-corrida-do-cirio-relembra-primeiros-momentos-do-evento.html>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FURLAM, A. Jacomini. Fatores motivacionais relacionados à prática de corrida de rua por mulheres adultas na cidade de Curitiba/PR. Trabalho de Conclusão de Curso de graduação Universidade Tecnológica Federal do Paraná –UTFPR 2014. Disponível em: <https://cienciadotreinamento.com.br/wp-content/uploads/2>. Acesso em 22 de julho de 2022.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: atlas, 2002

GULA, J. N.; MATTES, V. V.; PALUDO, A. C. Silva M.P. Perfil motivacional e estado de humor em corredores de rua integrantes de grupos de corrida. *Conscientia e Saúde*, 2019.

KOBAL, M. C. Motivação intrínseca e extrínseca nas aulas de Educação Física. 1996, 176f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) -Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996.

OLIVEIRA A. I. G.; PINTO. S. G.; Pórfiro G.; NOGUEIRA, V. A.; AGUILAR, D. M.; ALLOCCA, R. A. Corrida de rua, esporte e qualidade de vida: um estudo bibliográfico. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd207/corrida-de-rua-e-qualidade-de-vida.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

REGO, L. S.; FIGUEIREDO, G. O.; ROMANO. V. F.; BAIÃO, M. R. As atividades de grupo na perspectiva dos sujeitos em uma Clínica da Família. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312019290316>. Acesso em: 22 jun. 2022.

RODRIGUES, A. S. C. Perfis motivacionais relacionados aos praticantes de corrida de rua em Belém PA. Trabalho de conclusão de curso. CEDF-UEPA, 2018.

SALCEDO, J. F. Os motivos à prática regular do treinamento personalizado: um estudo com alunos de personal trainer. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola

Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010. Acesso em: 22 jun. 2022.

SALGADO, J. V. V.; CHACON-MIKAHIL, M.P.T. Corrida de rua: análise do crescimento do número de provas e praticantes. *Revista Conexes*. v.4, n.1, p. 90- 109, 2006. Acesso em: 25 jun. 2022.

SAMULSKI, D. M. *Psicologia do esporte*. São Paulo: Manole, 2002. P. 104 – 106. Acesso em: 20 jun. 2022.

TRUCCOLO, A. B.; MADURO, P. A.; FEIJÓ, E. A. Fatores motivacionais de adesão a grupos de corrida. *Motriz: Revista de Educação Física. UNESP*, v. 14, N. 2, p. 108-114, 2008. Acesso em: 22 mai. 2022.

VOORRIPS, L. E.; LEMMINK, K. A. P. M.; HEUVELEN, M. J. G.; BULT, P.; STAVEREN, W. A. The physical condition of elderly women differing in habitual physical activity. *Medicine and Science in Sports and Exercise*, Hagerstown, v.25, n.10, p.1152-1157, 1993. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/8231760>. Acesso em: 13 abr. 2021.

WEINBERG, R.S.; GOULD, Daniel. *Fundamentos da psicologia do esporte e do exercício*. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 624 p, 2017.

VALERIO; LARAZI; MAZZEI. Fatores motivacionais na prática de corrida de rua: aumentando a coleta de dados. XXIX Congresso de Iniciação Científica da UNICAMP – 2021 1. Disponível em: <https://www.prp.unicamp.br/inscricaocongresso/resumos/2021P18951A6825O5684.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2022.

ROJO, J. R.; STAREPRAVO, F. A.; CANAN, F.; MEZZADRI, F. M.; SILVA, M. M. Transformações no modelo de corridas de rua no Brasil: um estudo na “Prova Rústica Tiradentes”. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*. Vol. 25.Núm. 1.2017. p.19-28. Acesso em: 21 ago. 2022.



**A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTE NO
CONTEXTO ESCOLAR**

**Leandro Ribeiro da Silva
Siderley Machado de Oliveira**

DOI: 10.29327/570564.1-8

A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE ARTE NO CONTEXTO ESCOLAR

DOI: 10.29327/570564.1-8

Leandro Ribeiro da Silva
Siderley Machado de Oliveira

RESUMO

Objetivou-se como foco desse estudo de pesquisa “à importância da arte no contexto escolar”, ressaltando que o ensino de arte para a educação básica brasileira percorreu ao longo do tempo fases históricas desde o ano de 1971. Nessa direção atualmente a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9394/96, art. 26, § 2º), afirma que “o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Para essa pesquisa de campo educacional, verificou-se que com a inserção da arte como disciplina obrigatória da grade curricular, passou a ser reconhecida como campo de conhecimento com desdobramento de linguagens visuais, teatro, dança e música, reforçando o trabalho pedagógico a partir da valorização das manifestações culturais. Neste sentido, constatou-se que, apesar da obrigatoriedade conferida constitucionalmente para o ensino dessa disciplina, o sistema curricular do estado brasileiro enfrenta atualmente a realidade com a ausência de profissionais habilitados para ministrar seus conteúdos direcionando assim, o comprometimento do ensino.

Palavras-Chave: Ensino; Arte; Escola.

ABSTRACT

The objective of this research study was “the importance of art in the school context”, emphasizing that the teaching of art for Brazilian basic education has gone through historical phases since 1971. and Bases of National Education (LDBEN nº. 9394/96, art. 26, § 2), states that “the teaching of art will constitute a mandatory curricular component, at the different levels of basic education, in order to promote the cultural development of students”. For this educational field research, it was found that with the inclusion of art as a mandatory subject in the curriculum, it came to be recognized as a field of knowledge with the unfolding of visual languages, theater, dance and music, reinforcing the pedagogical work from the appreciation of cultural manifestations. In this sense, it was found that, despite the mandatory constitutionally conferred for the teaching of this discipline, the curriculum system of the Brazilian state currently faces the reality with the absence of qualified professionals to teach its contents, thus directing the commitment of teaching.

Keywords: Teaching; Art; School.

RESUMEN

El objetivo de esta investigación fue “la importancia del arte en el contexto escolar”, destacando que la enseñanza del arte para la educación básica brasileña pasó por fases históricas desde 1971. y Bases de la Educación Nacional (LDBEN nº. 9394/96, art. 26, § 2), establece que “la enseñanza del arte constituirá un componente curricular obligatorio, en los diferentes niveles de la educación básica, con el fin de promover el desarrollo cultural de los estudiantes”. Para esta investigación de campo educativo, se encontró que con la inclusión del arte como materia obligatoria en el currículo, pasó a ser reconocido como un campo de saber con el desdoblamiento de los lenguajes visuales, el teatro, la danza y la música, reforzando la labor pedagógica. desde la apreciación de las manifestaciones culturales. En ese sentido, se constató que, a pesar de la obligatoriedad

conferida constitucionalmente para la enseñanza de esta disciplina, el sistema curricular del estado brasileño actualmente enfrenta la realidad con la ausencia de profesionales calificados para enseñar sus contenidos, orientando así el compromiso de la enseñanza.

Palabras clave: Enseñanza; Arte; Escuela.

INTRODUÇÃO

Atualmente, pode-se considerar que o ensino das artes é fundamental para o processo de ensino aprendizagem do aluno, tanto quanto a importância dos demais componentes curriculares ministrados obrigatoriamente na Educação Básica Nacional. Para isso, percebe-se que a arte-educação no contexto escolar enriquece as ações do trabalho pedagógico de âmbito interdisciplinar podendo possibilitar a construção do cumprimento de forma significativa e autônoma do aluno a partir da valorização da sua própria identidade cultural.

No entendimento de Iavelberg (2003), a arte é cultura, portanto, é fruto de sujeitos que expressam sua visão de mundo, visão que este atrelada a concepções, princípios, espaços, tempos e vivências. Para a autora, a relação com o conhecimento de diferentes fases/etapas do desenvolvimento devolutivo de arte/conhecimento fortalece decisivamente a ampliação sobre as diferentes linguagens do ensino favorecendo efetivos vínculos com atuais realidades considerando uma formação de respeito cultural, de valorização de diversidade, de acordo com os princípios constitucionais do Brasil.

Nesse direcionamento, descreve:

O ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório nos diferentes níveis da educação básica, o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos. (BIASOLI, 2004, p. 81)

Para contribuir, Eisner (apud Barbosa, 2008), observa que a arte tem conteúdo específico a favorecer, algo inerente às artes, pode-se afirmar que o aprendizado artístico compreende mais do que a habilidade de utilizar materiais de arte, e conceitua-se o papel do professor de forma ativa e exigente, e não simplesmente um formador de materiais e um apoio emocional.

De acordo com as transformações constitucionais o conceito de arte foi ampliado além das manifestações de expressão, de sintuosidade, de obstinação, de superação que foi visto durante o tempo. A história da arte é compreendida pela ação humana ao longo do tempo da sociedade.

A arte tornou-se moralmente essencial no processo de escolarização e formação do senso crítico dos alunos de diferentes níveis de educação. Entretanto, minimizar ou desvalorizar a arte como conhecimento humano, seria desconsiderar seu valor, ou seja, sua influência pedagógica, social ao longo do tempo das civilizações. Para complementar a importância da arte no contexto escolar, de acordo com o momento histórico, vários pensamentos de pesquisadores definiram a arte segundo sua influência no aprendizado do sujeito/construção.

Sobre o empoderamento de arte no desenvolvimento das aprendizagens. Conforme o autor:

A arte, isto é, as imagens e eventos cuja propriedade faz brotar formas estéticas de sentimentos são um dos importantes meios pelos quais as potencialidades da mente humana são trazidas à tona. Nossas capacidades intelectuais à medida que damos a estas capacidades, oportunidades de funcionar: o tipo de raciocínio necessário para vermos o que é sutil e complexo para aprender como perceber as formas de maneira que suas estruturas expressivas toquem nossa imaginação e emoção: para tolerar as ambiguidades enigmáticas da arte. (EISNER, apud 2008, p. 91).

O autor pensa que a arte direciona as diferentes funcionalidades de percepção que fortalece o desenvolvimento de complexas habilidades do campo cognitivo. Dentro desse contexto, para garantir resultados significativos, faz-se necessário algumas exigências que perpassa por professores habilitados para promover conhecimento com competências e habilidades no processo de aprendizagem dos alunos, caso necessite de alterações no currículo a partir da teoria e prática para atender as demandas, considera-se fundamental que a flexibilização do planejamento acontecerá de forma constitucional e metodológica, afim de adaptar a presente realidade socio cultural da clientela envolvida no processo de ensino.

Neste sentido, é importante para o sucesso do aprendizado uma organização planejada por parte docente e da instituição escolar respeitando o currículo e a realidade cultural baseando-se em objetivos próprios, a arte precisa ser valorizada por seus agentes como disciplina do currículo da Educação básica e essencial para a formação, assim como os demais campos do conhecimento.

Para isso, verifica-se que a arte-educação desempenha um papel diferenciado na prática pedagógica da escola no sentido interdisciplinar, visto que é um componente que garante a interação entre os envolvidos, sobre tudo face a integração das linguagens.

Dessa forma, todavia FERRAZ e FUSSARI (1999), por meio da arte o professor

pode trabalhar com a sensibilidade, a possibilidade de relação criativa com o mundo estimulando a expressão e reforçando o eu de cada indivíduo, ampliando a consciência de suas possibilidades, a consciência do meio e das possibilidades de atuar sobre ele.

O ensino da arte no Brasil

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBN Nº. 5692/71), instituiu a disciplina de Educação Artística no currículo do Ensino Fundamental e Médio, visando um ensino polivalente das diferentes linguagens. O art. 7º. Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1º e 2º graus [...]

Embora tenha sido reconhecida a importância da arte para a formação integral do aluno com a sustentação da legalidade constitucional, decorrer da implantação houve dificuldade para o encontrar docente com formação nesta área específica do conhecimento. Tal fato, é atribuído por FERRAZ (2001), a pequena disponibilidade de professores formados, além de inexistir, por parte do sistema público de ensino, nenhum programa voltado para a formação dos professores.

Neste direcionamento, o sistema não apresenta currículo definido, isso contribui também, o desenvolvimento das atividades/ações pedagógicas de arte sua prática no processo escolar passa por dificuldades e os desdobramentos artísticos propostos incluem várias linguagens, como: artes plásticas, artes cênicas, educação musical (Brasil, Mec. 1997, p. 24). Esse momento de implantação curricular gerou confusão e dificuldade para garantia do processo. Para o entendimento, destaca-se:

[...] A criação da disciplina Educação Artística vem de uma concepção de integração das artes que, antes de mais nada, acabou gerando confusão entre a noção de integração e polivalência, em que ao invés de haver uma integração das artes, cada professor trabalhou na área qual a sua formação foi mais concentrada (artes visuais, música ou artes cênicas). (OLIVIERA, 2001, p. 50)

A legislação educacional de 1971, trouxe perspectiva de uma formação mais ampla (tanto para docentes e discentes), e a polivalência do ensino, ou sendo, a junção das artes (música, arte visual, dança e teatro), o que dificultou, no entendimento e qualificação de cada desdobramento da área artística. Por sua vez, o pensamento bibliográfico sobre esse determinado plano de implementação de Arte na escola. Segundo Martins (1998), destaca que os professores até então, especializados em uma determinada área das artes passam a ter dificuldades para envolver as diversas habilidades artísticas

em suas aulas. As atividades pedagógicas em sala de aula eram direcionadas a partir do conhecimento específico do professor. Veja como era direcionado o ensino, se o docente era graduado com habilitação em música, o docente focava o ensino em música, se era graduado com habilitação em dança, este prestigiava as atividades com dança e assim eram executadas as ações de arte, se o professor não tivesse formação na área de arte isso não era impedimento de ministrar o conteúdo de arte.

Vale ressaltar que essa carência de profissional para a disciplina específica aconteceu constantemente nas escolas públicas do sistema educacional brasileiro. Dessa forma entre 1970 e 1980 ficou empobrecida a formação dos discentes, que se pretendia potencializar o desenvolvimento da expressão e sua sensibilidade, mas recursos a formação profissional dos profissionais da época os colocava a risco a qualidade e a eficiência do ensino de arte. Na tentativa de promover a qualificação aos professores do sistema educacional brasileiro, o estado ofertou curso aos professores da educação básica, para o cumprimento da legislação de nº. 5692/71, assim descreve o parecer do MEC nº. 540/77 que, menciona diretamente as escolas deverão contar com professores de Educação Artística, preferencialmente polivalente no primeiro grau.

Contudo, o processo de formação para os professores oferecido pelo estado não atendeu as vastas complexidades das diversas modalidades artísticas. Em 1980, o estado introduziu na rede pública de ensino a oferta do livro de arte como mecanismo de compensação a falta de formação dos professores em arte e usando como manual de instrução artística, pois as aulas eram ministradas com valores de teoria, a partir da distribuição dos livros, passou a verificar um fortalecimento do aspecto prático. Vale frisar, que o importante do processo de ensino é a formação do sujeito, ou seja, um redirecionamento para as relações do que com a memorização das informações.

Em 1996, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – (LDBN Nº. 9394/96), o sistema educacional brasileiro recebe novo direcionamento principalmente o ensino de arte. O art. 26, § 2º., determina “o ensino de arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. Assim, a arte e suas linguagens: artes visuais, teatro, dança e a música são conhecimentos de currículo essenciais para a formação do indivíduo da escola básica.

Sobre o conhecimento de arte, destaca-se que:

A educação em arte propicia o desenvolvimento do pensamento artístico, que caracteriza um modo particular de dar sentido as experiências das pessoas: por meio dele, o aluno amplia a sensibilidade, a percepção, a reflexão e a imaginação. Aprender arte envolve, basicamente, fazer trabalhos artísticos, apreciar, e refletir sobre eles. Envolve também, conhecer, apreciar e refletir sobre as formas da natureza e sobre as produções artísticas individuais e coletivas de distintas culturas e épocas. (Brasil, 1997, p. 15)

Nesse processo de organização curricular para sustentar as disciplinas da educação básica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº. 9394/96), o governo propõe um Plano Nacional de Educação para cumprir com a legalidade e criou-se o Plano de Educação com vigência de 1993 / 2003 em equilíbrio com a Constituição Federal de 1988.

Em 1997 foram apresentados os Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte, pela Secretaria de Ensino Fundamental do Ministério da Educação. Este documento contribui para o crescimento do ensino de arte no Brasil corresponde por um conjunto de orientações para o trabalho pedagógico nas escolas públicas possibilitando a melhoria da socialização das atividades do campo de arte para o ensino.

O conjunto de orientação enfatiza o processo de aprendizagem com desdobramento sobre: objetivos, conteúdos, avaliação e didática, que devem favorecer para a prática docente meios de qualidade para o ensino. Neste sentido, considera-se uma indicação metodológica que primariamente valorize a prática de expressão no que se pode apreciar, produzir e contextualizar, no propósito de garantir um ensino de qualidade a Base Curricular Nacional para o ensino implementada nos estabelecimentos de ensino contemple uma parte diversificada que fica a critério do órgão competente considerando os aspectos de região e de comunidade observando e respeitando os laços culturais, políticos e econômicos dos envolvidos diretos no processo educacional vigente.

A arte no contexto escolar

A partir do pensamento de Ferraz (2001), o representar por meio da arte, é sinônimo de expressão que permite orientar e ressignificar situações diárias, de maneira menos alienada, mais crítica e sensibilizada. Neste sentido, o estudo de arte contemporâneo contribui diretamente para a formação sócio cultural do sujeito, possibilitando o conhecimento do campo artístico relacionando as competências da teoria e da prática essenciais e determinantes para o crescimento da capacidade de observação e análise das situações de caráter artístico que perpassa pela sociedade.

Na atualidade o processo de escolarização para o campo de arte de educação básica brasileira deve pautar-se pela prática pedagógica da base triangular que tem como parâmetro o pensamento construtivista, interacionista, dialogal, multiculturalista e é pós-moderna por tudo isto e por articular arte como expressão e como cultura na sala de aula, sendo essa articulação o denominador comum de todas as propostas pós-modernas do ensino de arte que circulam internacionalmente na contemporaneidade. (BARBOSA, 1999)

O processo ensino aprendizagem de arte na escola tem a função primordial de promover a formação estética dos indivíduos a partir do conhecimento das diferentes linguagens artísticas de acordo com o contexto social, econômico, político, religioso, provocando seu próprio conceito sobre cada particularidade dos elementos formadores, do conjunto da arte para destaque da contextualização teórica com a realidade artística e os elementos presentes de sua própria cultura, por direcionamento das diversas atividades do relacionamento com a disciplina de arte.

A disciplina de arte deverá garantir que os alunos conheçam e vivenciem aspectos técnicos, inventivos, representacionais e expressivos, em música, artes visuais, desenhos, teatro, dança, artes audiovisuais. Para isso é preciso que o professor organize um trabalho consciente, através de atividades artísticas, estéticas e de um programa de teoria e história da arte, inter-relacionados com a sociedade em que eles vivem. Entendemos que é possível atingir-se um conhecimento mais amplo e aprofundado da arte, incorporando ações como: ver, ouvir, mover-se, sentir, pensar, descobrir, exprimir, fazer, a partir dos elementos da natureza e da cultura, analisando-os, refletindo, formando, transformando-os. E com essa abrangência que a arte deve ser apropriada por todos os estudantes, indiscriminadamente (FUSARI; FERRAZ, 2001, p. 24)

Trabalhar a disciplina de arte na educação básica, neste direcionamento, pode ser decisivo para a formação das competências artísticas do indivíduo a partir dos conteúdos que abrirão caminho para a constituição de expressão, manifestação, comunicação e desenvolvimento obtidos em detrimento do cruzamento dos elementos da natureza e da cultura dos indivíduos promovidos pela pesquisa dos estudos no campo da arte.

De acordo com OLIVEIRA (2002), o ensino de arte na escola passa a exercer um papel fundamental na educação como um todo, não pretendendo auxiliar na leitura e na escrita dos códigos universais ou encaminhar os alunos a uma profissão, tão pouco transformar o aluno num artista. A escola como o ensino da arte tem como objetivo, transformá-lo positivamente com a capacidade de reconhecer sua arte através de estudos históricos, práticos e técnicos, facilitando o seu desenvolvimento intelectual e artístico

dentro do contexto de apropriação da realidade cultural dos inseridos no processo pedagógico. Para Barbosa, essa compreensão é importante para analisar “a ideia de que a arte na educação em como finalidade principal permitir que a criança expresse seus sentimentos e a ideia de que a arte não é ensinada, mas expressada”. (1979, p. 46), assim contribuindo para o processo de humanização e democratização do espaço escolar, para o crescimento de alunos capazes de ser reflexivo/expressivo na condição para resolução de situações de realidades sócio culturais múltiplas de forma consciente.

A instituição escolar como espaço de multiplicação de conhecimento e de diferentes culturas e direcionadas para a formação integral do aluno a partir da valorização da interdisciplinaridade, o ensino de arte se faz necessário para a formação crítica do aluno, entretanto, se faz de maneira imaginativa, envolvente e dinâmica, visando instigar a criatividade e a capacidade cognitiva do indivíduo em qualquer nível de escolarização. Neste sentido, os Parâmetros Curriculares Nacionais, enfatizam que:

O conhecimento da arte abre perspectivas para que o aluno tenha uma compreensão do mundo na qual a dimensão poética esteja presente: a arte ensina que é possível transformar continuamente a existência, que é preciso mudar referências a cada momento, ser reflexível. Isso quer dizer que criar e conhecer são indissociáveis e a flexibilidade é condição fundamental para aprender. O aluno que conhece a arte pode estabelecer relações mais amplas quando estuda um determinado período histórico, um aluno que exercita continuamente sua imaginação, estará mais habilitado a construir um texto, a desenvolver estratégias pessoais para resolver problemas matemáticos. (Brasil, 1997, p. 19).

Para essa perspectiva, as ações pedagógicas devem considerar o processo evolutivo das atividades praticadas no decorrer das aulas de arte proporcionando compreensão de entendimento sobre os assuntos abordados, que partes do processo fazem a qualidade do resultado final de qualquer pesquisa de estudo para qualquer disciplina. Ressalta-se que o importante é produzir conhecimento que contribua para a formação crítica do educando, desconsiderando a cobrança ou exigência para produções de bases artísticas com reconhecimento de massa. O ensino de arte é fundamental dentro da escola, porque se faz presente na vida/sociedade em que vivemos. Por ser conhecimento construído pela sociedade é compreendido como herança cultural de todos e para todos, perpassando por leitura de mundo, como área essencial de conhecimento do homem, um dos recursos que nos apropriamos para a ampliação e interpretação do mundo real em relação das experiências exitosas que geram aprendizados.

Para garantir o conjunto integral do conhecimento é preciso conhecer as produções artísticas de um grupo qualquer para gerar compreensão a respeito de tal conjunto cultural, caso contrário, sem conhecer minimamente as representações de arte de um grupo sócio cultural, pode-se afirmar que produzirá uma pesquisa incompleta de uma determinada cultura. Diante dos fatos e da importância do contexto, o aluno poderá desenvolver sua competência estética e artística nas diversas modalidades da área de arte, tanto para produzir trabalhos pessoais e grupais, quanto para que possa, progressivamente, apreciar, desfrutar e julgar os bens artísticos de distintos povos e culturas produzidos ao longo da história e na contemporaneidade. (Brasil, 1997).

Sobre esse pensamento em respeito as manifestações de linguagens, reforça com o crescimento do sujeito, na perspectiva da capacidade de construir, selecionar, reelaborar os conceitos de flexibilidade, originalidade e contextualidade a partir da arte e dos fatores de humanização, como se verifica no trecho a seguir.

A arte é fonte de humanização e por meio dela o ser humano se torna consciente da sua existência individual e social; percebe-se e se interroga, é levado a interpretar o mundo e a si mesmo. A arte ensina desaprender os princípios das obviedades atribuídas aos objetos e às coisas, é desafiadora, expõe contradições, emoções e os sentidos de suas construções. Por isso, o ensino da arte deve interferir e expandir os sentidos, a visão de mundo, aguçar o espírito crítico, para que o mundo possa situar-se como sujeito de sua realidade histórica. (Paraná, 2008, p. 56).

A arte e o processo de aprendizagem

Vale ressaltar que o processo de aprendizagem perpassa por dimensões de características artísticas relevantes que se destaca: observar, sentir, analisar, selecionar, associar, criar e mais. O campo da arte aumenta a capacidade de construção do conhecimento por qualidade, flexibilidade e com agilidade.

O agente/homem com seus conhecimentos pode direcionar pensamentos desiguais, buscando várias possibilidades para encontrar soluções para determinadas situações com base de múltiplas linguagens.

O universo da arte afirma FERRAZ (1999), pode ser como um campo aberto para todos, por meio do estudo das formas que nasceram nas mais diversas épocas. Neste sentido, entende-se que a arte do homem ultrapassa os tempos e permanecendo como fator essencial para a história de diferentes povos da humanidade com

representação de valor artístico/expressão de compreensão de um determinado contexto histórico.

Todo ser humano é artista, esta sempre a criar novas formas para expressar o mundo e abrindo novos caminhos. Para ele a solução única, óbvia, não satisfaz. Ele vai usar sua possibilidade natural de explorar o mundo, o pensamento divergente. Ele necessita marcar como sua cada ação e está sempre pronto e atento, as possibilidades de renovação, renovando-se a cada instante. E sua forma de participar do movimento do universo, movendo-se ele próprio e, muitas vezes, contribuindo para orientar o movimento. (FERRAZ e FUSSARI, 1999, p. 89).

Assim acredita-se que o movimento de arte produz conhecimento de estrutura emocional e cultural no homem que interage com diferentes linguagens e que contribuem para o processo de renovação e reflexão da formação intelectual. As informações adquiridas pelo meio/contexto são relevantes para a constituição do pensamento e posicionamento diante da realidade sociocultural de expressão reflexiva que traduz a originalidade de arte.

O sistema brasileiro legal que direciona o ensino de arte, visa dentro do contexto de parte diversificada do conhecimento contemplar e valorizar as manifestações culturais e relacionais do homem. As ações pedagógicas que retratam arte devam decisivamente primar pela valorização das raízes culturais que envolvam rotina social do sujeito que participa dos movimentos no universo.

Neste contexto de arte-educação AZEVEDO (2007), a arte é um bem mundial considerado patrimônio cultural da humanidade, pois através da comunicação e expressão plástica, musical, dramática e literária o homem deixou a sua história registrada através dos tempos.

A história reúne registros de diferentes naturezas que junto se complementam para explicar ou solucionar um determinado evento a partir de tempo histórico e de atualidade no caso da humanidade.

Ao longo da história (1890) o percurso do ensino de arte no sistema brasileiro de educação nacional as mudanças para sua obrigatoriedade como currículo da educação básica sofreu com o tempo e discussões grande aperfeiçoamento de caráter constitucional e teórico, que atualmente defendem a arte na escola como disciplina essencial para a formação do indivíduo se apropriando dos mesmos valores que multiplicam com o processo e teorias de aprendizagem da atividade educacional. Para promover a

valorização da arte na prática pedagógica do ensino escolar, vale mencionar:

A arte é uma linguagem e, como tal, tem uma simbologia própria. Esta linguagem simbólica comunica significados a respeito do mundo. São representações materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Ao decodificar e entender essa linguagem pode-se compreender o modo de vida, o sistema de valores, as tradições e crenças de um povo. (AZEVEDO, 2007, p. 123).

Para essa compreensão o ensino de arte na escola perpassou por inúmeras mudanças constitucionais desde o ano de 1980 até os dias atuais vigentes de crescente conquistando a valorização de âmbito nacional nas escolas de educação básica do Brasil. A arte considerada como disciplina do currículo de ensino de nível fundamental e médio visa buscar os aspectos de representações de nível intelectual e emocional que referenciam um grupo social. Esses fatos inerentes ao ensino de arte, cabe a mediação ativa dos conceitos culturais fundamentais para entender as diversas linguagens que integram os valores culturais de um referido povo.

O pensamento de Amaral (1997), trabalhar com arte na escola não significa apenas desenvolver atividades que liberam as emoções, também focar a arte como construção do conhecimento, promovendo o aluno os meios para a realização de vivência do fazer artístico, na apreciação da obra de arte e na reflexão sobre o seu futuro. Neste sentido, a escola carrega a responsabilidade de desenvolver pelas ações pedagógicas a construção, o aperfeiçoamento de conhecimento sólido entre as diferentes áreas, sem motivo de privilégio de campo de conhecimento. No caso do ensino de arte com as mudanças e valorização a realidade confere inovações que expressam sua visão de mundo como ponto inicial para o desenvolvimento do conceito de conteúdo de arte reconhecendo a diversidade do território. Para SMITH (2008), a arte como uma das realizações humanas, cujo poder tem sido salientado desde a Antiguidade e cuja força e particularmente atestado por sociedades totalitárias em sua determinação de controlá-la, exige seu próprio tempo e espaço dentro do currículo. Para justificar pode-se compreender que o aprendizado adquirido na sala pedagógica contingencia o cruzamento do conhecimento teórico e prático que conceitua-se para um posicionamento cultural e político.

A arte ganha contexto educacional de acordo com sua importância para o indivíduo e para a sociedade, pois o diferencial da arte é expressamente atingido pela

circunstância, como se vê, esse conhecimento fora do espaço escolar. Para repensarmos, Barbosa (1975), a arte não tem importância para o homem somente como instrumento para desenvolver sua criatividade, sua percepção etc..., mas tem importância em si mesma, como assunto, como objeto de estudos.

Sabe-se que neste contexto o professor deve se responsabilizar pela dinâmicas das atividades tendo como referências artísticas direcionadas fortemente pelo crescimento da evolução dos procedimentos de expressão e estética.

Neste direcionamento a aplicação das atividades em arte deve contemplar que:

Evidentemente, cada aluno em particular, criança ou adulto terá seus próprios interesses estéticos, ponto a partir do qual pode ser levado para um envolvimento mais amplo. Para um, poderá ser a colcha da vovó, para outro, posters de artistas. Devemos explorar esses interesses pessoais. Entretanto, os currículos são normalmente planejados para grupos e não para indivíduos, portanto, é importante identificar ou prever aquelas artes populares e que podem servir como o denominador comum mais abrangente do interesse da juventude [...] Contudo, mesmo o mais contemporâneo conteúdo de curso não irá garantir o tipo de crescimento que nossa ideia de conceito central forte sugere, se não estiver implementado por procedimentos adequados em sala de aula. Se reduzirmos o currículo de Arte ao abordarmos, produção de filmes, vídeos, teatros, desenho ou recriação de espaços urbanos, produção de histórias em quadrinhos, em suma, desenvolvendo todas essas atividades de tal modo que os professores gostam muito, mesmo incluindo o folclore, a arte popular e a mídia, o mais provável é que nossos alunos estarão essencialmente limitados no crescimento que poderíamos provocar neles. (LANIER, 1984, p. 6-7)

Atualmente como as novas tendências pedagógicas, ponto a partir do qual o aluno poderá ser permitido o envolvimento de amplitude de seu conhecimento de acordo com seus estilos pessoais e interesse do grupo de envolvimento social. Assim os conteúdos de arte devem estar fortemente dinamizados com estratégia adequada para promover aprendizagem de qualidade para contribuir com a formação integral do aluno nos diferentes contextos da sociedade. O ensino de arte das escolas, devem promover o aprofundamento do conhecimento nesta área de conhecimento dando possibilidade de uso desse contexto, fugindo de pequenas estratégias, limitadas como menciona desenho, pintura, filmes, teatro devem direcionar para garantir além do contexto de sala de aula da escola conhecimento para a vida com presença de atividade e conceitos críticos e conscientes no tocante da sociedade.

CONCLUSÃO

Este artigo de pesquisa tem direcionamento direto para compreender de acordo com

os aspectos da educação básica a importância da arte no contexto educacional, considerando o ensino de arte fundamental para contribuir decisivamente com o processo de ensino aprendizagem dos educandos de diferentes níveis do sistema de educação brasileiro.

De acordo com os referenciais de base teórica e os documentos constitucionais estudados para efeito de aprofundamento metodológico, o ensino de arte é crucialmente importante para a composição da grade curricular obrigatória nas modalidades de ensino e pesquisa das escolas que atendem os níveis da educação básica de acordo como prescreve a constituição vigente.

O trabalho pedagógico tem como finalidade educacional promover o ensino a partir da garantia dos aspectos sócio culturais dos alunos, para a construção de conhecimento significativo. A arte reflete a compreensão do ambiente social, valorizando as diferentes linguagens vivenciadas, representando diferentes manifestações culturais, retratando criticamente sua própria realidade de vida; a se relacionar interagir e mencionar com flexibilidade e originalidade a partir de situações adversas.

Para a pesquisa da temática, o estudo bibliográfico indica que, como qualquer [área do conhecimento necessita de cuidados necessários para promover a organização e a qualidade do trabalho e do conhecimento, que as aulas sejam devidamente planejadas garantindo os aspectos de aprendizagem pela dinâmica do conteúdo, caso contrário o processo acontecerá limitadamente a aplicação da teoria. O presente artigo reflete desde o processo de 1971 com a implementação constitucional para o ensino de arte nas escolas públicas do Sistema Educacional Brasileiro que apresenta as dificuldades pela falta de currículo para o ensino dessa área de conhecimento e pela ausência de profissionais qualificados para ministrar o ensino de arte com o desdobramento de diferentes linguagens artísticas comprometendo a qualidade e a eficiência do ensino de arte considerando esses e outros fatores que contribuíram negativamente para o desenvolvimento do processo de ensino.

De acordo com a aprovação da Lei nº. 9394/96, o ensino de arte passa por um período importante, com a valorização e integração constitucional na Educação básica brasileira como disciplina obrigatória com o objetivo de promover o desenvolvimento cultural dos alunos nas diferentes modalidades de ensino. O Sistema Educacional Brasileiro em 1997, foram publicados os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de Arte, documento que impulsionava o ensino de arte apresentando um conjunto de

orientações para contribuir positivamente com as ações pedagógicas nas escolas públicas do país. Sobre a falta de professores com qualificação específica para ministrar a disciplina de arte, ainda é uma realidade nas escolas públicas do estado brasileiro, assim vale mencionar que existem fatores negativamente históricos que dificultam a eficiência do processo de ensino.

Diante do exposto, conclui-se que o ensino de arte passou por fatores históricos até ser considerado como ensino obrigatório e importante para a formação integral do educando nos diferentes níveis da educação básica. Agora faz-se necessário a responsabilidade do estado em garantir formação continuada dos agentes multiplicadores do processo, a superação dos fatores históricos que atropelam a qualidade do ensino de arte nos professores da disciplina, o compromisso de promover verdadeiramente o ensino de arte com respeito as características culturais de acordo com os estudos teóricos e práticos valorizando a qualidade do processo de ensino aprendizagem do aluno.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 32. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERRAZ, Maria Heloísa C. de T. FUSARI Maria F. de Rezende. Metodologia do Ensino da Arte. São Paulo: Editora Cortez, 1999.

LANIER, Vicent. “Devolvendo a Arte à Arte-Educação” Arte. São Paulo, 3 – 1984.
AZEVEDO, Fernando A. G. Multiculturalidade e um Fragmento da História da Arte/Educação Especial. In: BARBOSA, Ana Mae. Inquietações e mudanças no Ensino da Arte. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez. 2007. p. 95-104.

BARBOSA, Ana Mae. Arte-Educação: Leitura de Subsolo. (org.) 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BIASOLI, Carmem Lúcia Abadie. A Formação do Professor de Arte: do ensaio. . . à encenação. 2ª Edição - Revisada. 2ª. ed. Campinas - SP: Papirus, 2004. v.1.215 p.
EISNER, Elliot. Estrutura e Mágica no Ensino da Arte. In:

. Arte-Educação: Leitura de Subsolo. (org.) 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 79-96.

IAVELBERG, Rosa. Para gostar de Aprender Arte: Sala de Aula e Formação de Professores. Porto Alegre, Artmed, 2003.

SMITH, Ralph. Excelência no Ensino da Arte. In:_____. Arte-Educação: Leitura de Subsolo. (org.) 7ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 97-110.

IAVELBERG, Rosa. Para Gostar de Aprender Arte: sala de aula e formação de professores. - Porto Alegre: Artmed, 2003.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais de Arte. Brasília, 1997.

BRASIL. Parecer do Conselho Federal de Educação nº 540 de 10 de fevereiro de 1977. Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art. 7º da Lei nº 5.692/71. Brasília, 1977.

FUSARI, M. F. R.; FERRAZ, M. H. C. T. Arte na educação escolar. São Paulo: Cortez, 2001.b.

BARBOSA, A. M. T. B. Teoria e Prática da Educação Artística. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1979.

BRASIL. 1997. Parâmetros Curriculares Nacionais - Arte. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, v. 6.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do. Diretrizes Curriculares da Educação Básica Arte. Paraná: 2008.



**NUTRIÇÃO ESPORTIVA E RECURSOS
ERGOGÊNICOS**

Joseana Moreira Assis Ribeiro

Ricardo Figueiredo Pinto

DOI: 10.29327/570564.1-9

NUTRIÇÃO ESPORTIVA E RECURSOS ERGOGÊNICOS

DOI: 10.29327/570564.1-9

Joseana Moreira Assis Ribeiro

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A alimentação permite que os seres vivos, transformem os alimentos nos nutrientes essenciais que o corpo necessita para um melhor desenvolvimento. Contudo é necessário salientar que, por necessitar de nutrientes, é importante que o organismo receba alimentação saudável e variada em quantidades suficientes para que ocasione um bom funcionamento do corpo humano e para a prática esportiva, contribuindo para manter a disponibilidade de substratos energéticos durante o exercício devido ao aumento da demanda, favorecendo o funcionamento das vias metabólicas, diminuindo o tempo de recuperação após o exercício e o risco de lesão ou de doença, bem como para a manutenção da função imunológica, peso e composição corporal adequados, preservando a massa muscular e óssea e, como consequência, a performance desportiva. Para tanto, o presente estudo possui como objetivo geral realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a importância da nutrição esportiva e descrever os recursos ergogênicos e esteróides anabolizantes consumidos por praticantes de exercício físico e atletas. Este estudo está baseado em trabalhos teóricos (artigos e livros) de autores que discutem a temática, mostrando que o exercício físico associado de uma boa alimentação podem e devem ser um recurso importante para se atingir objetivos de forma saudável. Confirmou-se o que muitos pesquisadores vêm alertando no decorrer da divulgação de suas respectivas pesquisas: foi possível verificar que uma alimentação ajustada de acordo com a prática do exercício físico e seu objetivo, possibilita-se a obtenção de uma saúde plena, sem a necessidade muitas vezes do consumo de recursos ergogênicos. Os resultados obtidos apontam para um planejamento dietético direcionado de acordo com seu treino e objetivo são essenciais para obtenção do sucesso.

Palavras-chave: Alimentação; Nutrição Esportiva; Recursos Ergogênicos.

ABSTRACT

Food allows living beings to transform food into the essential nutrients that the body needs for better development. However, it is necessary to point out that, as it needs nutrients, it is important that the body receives healthy and varied food in sufficient quantities to cause the human body to function properly and to practice sport, helping to maintain the availability of energy substrates during exercise due to increased demand, favoring the functioning of metabolic pathways reducing recovery time after exercise and the risk of injury or disease, as well as for the maintenance of function immune system, adequate weight and body composition, preserving mass muscle and bone and, as a consequence, sports performance. Therefore, the present study has the general objective of carrying out an integrative review of the literature on the importance of sports nutrition and describing the ergogenic resources and anabolic steroids consumed by physical exercise practitioners and athletes. This study is based on theoretical works (articles and books) by authors who discuss the subject, showing that physical exercise associated with good nutrition can and should be an important resource to achieve goals in a healthy way. It was confirmed what many researchers have been warning during the dissemination of their respective research: it was possible to verify that a diet adjusted according to the practice of physical exercise and its objective, it is possible to obtain a full health, without the need, many times, of the consumption of ergogenic resources. The results obtained

point to a dietary planning directed according to your training and objective are essential for success.

Key words: Food; Sports nutrition; Ergogenic Resources.

RESUMEN

La alimentación permite a los seres vivos transformar los alimentos en los nutrientes esenciales que el organismo necesita para un mejor desarrollo. Sin embargo, es necesario señalar que, como necesita nutrientes, es importante que el cuerpo reciba alimentos sanos y variados en cantidades suficientes para que el cuerpo humano funcione correctamente y practique deporte, ayudando a mantener la disponibilidad de sustratos energéticos durante el ejercicio debido al aumento de la demanda favoreciendo el funcionamiento de las vías metabólicas reduciendo el tiempo de recuperación tras el ejercicio y el riesgo de lesión o enfermedad, así como para el mantenimiento de la función del sistema inmunitario, peso adecuado y composición corporal, preservando la masa muscular y óseo y, en consecuencia el rendimiento deportivo. Por tanto, el presente estudio tiene como objetivo general realizar una revisión integradora de la literatura sobre la importancia de la nutrición deportiva e describir los recursos ergogénicos y los esteroides anabólicos consumidos por practicantes de ejercicio físico y deportistas. Este trabajos teóricos (artículos y libros) de autores que abordan el tema, mostrando que el ejercicio físico asociado a una buena alimentación puede y debe ser un recurso importante para alcanzar metas de forma saludable. Confirmó lo que muchos investigadores venían advirtiendo durante la difusión de sus respectivas investigaciones: se pudo comprobar que una dieta ajustada de acuerdo a la práctica del ejercicio físico y su objetivo, es posible obtener una salud plena, sin necesidad, muchas veces, del consumo de recursos ergogénicos. Los resultados obtenidos apuntan a que una planificación dietética dirigida según tu entrenamiento y objetivo es fundamental para el éxito.

Palabras - clave: Alimentación; Nutrición deportiva; Recursos ergogénicos.

INTRODUÇÃO

Nutrição fundamenta - se em uma alimentação completa e variada, com quantidade suficiente e com qualidade de forma que atenda às necessidades do organismo. Alimentar-se não é apenas comer para saciar a fome envolve aspectos estabelecidos como quantidade, que deve ser suficiente para satisfazer as necessidades energéticas e mantê - los em equilíbrio; qualidade, os alimentos consumidos devem suprir as necessidades nutricionais; harmonia, pois deve existir um equilíbrio entre os nutrientes e a adequação, onde as necessidades energéticas devem ser ajustadas de acordo com as particularidades do indivíduo (OKUIZUMI et al., 2018).

Durante a prática de atividade física, a demanda energética aumenta e conseqüentemente o indivíduo necessita suprir de forma adequada as necessidades do corpo, para que não ocorra um desequilíbrio muito intenso, acarretando diversos prejuízos, como a diminuição no desempenho (LIMA; SANTANA, 2019).

Indivíduos atletas e praticantes de exercício físico devem ingerir mais calorias do que indivíduos inativos, pois tem o gasto energético maior. A necessidade energética varia de acordo com o esporte praticado, composição corporal e gênero (sexo), a recomendação de ingestão de kcal é de 37 a 41 kcal/kg/dia (WELICZ, 2016).

A Nutrição Esportiva é a associação de uma alimentação adequada (direcionada) à prática do exercício físico. De acordo com Vitório et al. (2018) sugerem que, nas corridas de velocidade, para assegurar o desempenho do atleta, a força e resistência são essenciais, portanto a necessidade de manter um equilíbrio entre o consumo energético e nutricional, condizente ao gasto energético, levando em consideração o tipo de esporte, considerando o nível, intensidade, duração e frequência do treinamento e da prática competitiva, saúde do sujeito (fundamentalmente as suas características metabólicas e antropométricas) é extremamente necessário (VITÓRIO et al., 2018).

Este trabalho tem como finalidade realizar uma revisão integrativa da literatura sobre a importância da nutrição esportiva e descrever os recursos ergogênicos e esteróides anabolizantes consumidos por praticantes de exercício físico e atletas.

DESENVOLVIMENTO

Nutrição e Recursos Ergogênicos

A alimentação quando equilibrada e bem orientada além de manter a saúde geral do indivíduo, é capaz de otimizar e potencializar o desempenho do atleta, pois os nutrientes proporcionam combustíveis energéticos necessários para a prática dos exercícios, fornecendo elementos essenciais para síntese e reparo de tecidos, diminuindo o risco de apresentar fadiga e lesões (DRUMOND, 2016).

Na corrida de rua, assim como em outras modalidades esportivas é indispensável uma alimentação balanceada com apropriado aporte calórico, o que afeta diretamente a composição corporal, o rendimento e o desempenho esportivo. E ainda, a adequada distribuição de carboidratos, proteínas, lipídios, água e eletrólitos para cada atleta individualmente (MIAYMOTO et al., 2018).

Segundo VILARROEL et al. (2018) uma alimentação adequada e saudável pode auxiliar na recuperação rápida e suprir perdas energéticas, além de melhorar o

condicionamento, o desempenho, reduzir o cansaço e permitir que o mesmo treine por um período mais longo.

Na nutrição esportiva à recursos para melhora da performance dos atletas e praticantes de exercício, pois pode-se determinar o tipo de dieta e/ou suplementação nutricional destes devido sua demanda fisiológica decorrente do esporte praticado, devendo-se avaliar os diferentes tipos de movimentos, uma vez que os tipos de substratos energético de cada atividade tem diferenças significativas (ANDREATO, 2012).

Vale ressaltar que os atletas, por possuírem uma necessidade energética muito maior que os demais praticantes desportistas, sendo muitas das vezes difícil de alcançar as suas necessidades somente pela alimentação, a suplementação nutricional torna - se, quando orientada por um profissional apto, de grande importância e traz muitos benefícios para o desempenho esportivo e composição corporal (SANTOS, 2018).

Os suplementos nutricionais, conforme a Resolução RDC nº 18, de 27 de abril de 2010, foram desenvolvidos especialmente para atletas que tem necessidades nutricionais específicas, porém eles devem ser utilizados para auxiliar esses indivíduos a atender suas demandas energéticas e/ou de macronutrientes e micronutrientes, garantindo um melhor desempenho (BRASIL, 2010).

A adequação no consumo alimentar traz melhoria no condicionamento físico, para um atleta, uma alimentação saudável tem que ser compreendida como ponto de partida para obter desempenho máximo e os melhores resultados. Suplementos nutricionais estão sendo muito utilizados por atletas e praticantes de atividade física, estima-se que o uso destes produtos em atletas ficam entre 40 e 80% da população, o gênero masculino utiliza esses tipos de suplementação com o intuito de aumentar a força muscular e agilidade nos esportes, que necessita de força e explosão (SÁ, 2015).

Segundo Vieira e Biesek (2015) as recomendações para uso de suplementos, na maioria das vezes, não são realizadas pelo nutricionista, que é o profissional habilitado para prescrever suplementos nutricionais, de acordo com a lei 8.234, art. 4º. Esses produtos são mais frequentemente comprados por iniciativa própria em 44% dos casos, em torno de 15% indicado por treinadores, 9% por médicos, 7% por vendedores de lojas de suplementos e apenas 5% por indicação de um profissional nutricionista.

Os suplementos nutricionais são um tipo de recursos ergogênicos os quais são substâncias que possuem o objetivo de ocasionar um desempenho corporal no corpo, pela

intensificação da potência física, força mental ou do limite mecânico, de modo a proporcionar o efeito desejado àquela pessoa que toma essas substâncias, prevenindo ou retardando o início da fadiga devido eliminarem a sensação de cansaço. A palavra “ergogênico” é de origem grega, derivada de duas palavras: ergon e gennan, que respectivamente significam trabalho e produção..

Vale ressaltar que, os objetivos do consumo destas substâncias, só serão atingidos, se associados à alimentação e treinamento adequados, pois ambos exercem um papel importante no nível de desempenho adequado do indivíduo promovendo aumento de tecido muscular e fornecimento de energia para o músculo, devido sofrerem processos metabólicos sendo convertidos em nutrientes necessários para as funções vitais do organismo humano (BORRIONE et al., 2012).

O consumo de suplementos tem aumentado significativamente em decorrência da busca por resultados rápidos relacionados há uma melhora no rendimento e no processo de emagrecimento, na tentativa de corrigir erros alimentares existentes (PONTES, 2013)

Essas substâncias são classificadas segundo Pereira (2014), em cinco categorias: nutricionais, biomecânicos, fisiológicos, farmacológicos e psicológicos:

a) Nutricionais: Também classificados como suplementos nutricionais e alimentos, são substâncias que resultam no desempenho físico, estética corporal, etc. Enquadram-se como recursos ergogênicos nutricionais substâncias como: creatina, aminoácidos, ácidos graxos específicos, cafeína, entre outros (NAGATA et al., 2020).

Muitas das vezes os suplementos dietéticos são comercializados como recursos ergogênicos. São apresentados aos consumidores, como uma forma de se alcançar os resultados desejados da atividade física, em menor tempo. Entretanto, a recomendação de suplementos para melhorar o desempenho físico é contraditória. Oliveira e colaboradores (2017) chamam a atenção para o fato de que muitos dos suplementos comercializados apresentam a falsa promessa de aumentar a performance atlética, porém, não continham no rótulo o efeito prometido, fato esse que ficou comprovado por estudos científicos realizados (OLIVEIRA et al., 2017)

Suplementos nutricionais estão sendo muito utilizados por atletas e praticantes de atividade física, estima-se que o uso destes produtos em atletas ficam entre 40 - 80% da população, o gênero masculino utiliza com intuito de aumentar a força muscular e agilidade nos esportes (SÁ et al., 2015)

Os consumidores de suplementos nutricionais normalmente utilizam estes nutrientes em doses muito elevadas, o que proporciona uma enorme preocupação, embora existam polêmicas relacionadas aos problemas de saúde que possam existir posteriormente à sobredosagem.

Segundo Williams e Branch (1998), os nutrientes estão envolvidos no processo de distribuição de energia e podem ser categorizados em três funções básicas: (I) utilização de fonte de energia; (II) regulação de processos de distribuição de energia pelo organismo; (III) crescimento e desenvolvimento do tecido corporal. (WILLIAMS; BRANCH, 1998).

De acordo com Pereira (2014), no que concerne aos recursos ergogênicos de cunho nutricional, ainda se dividem em dois tipos: os suplementos nutricionais (SN) e os alimentos que objetivam a ingestão por pessoas que praticam exercícios físicos. E visam ofertar energia para o organismo em prol de uma facilidade no ganho de massa muscular (GUERRA et al., 2015).

Corroborando com o exposto no parágrafo acima, temos Vieira e Biesek (2015), que em uma pesquisa realizada em alguns dos municípios brasileiros, constataram que entre os recursos ergogênicos nutricionais mais utilizados, os proteicos atualmente são os preferidos do público. Salienta-se que não significa que o nível de consumo dos outros tipos de recursos ergogênicos nutricionais sejam baixos. Na verdade, há grande consumo desses tipos de substâncias, contudo o mais utilizado de acordo com a pesquisa informada, os proteicos são os de grande utilização, esses têm grande preferência, talvez pela facilidade do uso, como por exemplo, alguns são comercializados em barra (VIEIRA; BIESEK, 2015).

b) Biomecânicos ou mecânicos: Visam uma melhora energética eficiente, enquadram-se nesse aspecto qualquer aparelho, roupa, etc. que venham ajudar no desempenho do atleta, sejam nos treinos ou na execução do esporte. Um tênis mais leve que possibilite ao atleta gastar menos energia para movimentar suas pernas.

c) Fisiológicos: Entram nesse grupo todos os mecanismos de adaptação em prol de garantir uma resistência física no atleta, ou seja, um melhor desempenho físico. Salientam-se que, decorrente a esta facilidade em garantir um melhor desempenho físico, mesmo que temporário, o uso de algumas substâncias é proibido ou têm um certo nível de tolerância no uso, no âmbito esportivo, caracterizando como doping (substâncias não

naturais capazes de estimular o organismo do esportista, apesar de ser um estímulo artificial que objetiva dar um melhor desempenho físico), por exemplo: bicarbonato de sódio, citrato de sódio, pois dependendo de sua abordagem podem enquadrar-se em doping. A atividade física por si só, já contribui como um agente ergogênico fisiológico. O ajustamento perante a altitude, a qual ocasiona um aumento dos glóbulos vermelhos, ocorrendo um retorno a baixas altitudes proporcionando um aumento da atividade física nos primeiros dias posteriores ao retorno, onde a capacidade de transporte de oxigênio pelo sangue permanece aumentada, atua também como agente ergogênico fisiológico (PONTES, 2013).

d) Farmacológicos: são considerados um grande problema para a saúde, a ética e legislação desportiva. Caracterizado como drogas, propriamente ditas. São substâncias que, assim como as destacadas anteriormente, objetivam estimular o organismo a ter um melhor desenvolvimento e desempenho, mesmo que temporário. Visam influenciar processos fisiológicos ou psicológicos. O uso dessas substâncias não é tolerado pelo Comitê Olímpico Internacional. Esteróides anabólicos androgênicos, eritropoietina, por exemplos classificam - se como substâncias ergogênicas farmacológicas.

Os esteróides anabolizantes ocupam o lugar fulcral dentro deste grupo. O efeito terapêutico destes, é cada mais desprezado, e tudo indica que estes estão associados a perigos constantes. Sem orientação adequada, o consumo dos EAA's pode causar diversos problemas a saúde do atleta, como problemas cardiovasculares, psicológicos, hepatotoxicidade, infertilidade entre outros (NIEDFELDT, 2018).

São substâncias naturais, sintéticas ou semi sintéticas, quimicamente relacionadas ao hormônio sexual masculino, a testosterona que também é utilizado em praticantes de academia. Esse hormônio exerce diversos efeitos no homem, inclusive o de aumentar a massa muscular e o peso corpóreo (TEIXEIRA, 2013).

e) Psicológicos: Substâncias que objetivam melhorar o estado psicológico do atleta, seja no alívio de estresse, ansiedade e afins, em prol de manter a concentração do atleta no esporte que pratica. Dentre esses recursos, a música é um exemplo grandioso de recurso ergogênico a ser destacado como psicológico (CARNEIRO et al., 2010), rendendo diversos efeitos psicológicos que motivam a pessoa a ter um melhor desempenho durante a prática de seu treino, de acordo com o tipo de som e a preferência musical do praticante. Usualmente, sons de intensidade mais intensos oferecem um aumento na performance, porém sons mais serenos são utilizados para alongamento tanto

antes quanto após a atividade física. A preferência musical do indivíduo é de extrema importância: ao escutarmos um som que temos afeição a melhora de performance física é observada (XAVIER, 2012)

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), vem classificar os recursos ergogênicos como uma suplementação alimentar contribuinte para o desempenho e melhora esportiva do atleta.

É necessário salientar que, para uma melhor compreensão sobre os recursos ergogênicos, no decorrer deste capítulo abordaremos sobre esses recursos que são permitidos a comercialização sem prescrição médica, os que são necessários, bem como os fatores contribuintes para o organismo. Comentaremos sobre alguns produtos, e abordaremos sobre os principais efeitos que alguns desses recursos causam no organismo, pois se tratando de saúde é fundamental deixar o leitor ciente sobre os benefícios e riscos dos usos de recursos ergogênicos.

Voltando-se para o campo de práticas esportivas, vamos nos dirigir para um das práticas que, ao longo dos últimos dez anos, obteve um aumento significativo de indivíduos envolvidos: a corrida de rua. De acordo com a Confederação Brasileira de Atletismo (CBAt), no período de 2004 - 2017 observou - se em São Paulo, um aumento de 90% de indivíduos que estão praticando corrida de rua, visto de forma positiva, esses dados vêm corroborar com a promoção da saúde, ocasionando uma interpretação feliz, em que os brasileiros estão preocupando-se com sua saúde e estão trabalhando para cuidar das mesmas. Tendências semelhantes foram observadas nos demais estados brasileiros (OLIVEIRA, 2015).

Do contra, é sabido que no meio esportivo há o consumo de produtos ergogênicos, a destacar os comumente conhecidos suplementos alimentares (SA) e também os esteróides anabólicos androgênicos (EAA), onde daremos suas respectivas classificações nos parágrafos abaixo.

Pessoas que têm envolvimento com atividades físicas, visam promoção da saúde, modificações estéticas, como emagrecimento, definição muscular e perda de gordura, integração social e busca por atividades prazerosas ou competitivas (ZENG et al., 2017). Contudo muitos criam a ilusão de que os suplementos alimentares darão o resultado desejado, e acabam detendo-se do uso dessas substâncias, muitos, inclusive vão por outro caminho: uso de drogas ergogênicas (DIEHL et al., 2012). Independentemente do tipo de

substâncias, esses praticantes de atividades físicas, acabam por contribuir com o aumento da comercialização tanto de SA, como de esteróides anabólicos androgênicos (EAA).

De acordo com a secretaria de Vigilância Sanitária, os suplementos nutricionais enquadram-se como “Alimentos para Praticantes de Atividades Físicas”, através da portaria 222. Quanto aos esteróides anabólicos androgênicos, esses são substâncias químicas, são personificadas a partir da testosterona (ANVISA, 2010).

Classificam-se como suplementos alimentares:

Suplemento alimentar: produto para ingestão oral, apresentado em formas farmacêuticas, e destinado a suplementar a alimentação de indivíduos saudáveis com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos, isolados ou combinados. (ANVISA, 2010, p.14).

Em suma, destaca-se que os suplementos alimentares, são recursos ergogênicos que objetivam unicamente complementar a dieta do indivíduo, como por exemplo as vitaminas, enzimas, aminoácidos, etc.

Ainda segundo ANVISA, no portal virtual (portal.anvisa.gov.br/suplementos-alimentares), destaca:

A finalidade principal do suplemento alimentar é complementar a dieta com nutrientes, substâncias bioativas, enzimas ou probióticos. Os benefícios de seu uso estão relacionados à substância ou ao microrganismo fornecido.

Com exceção dos suplementos de enzima e probióticos, não é necessário destacar nesses produtos um benefício específico relacionado ao seu consumo. Mas caso haja interesse de fazer esse destaque, só podem ser alegados os benefícios autorizados pela Anvisa.

Os benefícios autorizados são aqueles que apresentam comprovação científica. Associar um benefício específico em razão do consumo de uma determinada substância não é uma missão científica simples, pois os efeitos à saúde são, geralmente, consequência da atuação conjunta de uma diversidade de nutrientes e substâncias.

Em nenhuma hipótese, um suplemento alimentar pode apresentar indicação de prevenção, tratamento ou cura de doenças. Esse tipo de alegação é restrita a medicamentos e precisam ser comprovadas por outros meios.

Não compre gato por lebre e sempre desconfie de promessas milagrosas! Além de ser uma indicação enganosa, esse tipo de irregularidade pode apontar para outros perigos, como uso de substâncias não permitidas ou sequer avaliadas.

Para fornecer nutrientes, substâncias bioativas e enzimas, só podem ser utilizadas nos suplementos constituintes (ingredientes) que tenham sido autorizados pela Anvisa. Os microrganismos usados como fonte de probióticos incluem-se nessa regra.

Na formulação dos suplementos alimentares, também podem ser adicionados os aditivos permitidos para a categoria e os ingredientes de uso tradicional em alimentos utilizados para dar sabor, cor, aroma, consistência ou volume.

(PORTAL ANVISA: <http://portal.anvisa.gov.br/suplementos-alimentares>).

Esses produtos podem ser encontrados de diversas formas, sejam elas de forma líquida ou em cápsulas ou em pó. Um dado da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos para Fins Especiais e Congêneres (Abiad), demonstra que no que se relaciona o consumo de SA estes se encontram em aproximadamente 54% dos lares da família brasileira, e muitas das alegações dos usuários é que precisam complementar a alimentação. A agência nacional de vigilância sanitária, propôs uma estrutura para os suplementos alimentares.

Figura 1. Estrutura regulatória proposta dos suplementos alimentares



Fonte: Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, 2017, p.10.

Ainda de acordo com a ANVISA (2017), estruturar em formato uniforme sobre a classificação dos SA, garantirá numa melhor gestão de estoque, bem como de regulação destes. Contudo muitos obstáculos ainda são encontrados no caminho o que pode demorar numa classificação total ou acomodar os resultados pré-existent (ANVISA, 2017).

Em suma, destaca-se que a venda de suplementos alimentares é permitida, desde que, esses produtos se enquadrem na classificação sobre o que é SA. Os suplementos alimentares possuem destinação aos praticantes de atividades físicas e são notoriamente destacados pelo aumento do consumo no Brasil, assim como em outros países, como Estados Unidos e Continentes, como a Europa (SATO et al., 2012), e isto está relacionado aos comércios e indústrias que vendem o produto prometendo fácil e imediato efeito ao corpo conforme desejado (DA SILVA; JUNIOR, 2020).

Assim, a ANVISA, disponibiliza em seu portal na internet, o que são os SA, bem como as regras para as empresas fabricarem os produtos, como por exemplo a necessidade

de algumas informações nos rótulos, e destacar no mesmo o nome “suplemento alimentar”, visando assegurar a informação correta e devida para o interessado em comprar o produto.

Desta forma, é necessário que o interessado na compra do produto seja devidamente informado sobre o que é SA, esse respaldo é por lei, segundo a ANVISA:

Além do nome do produto, o rótulo dos suplementos alimentares também deve conter:

- Recomendação de uso do produto com quantidade e frequência diária de consumo recomendadas para cada grupo populacional e faixa etária.
 - Advertências gerais e outras específicas, que variam de acordo com a composição ou forma de administração do suplemento alimentar.
 - Restrição de uso, quando o produto não puder ser consumido por determinado grupo populacional.
 - Tabela nutricional, com descrição das quantidades de nutrientes, substâncias bioativas, enzimas, probióticos.
 - Lista de ingredientes, com todos os constituintes usados na formulação.
 - Declaração da presença de alergênicos, glúten e lactose.
 - Quando presentes, as alegações de benefícios à saúde devem ser apresentadas conforme aprovado pela Anvisa, via de regra, sem variações textuais. Esse rigor na declaração tem o objetivo de evitar extrapolações que possam ir além do que a evidência científica demonstra.
 - Um suplemento não pode alegar que substitui ou é superior a alimentos comuns como frutas, verduras, carnes, leite etc. Exemplo de afirmações não permitidas: “este produto equivale a uma porção de brócolis” ou “uma dose equivale a um copo de leite”.
 - Os suplementos também devem conter outras informações que são obrigatórias para todos os alimentos, como o prazo de validade, a origem e o lote.
- (PORTAL ANVISA, <http://portal.anvisa.gov.br/suplementos-alimentares>).

Nutrição e Esteróides Anabolizantes

No que tange aos esteróides anabólicos androgênicos (EAA), outro produto que é vendido de forma indiscriminada. De maneira resumida os EAA, foram desenvolvidos com a finalidade de obter substâncias capazes de produzir aumento na síntese protéica, sem a necessidade de muito esforço.

O uso terapêutico dos EAA, restringia-se ao tratamento de pacientes queimados e com disfunções em decorrência das queimaduras, como o catabolismo do tecido muscular esquelético, deprimidos, em recuperação de grandes cirurgias e também para restaurar ou restabelecer o peso corporal dos sobreviventes dos campos de concentração durante a 2ª guerra mundial, hoje já se utiliza em diversas doenças, como AIDS, alguns tipos de anemia, cirrose hepática, alguns tipos de câncer, osteoporose, entre outras. Observa-se respostas positivas em pacientes com deficiências hormonais e em queimaduras severas

também. Porém observa - se o aparecimento dos efeitos colaterais mesmo em doses terapêuticas (ABRAHIN; SOUSA, 2013).

São substâncias produzidas através do hormônio chamado de testosterona (LEITE et al., 2020). A testosterona é classificada como um hormônio que é secretado da corrente sanguínea em pequena proporção, esta substância química obtém uma resposta do organismo de forma fisiológica (KANAYAMA; POPE, 2018).

Para Leite et al. (2020), o consumo dos EAA, pelos atletas, em prol de uma melhora no desempenho esportivo, é comentado desde a década de 50. No que compete aos jovens, eles utilizam tais substâncias, com o objetivo estético (aumento de massa muscular) e visam o aumento da força física. Os relatos começaram a surgir em meados dos anos de 1980 (Johnson et al., 1996). Nota-se que de acordo com os autores citados, há um intervalo considerado de uso entre os esportistas e os jovens praticante de atividade física para a utilização dessas substâncias, percebe-se que ao longo dos anos, essas substâncias foram ganhando notoriedade, e conseqüentemente ocasionando o desejo dos demais. Contudo, essas substâncias geram efeitos adversos, restringindo o uso de forma terapêutica (LEITE et al., 2020).

Muitos estudos visam pesquisar sobre o uso de EAA, na parcela mais vulnerável, que são os jovens (DUNN; WHITE, 2011) e os praticantes de exercícios físicos (KERSEY et al., 2012), destacam-se ser vulneráveis, face à sua idade e desinformação sobre o uso destes. Mas de acordo com (MOMTAZI; RAWSON, 2010), é possível encontrar matérias mais diversificadas sobre estudos com essa temática, na literatura estrangeira. Estudos sobre essa temática são necessários, devido as conseqüências do uso desinformado de EAA, causando no organismo, complicações cardiovasculares, endócrinas, entre outros (ANGELL et al., 2012).

No que tange ao Brasil, poucas regiões possuem pesquisas relacionas ao uso de recursos ergogênicos, e que está diretamente relacionado ao hábito de vida populacional que varia de acordo com região e condição econômica, de acordo com Pamplona e colaboradores (2005), assuntos sobre esses recursos são mais encontrados nas regiões Sul e Sudeste (COSTA; ROGATTO, 2006).

Esses hormônios podem incluir a adrenocorticais, ativos de vitamina D, estrogênio, progesterona, outros hormônios que podem ser encontrados na produção masculina e feminina. A testosterona tem sua classificação como androgênio, que vem

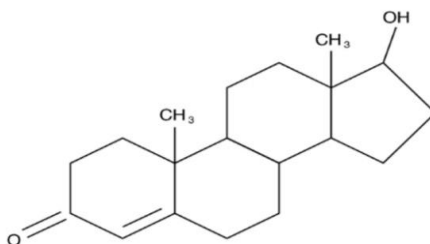
provocar mudanças no organismo, como aumento de pêlos, espessamento das cordas vocais, estimulação sexual, espessamento de pele, etc. (GOLDMAN et al., 2019).

Outra característica da testosterona é sua grande contribuição para o aumento de massa muscular, decorrente de hipertrofia (ALSHAREEF; MARWAHA, 2020).

Os anabolizantes foram criados com o intuito de potencializar esse efeito da testosterona, promovendo aumento da força de contratilidade e do volume da célula muscular, através do incremento da armazenagem de fósforo creatina (CP), balanço nitrogenado positivo, aumento da retenção de glicogênio, favorecimento da captação de aminoácidos e bloqueio do hormônio cortisol (ALSHAREEF; MARWAHA, 2020 p.1).

Alshareef e Marwaha (2020), destacam que os anabolizantes pertencem a um grande grupo de substâncias, quimicamente falando, basicamente estruturam-se de gonano ou ciclopenoperidrofenantreno.

Figura 2. Estrutura química da testosterona.



Fórmula molecular: C₁₉H₂₈O₂ ; Massa: 0,288kD; Nomenclatura IUPAC: 17β-hidróxi-4-androsten-3-um.

Assim, destaca-se que os anabolizantes compõem um grupo de denominação de agentes ergogênicos. Segundo Kerr e Congeni (2007), de acordo com a classificação da medicina esportiva, são constituintes de mecanismos de cunho nutricional e farmacológico, que visam ocasionar um melhor desempenho esportivo físico em atletas (KERR; CONGENI, 2007).

Como relatado anteriormente, é notório que a sociedade contemporânea está mudando seu estilo de vida, em prol de uma boa saúde e bem-estar, prevenção de doenças e também por estética. À menor grande parte dessa população está preocupado com uma melhor qualidade de vida, por isso a procura por práticas esportivas vem aumentando. Um fator a destacar-se é a busca de padrões estéticos socialmente determinados. Sabemos que a prática de educação física atrelado a uma alimentação saudável resultará em um corpo saudável. Contudo, a desinformação ou a idéia de ganhar o desejado corpo de forma

rápida, levam algumas pessoas a deterem-se dos recursos ergogênicos (PRADO et al., 2018).

No que concerne a venda de EAA, para que se tenha uma permissão de compra é necessário apenas com a apresentação de receita médica, face aos efeitos colaterais, como cardiopatia, ginecomastia, acne, entre outros. Esta receita deve estar carbonada, assinada, com a identificação do profissional que receitou, número do cadastro de pessoa física, registrado nos órgãos competentes, entre outros. Contudo, sua punição caso seja descoberta a infração, é mínima ou não acontece.

Desta forma, entendemos que é necessário a divulgação de informações concretas e condizentes com a realidade sobre o uso dos recursos ergogênicos, independentemente de sua classificação, pois torna-se fundamental face a necessidade de órgãos competentes poderem nortear, os motivos para o uso, a frequência e quantidade que os consumidores utilizam.

CONCLUSÃO

A prática de atividade física é aconselhada pelos profissionais de saúde, contudo, recomenda-se que pessoas de grupo de risco, como hipertensos, diabéticos, entre outros, busquem primeiramente resultados médicos em prol de praticarem exercícios físicos conforme suas limitações. Mas para qualquer praticante de atividade física, é de extrema importância o uso devido e correto de alimentos. É fundamental informar-se, orientar-se. Pois falta de informação, somados ao anseio de conquistar o corpo desejado em curto prazo, bem como recursos financeiros, fazem com que muitas pessoas sigam outro caminho e busquem os recursos ergogênicos.

Alimentação saudável não consiste no uso de suplementação alimentar, pois se você tem o hábito de comer corretamente e nos horários devidos, o organismo irá demonstrar diversos fatores benéficos, pois os nutrientes que são encontrados nos suplementos, também são encontrados nos alimentos saudáveis e a partir dessa comparação podemos concluir que é muito melhor pôr em prática o hábito de uma alimentação saudável do que deter-se de suplementos alimentares

Em um contexto geral e amplo os recursos ergogênicos como os citados, objetivam a hipertrofia muscular, o desenvolvimento muscular. É de fundamental importância que os recursos aqui citados, possuem seus riscos à saúde, antes de qualquer ação desinformada, procure um especialista da área, verifique a condição do seu corpo,

pois pode acarretar em potenciais riscos à saúde, se a ingestão não for balanceada e equilibrada.

Os recursos ergogênicos não são alternativas solúveis, mas se recomendadas por especialistas da área podem contribuir para o desenvolvimento do organismo. O que não significa que uma alimentação rica em nutrientes seja substituída por essas substâncias.

REFERÊNCIAS

- ABRAHIN, O. S. C.; SOUSA, E. C. Esteroides anabolizantes androgênicos e seus efeitos colaterais: uma revisão crítico-científica Revista de Educação Física /UEM, v. 24, n. 4, p. 669-679, 4. trim. 2013
- ANGELL P, ET AL. Anabolic steroids and cardiovascular risk. Sports medicine (Auckland, NZ) 2012;42(2):119---34, fev. Disponível em: . Acesso: 21 novembro 2021.
- ANDREATO, L.V.; FRANCHINI, E.; MORAES, S.M.F. et al. Morphological profile of Brazilian jiu-jitsu elite athletes. Revista Brasileira de Medicina do Esporte; 18 (1): 46-50, 2012.
- ANVISA. DIRETORIA COLEGIADA RESOLUÇÃO - RDC No - 18, DE 27 DE ABRIL DE 2010 ANVISA, 2010. Disponível em: <http://portal.anvisa.gov.br/documents/33916/394219/RDC%2B18_2010.pdf/d6815465-e99a-477f-bb3548b1432b380e>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- BORRIONE, P., RIZZO, M., QUARANTA, F., CIMINELLI, E., FAGNANI, F., PARISI, A., PIGOZZI, F. Consumption and biochemical impact of commercially available plant-derived nutritional supplements. An observational pilot-study on recreational athletes. Journal of the International Society of Sports Nutrition, 9(28), pp. 1-7, 2012.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Resolução RDC n. 18, de 27 de Abril de 2010. Dispõe sobre alimentos para atletas
- CARNEIRO; J. G.; BIGLIASSI, M.; DANTAS, J. L.; DE SOUZA, S. R.; ALTIMARI, L. R. Música: recurso ergogênico psicológico durante o exercício físico? Revista Brasileira de Psicologia do Esporte, São Paulo, v.3, nº- 2, julho/dezembro 2010
- COSTA, H.; ROGATTO, G. Consumo de suplementos alimentares em homens jovens praticantes de musculação em academias de Cuiabá - MT - Brasil. Revista Brasileira de Ciências do Movimento. 2006.
- DA SILVA, A. C. G.; JUNIOR, O. M. R. Risks and benefits in the use of nutritional supplements in physical activity. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 6, n.12, p.96770-96784 dec. 2020.
- DIEHL K, et al. Elite adolescent athletes use of dietary supplements: characteristics, opinions, and source of supply and information. International Journal of Sport Nutrition and Exercise Metabolism 2012; 22 (3): 165 - 74, jun.

DUNN, M.; WHITE, V. The epidemiology of anabolic-androgenic steroid use among Australian secondary school students. *Journal of Science and Medicine in Sport / Sports Medicine Australia* 2011; 14 (1): 10-4, jan.

DRUMOND, N.B.; RESENDE, F. R.; QUINTÃO, D. F. Composição da refeição pré-treino, uso de suplementos e nível de desidratação em lutadores de jiu-jitsu de Leopoldina-MG. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*. São Paulo. Vol. 10. Num. 59. 2016. p. 524-534.

GOLDMAN, A. L; POPE, H. G; BHASIN, S. The health threat posed by the hidden epidemic of anabolic steroid use and body image disorders among young men. *J Clinical Endocrinol Metabolism*. 2019;104(4):1069–107.

GUERRA, I.; BIESEK, S.; ALVES L. Estratégias de Nutrição e Suplementação no Esporte – 3ª ed. São Paulo: Manole, 2015.

KANAYAMA, G; POPE, H. G. History and epidemiology of anabolic androgens in athletes and nonathletes. *Mol Cell Endocrinol*. March 2018;464:4- 13.

KERR, J. M; CONGENI, J. A. Anabolic-Androgenic Steroids: Use and Abuse in Pediatric Patients. *Pediatr Clin N Am*. 2007; 54:771–785

KERSEY, R. D. et al. National Athletic Trainers' Association position statement: anabolic-androgenic steroids. *Journal of athletic training*, v. 47, n. 5, p. 567-588, 2012.

LEITE, D.C; SOUSA, R.M.L; COSTA JUNIOR, A.L.R; VELOSO, H. J. F. Factors Associated with Anabolic Steroid Use By Exercise Enthusiasts *Revista Brasileira de Medicina do Esporte* [online]. 2020, vol.26, n.4, pp.294-297.

LIMA, J; SANTANA, P. C. Recomendação alimentar para atletas e esportistas. Diretoria de Esporte e Lazer (DEL/DAC/UnB). Universidade de Brasília. 2019.

MIYAMOTO, H. A. et al. Avaliação do consumo alimentar pré e pós competição e judô. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, São Paulo. v. 12. n. 70. p.178-184. Mar./Abril. 2018. ISSN 1981-9927.

MOMTAZI, S.; RAWSON, R. Substance abuse among Iranian high school students. *Current opinion in psychiatry* 2010;3(23):221-6.

NAGATA, J. M. et al. Associations between ergogenic supplement use and eating behaviors among university students. *Eating Disorders*, v. 00, n. 00, p. 1–17, 2020.

NIEDFELDT, M. W. Anabolic Steroid Effect on the Liver. *Current Sports Medicine Reports*, v. 17, n. 3, p. 97–102, 2018.

OKUIZUMI, A. M.; SANTOS, L. L. D.; ROCHA, S. A.; CONDE, G. A. Avaliação nutricional de adolescentes praticantes de atletismo. *Revista Brasileira de Prescrição e Fisiologia do Exercício*, São Paulo, v. 12, n. 80, supl. 3, p. 1130-1137, jul./dez. 2018.

OLIVEIRA, E. T. Características e fatores associados dos Corredores de rua de Aracaju. Dissertação (Mestrado em Educação Física), São Cristóvão, 2015.

OLIVEIRA, L. L. G.; KITAHARA, P. Y.; SALVADOR, A. A.; ROSSETTI, F. X.; TAMASIA, G. D. A.; VICENTINI, M. S.; BELLO, S. R. D. B. Recursos Ergogênicos Nutricionais Proteicos: Mecanismos de Ação. Revista Saúde em Foco – Edição nº 9 – Ano: 2017

PAMPLONA, P. et al. Perfil dos consumidores de suplemento em praticantes de musculação de Florianópolis. Revista Brasileira de Ciência e Movimento. Brasília 2005;13(4):153, jul./ago.

PEREIRA, L. P. Utilização de recursos ergogênicos nutricionais e/ou farmacológicos em uma academia da cidade de Barra do Piraí, RJ. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva. São Paulo, v. 08, nº 43, p. 58-64. Jan/Fev., 2014.

PONTES, D. A. S. Suplementos Ergogênicos: importância e aplicabilidade. 2013. 58f. Dissertação (Mestrado em Ciências Farmacêuticas) - Faculdade de Ciências da Saúde, Universidade Fernando Pessoa, Porto, 2013.

PRADO, L. et al. Avaliação da ingestão proteica em indivíduos frequentadores de academia. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, v. 12, n. 70, p. 229-237, 2018.

SÁ, C.A.G.; BENNEMANN, G.D.; SILVA, C.C.; FERREIRA, A.J.C. Consumo alimentar, ingestão hídrica e uso de suplementos protéicos por atletas de jiu - jitsu. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva. São Paulo, v.9 nº53, p.411-418. 2015.

SANTOS, R.P.; RODRIGUES, G.C.G.; SANCHES, Z. F. L. F. Correlação entre o uso de suplementos e composição corporal de atletas de jiu jitsu federados de Campo Grande-MS. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, São Paulo. v. 12. n. 71. p.334-352. Maio/Jun. 2018. ISSN 1981-992.

SATO, A.; KAMEI, A.; KAMIHIGASHI, E.; DOHI, M.; KPMATSU, Y.; AKAMA, T. Use of supplements by young elite Japanese athletes participating in the 2010 youth Olympic games in Singapore. Clinical Journal Sport Medicine. 2012;22(5):418-23.

TEIXEIRA, G. D. T. Perfil nutricional e uso de recursos ergogênicos em trabalhadores de academias da cidade de Pelotas - RS / Gesiane Dias Trindade Teixeira; Airtton José Rombaldi, orientador; Samanta Winck Madruga, co-orientador. – Pelotas, 2013.

VIEIRA, A. C. S.; BIESEK, S. Avaliação do Consumo de Recursos Ergogênicos Nutricionais por praticantes de artes marciais em uma academia da cidade de Curitiba - PR. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva. São Paulo. Vol. 9. Núm. 53. p 454-462. 2015.

VILLARROEL, A. J. et al. Avaliação antropométrica e dietética em praticantes de jiu jitsu de uma academia de São Bernado do Campo-SP. Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, São Paulo. v. 12. n. 70. p.135-142. Mar./Abril. 2018. ISSN 1981-9927.

VITÓRIO, C. A.; TORIANI, S. D. S.; ROCHA, E. D. D M.; ALMEIDA, P. H. F. Perfil nutricional e antropométrico de adolescentes velocistas praticantes de atletismo de Joinville-SC. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, São Paulo, v. 12, n. 74, p. 708-714, nov./dez. 2018.

WELICZ, B. B. et al. Avaliação nutricional de atletas de basquetebol. *Revista Brasileira de Nutrição Esportiva*, São Paulo. v. 10. n. 60. p.645-653. Nov./Dez. 2016. ISSN 1981-9927.

WILLIAMS, M. H.; BRANCH, D. Creatine supplementation and exercise performance: an update. *Journal American College of Nutrition*. Vol. 17. Núm. 3. p.216-234. 1998.

XAVIER, M. E. Os benefícios dos recursos ergogênicos na prática de atividade física. *EFDeportes.com, Revista Digital*. Buenos Aires, Año 16, Nº 164, Enero de 2012. <http://www.efdeportes.com/>

ZENG, N., AYYUB, M., SUN, H., WEN, X., XIANG, P., GAO, Z. Effects of physical activity on motor skills and cognitive development in early childhood: a systematic review. *BioMed Research International*. 2017;1(1):1-13. DOI: 10.36692/v13n1-7r



**VULNERABILIDADE: DESDOBRAMENTOS
EM EDUCAÇÃO**

**Roseane Monteiro-Santos
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/570564.1-10

VULNERABILIDADE: DESDOBRAMENTOS EM EDUCAÇÃO

DOI: 10.29327/570564.1-10

Roseane Monteiro-Santos

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Nos dias que correm, estamos inseridos em uma sociedade detentora de um ingente dinamismo em inúmeras áreas de nossa vida e isso nos faz perceber que, ingente deve ser da mesma forma, nossa busca por novos conhecimentos os quais possam levar ao desenvolvimento educacional e seus aspectos positivos. Esta pesquisa teve como objetivo discorrer sobre alguns caminhos que a vulnerabilidade atravessa, sobretudo no que diz respeito à dança-educação e dessa forma contribuir com o fazer educacional. As políticas públicas sejam na área educacional, da saúde, do social ainda necessitam de fortes ações por parte das autoridades competentes, mas também necessitam de fortes aliados para que programas que fomentem a integralidade do ser humano possam ser apresentados e encontrem espaço em ambientes públicos para serem desenvolvidos, sobretudo os que lidam com questões educacionais.

Palavras-Chave: Vulnerabilidade. Educação. Dança. Dança-Educação. Crianças.

ABSTRACT

Nowadays, we are inserted in a society that holds a huge dynamism in countless areas of our life and this makes us realize that, huge must be the same way, our search for new knowledge which can lead to educational development and its aspects positive. This research aimed to discuss some paths that vulnerability crosses, especially with regard to dance-education and thus contribute to the educational process. Public policies, whether in the educational, health or social areas, still need strong actions by the competent authorities, but they also need strong allies so that programs that promote the integrality of the human being can be presented and find space in public environments for to be developed, especially those dealing with educational issues.

Keywords: Vulnerability. Education. Dance. Dance-Education. Children.

RESUMEN

Hoy en día, estamos insertos en una sociedad que sostiene un gran dinamismo en innumerables áreas de nuestra vida y esto nos hace darnos cuenta de que, enorme debe ser de la misma manera, nuestra búsqueda de nuevos conocimientos que puedan conducir al desarrollo educativo y sus aspectos positivos. Esta investigación tuvo como objetivo discutir algunos caminos que atraviesa la vulnerabilidad, especialmente en lo que se refiere a la danza-educación y así contribuir al proceso educativo. Las políticas públicas, ya sea en el ámbito educativo, de la salud o social, aún necesitan acciones contundentes por parte de las autoridades competentes, pero también necesitan aliados fuertes para que programas que promuevan la integralidad del ser humano puedan presentarse y encontrar espacio en los espacios públicos para ser desarrollados, especialmente aquellos que tratan de temas educativos.

Palabras clave: Vulnerabilidad. Educación. Danza. Danza-Educación. Niños.

INTRODUÇÃO

Nos dias que correm, estamos inseridos em uma sociedade detentora de um ingente dinamismo em inúmeras áreas de nossa vida e isso nos faz perceber que, ingente

deve ser da mesma forma, nossa busca por novos conhecimentos, independente sermos idosos, jovens ou crianças. E em se tratando de crianças (foco do projeto que será apresentado nesta pesquisa) as mesmas passam também por desafios e são lançadas para atravessarem estes desafios, mesmo com mudança de valores, com violências diversas e por regras sociais divergentes (Del Prette & Del Prette, 2013). Observamos assim a vulnerabilidade que as cercam, independente do seu local de vivência no mundo e de qual vulnerabilidade se trata.

Esse cenário, quando observado na vida de crianças em situação de vulnerabilidade social, torna-se ainda mais amplo pois a fragilidade infantil está presente. Temos assim afetadas as questões de higiene, alimentação, educacional e de atenção básica, chegando então até o desenvolvimento de questões motoras o que nos faz refletir sobre a busca incessante de ações integradas de vários atores sociais (Dillenburg et al., 2017).

A educação é um processo fundamental na vida do ser humano. É dinâmica e se apropria de multi conhecimentos para sua fundamentação. Tal processo educacional se constrói a partir de relações sociais como a família, a escola, a igreja, o ambiente laboral, o ambiente de lazer. Constrói-se também a partir de ferramentas da cultura corporal do movimento humano, como a dança a qual nos possibilita contribuir neste processo através de informações vindas de seu contexto histórico, cultural, social e educacional onde torna-se uma possível e rica aliada para o desenvolvimento, ou seja, uma aliada para este processo educacional.

Importante se faz entender esta dança como um processo nas vertentes histórica, cultural, social e também educacional para que possamos buscar inúmeras possibilidades de inseri-la em um contexto educacional amplo, levando em consideração o dinamismo pelo qual a humanidade contemporânea passa e onde a dança encontra seu lugar de ação. Dentre estas ações, citamos a vivência da Dança-Educação a qual conta com possibilidades de auxílio às repostas positivas em diversas áreas, seja esta dança utilizada tanto em espaço educativo formal, como não-formal, seja ainda como caminho principal no que tange a escolha de uma futura profissão, ou como procedimento de intervenção em pesquisas científicas.

Laban (1990), que com sua Dança Educativa Moderna, mostrou-nos sua preocupação em inseri-la no ambiente escolar de maneira livre e analisada, cheia de significados, com características amplas que vão além das formas técnicas e de

apresentação estética e ainda, trabalhar o aspecto cognitivo associado à habilidade criativa é essencial para o mundo da educação.

Sendo assim, esta pesquisa tem como objetivo discorrer sobre alguns caminhos que a vulnerabilidade atravessa, sobretudo no que diz respeito à dança-educação e dessa forma contribuir com o fazer educacional.

DESENVOLVIMENTO

Aspectos conceituais da vulnerabilidade e desdobramentos em educação

Os aspectos conceituais que embasam a vida humana são, sem dúvida alguma, essenciais para o seu entendimento. Em se tratando dessa vida humana, nossos olhares devem estar alicerçados em pensamentos dinâmicos, em construções dinâmicas onde se situa essa vida, ou seja, enquanto educadores defendemos cada vez mais que abordagens sistêmicas possam sempre fazer parte dos constructos científicos aos quais nos debruçamos.

Dessa forma, torna-se necessário pensar em um ser humano, o qual o contato semanal em nossas atividades laborais nos faz abrir os horizontes para o entendimento de: onde, de que forma, como desenvolve sua caminhada na sociedade. E em particular, seres sociais que vivem o cotidiano da chamada vulnerabilidade que vamos tratar neste capítulo, cabendo ressaltar que não nos debruçaremos em exaustivos conceitos e sim, em análises de determinados pressupostos que nos auxiliam no entendimento, sobretudo no tange a nossa pesquisa.

O termo vulnerabilidade transita por vários saberes, dimensões e contextos históricos, proporcionando estudos que ampliam ainda mais nossos horizontes para a tentativa de compreender e auxiliar os seres humanos. Afinal, enquanto pesquisadores, lidamos com um ser humano em sua totalidade em um dinamismo onde estamos inseridos no mundo contemporâneo. Autores apontam uma ampla área onde esse saber é discutido, como por exemplo, ciências sociais, saúde, educação, bioética, trabalho, ciências naturais, participação social, qualidade de vida, sendo então multidimensional, multifacetado (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019; SCHUMANN, 2014; CANÇADO; SOUZA; CARDOSO, 2014).

Porém, os autores asseveram também que este entendimento multidimensional que a vulnerabilidade possui, ainda necessita de melhor definição conceitual exatamente por, ao adentrarmos neste campo, não levarmos em consideração as contribuições de

diversas áreas do conhecimento e isso pode impactar negativamente na relação teórico-prática em nosso campo profissional. Um ponto a ser levantado quanto à tentativa do entendimento conceitual sobre vulnerabilidade por um único viés, é ligá-la somente às questões de pobreza, pois, em outra perspectiva, quando temos uma questão de risco ambiental, por exemplo, vários atores sociais podem ser atingidos, independentemente de sua questão econômica, ou seja, podemos ter neste exemplo uma situação problemática para os cidadãos. Sendo assim, precisamos identificar e entender essa questão multidimensional para uma ação mais eficiente em nossas ações profissionais.

Ainda sobre o acima exposto, tratar desse assunto se faz pertinente ao campo profissional de quem lida com seres humanos, “[...] tal reflexão busca romper com discursos que, apesar da utilização dos termos, não compartilham dos sentidos concebidos por outras áreas de conhecimento e podem se tornar vazios quando incorporados na prática dos profissionais.” (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019, p.291).

Apresentaremos neste momento um quadro conceitual baseado na organização de Schumann (2014, p. 33-40) a partir dos estudos de outros autores, onde elencamos aqueles voltados aos prismas levantados neste Capítulo e onde também, podemos observar os momentos cronológicos e como as conceitualizações se estruturam e se conectam.

Quadro 1 – Conceitos de vulnerabilidade organizados por Schumann (2014)

Conceito	Autor	Ano
Vulnerabilidade refere-se ao grau de dano potencial que podem ser esperados em função das características de um "elemento de risco" em relação a certo perigo.	Varnes	1984
A vulnerabilidade social é o produto das desigualdades sociais. É definida como a susceptibilidade dos grupos sociais para os impactos dos riscos, bem como a sua resiliência ou capacidade de se recuperar de forma adequada a partir deles.	Cutter	1996
Vulnerabilidade natural pode ser definida como a susceptibilidade do ambiente natural para os impactos negativos de eventos perigosos.	Noaa	1999
Cada vez mais, a vulnerabilidade é vista como uma condição, que engloba características de exposição, susceptibilidade e capacidade de enfrentamento, moldada por processos dinâmicos históricos, direitos diferenciais, economia política e relações de poder, e não como um resultado direto de uma perturbação ou estresse.	Miller et al.	2010

Fonte: Reelaborada pelos autores (2022)

Para mais reflexões sobre o assunto, traremos agora alguns conceitos/entendimentos a partir da escrita de Schumann (2014) a qual foi baseada em diversos autores contribuindo para nosso direcionamento. Porém, para este contexto, elencamos apenas pontos os quais estão mais diretamente relacionados à compreensão e fortalecimento dos pressupostos de nossa pesquisa. Vamos a eles:

Categorizações da vulnerabilidade

Nesse momento, vamos para a organização dos objetos que compõem o universo do tema, começaremos abordando a respeito de categorizações, as quais falaremos sob a ótica da vulnerabilidade e capacidade, onde, como descreve a autora, a vulnerabilidade está ligada às questões que podem surgir, aumentando e tornando mais difícil que a situação de crise seja defrontada. A capacidade por sua vez, está ligada ao que as pessoas possuem de recursos, o que elas acreditam e da força como agem para lidar com as situações de crise.

Importante ressaltar que todos estes saberes podem ser usados de forma desassociado já que estamos tratando de uma área muito dinâmica e isso abre caminhos para que nossas ações pedagógicas possam ser desenvolvidas em horizontes cada vez mais ampliados e como consequência, resultados mais abrangentes.

Temos então, para a categorização de capacidades e vulnerabilidades os seguintes aspectos:

- Físico/material onde é levado em consideração o que se tem disponível e o que falta para que as pessoas possam enfrentar as situações de crise.
- Social/organizacional onde os grupos sociais e políticos, as lideranças e os processos decisórios são essenciais para os momentos de crise.
- Motivação e atitude que é bastante interessante, pois, levando em consideração questões culturais e psicológicas percebemos que quando as pessoas têm um pensamento maior de vitimização e de dependência tornam-se cada vez mais vulneráveis, e, ao contrário, quando são levadas a reconhecerem suas capacidades e a força que têm para chegarem aos seus objetivos, os momentos de crises podem ser encarados com mais firmeza.

Enfoque social da vulnerabilidade e desdobramentos em educação

A vulnerabilidade entendida a partir do enfoque social também nos trará um olhar plural para seu conceito e desdobramentos. O termo, muitas vezes direcionado apenas para a questão da economia social, onde a pobreza é o foco principal, toma dimensões quando, além dos estudos das ciências sociais, entram a história, a saúde, educação, bioética entre outras ciências que dinamizam o processo do entendimento face às mudanças históricas da humanidade (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019; SCHUMANN, 2014)

Em seus estudos, Schumann (2014) narra que a partir da década de 1990 esse foco somente da pobreza, ampliou-se, inclusive para que não só pessoas, mas instituições cada vez mais fossem inseridas nesse contexto, onde devia-se enxergar não só os grupos sociais mais vulneráveis e sim, como aconteciam de fato o desenvolvimento desta pobreza, ou seja, tentando compreender as problemáticas sociais indo além do fator econômico e passando para o bem-estar social.

Cançado; Souza; Cardoso (2014, p. 2) nos dão uma dimensão sobre a vulnerabilidade social, onde, enquanto pesquisadores, percebemos que produzir conhecimentos a partir de uma visão sistêmica nos trará melhores entendimentos e consequentemente, melhores ações no meio social ao qual vivemos.

[...]necessário compreendê-la pelo entrecruzamento de seus fatores multicausais. [...] o desemprego, dificuldades de inserção social, enfermidades, violência, etc. É, portanto, insuficiente pensar soluções meramente econômicas para problemas de ordem estrutural, que em sua maioria possui raízes profundas, como problemas herdados da própria formação nacional, deterioração do sistema democrático, planejamento urbano ineficiente, entre outros.

Importante destacar que para estes fatores multicausais, Musial; Marcolino-Galli (2019) apontam como exemplo de vulnerabilidade social três fatores: a pobreza como ausência de renda, a precarização de vínculos afetivos como o afastamento emocional de familiares, o pertencimento social como as discriminações de maneira geral, onde percebemos que além de questões econômicas, outros focos de atenção são apresentados.

Outro ponto, ainda para os fatores multicausais em que a vulnerabilidade social se encontra, é que instituições, organizações, autarquias, planos, sistemas, leis contribuem para seu entendimento com dados e direcionamentos em ações: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), (Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Destes exemplos, destacamos a LOA, que se desdobra em outros vieses, como foco de política essencial no Brasil no que concerne às pessoas em situação de vulnerabilidade social, garantindo proteção social a estas pessoas nas três gestões: federal (atualmente através do Ministério da Cidadania), estadual e municipal através de secretarias apresentando projetos, benefícios, serviços diversos para este atendimento as suas necessidades a todo e qualquer cidadão (BRASIL, 2011). Observamos assim, que um olhar mais abrangente para o entendimento desta vulnerabilidade em direção ao individual e ao comunitário, com vários atores das diretrizes sociais: federais, estaduais e municipais, com planejamento a partir de mapeamentos dos órgãos competentes, resultarão em políticas efetivamente ativas para amenizar essas crises.

Dessa forma, relevante estarmos conectados nessas ações “[...] oferecendo às famílias espaços de acolhida de suas vulnerabilidades, possibilidades de participação de atividades que contribuam para o seu desenvolvimento em diversas esferas, especialmente em seus territórios.” (Musial; Marcolino-Galli, 2019, p.3). Espaços estes que estejam diretamente ligados ao cotidiano destas famílias, que sejam atraentes e aderentes aos seus membros, para que assim, tenhamos possibilidade efetivas de ação somadas aos aspectos educativos e por sua vez, estes devem ser da mesma forma, pensados em sentido amplo, traçando uma educação de variadas características. Sobre isso, Gohn (2010) afirma que se faz urgente encadear a educação a partir de um prisma maior, pensando nos atores sociais em sua formação enquanto cidadãos e mais ainda, encadear a escola com a comunidade, pois esta ação é uma exigência de nossa sociedade atual.

A autora então, apresenta alguns entendimentos sobre estas variadas características da educação, as quais se fazem presentes em diversos contextos de nosso cotidiano enquanto educadores, trazendo-nos conceitos importantes sobre a educação no que diz respeito à educação formal, não formal e informal e aponta, assim, os conceitos:

[...] a educação formal como aquela desenvolvida nas escolas, com conteúdo previamente demarcados; a educação não formal é aquela que se aprende “no mundo da vida”, via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianos; e a educação informal como aquela na qual os indivíduos aprendem durante seu processo de socialização gerada nas relações e relacionamentos intra e extrafamiliares (amigos, escola, religião, clube, etc.). A informal incorpora valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados. [...] Contrariamente, a educação não formal não é nativa, ela é construída por escolhas ou sob certas condicionalidades, há intencionalidades no seu desenvolvimento [...] (Idem, ibidem, p.15).

Dessa forma, podemos ampliar nosso pensar no que diz respeito aos processos educativos os quais podemos utilizar, por exemplo, em uma ação com crianças em situação de vulnerabilidade, sejam eles formal, não formal, ou informal devem ser usados com o maior zelo possível, tendo em vista os diversos aspectos que podem surgir neste contexto. Daí o importante papel do educador, da educadora em está sempre atualizado, atualizada em seu campo de ação, buscando contribuições diversas para seu fazer educacional.

E neste sentido, as políticas públicas ou privadas são ferramentas fundamentais nessa contribuição, as quais, nós profissionais da área da educação em diversas áreas, podemos e devemos articular em nossos territórios para que elas aconteçam, por sua vez, no território do cidadão envolvido, para que ele se sinta acolhido e em um ambiente que faça parte de sua realidade, interagindo com este ambiente, como o exemplo da imagem abaixo:

Imagem – Projeto Dança-Educação, realizado pela autora com escolares em situação de vulnerabilidade, em parceria com a Prefeitura Municipal de Tucuruí (Pará-Brasil)



Fonte: Acervo da autora, (2021)

O projeto Dança-Educação voltado às crianças em situação de vulnerabilidade e preferencialmente matriculadas em escolas públicas e foi desenvolvido no espaço do CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), no município de Tucuruí (PA), atendendo crianças, dos 4 aos 14 anos de idade. Além das aulas de dança em si (balé clássico, dança contemporânea e folclore), trabalha temas sociais diversos (violência, meio ambiente, higiene, trabalho infantil, entre outros) em rodas de conversa que

culminam em trabalhos dançantes, aproveitando a linguagem da dança que é algo atrativo para elas e dessa forma, procura contribuir no aspecto educacional o qual a dança propõe, onde a educação vale para a vida, a partir da educação social, ampliada pela educação não formal muito utilizada no trato de pessoas em situação de vulnerabilidade. Contudo, estar nesse campo é estar em desafios constantes para a sobrevivência da ação.

Falar em educação não formal a partir da educação social é adentrar em um campo ainda acanhado em pesquisas, mesmo que as existentes, resultem, por exemplo, em cooperação para o campo da afetividade, da pedagogia e da cidadania tornando essa prática educativa transformadora (OLIVEIRA, 2018). Percebemos então, que ainda faltam conhecimento/esclarecimento sobre esta prática e traremos assim nossa contribuição para um campo essencial ao estar-sentir-agir do ser humano no mundo, que é a educação.

Gohn (2010) ressalta que trabalhar a educação com processos de formação do ser cidadão é um sonho, porém uma urgência da atualidade. Dessa forma, a autora nos descreve ainda outros conceitos necessários a nosso conhecer como o de educação formal, informal e não formal. A primeira é realizada no espaço físico da escola, com conteúdo codificado, as outras duas, mesmo que alguns pesquisadores a tratem como sinônimos, ela diz que a educação não formal é desenvolvida por troca de experiências e a informal é aquela desenvolvida na área da socialização dentro e fora do grupo familiar. Um ponto chave que ela deixa sobre a não formal e a informal é que a primeira tem um propósito, a partir dela os indivíduos buscam e tomam suas decisões, demonstra os aprendizados durante nossa existência (GONH 2010; GOHN, 2014).

A educação não formal pode contribuir para o aprendizado quando ela está articulada com mecanismos de cidadania, utilizando experiência herdada e aquela que ainda pode surgir em um processo sócio-histórico-cultural (GONH, 2014). Um caminho árduo, porém, possível de oferecer aos seres humanos resultados positivos, ampliando os conhecimentos para as ações do/no mundo, ou seja, para as relações sociais as quais são tão importantes para o ser/estar neste mundo, somadas aos aspectos em saúde, ambientais, culturais, ou seja, um caminho multidimensional, onde os saberes somam-se, ampliam-se e fortalecem-se para nosso entendimento e ação.

Enfoque quanto aos riscos naturais e ambientais e desdobramentos em educação

Outro enfoque elencado foi o que diz respeito aos riscos naturais e ambientais, onde observamos que questões relacionadas aos aspectos ambientais são sempre urgentes e necessárias para serem discutidas em situações sociais e educacionais. Dessa forma, traçaremos vários deles para contribuições em nosso território educacional.

Este ponto foi escolhido, pois nossa pesquisa foi desenvolvida exatamente em um lócus onde estas questões são pontuais. O município de Tucuruí, localizado no sudeste do Estado do Pará, Brasil, possui um aspecto o qual pode se transformar em risco para a população que é o chamado “inverno amazônico”, com chuvas intensas e índices maiores que o normal, os quais ocorrem de dezembro à maio no Norte do Brasil, exatamente neste período o qual é considerado verão na maior área do hemisfério sul e este fato atinge a região sudeste do Pará por ter relevo acidentado e onde neste período a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e a Defesa Civil ficam em estado de alerta, pois a população de uma maneira geral, sofre com o elevado índice pluviométrico (MENEZES, 2020).

Outra questão que pode dinamizar esse alerta é o fato de Tucuruí ter em seu território a 3ª maior usina hidrelétrica 100% brasileira em se tratando de potência, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) (ELETROBRAS/ELETRONORTE, 2022), onde, para equilibrar a alta quantidade de chuvas no lago da UHT, os vertedouros são abertos para que o volume excedido possa ser equilibrado, porém trazendo transtornos para a população em geral de Tucuruí que sofre com os alagamentos, porém, especialmente as famílias em vulnerabilidade social.

Em ambas as situações, o meio ambiente sofre por completo. As erosões são vistas com frequência, as pessoas perdem suas casas, o lixo doméstico se espalha podendo trazer com doenças típicas de inundações como por exemplo: dengue, leptospirose, cólera. e estas situações são potencializadas também pela questão de uma educação ambiental tão necessária neste século XXI a qual necessita de melhor desenvolvimento e utilização pelos cidadãos. Abaixo, seguem os registros observados.

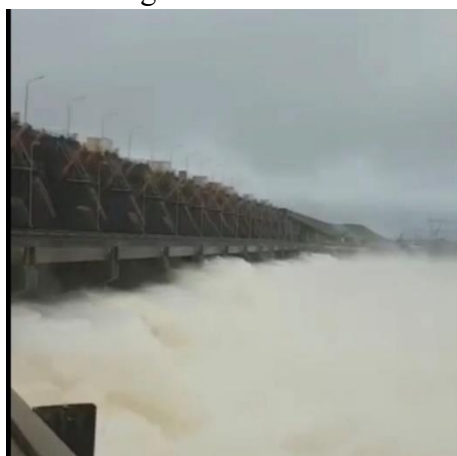
Imagem – Situação das famílias em vulnerabilidade pelos riscos naturais/ambientais



Fonte: Acervo de Paco Martins, (2022)

A imagem mostra claramente o impacto sofrido pelas famílias com os riscos abordados, fazendo-as mudar o ambiente e o cotidiano em que vivem, onde na maioria das vezes perdem bens materiais e sofrem com o risco de afetar a saúde de todos os membros da família e aguardam pelo poder público e a sociedade civil que se unem para o auxílio.

Imagem – Situação do volume de água da UHT no “inverno amazônico”



Fonte: Acervo de Paco Martins, (2022).

Nesta imagem, observamos uma construção humana de grande relevância, não só para o município de Tucuruí, mas para diversos estados brasileiros. Porém, onde acontecem modificações no cotidiano da população local, devido a chamada abertura das comportas para escoamento do grande volume de água o qual se concentra no Lago da UHT no chamado inverno amazônico.

Diante do exposto, e fazendo um paralelo ao contexto educacional proposto nesta pesquisa, torna-se essencial refletir acerca das Ciências Ambientais e sua dimensão necessária para o ser humano no mundo, sobretudo no que diz respeito à EA - Educação Ambiental, a qual já podemos entender aqui como EDS - *Educação do Desenvolvimento Sustentável* no que diz respeito ao seu papel, seu espaço e sua utilização em nosso meio educacional.

É indiscutível a relevância de levarmos à sociedade discussões sobre o trato do ser humano à natureza e principalmente as formas cada vez mais intensas e negativas que esta vem respondendo a este trato. A natureza é intensa, viva e essencial para a vida no

planeta, porém percebemos que a mesma não está sendo cuidada e refletida na intensidade que deveria (PINHEIRO; NETO; MACIEL, 2021).

As Leis e ações não governamentais não são suficientes para termos um efetivo resultado para o cuidado com a Mãe Terra. É necessário conhecer, refletir e conscientizar sobre todos os pontos que estão no contexto da EDS. Pontos distintos, porém, que se conectam e reconectam a cada resposta que a natureza dá para cada ação humana relacionada à/ao: lixo, saneamento, hidrelétricas, consumo, tecnologia, economia, consciência.

Dessa forma, observamos que são múltiplos campos de conhecimento tornando o assunto uma dimensão a ser analisada. E esta pluralidade de ferramentas do saber, pode proporcionar resultados positivos, principalmente no que diz respeito à conscientização dos cidadãos (OLIVEIRA, 2021).

Nesse sentido, várias provocações surgem a respeito da educação ambiental, sobretudo nas escolas, no qual professores têm que ser o elo de comunicação com o aluno, isto é, o docente deve apresentar determinados conhecimentos ao discente sobre o assunto. Ao mesmo tempo obtendo o entendimento em ação e reflexão em relação ao consumo racional e a consciência da preservação do contexto ambiental, assim como, de instigar as crianças desde a tenra idade, a produzir saberes e conhecimento de uma educação ambiental.

Esse contexto, de ações educativas alicerçadas desde cedo pelos pequenos estudantes, faz com que estimulem pensamentos conscientes do que realmente é o propósito de amadurecer ações sustentáveis para contribuir com a sustentabilidade do planeta. Para isso, o conhecimento sobre o tema, deve se engendrar, a partir de um espaço/tempo local de realidades vivenciadas pelos sujeitos/alunos.

Em outro ponto, temos as realidades no contexto familiar em torno da comunidade local, conhecimento “nato” originado pela sua própria cultura, com os seus modos e práticas vivenciadas a partir, do conhecimento realizado pela escola e expandida consequentemente para outras famílias, conectando ações por meio de construções de “redes vivas” construídas entre escola e comunidade.

Nessa complexidade que é a escola considerada como o organismo vivo que interagem com pessoas de diversa pluralidade tanto no ato de saber, social, cultural enfim as gamas de questões que norteiam as “subculturas”, questões que foram elaboradas por

Jean Claude Forquin: “O pluralismo cultural não existe somente entre as nações, ele está no interior das nações, no interior das comunidades que as compõem, e os próprios indivíduos não escapam à lei geral da diferenciação interna e da mestiçagem” (FORQUIN, 1993, p.125).

Essa premissa aborda questões sobre a existência de diferença também entre culturas, porém deve haver de certo modo, o convívio humanizado entre a prática do professor e o aluno. Nesse sentido, precisamos instigar os alunos para essas inquietações através de ações transversais e consciência ambiental.

Portanto, o espaço/tempo é presente e se conecta com o sujeito que faz parte do sistema aparelhado aos currículos escolares, de fato aqui, é uma questão norteadora, sobretudo a cultura, isto é, entender a realidade daquela comunidade que tem consigo o seu diálogo, a sua interação, a sua historicidade enfim uma cultura no pensar plural dimensional a partir da escola, centrada na investigação, estimulação em prol dos saberes, não centrada em apenas uma disciplina, mas em perspectiva ampla do conhecimento, sobretudo na EDS.

Nessa perspectiva, quando Forquin (1993) aponta o pluralismo cultural, apontamos um pensar, criar e desenvolver o princípio cultural de tessituras envolvendo a educação cultural. De modo que se conectam os variados caminhos da educação e entre eles, a EDS no que tange ao tripé de sua sustentabilidade que é essencial nas ciências ambientais ao combater a pobreza e suas situações de vulnerabilidade, a obtenção de consciência crítica a partir da preservação do planeta e o desenvolvimento social ligados exatamente às Ciências Sociais. Aqui, elos de saberes, conhecimento e estimulação do pensamento crítico e autocrítico sobre os processos educacionais.

Assim, observamos também que os educadores passaram a contribuir mais em ações e formas metodológicas de tratar a EDS (FÃO et. al., 2020). A partir do conhecimento de que a educação e seu espaço escolar têm o papel essencial de levar os alunos à reflexão, os educadores tentam trabalhar de forma a construir um conhecimento de forma inter e trans disciplinares, levando assim a EDS à transversalidade, pois se criarmos espaços para uma educação crítico-reflexiva, teremos cidadãos mais aptos a pensar e modificar as situações de vulnerabilidade que possam surgir em seu contexto social.

Em suma, devemos criar ações educacionais que interajam entre si, prevalecendo saberes alicerçado ao conhecimento científico, de modo que haja uma educação de qualidade conectada em diversas ações que estimule e aprimore o conhecimento científico. Assim, percebemos que informações sobre uma EDS responsável são capazes de possibilitar ações humanizadas de conhecimentos e compreensões sobre o comportamento individual e coletivo em perspectivas de atos críticos e reflexivos da sociedade para utilização, inclusive em situações de vulnerabilidade.

Enfoque em saúde e desdobramentos em educação

E por fim, neste aspecto, vamos ao enfoque saúde onde verificamos que os estudos mostram a relevância de trazer para o estudo da vulnerabilidade, o campo da saúde o qual da mesma forma é vasto, depende de vários saberes, perpassa por vários caminhos onde esse ser social transita e como sua relação com a realidade onde se encontra, reflete diretamente neste aspecto. Este enfoque pode apresentar-se por questões epidêmicas, saúde coletiva, direitos humanos, mudanças de perfil em saúde e exatamente por questões ligadas aos riscos e como superá-los, observando se os cidadãos têm o conhecimento e sabem utilizar as ações sociais em saúde.

Mesmo que possamos encontrar escritas em um contexto histórico mais antigo, é no século XX, principalmente na década de 1980, que encontramos grande destaque aos estudos que situam a saúde no contexto social da vulnerabilidade, onde tivemos a epidemia da AIDS, do termo em inglês Acquired Immunodeficiency Syndrome e em português Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SCHUMANN, 2014; MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019; FLORÊNCIO; MOREIRA, 2021; FLORÊNCIO et al., 2021).

Musial; Marcolino-Galli (2019), asseveram-nos um fato de grande relevância, que esta epidemia foi impulsionadora para os estudos sociais, principalmente no que diz respeito ao entendimento de que questões relacionadas aos termos desta doença não estavam ligados somente às questões individuais como se entendia, e sim ao coletivo. Naquele momento, querer entender a doença somente em um viés individual, por mais que tenham agrupados os indivíduos infectados no chamado grupo de risco, não traria os resultados eficazes para tratar o problema, sendo necessário que o olhar se voltasse para

um campo efetivamente social e em diversos saberes como cultural, histórico, econômico, político.

Sendo assim, estes autores nos dizem que se faz necessário entender outros aspectos da vulnerabilidade, como por exemplo a individual, a social e a programática as quais faremos breve definição, exatamente para ampliação do entendimento:

- Vulnerabilidade individual: diz respeito a como o sujeito conhece e constitui informações e sua capacidade de usá-las em sua própria proteção.

- Vulnerabilidade social: diz respeito a como acessar nossos direitos sociais, como por exemplo educação, saúde, moradia, informações estas que estão (ou deveriam estar) contidas nos serviços públicos para nos trazer melhor qualidade de vida.

- Vulnerabilidade programática: diz respeito a esses serviços constituídos de forma institucionalizada, como por exemplo dentro do SUAS (Serviço Único de Assistência Social) para a garantia destes serviços a todos os cidadãos

Dessa forma, observamos que ampliar sempre o leque de possibilidades de forma multidimensional é essencial, pois utilizando-se esse conjunto de entendimentos, todos pudessem naquele momento (e na atualidade também) de forma preventiva, proteger a sua saúde, ou seja, a vida.

Ao analisarmos este contexto com mais amplitude, podemos verificar que muitos focos estão relacionados ao fator educacional, visto que conhecer e constitui informações para a garantia da saúde por exemplo, dependem de o quanto o cidadão pode não só ler, mas interpretar, refletir e criticar tais informações. Verbos diretamente ligados ao processo educativo. Schumann (2014), também ao abordar sobre vulnerabilidade e saúde, corrobora com este aspecto quando fala que estes fatores estão ligados às informações, reconhecimentos e aspectos cognitivos dos cidadãos, os quais são focos do processo educacional.

Ainda para esta questão educacional, Florêncio; Moreira (2021) nos mostram uma série de conceitos neste contexto os quais estão diretamente ligados à vulnerabilidade relacionada à saúde, porém vamos fazer um recorte apenas dos que fazem referências aos aportes educacionais, que segundo as autoras são essenciais para a relação com o sujeito-social.

As pesquisadoras descrevem então: “Letramento funcional: Aprendizagem, Cognição, Conhecimento, Escolaridade” fatores estes ligados ao “sujeito” e onde há espaço para uma inquietação entre saber e poder, bem como para ressignificações. Além disso citam a “Situação socioeconômica: [...] Educação.” E outro ponto que é a “Cultura: Formação Cultural, [...], Saber Popular” estes por sua vez, ligados ao “social” espaço para que o sujeito-social possa expressar-se, reconhecer-se e reconhecer não só o outro, como também relacionar-se com as instituições (Idem, Ibidem, p. 1)

Finalizando este tópico, mas obviamente não o assunto, apontamos Palácio; Takenami (2020) as quais nos afirmam que não existe saúde sem o processo da educação, sobretudo em tempos atuais da pandemia do COVID-19. Neste sentido, fazem-se urgentes ações em educação para que a vida seja preservada e neste sentido temos dois focos multifacetados: educação e saúde que necessitam estar em constante estudo, buscando formas flexíveis, ágeis e eficazes de chegar às populações onde deve-se levar em consideração, os fatores sociais que circundam estas populações, ou seja, ações dialógicas entre educação e saúde são nosso alicerce (PALÁCIO; TAKENAMI, 2020; AGUIAR; SILVA, N. S. S.; SILVA, R. R. V, 2020).

Impactos da vulnerabilidade no desenvolvimento da população infantil

A infância é um período fundamental para o desenvolvimento humano e merece toda atenção da família e profissionais que lidam com este momento da vida. Vários fatores influenciam o desenvolvimento humano como os individuais relacionados por exemplo, à hereditariedade e biológicos, o fator das tarefas que são físicas e mecânicas e o fator ambiental relacionado ao aprendizado, à experiência e fatores externos (GALLAHUE; OZMUN E GOODWAY, 2013).

Neste sentido, importante pensar e agir em função da infância para que ela seja atravessada da forma mais eficaz possível, pois uma infância bem desenvolvida fará toda diferença na vida adulta. Assim, verificamos que atualmente a atenção aos aspectos da saúde das crianças vem crescendo de forma mundial, aproveitando-se os avanços da ciência e tecnologia garantido nascimento e crescimento (SILVA; VERÍSSIMO; MAZZA, 2015).

Um outro ponto relevante que os autores acima descrevem, diz respeito aos avanços da neurociência, já que as questões cerebrais, da mesma forma, bem

desenvolvidas implicarão em aspectos positivos de crianças quanto à aprendizagem, saúde e inclusive em seu papel enquanto cidadã, influenciada por questões ambientais já que nesta fase “[...] define-se a arquitetura cerebral do ser humano, não somente como resultado de um processo natural de maturação, mas como um intenso processo de interação dos estímulos ambientais com o potencial biológico da criança” entendendo-a assim como um ser social (Idem, Ibidem, p.1).

Estudos mostram que crianças em situação de vulnerabilidade por exemplo, por questão econômica pela pobreza, questão social pela retirada de direitos fundamentais, sofrem impactos bastante negativos em diversas áreas da vida como por exemplo físico, cognitivo, motor, emocional, ocupacional, da saúde (SOUZA, PANÚNCIO-PINTO; FIORATI, 2019; SILVA; COSTA; NASCIMENTO, 2019; SILVA; VERÍSSIMO; MAZZA, 2015).

Esses impactos inclusive podem chegar à fase adulta caso não haja intervenções da família, das políticas públicas, dos profissionais que lidam com elas “[...] Crianças oriundas de comunidades periféricas de grande vulnerabilidade social, muitas vezes, têm suas capacidades afetadas e, caso não tenham uma intervenção eficaz” (SOTTILI; FLORENTINO; TOIGO, 2019, p.35). Esse fato deve nos levar às reflexões cada vez mais profundas de nosso papel enquanto educadores nos diferentes espaços onde estas crianças estejam, analisando possíveis intervenções a partir de nosso conhecimento.

Neste sentido, importante repensar enquanto profissionais, sobre nossas ações com nossos alunos, educandos, escolares, crianças enfim qualquer que seja a nomenclatura, repensar qual nosso verdadeiro papel, o que poderemos fazer para que o conhecimento sobre nossa área de atuação possa gerar contribuições em seu desenvolvimento para que não tenhamos, ou tenhamos menor número de adultos com problemas diversos como questões motoras, cognitivas, afetivas, culturais as quais podem acompanhá-los por toda uma vida.

O Brasil tem números alarmantes dos problemas que afetam famílias com crianças, sobretudo com a atual pandemia do COVID-19. Em uma entrevista realizada após nove meses do início da pandemia no Brasil, o UNICEF (2020) mostra que temas como: renda familiar, segurança alimentar, educação mostraram vários impactos altamente negativos neste momento e mais ainda quando se fala em famílias em situação de vulnerabilidade, o que alarga os números e números são pessoas que necessitam mais

do que nunca de ações de vários setores da sociedade para a tentativa de amenizar tais resultados.

CONCLUSÃO

As políticas públicas sejam na área educacional, da saúde, do social ainda necessitam de fortes ações por parte das autoridades competentes, mas também necessitam de fortes aliados para que programas que fomentem a integralidade do ser humano possam ser apresentados e encontrem espaço em ambientes públicos para serem desenvolvidos, sobretudo os que lidam com questões educacionais.

Dessa forma, as ações do incentivo às pesquisas científicas, da efetivação urgente das políticas públicas, da capacitação dos diversos profissionais que lidam com os cidadãos, em especial as crianças devem estar cada vez mais visíveis e pulsantes já que, por de trás das teorias, categorizações, codificações existem seres humanos que sofrem e necessitam mais do que nunca dos cidadãos privilegiados do outro lado do muro e assim não se faz prudente fechar os horizontes para diversas áreas dessa ciência as quais podem, sem dúvida, ser essenciais para mais dinamismo, entendimento e por sua vez resultados positivos para os envolvidos em nosso fazer educacional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. B.; SILVA, N. S. S.; SILVA, R. R. V. Educação em saúde: Contribuições da educação física em tempos de pandemia. In: ALVES, R. O. T.; MONTEIRO-JÚNIOR, R. S. Saúde em tempos de pandemia: discussões pela Educação Física – Montes Claros: Editora Unimontes, 2020. E-Book.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas*: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Brasília: 2011. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/snas/documentos/04-caderno-creas-final-dez..pdf>. Acesso em 30 jan. 2022.

CANÇADO, T. C. L.; SOUZA, R. S.; CARDOSO, C. B. S. Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social. Trabalho apresentado no XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, 2014. Disponível em: http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

DEL PRETTE, Z. A. P; DEL PRETTE, A. Psicologia das habilidades sociais na infância: teoria e prática. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

DILLENBURG, A. I.; COSTAS, F. A. T.; SILVA, L. C.; WURFEL, R. F. Vulnerabilidade social e desenvolvimento infantil: um olhar a partir da teoria histórico

cultural e da neurociência. Revista Educação e Cultura Contemporânea, vol. 14, no 36 (2017). Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/3203/1931>. Acesso em 21 jan. 2020.

ELETROBRAS/ELETRONORTE. O caminho da excelência e da sustentabilidade. Disponível em: <https://www.eletronorte.com.br/a-eletronorte-2/> Acesso em: 03 fev. 2022.

FÃO, J. M.; ZALUSKI, F. C.; ZANARDI, F.; KHOLER, R. A importância da Educação Ambiental nas escolas: Um estudo nas escolas municipais de ensino fundamental de Frederico Westphalen/RS. Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo, v. 5, n. 1, p. 108-123, jan-fev, 2020. Disponível em: <http://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/294>. Acesso em: 13 jun. 2021.

FLORENCIO, R. S.; MOREIRA, T. M. M. Modelo de vulnerabilidade em saúde: esclarecimento conceitual na perspectiva do sujeito-social. Acta Paul Enferm 34:eAPE00353, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/j5R4zLdBMPzwyPjKqYRHsFz/?format=pdf&lang=pt> acesso em: 12 fev. 2022.

FLORENCIO, R. S. et al. Significados do conceito de vulnerabilidade em saúde: uma revisão de escopo. Brazilian Journal of Health Review, Curitiba, v.4, n.3, p. 12817-12834 may./jun. 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/31156>. Acesso em: 12 fev. 2022.

FORQUIN, J. C. Escola e Cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GALLAHUE, D. L; OZMUN, J. C; GOODWAY, J. D. Compreendendo o Desenvolvimento Motor: Bebês, Crianças, Adolescentes e Adultos. 7º Edição. São Paulo: AMGH Editora Ltda, 2013.

GOHN, M. G. Educação Não Formal, Aprendizagens e Saberes em Processos Participativos. Investigar em Educação - IIª Série, Número 1, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>. Acesso em: 31 jan. 2022.

GOHN, M. G. Educação não formal e o educador social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

LABAN, Rudolf. Dança Educativa Moderna. (tradução Maria da Conceição Parayba Campos). São Paulo (SP): Ícone, 1990.

MENEZES, Carol. SEMAS alerta que chuvas devem se intensificar no Pará até o mês de março. Agência Pará. [S.l.]. 2020. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/17199/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

MUSIAL, Denis Cezar; MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. Vulnerabilidade e risco: Apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência

Social. O Social em Questão - Ano XXII - nº 44 - Mai a Ago/2019. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_44_SL2%20\(1\).pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_44_SL2%20(1).pdf). Acesso em: 22 jan 2022.

OLIVEIRA, Maria Clementina de. Seminário Tópicos Especiais em Ciências Ambientais. Unidades de Apoio à Aprendizagem. Assunción: FICS, 2021. Guia de estudo.

PALÁCIO, M. A. V.; TAKENAMI, I. Em tempos de pandemia pela COVID-19: O desafio para a educação em saúde. *Vigil. sanit. debate* 8(2):10-1, 2020. Disponível em: <https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1530/1147>. Acesso em: 15 fev. 2022.

PINHEIRO, Alexsandra Alves de Souza; NETO, Benjamim Machado de Oliveira; MACIEL, Nara Maria Tavares Câmara. A importância da educação ambiental para o aprimoramento profissional, docente e humano. *Ensino em Perspectivas*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-12, 2021. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4544/6194>. Acesso em: 10 jun. 2021.

SCHUMANN, Livia Rejane Miguel Amaral. A multidimensionalidade da construção teórica da vulnerabilidade: análise histórico-conceitual e uma proposta de índice sintético. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/17001/1/2014_LiviaRejaneMiguelAmaralSchumann.pdf. Acesso em: 22 jan. 2022.

SILVA, Aline Juliana Nunes, Costa, Rafaela Rocha, & Nascimento, Arles Monaliza Rodrigues. As implicações dos contextos de vulnerabilidade social no desenvolvimento infantojuvenil: da família à assistência social. *Pesquisas e Práticas Psicossociais* 14(2), São João del-Rei, abril-junho de 2019. Disponível em http://seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/e2799. Acesso em: 30 jan. 2022.

SILVA, Daniel Ignacio da; VERISSIMO, Maria de La Ó Ramallo; MAZZA, Verônica de Azevedo. Vulnerabilidade no desenvolvimento infantil: influência das políticas públicas e programas de saúde. *Rev. bras. crescimento desenvolv. hum.*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-18, 2015. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822015000100002&lng=pt&nrm=iso. acessos em 13 fev. 2022. <http://dx.doi.org/10.7322/JHGD.96760>.

SOUZA, Larissa Barros de; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; FIORATI, Regina Célia. Crianças e adolescentes em vulnerabilidade social: bem-estar, saúde mental e participação em educação. *Cad. Bras. Ter. Ocup.*, São Carlos, v. 27, n. 2, p. 251-269, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadbto/a/yLRT3x4JrDbH6T4djNw95DR/?lang=pt>. Acesso em: 21 jan. 2022.

SOTTILI, Samuel Bombardelli, FLORENTINO, José Augusto Ayres, TOIGO, Adriana Marques. Comparação do desenvolvimento motor de crianças de 06 a 10 anos que participam de um projeto social e de crianças que não participam, na cidade de Porto Alegre, RS. Revista Saúde e Desenvolvimento Humano, Junho 7(2): 35-43, 2019. Disponível em https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/saude_desenvolvimento. Acesso em 12 fev. 2022.

UNICEF, Unicef alerta: Situação de crianças e adolescentes se agravou consideravelmente após nove meses de pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/unicef-alerta-situacao-de-criancas-e-adolescentes-se-agravou-consideravelmente-apos-nove-meses-pandemia#:~:text=%E2%80%9C%C3%89%20extremamente%20preocupante%20o%20cen%C3%A1rio,direcionadas%20%C3%A0%20parcela%20mais%20pobre>. Acesso em 13 fev. 2022.



CÂNCER DE PRÓSTATA

**Maria de Belém Ramos Sozinho
Maria Inês Vieira de Oliveira Lima
Ivonete Vieira Pereira Peixoto
Ricardo Figueiredo Pinto**

DOI: 10.29327/570564.1-11

CÂNCER DE PRÓSTATA

DOI: 10.29327/570564.1-11

Maria de Belém Ramos Sozinho
Maria Inês Vieira de Oliveira Lima
Ivonete Vieira Pereira Peixoto
Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

A população masculina, de um modo geral, é bastante restrita no que se refere aos cuidados com sua saúde. Dados epidemiológicos vêm indicando que doenças da próstata apresentam grande relevância, pela alta frequência com que ocorre no cotidiano dos homens quando chega a interferir de maneira significativa em sua qualidade de vida e representa importante um problema de saúde pública. O câncer de próstata é o tipo de câncer mais comum entre os homens, atingindo cerca de 30% da população masculina que desenvolve tumores malignos. O risco ainda é elevado em famílias nas quais o ascendente apresentou a doença, e quanto mais precoce foi o diagnóstico maior é o risco atribuído aos descendentes. (NARDI, 2013). Conhecer os tipos de câncer de próstata forma de diagnóstico e tratamento do câncer de próstata. Para o desenvolvimento do objetivo sugerido uma revisão bibliográfica procurando selecionar e avaliar pesquisas e estudos relevantes que contêm artigo com o tema proposto. Para isso foram feitas buscas de artigos nos idiomas português e inglês nas bases de dados. A definição do tratamento a ser realizado é uma decisão em conjunto com os médicos, equipe multiprofissional, paciente, familiares e cuidadores baseadas em suas próprias condições clínicas, indicações, vontades, valores e crenças. Pode incluir abordagem clínica, cirúrgica ou medidas paliativas de Próstata. O tratamento depende da análise de variáveis: – idade do paciente – expectativa de vida – estadiamento da doença, escore de Gleason e PSA total – classificação de risco anestésico e cardiológico/comorbidades – situação miccional e da qualidade da ereção previamente à cirurgia – desejo e autonomia do paciente – experiência e número de casos tratados pela equipe assistente. A Prostatectomia Radical: Nos pacientes com boa expectativa de vida a Prostatectomia Radical (PR) está indicada, podendo ser realizada por via retropúbica (aberta), videolaparoscopia ou robótica. Todos os tipos de cirurgia se realizadas com técnica apurada produzem os mesmos resultados funcionais (controle da continência urinária/ preservação da ereção), bem como resultados oncológicos semelhantes. O estudo nos proporcionou uma atualização de conhecimentos que nortearão nossa prática. Adquirimos conhecimento e informações relevantes para um melhor entendimento dos diversos fatores que levam a população masculina as doenças da próstata. Considerando que nossa prática será voltada para prevenção de danos a integridade da pele, tratamentos específicos e atuação na reabilitação de homens que possuem incontinência urinária, tem-se condições de proporcionar aos clientes uma assistência de Enfermagem de qualidade

Palavras-chave: Câncer de Próstata; Classificação; Diagnóstico; Terapêutica.

ABSTRACT

The masculine population, in general, is quite restricted in terms of health care. Epidemiological data have indicated that prostate diseases are highly relevant, due to the high frequency with which they occur in men's daily lives when they significantly interfere with their quality of life and represent an important public health problem. Prostate cancer is the most common type of cancer among men, affecting about 30% of the male population who develop malignant tumors. The risk is still high in families in which the ancestor had the disease, and the earlier the diagnosis, the greater the risk

attributed to the descendants (NARDI, 2013). Know the types of prostate cancer, form of diagnosis and treatment of prostate cancer. For the development of the objective suggested a bibliographic review seeking to select and evaluate relevant research and studies that contain an article with the proposed theme. For this, articles were searched in Portuguese and English in the databases. The definition of the treatment to be performed is a decision made together with the physicians, multiprofessional team, patient, family members and caregivers based on their own clinical conditions, indications, wishes, values and beliefs. It may include clinical, surgical or palliative measures of Prostate. Treatment depends on the analysis of variables: – patient age – life expectancy – disease staging, Gleason score and total PSA – anesthetic and cardiological risk classification/comorbidities – voiding status and quality of erection prior to surgery – desire and patient autonomy – experience and number of cases handled by the assistant team. Radical Prostatectomy: In patients with good life expectancy, Radical Prostatectomy (RP) is indicated, and can be performed by retropubic (open), videolaparoscopy or robotic approach. All types of surgery, if performed with an accurate technique, produce the same functional results (urinary continence control / erection preservation), as well as similar oncological results. The study provided us with an update of knowledge that will guide our practice. We acquired knowledge and relevant information for a better understanding of the different factors that lead the male population to prostate diseases. Considering that our practice will be focused on preventing damage to the integrity of the skin, specific treatments and acting in the rehabilitation of men who have urinary incontinence, we are able to provide clients with quality Nursing care.

Keywords: Prostatic Neoplasms; Classification; Diagnosis; Therapeutics.

RESUMEN

La población masculina, en general, está bastante restringida en cuanto a la atención de la salud. Los datos epidemiológicos han indicado que las enfermedades de la próstata tienen una gran relevancia, debido a la alta frecuencia con que ocurren en la vida diaria de los hombres cuando interfieren significativamente en su calidad de vida y representan un importante problema de salud pública. El cáncer de próstata es el tipo de cáncer más común entre los hombres y afecta aproximadamente al 30% de la población masculina que desarrolla tumores malignos. El riesgo sigue siendo elevado en familias en las que el antepasado padeció la enfermedad, y cuanto más precoz sea el diagnóstico, mayor será el riesgo atribuido a los descendientes (NARDI, 2013). Conoce los tipos de cáncer de próstata, forma de diagnóstico y tratamiento del cáncer de próstata. Para el desarrollo del objetivo se sugiere una revisión bibliográfica buscando seleccionar y evaluar investigaciones y estudios relevantes que contengan un artículo con la temática propuesta. Para ello, se buscaron artículos en portugués e inglés en las bases de datos. La definición del tratamiento a realizar es una decisión tomada en conjunto con los médicos, equipo multiprofesional, paciente, familiares y cuidadores en base a sus propias condiciones clínicas, indicaciones, deseos, valores y creencias. Puede incluir medidas clínicas, quirúrgicas o paliativas de próstata. El tratamiento depende del análisis de variables: – edad del paciente – esperanza de vida – estadificación de la enfermedad, puntuación de Gleason y PSA total – clasificación de riesgo anestésico y cardiológico/comorbilidades – estado miccional y calidad de la erección previa a la cirugía – deseo y autonomía del paciente – experiencia y número de casos atendidos por el equipo auxiliar. Prostatectomía Radical: En pacientes con buena expectativa de vida está indicada la Prostatectomía Radical (PR), pudiendo realizarse por retropúbico (abierto), videolaparoscopia o abordaje robótico. Todos los tipos de cirugía, si se realizan con una técnica adecuada, producen los

mismos resultados funcionales (control de la continencia urinaria/preservación de la erección), así como resultados oncológicos similares. El estudio nos ha proporcionado una actualización de conocimientos que guiará nuestra práctica. Adquirimos conocimientos e información relevante para una mejor comprensión de los diferentes factores que llevan a la población masculina a padecer enfermedades prostáticas. Considerando que nuestra práctica estará enfocada en la prevención de daños a la integridad de la piel, tratamientos específicos y actuando en la rehabilitación de hombres que presentan incontinencia urinaria, estamos en condiciones de brindar a los clientes una atención de Enfermería de calidad.

Palabras clave: Neoplasias de la Próstata; Clasificación; Diagnóstico; Terapéutica.

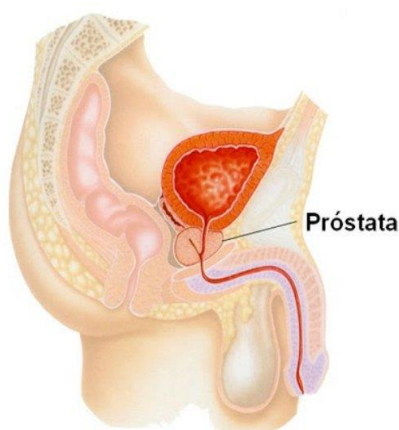
INTRODUÇÃO

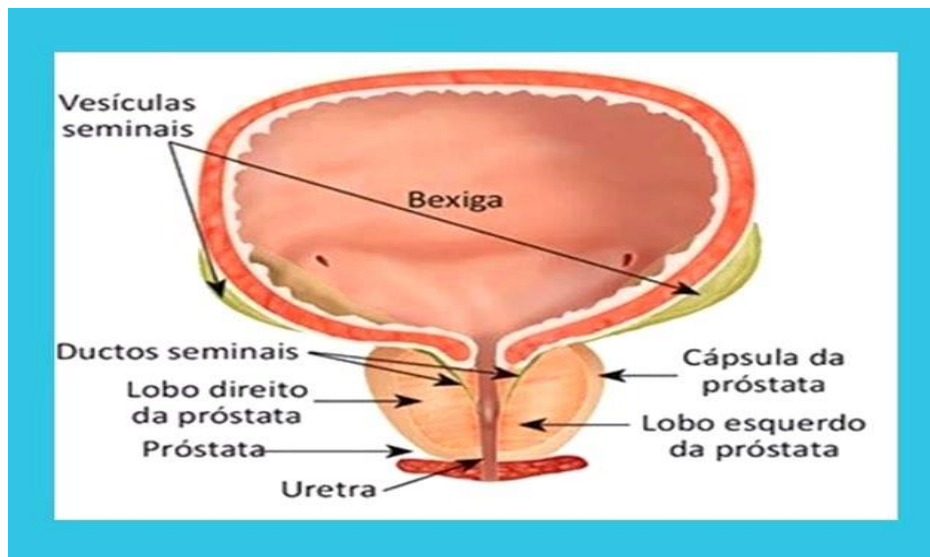
Câncer de Prostata

A população masculina, de um modo geral, é bastante restrita no que se refere aos cuidados com sua saúde. Dados epidemiológicos vêm indicando que doenças da próstata apresentam grande relevância, pela alta frequência com que ocorre no cotidiano dos homens quando chega a interferir de maneira significativa em sua qualidade de vida e representa importante um problema de saúde pública.

As doenças da próstata são um dos mais importantes temas da urologia na atualidade pelo seu aumento considerável de incidências de mortes que poderiam ser tratáveis ou evitáveis se tratadas precocemente. Destacaremos em nossos estudos as três principais: prostatite, tumor benigno (Hiperplasia Prostática Benigna - HPB) e tumor maligno (câncer de próstata) com abordagem científicas e informações atualizadas que nortearão nossa prática, principalmente nos aspectos específicos na atuação em estomaterapia.

Figura 1. Anatomia e fisiologia da próstata





A próstata é uma glândula que tem formato e tamanho aproximado de uma castanha portuguesa presente apenas no sexo masculino, localizada na parte baixa do abdome situada abaixo da bexiga e em posição imediatamente anterior ao reto, justificando o exame do toque retal como uma forma de avaliação prostática, envolve a parte inicial da uretra, tubo pelo qual a urina armazenada na bexiga é eliminada.

Segundo Hall (2011) e Silverthorn (2010) a próstata é uma glândula única com função secretora presente. O líquido prostático tem pH básico, sendo importante no processo de alcalinização vaginal e conferindo o aspecto leitoso do sêmen e seu odor característico. Além disso, é possível que ela alcalinize os demais líquidos seminais masculinos, melhorando o desempenho de mobilidade do espermatozoide

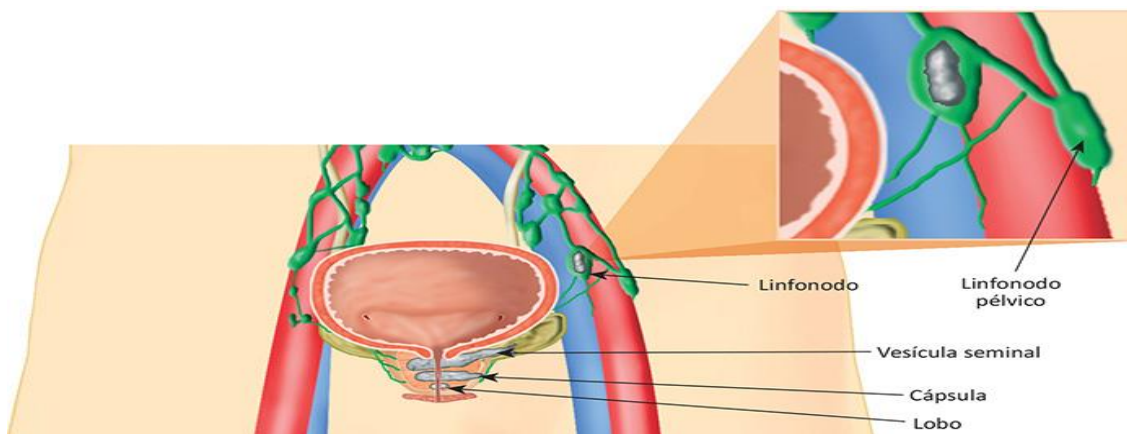
Fisiologia

O Câncer de Próstata se desenvolve: Taxas de divisão celular e morte celular não são mais iguais Apoptose (morte celular programada). Levando ao crescimento Grau de Gleason: pacientes com Gleason 8 a 10 apresentam doença pouco diferenciada e agressiva e, portanto, têm pior prognóstico. descontrolado.

Câncer de Próstata - Aspectos Fisiopatológicos e Etiopatogênico

Volume de neoplasia: quando o volume tumoral é menor que 3 cm³, os pacientes normalmente apresentam doença localizada e quase sempre são curados com o tratamento

local. Por outro lado, 80% dos pacientes com volume tumoral maior que 12 cm³ apresentam metástases linfonodos ou ósseas.



Fonte: Instituto vencer o câncer

De acordo com OMS a segunda neoplasia maligna mais frequente no sexo masculino. Nos Estados Unidos é a segunda maior causa de morte dentre todos os cânceres, 1 Espera-se que a incidência aumente para cerca de 1,7 milhão de casos e cause a morte de cerca de 499.000 pessoas até o ano de 2030, apenas pelo envelhecimento da população.² No Brasil a incidência também é elevada. A incidência do CaP teve um aumento significativo com a introdução do exame de PSA após a década de 90, levando ao diagnóstico precoce (doença localizada) na maioria dos casos. Após esse aumento inicial da incidência após a introdução do PSA houve um declínio e, a seguir, estabilização do número de casos diagnosticados. (FERLAY, 2010)

Fatores de risco

Dentre os fatores de risco observa-se uma relação clara entre a idade e o aumento na incidência de câncer de próstata. A frequência em autópsias é progressivamente maior, conforme a idade do paciente. Em homens de 50 anos foi observada em autópsias uma incidência de até 40%, enquanto o risco de doença significativa gira em torno de 9,5% e o risco de morte. (HAAS, 2008)

O risco ainda é elevado em famílias nas quais o ascendente apresentou a doença, e quanto mais precoce foi o diagnóstico maior é o risco atribuído aos descendentes. Em gêmeos univitelinos também é observada concordância 4 vezes maior em relação a gêmeos bivitelinos. Esses dados sofrem o efeito da herança genética na etiopatogênese da doença. (NARDI, 2013).

Fatores hormonais Ablação androgênica Regressão do câncer de próstata. Evidência indireta de causas hormonais ◇ Eunucos Impede a produção testosterona Castração cirúrgica ou medicamentosa Hsing e Comstock não encontraram nenhuma diferença significativa nos níveis de prolactina, hormônio folículo-estimulante ou estrona. Níveis elevados de hormônio luteinizante e razões de testosterona e dihidrotestosterona foram associados a um risco ligeiramente aumentado

Na região 8q24 no cromossomo 8 No cromossomo 1 (no gene HPC1 e no PCAP) no cromossomo 17 No cromossomo X Alterações genéticas Mutações do BRCA-2 Gene supressor de tumor risco de CaP mais agressivo idade mais jovem.

Aspectos fisiológicos e etiopatogênicos

Câncer de próstata

O câncer grande grupo de doenças baseado no desenvolvimento rápido de células anormais crescem além dos seus limites usuais, Mais de 95% dos cânceres da próstata são adenocarcinomas. Dos outros 5%, 90% são carcinomas de células de transição e os restantes são carcinomas neuroendócrinos ou sarcomas. Não é possível prevenir a doença, mas é possível diagnosticá-la precocemente.

Doença rara dificuldade de diagnóstico no século XIX (DONATELLI, 2016; JÚNIOR, 2011) A prostatectomia perineal radical, primeira vez em 1905 por Young. A prostatectomia radical retro púbica 1947 Por Millin. Em 1983 Patrick Walsh garantiu a manutenção da função erétil após a cirurgia. O uso de radioterapia no início do século XX. A quimioterapia fim na década de 1970 ciclofosfamida e o 5-fluorouracil.

Epidemiologia

O câncer de próstata é a segunda neoplasia mais frequente e a segunda maior causa de óbitos por câncer em homens

Incidência 2018: 1.276,106

Incidência 2020 ◇65.840

Óbitos 2018: 358,989

Óbitos em 2018 = 15.576 ◇ 13,3 % (DONATELLI, 2016)

OBJETIVOS

Conhecer os tipos de câncer de próstata forma de diagnóstico e tratamento do câncer de próstata.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do objetivo sugerido foi realizado uma revisão bibliográfica procurando selecionar e avaliar pesquisas e estudos relevantes que contêm artigo com o tema proposto. Para isso foram feitas buscas de artigos nos idiomas português e inglês nas bases de dados: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), utilizando as seguintes palavras-chaves indexadas no DECS: Câncer de próstata, classificação e diagnóstico e tratamento

DESENVOLVIMENTO

Câncer de Próstata – Diagnóstico

O rastreamento do câncer de próstata deve ser feito anualmente em todo homem acima de 45 anos de idade sem história familiar e a partir dos 40 anos quando existem antecedentes familiares da doença.

O diagnóstico definitivo é feito por biópsia transretal de próstata, frequentemente realizada sob narcose e guiada por ultrassonografia transretal.

Na tentativa de melhorar a sensibilidade diagnóstica e evitar biópsias desnecessárias, foram introduzidos os conceitos de relação entre PSA livre e PSA total e velocidade de PSA;

PSA: Antígeno prostático específico é uma proteína produzida tanto pelo tecido prostático benigno como pelo maligno.

Ajuda a liquefazer o sêmen. Uma pequena quantidade de PSA normalmente entra na corrente sanguínea.

Os níveis PSA também podem estar elevados em homens com glândulas prostáticas aumentadas ou inflamadas e depois da ejaculação.

Pode haver hemospermia na apresentação inicial da patologia, e cerca de 15 a 25% dos pacientes com doença localmente avançada apresentam hematúria macroscópica, geralmente decorrente de invasão do trígono vesical.

O toque retal apresenta sensibilidade de cerca de 60% na detecção de tumores de próstata, enquanto o PSA apresenta sensibilidade de 70 a 90%;

Valor de PSA: Na maioria dos casos, quanto maior o PSA, pior o prognóstico. Sabe-se que pacientes com PSA maior que 20 mg/mL têm grande chance de apresentar doença extraprostática, enquanto aqueles com PSA maior que 100 ng/mL praticamente quase sempre apresentam doença metastática

Câncer de Próstata – Classificação

Adenocarcinoma ACINAR

São responsáveis por 95% dos tumores malignos de próstata. Podem ser de baixo grau, grau intermediário e alto grau, de acordo com o grau de diferenciação e proliferação celular.

Adenocarcinoma DUCTAL

Representa cerca de 0,8 a 0,8% dos casos e é geralmente mais agressivo que o adenocarcinoma acinar

Carcinoma neuroendócrino

Neoplasia intraepitelial prostática (PIN) Trata-se de uma proliferação de células epiteliais, sem sinal de invasão. São divididas em PIN de baixo grau (sem significado clínico) e de alto grau (lesão pré maligna e possível precursora do câncer.

Câncer de próstata – tratamento

A definição do tratamento a ser realizado é uma decisão em conjunto com os médicos, equipe multiprofissional, paciente, familiares e cuidadores baseadas em suas próprias condições clínicas, indicações, vontades, valores e crenças. Pode incluir abordagem clínica, cirúrgica ou medidas paliativas de Próstata.

O tratamento depende da análise de variáveis: – idade do paciente – expectativa de vida estadiamento da doença, escore de Gleason e PSA total –classificação de risco

anestésico e cardiológico/comorbidades –situação miccional e da qualidade da ereção previamente à cirurgia – desejo e autonomia do paciente –experiência e número de casos tratados pela equipe assistente.

A Prostatectomia Radical: Nos pacientes com boa expectativa de vida a Prostatectomia Radical (PR) está indicada, podendo ser realizada por via retropúbica (aberta), videolaparoscopia ou robótica. Todos os tipos de cirurgia se realizadas com técnica apurada produzem os mesmos resultados funcionais (controle da continência urinária/ preservação da ereção), bem como resultados oncológicos semelhantes.

As radioterapias convencionais ou conformacional podem ser utilizadas para estes pacientes submetidos a cirurgia. A braquiterapia pode ser indicada em pacientes de baixo risco e são usadas sementes radioativas distribuídas dentro da próstata (implantes).

Os Tumores de Próstata localmente avançados (invasão de cápsula, vesículas seminais e estruturas vizinhas) podem ser melhor tratados com terapia multimodal: associando hormonioterapia, Prostatectomia Radical Alargada e radioterapia, após a cirurgia e a volta da continência urinária.

CONCLUSÃO

O estudo nos proporcionou uma atualização de conhecimentos que nortearão nossa prática. Adquirimos conhecimento e informações relevantes para um melhor entendimento dos diversos fatores que levam a população masculina as doenças da próstata.

Foi de extrema importância um diagnostico diferencial para a prestação de uma assistência sistematizada. O câncer de próstata é considerado a doença com maior frequência entre os homens.

Enquanto profissionais de saúde tem-se a responsabilidade de envolve-se na prevenção e/ou tratamento, bem como conscientizá-los sobre a necessidade da adesão ao serviço, procurando proporcionar informações claras, precisas e de encorajamento que promovam a saúde masculina, prevenindo agravos evitáveis, reduzindo assim, a taxa de morbi – mortalidade

Considerando que nossa prática será voltada para prevenção de danos a integridade da pele, tratamentos específicos e atuação na reabilitação de homens que

possuem incontinência urinária, tem- se condições de proporcionar aos clientes uma assistência de Enfermagem de qualidade.

REFERENCIAS

AMINI E; Djaladat H. Long-term complications of urinary diversion, 2015

FERLAY J, Shin HR, Bray F, Forman D, Mathers C, Parkin DM. Estimates of worldwide burden of cancer in 2008: GLOBOCAN 2008. International journal of cancer. Journal international du cancer. 2010;127(12):2893-917. Epub 2011/02/26.

HAAS GP, Delongchamps N, Brawley OW, Wang CY, de la Roza G. The worldwide epidemiology of prostate cancer: perspectives from autopsy studies. The Canadian journal of urology. 2008;15(1):3866- 71. Epub 2008/02/29.

HB, Affes N, Rejab H, Abid B, Boujelbene S, Mzali R, et al. Surgical complications of colostomies. Tunis Med. 2014;92(7):482-7

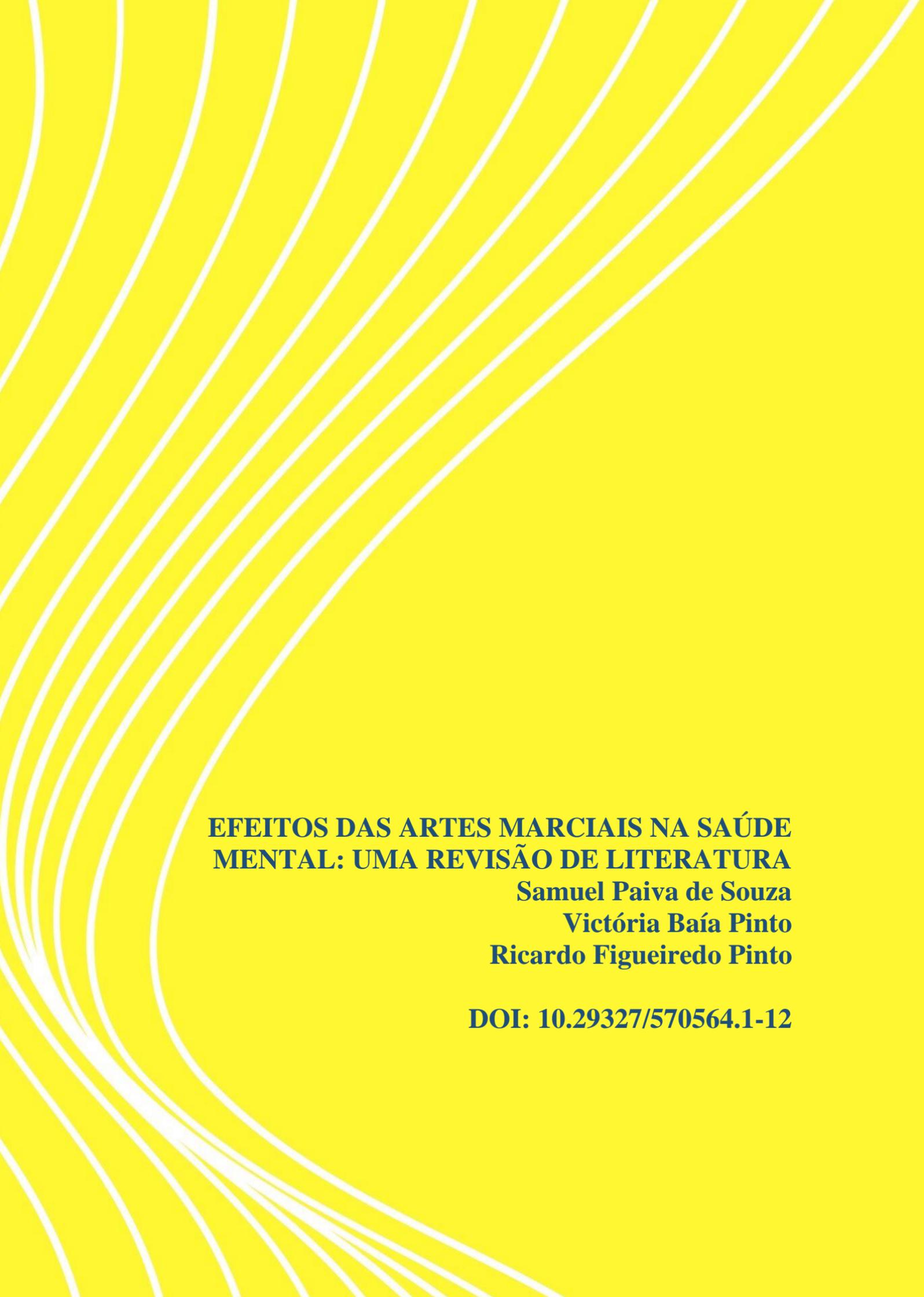
NARDI, A Cesar et al., São Paulo: PlanMark ; Rio de Janeiro : SBU-Sociedade Brasileira de Urologia, 2013.

OLIVEIRA MS, Sonobe HM. As complicações precoces e tardias e a 189 demarcação de estoma intestinal [dissertação]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo; 2014

SCHUWARTZ MP. Estomias. In: Silva RCL, Figueiredo NMA, Meireles IB. Feridas: fundamentos e atualizações em enfermagem. 2a ed. São Caetano do Sul: Yendis; 2007.

SILVA LEMP. Percepção dos sentimentos de ser um portador de Estomia Intestinal relacionado ao tempo [dissertação]. Marília (SP): Faculdade de Medicina de Marília; 2014.

TOMASELLI N, McGinnis DE. Urinary diversions: surgical interventions. In: Colwell JC, Goldberg MT, Carmel JE. Fecal and Urinary Diversions: Management and Principles. St Louis, MO: Mosby-Year Book; 2004.



**EFEITOS DAS ARTES MARCIAIS NA SAÚDE
MENTAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Samuel Paiva de Souza

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

DOI: 10.29327/570564.1-12

EFEITOS DAS ARTES MARCIAIS NA SAÚDE MENTAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

DOI: 10.29327/570564.1-12

Samuel Paiva de Souza

Ricardo Figueiredo Pinto

RESUMO

Há muitos anos pesquisadores Profissionais da saúde pesquisam e discutem os benefícios que as artes marciais podem oferecer através de sua prática a nível físico, fisiológico e psicológico. As artes marciais possuem em seus ensinamentos o direcionamento para o autoconhecimento, desenvolvimento de valores éticos, além, da sua prática de exercícios físicos que exigem dedicação, disciplina, treinamento contínuo, no qual encontramos escalonamento de desafios e autossuperação. Devido a estas características, as artes marciais alcançam seus objetivos, tanto na prática de exercícios físicos, condicionamento; quanto aos desafios e benefícios comportamentais e psicológicos alcançados, os quais são refletidos na saúde física e mental. O objetivo deste estudo é analisar, através de uma revisão da literatura, quais os efeitos das artes marciais na saúde mental de seus praticantes. A metodologia utilizada para a produção deste artigo foi uma revisão de literatura das publicações sobre artes marciais e saúde mental. O método teve como objetivo sintetizar as principais contribuições das artes marciais para a saúde mental. Contudo, que a Arte Marcial está em expansão e, embora os estudos apresentados acima tenham mostrado os benefícios da prática das artes marciais em relação à saúde mental. Reconhecemos que há necessidade de serem realizadas mais pesquisas para verificar os seus benefícios globais em vários segmentos e áreas de atuação da saúde mental.

Palavras-chave: Saúde mental, artes marciais, benefícios psicológicos.

ABSTRACT

For many years researchers Health professionals research and discuss the benefits that martial arts can offer through their practice on a physical, physiological and psychological level. Martial arts has in its teachings the direction for self-knowledge, development of ethical values, in addition to its practice of physical exercises that require dedication, discipline, continuous training, in which we find scaling of challenges and self-overcoming. Due to these characteristics, martial arts achieve their goals, both in the practice of physical exercises, conditioning; regarding the behavioral and psychological challenges and benefits achieved, which are reflected in physical and mental health. The objective of this study is to analyze, through a literature review, the effects of martial arts on the mental health of its practitioners. The methodology used for the production of this article was a literature review of publications on martial arts and mental health. The method aimed to synthesize the main contributions of martial arts to mental health. However, that Martial Art is expanding and although the studies presented above have shown the benefits of practicing martial arts in relation to mental health. We recognize that there is a need for more research to be carried out to verify its global benefits in various segments and areas of mental health.

Keywords: Mental health, martial arts, psychological benefits.

RESUMEN

Durante muchos años los investigadores Los profesionales de la salud investigan y discuten los beneficios que las artes marciales pueden ofrecer a través de su práctica a nivel físico, fisiológico y psicológico. Las artes marciales tienen en sus enseñanzas la dirección para el autoconocimiento, desarrollo de valores éticos, además de su práctica de ejercicios físicos que requieren dedicación, disciplina, entrenamiento continuo, en los

que encontramos escalamiento de desafíos y superación personal. Debido a estas características, las artes marciales logran sus objetivos, tanto en la práctica de ejercicios físicos, acondicionamiento; en cuanto a los desafíos y beneficios conductuales y psicológicos logrados, que se reflejan en la salud física y mental. El objetivo de este estudio es analizar, a través de una revisión bibliográfica, los efectos de las artes marciales en la salud mental de sus practicantes. La metodología utilizada para la producción de este artículo fue una revisión bibliográfica de publicaciones sobre artes marciales y salud mental. El método tuvo como objetivo sintetizar las principales contribuciones de las artes marciales a la salud mental. Sin embargo, ese Arte Marcial se está expandiendo y aunque los estudios presentados anteriormente han demostrado los beneficios de practicar artes marciales en relación con la salud mental. Reconocemos que existe la necesidad de realizar más investigaciones para verificar sus beneficios globales en varios segmentos y áreas de la salud mental.

Palabras clave: Salud mental, artes marciales, beneficios psicológicos.

INTRODUÇÃO

A saúde mental tem atraído crescente atenção de pesquisadores e profissionais da saúde do mundo (MOORE et al., 2020). Os transtornos mentais mais comuns, ansiedade, depressão, estresse, tem gerado grandes gastos às políticas públicas (OMS, 2016). De acordo com a organização, esses custos estão estimados em aumentar 240% até 2030 (OMS, 2022). Em decorrência desta realidade, cada vez mais se faz necessário que os indivíduos valorizem a sua saúde mental, criando um estilo de vida saudável buscando maior qualidade de vida.

Segundo Cunha et al, (2017) a Organização Mundial da Saúde (OMS) classifica qualidade de vida como a percepção que cada indivíduo tem de sua posição na vida, levando em consideração seus valores e cultura, de acordo com seus objetivos, preocupações, expectativas e padrões.

Por muito tempo a saúde era entendida como a ausência de doenças, mas a partir das novas discussões sobre o tema, o conceito de saúde se tornou mais amplo englobando a saúde física, mental e social (OMS). Da mesma forma, a saúde mental não é tão somente a ausência de transtornos mentais. Vários fatores influenciam a saúde mental do indivíduo e, estes estão ligados aos aspectos biopsicossocial e políticos, visto que são necessários políticas públicas que promovam a saúde mental (GOMES, 2021). A atividade física tem se destacado como um grande aliado na promoção da saúde mental e no combate aos transtornos psicológicos (MASON; HOLT, 2012).

As artes marciais se diferenciam das demais atividades físicas pela sua próxima relação com a filosofia. Embora ela possa ser definida como qualquer habilidade de luta

adquirida com a prática, é necessário reconhecer a sua próxima relação com a saúde e as dimensões filosóficas do seu treinamento (MOORE et al., 2020). Posto que as artes marciais tragam em seu fundamento ensinamentos milenares repassados através dos grandes mestres e filósofos orientais perpetuadas até os dias de hoje, ela promove aprendizados que conduzem o indivíduo a voltar a ter consciência corporal, autoconhecimento e a harmonia entre mente, corpo e espírito.

As artes marciais por serem antigos recursos de combate, passaram por modificações em sua forma de praticar possibilitando se adequarem aos conceitos modernos de esporte e atividade física Woodward, (2009, apud, GOMES et al. 2020). Entre essas novas propostas, podemos citar as que estão em mais evidência como o MMA, boxe, Muaythai e jiu-jitsu. Embora a prática tenha sofrido mudanças ao longo do tempo, sua essência relacionada à saúde e a filosofia ainda permanece. Nesse sentido, estudos indicam os reais benefícios das Artes Marciais na saúde mental dos seus praticantes.

Vários estudos apontam para os reais benefícios das artes marciais na saúde mental dos indivíduos. O aspecto lúdico, de socialização, o aumento do círculo de amizades das crianças foi reconhecido pelos profissionais da saúde mental, Para Almeida, (1993, apud, Valeriano, 2003) no que se refere ao a pratica do judô , { ... } “diz que os benefícios recreativos do Judô como brincadeiras, amizade e convívio com outras crianças começaram a ser identificados por psicólogos educadores e psiquiatras, que o recomendam como atividade moderadora e transformadora de crianças inquietas e/ou complexadas, sendo os resultados alcançados, na maioria dos casos, bastante satisfatórios”.

Quanto aos estudos reportados a prática de Jiu-Jitsu por crianças foi possível constatar mudanças significativas em seu desenvolvimento global, como demonstrado nos estudos realizados pelos Silva; Silva; Espíndola, (2015), no qual as crianças tem a oportunidade de praticar em seu cotidiano as habilidades que lhe é ensinado e aprendido através de seus treinos como: a disciplina, autocontrole, aptidão física, coordenação motora, equilíbrio, agilidade e destreza. { } “E também levará para a sua vida fora dos tatames os ensinamentos da liderança e compreensão, da lealdade, foco, confiança, e consequentemente terá sua autoestima elevada e mais confiança nas atividades que praticar”.

Segundo Renan; Lemos; Pacheco (2012, apud, SOUSA; SANTOS, 2017), em relação aos quadros de ansiedade e agressividade verificamos nas observações dos

resultados na prática do MuayThai na pesquisa citada por Campos; ponte, (2015, SOUSA et al, 2017), na qual a prática de MuayThai foi capaz de produzir mudanças comportamentais, quanto a agressividade, indisciplina e ansiedade tanto no ambiente dos treinos, ambiente escolar e convívio social.

Embora os estudos apresentados acima tenham mostrado benefícios da prática das artes marciais na saúde mental. Esse estudo, tem como objetivo mostrar aos gestores da saúde pública e aos profissionais da área da saúde, a grande importância para os benefícios das artes marciais na promoção da saúde mental de seus praticantes. Assim como, apontar novas estratégias não medicamentosas que podem ser utilizadas como coadjuvante no tratamento, prevenção e promoção de saúde no que diz respeito aos transtornos mentais. Portanto, o objetivo deste estudo é analisar, através de uma revisão da literatura, quais os efeitos das artes marciais na saúde mental de seus praticantes.

MÉTODO

Foi realizada para a produção deste artigo, uma revisão de literatura das publicações sobre artes marciais e saúde mental do período de 1996 à 2022, utilizando as plataformas de pesquisas do PubMed e Google Academy. O método teve como objetivo sintetizar as principais contribuições das artes marciais para a saúde mental. Os estudos que foram pesquisados estavam dentro das categorias de artigos científicos, teses de mestrados e livros do tema. Foram realizadas buscas utilizando associações das seguintes palavras chaves: Saúde mental, artes marciais, benefícios psicológicos. Por conseguinte, os textos foram selecionados e organizados conforme o ano de publicação os autores e títulos.

DESENVOLVIMENTO

As Artes Marciais e Saúde Mental

Vivemos em uma sociedade complexa, na qual o indivíduo é levado a interagir constantemente com outras pessoas, instituições sociais, leis, princípios éticos, morais e nesta interação, ele é influenciado e influencia as mudanças e relações sociais estabelecidas.

A complexidade das relações sociais, tais como o, meio de produção, política, economia e tudo que envolve o processo de desenvolvimento social no decorrer dos

tempos levou o indivíduo a perder seu sentido de unidade e contato com sua essência. Pois, o mundo contemporâneo promove uma corrida pela sobrevivência, uma busca pela estabilidade econômica em uma sociedade de consumo e competitiva ocasionando muitas vezes desequilíbrios físicos, emocionais/psicológicos (ansiedade, depressão, estresses etc.). Konzak & Boudreau, (1984, apud, RON ROBERTS, JULIUS-CEZAR MACQUARIE, 2010), relata que desde as décadas de 60 e 70, as abordagens de práticas orientais, tais como yoga, meditação e artes marciais tem se mostrado atraentes e conquistado muitos adeptos. Visto que, pois, muitos estão insatisfeitos com os valores consumistas e materialistas que prevalecem no Ocidente e que gera tanta infelicidade.

Atualmente, observamos um movimento, no qual os indivíduos estão buscando algo que favoreça, facilite ou promova essa reconexão consigo mesmo. Observamos através das mídias e meios de comunicação a busca dos indivíduos por práticas que lhe tragam a sensação de bem estar e esse sentido de unidade.

Neste contexto, para muitos, a arte marcial foi o caminho para encontrar e alcançar o bem estar e a melhor qualidade de vida. Posto que as artes marciais se distingam de outras modalidades de práticas físicas, porque trazem em seu fundamento ensinamentos milenares repassados através dos grandes mestres e filósofos orientais perpetuadas até os dias de hoje. Uma vez que traz em sua substancia conhecimentos que promovem aprendizados que conduzem o indivíduo a voltar a ter consciência corporal, autoconhecimento e a harmonia entre mente, corpo e espírito.

Para Taboada (1996), à medida que se escurece a faixa, se clareia a mente. Desta forma podemos ter a dimensão da complexidade do sistema que compõe as Artes Marciais, quanto o seu construto religioso, filosófico e combativo. Historicamente as Artes Marciais tiveram atreladas as funções militares e de conquistas territoriais e de reinos.

No entanto, com o advindo das armas de fogo as artes Marciais tiveram que passar por momentos e processos de transformações históricos sociais para que permanecesse até os dias atuais. Este caminho exigiu que os grandes mestres mantivessem as artes marciais existindo em pequenos grupos, localidades dentro de países mantendo ela viva através de um processo de resignificação.

Segundo Stevens, (2007, apud, ANTUNES, 2013), esse novo caminho que se desenhava levou aos mestres descobrirem outras perspectivas além do militar, o que,

dependendo da cultura e do indivíduo ali inserido, criaram contornos muitas vezes distintos dos originais. Esse movimento ocorreu em vários países Japão, china coreia e de formas distintas, A necessidade de preservar a cultura destes país levou mestres japoneses a criar novas leituras e possibilidades para as lutas, como o mestre Jicoro Kano, que criou o judô em 1882, Gichin Funakoshi, que modernizou o Karatê por volta de 1920 e Morihei Ueshiba, que criou o Aikido em 1925.

Cook et al, (2011, apud, ANTUNES, 2013), na china, esse contexto se apresentou de forma similar. Grandes mestres e iniciativas e instauraram para a manutenção das tradições, da cultura e para a construção de novas possibilidades da pratica do WUSHU. O Mestre Huo Yuanja fundou a associação Jingwu em 1909 com objetivo de promover a prática do Wushu, a pesquisa científica, a saúde e a socialização (Kennedy; Guo,2010). Ainda na China, em 1922, foi realizado o primeiro campeonato esportivo de Wushu, organizado pelos mestres Ma Liang, Tag Hao e Xu Yusheng. Em 1927 foi fundada a Guoshu Research Institute pelos mestres Zang Zhijiang e Li Lienjun, com a finalidade de promover a pesquisa e a difusão da arte marcial chinesa para toda a população (Kang, 1995). Outros movimentos podem ser identificados em países do leste asiático como o caso da Coreia, com a criação do Taekwondo em 1955.

Este processo, do qual necessitou passar a arte marcial para sobreviver ao tempo e as transformações sociais, comprovaram sua força, credibilidade e seu processo de transcendência que nela está intrínseca, através de seus sistemas de valores éticos morais e filosóficos. Este sistema promove mudanças de caráter profundo em quem estabelece uma relação de aprendizado regular e contínuo, entendendo o aprendizado que há por trás ou subjacente à prática nos treinos.

Nos tempos atuais, as artes marciais vêm ganhando expansão no que se refere a sua escolha como pratica de atividade e condicionamento físico, não somente por seu caráter de uma atividade física completa no que tange aos seus benefícios físicos, mas, também, pelos benefícios psicológicos, emocionais. Muitas pesquisas estão sendo realizadas neste campo, no qual a relação estabelecida entre saúde mental e a pratica contínua e regular tem se mostrados evidentes.

Segundo Weisere et al (1995, apud, Roberts e MacQuarie, 2010) as artes marciais promovem a saúde mental e física e só chamou a atenção dos cientistas ocidentais nos últimos trinta anos, com o reconhecimento de que também incorporam um sistema de valores morais (por exemplo respeitar a propriedade, ser fiel e sincero, esforçar-se na perfeição do caráter), que juntos

podem imprimir relaxamento físico e mental, controle da mente e do corpo e aumento da autoconfiança.

Desta forma podemos constatar que o caminho das artes marciais vem ao longo dos anos mostrando sua importância, enquanto prática de exercícios e seus benefícios psicológicos e emocionais. A saúde mental em um indivíduo saudável se manifesta em suas atitudes, em se sentir seguro, se sentir pertencente a um grupo familiar, ser capaz de enfrentar as dificuldades da vida, ser resiliente, respeitar seus próprios limites. Saber que é natural sentir várias emoções durante a vida: frustrações, tristezas, alegrias, ansiedades, lidar com situações traumáticas da infância. Mas, ao ter problemas são capazes de procurar ajuda.

As pesquisas no campo das artes marciais estão sendo realizadas em vários segmentos. No que se refere aos seus resultados de forma geral, Anderson, (2011, apud BABINSKI; LIOTTO, 2018) Os benefícios fisiológicos das Artes marciais são muitos: aumento de força, capacidade anaeróbica, equilíbrio, flexibilidade, potência aeróbica, e menor percentual de gordura corporal. E quanto aos ganhos psicológicos, nos estudos de Deliu (2008, apud BABINSKI; LIOTTO, 2018) Que são conquistados através do Karate-do, o espírito de luta, criatividade, a inteligência prática, a capacidade de controle e autocontrole, espírito de sacrifício, inteligência, motivação, combatividade, a tenacidade e pensamento rápido.

Ainda em relação aos benefícios psicológicos proporcionados pelas artes marciais em uma pesquisa de Croom, (2014, apud Babinski; Liotto 2018) concluiu que a prática das artes marciais contribui positivamente ao bem estar psicológico. Em sua pesquisa, Croom, (2014, apud, Babinski; Liotto 2018), faz referência a ao estudo realizado por Claring House (1997), apud, Croom, (2014), no qual ressalta que as artes Marciais estão entre os dez esportes mais praticados em vinte e seis países europeus. Shahr, (2008, apud Babinski; Liotto, 2018) atribui este fato aos efeitos benéficos das artes marciais: militar, terapêuticos e religioso.

Portanto, a saúde mental, não é tão somente a ausência de transtornos mentais, mas vários fatores que influenciam a saúde mental do indivíduo e, estes estão ligados aos aspectos biopsicossocial e políticos, visto que são necessárias políticas públicas que promovam a saúde mental (BEZERRA, 2021). Neste estudo verificaremos em quais aspectos as artes marciais são capazes de contribuir para a saúde mental de seus praticantes.

Vários estudos apontam para os reais benefícios das artes marciais na saúde mental dos indivíduos. O aspecto lúdico, de socialização, o aumento do círculo de amizades das crianças foi reconhecido pelos profissionais da saúde mental. Para Almeida, (1993, apud, Valeriano, 2003) no que se refere a prática do judô, “diz que os benefícios recreativos do Judô como brincadeiras, amizade e convívio com outras crianças começaram a ser identificados por psicólogos, educadores e psiquiatras, que o recomendam como atividade moderadora e transformadora de crianças irrequietas e/ou complexadas, sendo os resultados alcançados, na maioria dos casos, bastante satisfatórios”.

Em relação aos quadros de ansiedade e agressividade verificamos nas observações dos resultados na prática do MuayThai na pesquisa citada por Campos; Ponte, (2015, apud, SOUSA; SANTOS, 2017), na qual a prática de MuayThai foi capaz de produzir mudanças comportamentais, quanto a agressividade, indisciplina e ansiedade tanto no ambiente dos treinos, ambiente escolar e convívio social.

Quanto aos estudos reportados a prática de Jiu-Jitsu por crianças foi possível constatar mudanças significativas em seu desenvolvimento global, como demonstrado nos estudos realizados pelos Silva; Silva; Espíndola, (2015), no qual as crianças tem a oportunidade de praticar em seu cotidiano as habilidades que lhe é ensinado e aprendido através de seus treinos como: a disciplina, autocontrole, aptidão física, coordenação motora, equilíbrio, agilidade e destreza. {...} “E também levará para a sua vida fora dos tatames os ensinamentos da liderança e compreensão, da lealdade, foco, confiança, e consequentemente terá sua autoestima elevada e mais confiança nas atividades que praticar”.

Foi realizado um estudo com crianças com Transtorno do Espectro Autista que passaram a ter aulas de artes marciais, em um período de treinamento de 14 semanas ao total de 56 sessões de KATA (sequência de movimentos de ataque e defesa que proporciona ao praticante aprofundado da arte e experiência de luta). O estudo compreendeu em participação de 30 crianças, sendo que 15 participaram das aulas e 15 ficaram no grupo controle. Ao final do estudo foi observado que as crianças que tiveram aulas de artes marciais demonstraram melhoras do nível de socialização, este estudo foi realizado por Movahedi, (2013, apud RICCO, 2017).

Segundo, Sabina (2014, apud BABINSKI; LIOTTO, 2018.), o Karate-do proporciona consciência, autodisciplina, lealdade e seriedade. Também proporciona

estabilidade emocional e autonomia, que é representada pela capacidade do indivíduo de julgar as coisas e agir de forma independente e livre, sem ser influenciado pelos outros.

De acordo com Croom, (2014, apud BABINSKI; LIOTTO, 2018), A prática de artes marciais tradicionais geralmente incorpora elementos de meditação e controle de respiração, disciplina, respeito e cortesia. Essas práticas melhoram saúde promovendo relaxamento, autoestima e coordenação do corpo e da mente. Outro ponto importante demonstrado neste estudo em relação à saúde mental foi a melhora nos aspectos da gestão da raiva e sensação de bem-estar, e diminuição da depressão e interrupção do sono.

Outro alcance dos benefícios das artes marciais em relação à saúde mental, podemos destacar o que nos afirma Croom,(2014,apud, BABINSKI; LIOTTO, 2018), quanto aos benefícios das artes marciais no auxílio no tratamento de Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade (TDAH), pois são capazes de promover concentração e reduzir a impulsividade exigindo que os alunos concentrem-se intensamente em uma atividade física, seguir os comandos verbais e visuais, e praticar de forma controlada e disciplinada.

Pesquisadores com Gomes et al, (2010, apud HARNISCH; PEREIRA; SAMPAIO, 2017), apontam que é necessário pensar nas contribuições das artes marciais como um instrumento pedagógico contemporâneos, capaz de promover um desenvolvimento global, na atualidade, {...} é pensar em um fenômeno a ser estudado, agregando valores que transcendem objetivo de cunho estritamente terminológico, como Arte Marcial, Esporte de Combate, Duelo, enfrentamento. As Lutas carregam tudo isso consegue e é preciso considerar a origem, o desenvolvimento e as tendências que nortearam como fenômeno sociocultural. Assim, sendo cada aluno, cada professor, espectador ou praticante pode-se lhe dar o significado que mais lhe convém”. Portanto, mais do que uma atividade física a arte marcial é uma experiência, vivência, onde cada praticante constrói seu significado e recebe seus benefícios.

As Artes Marciais tem conquistado cada vez mais espaço como estratégia de conquista da qualidade de vida pelos que a buscam, assim como se tem evidenciado, neste estudo através do material pesquisado, os seus benefícios físicos e psicológicos em seus praticantes, isto independente da faixa etária ou da modalidade praticada. Outro aspecto importante é a utilização da Arte marcial como recurso pedagógico e no desenvolvimento físico, psicológico e facilitador da interação social.

CONCLUSÃO

Ser saudável não é apenas sobre o que se come é também sobre o que você sente, pensa, fala e faz. Temos a saúde física, mental, sentimental e espiritual, elas são interligadas umas às outras, por isso, quando você está mal em uma área, as outras áreas, também, ficam afetadas. Por isso a necessidade de você pensar positivo.

Afirmar que as atividades físicas fazem bem a saúde física e mental é indiscutível. No entanto, procurar conhecer as modalidades de práticas de exercícios físicos e seu alcance, no que se refere aos benefícios para a saúde física e mental, se torna imprescindível para os profissionais e estudiosos do campo. Pois, desta forma abre se de leque de possibilidades, no momento de indicar ou escolher a melhor modalidade de esporte.

Podemos constatar através deste estudo a importância das artes marciais na saúde mental do indivíduo. Nos artigos pesquisados, todos apontam que as artes marciais favorecem mudanças comportamentais, mudanças emocionais e psicológicas.

Durante a pesquisa, observamos que há muito a se conhecer sobre as artes marciais e seus benefícios em suas diversas modalidades, muitas pesquisas estão sendo feitas nas modalidades mais difundidas, tais como o Jiu-Jitsu, Karate, MuayThai, Kung Fu, Taekwendo.

As artes marciais são capazes de produzir benefícios a nível afetivo, cognitivos e comportamentais. Assim como, melhorias na autoestima, aumento da autonomia, assertividade, redução da ansiedade, depressão e agressividade. (DUTHIE, 1978; FULLER, 1988; KONZAK e BOUDRAU, 1984; RICHARD, 1986; TRULSON, 1986, apud MACQUARIE e ROBERTS, 2010).

Verificamos que as artes marciais trazem um diferencial como prática física, pelo fato de sua prática se ancorar em uma filosofia de vida e visão de mundo, a qual é passada durante os treinos, esta filosofia favorece ao aluno recursos para lidar com os desafios de superação de seus próprios limites. Segundo Logos et al, (2004, apud, Roberts e Macquarie, 2010), a prática das artes marciais desenvolve o sentido de auto-regulação, historicamente conhecido nas artes marciais como autocontrole desenvolvendo vontade e disciplina {...} “A força de vontade é considerada importante não apenas para permitir que o aluno continue com o treinamento árduo, mas também para melhorar a personalidade e desempenho dentro e fora da arena...{..}.

As Artes Marciais já compõem dentro de seus ensinamentos o direcionamento para o autoconhecimento e o desenvolvimento de valores éticos, além, da sua prática de exercícios físicos que exigem dedicação, disciplina, treinamento contínuo, no qual encontramos escalonamento de desafios e auto superação. Devido a estas características, as artes marciais alcançam seus objetivos, quanto pratica de exercícios físicos, condicionamento, quanto aos desafios e benefícios comportamentais e psicológicos alcançados, os quais são refletidos na saúde física mental.

Foi possível observar que, a Arte Marcial está em expansão e se torna importantes pesquisas serem realizadas para verificar os benefícios globais proporcionados por sua prática e os mais possíveis campos de sua atuação.

REFERENCIAS

ANTUNES, M.M. Aspectos Multidisciplinares das Artes Marciais. Editora Paco Littera. Jundiaí/ SP, 2013.

BABISKIN, Cristiane Jessica; LIOTTO, Giuliano Jacques. Os benefícios psicofísicos do Karate-do em mulheres. Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI Erechim. (2018).

CUNHA, D. H. F.; MORAES, M. A.; BENJAMIN, M. R.; SANTOS, A. M. N. Percepção da qualidade de vida e fatores associados aos escores de qualidade de vida de alunos de uma escola de medicina. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*. Universidade Federal de São Paulo v.66; n.4, p.189-196, São Paulo, 2017.

GOMES, Amanda Raquel Novaes. Saúde: aspectos gerais, saúde mental, [livro eletrônico]: – triunfo, Pernambuco: omnis scientia, 2021. 1260.:il.

MASON, Oliver J.; HOLT, Rebecca. Mental health and physical activity interventions: a review of the qualitative literature. *Journal of Mental Health*, v. 21, n. 3, p. 274-284, 2012.

MOORE, Brian; DUDLEY, Dean; WOODCOCK, Stuart. The effect of martial arts training on mental health outcomes: A systematic review and meta-analysis. *Journal of Bodywork & Movement Therapies*. n. 24, p. 402-412, australia,2020.

RICCO, Ana Claudia. Efeitos da atividade física no autismo. Trabalho de conclusão de curso - (bacharelado Educação física) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de Rio Claro. 2017.

SILVA, Thiago Eduardo Limeira; SILVA, Maria Gilvanira Gomes da; ESPÍNDOLA, Clea Ferreira. Os Benefíciosdo Jiu- Jitsu pa a Saúde: Um incentivo para a pratica esportiva. *Revista Científica da FASETE*, 2015.

SOUSA, Diego José dos Santos; SANTOS, Ana Raquel Mendes dos. Os Benefícios Físicos e Comportamentais da Prática do MuayThai: Uma Revisão Bibliográfica, Pernambuco ,2017.

TABOADA, F.A. Fundamentos históricos e filosóficos das Artes Marciais. Fael, Editora Nova Acrópole, Curitiba/PR, 1996.

VALERIANO, Marcel. Judo: Influencias e Beneficios no Desenvolvimento Biopsicossocial das Crainças. Monografia de conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física. Universidade do Paraná, Departamento de Educação Física, Setor Ciências Biológicas, 2003.

**A RESERVA DE 20% DAS VAGAS AOS NEGROS
NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO: A
EFETIVIDADE DA RESOLUÇÃO 203/2015 A
PARTIR DA ANÁLISE DO PERFIL DOS NOVOS
OCUPANTES**

Cícero Pereira Batista

DOI: 10.29327/570564.1-13

A RESERVA DE 20% DAS VAGAS AOS NEGROS NO ÂMBITO DO PODER JUDICIÁRIO: A EFETIVIDADE DA RESOLUÇÃO 203/2015 A PARTIR DA ANÁLISE DO PERFIL DOS NOVOS OCUPANTES

DOI: 10.29327/570564.1-13

Cícero Pereira Batista

RESUMO

O presente trabalho tem a meta principal de analisar o perfil étnico dos novos ocupantes de cargos efetivos do Poder Judiciário, inclusive de ingresso na magistratura, tendo em vista a reserva de 20% das vagas aos negros a partir de 2015. Como objetivo secundário, pretende-se fazer um comparativo entre os novos ocupantes ingressantes antes da Resolução 203/2015 - CNJ e os que ingressaram após a publicação desse dispositivo. Este estudo parte da percepção de que os cargos do Poder Judiciário são ocupados, ainda, majoritariamente por membros representantes da raça branca, sendo necessário um olhar mais focalizado para essa questão sensível à sociedade como um todo. Dessa forma, foram utilizadas teorias de Barroso e Osorio (2016) que serviram de base para o desenvolver desta pesquisa. Para atendimento do viés metodológico, foram selecionadas duas imagens de membros do Poder Judiciário antes e depois de 2015 a fim de se analisar o perfil étnico dos dois grupos e se houve alguma alteração significativa nesse quadro. Espera-se, com esse artigo, que a sociedade como um todo possa começar a perceber que não deve ser natural, mesmo com uma população de maioria negra ou parda, ter uma ocupação tão expressiva de brancos nos cargos mais elitizados do país.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Magistratura. Negros.

ABSTRACT

The present work has the main goal of analyzing the ethnic profile of new occupants of effective positions in the Judiciary, including entry into the judiciary, in view of the reserve of 20% of vacancies to blacks from 2015. As a secondary objective, it intends to - a comparison is made between new occupants entering before Resolution 203/2015 - CNJ and those who entered after the publication of this provision. This study starts from the perception that the positions of the Judiciary Power are still occupied, mainly, by members representing the white race, being necessary a more focused look at this sensitive issue to society as a whole. Thus, theories of Barroso and Osorio (2016) were used, which served as a basis to develop this research. To meet the methodological bias, two images of members of the Judiciary were selected before and after 2015 in order to analyze the ethnic profile of the two groups and whether there was any significant change in this picture. It is hoped, with this article, that society as a whole can begin to realize that it should not be natural, even with a population of black or brown majority, to have such an expressive occupation of whites in the most elite positions in the country.

Keywords: Judiciary. Judiciary. Black.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo principal analizar el perfil étnico de los nuevos ocupantes de los cargos efectivos del Poder Judicial, incluido el ingreso al Poder Judicial, con miras a reservar el 20% de las vacantes a negros a partir de 2015. Como objetivo secundario, pretende Se realizó una comparación entre los nuevos ocupantes que ingresaron antes de la Resolución 203/2015 - CNJ y los que ingresaron después de la publicación de esta disposición. Este estudio parte de la percepción de que los cargos del Poder Judicial aún son mayoritariamente ocupados por miembros representantes de la raza blanca, lo que requiere una mirada más enfocada a este tema tan sensible para la

sociedad en su conjunto. Así, se utilizaron las teorías de Barroso y Osorio (2016), las cuales sirvieron de base para el desarrollo de esta investigación. Para cumplir con el sesgo metodológico, se seleccionaron dos imágenes de miembros del Poder Judicial antes y después de 2015 con el fin de analizar el perfil étnico de los dos grupos y si hubo algún cambio significativo en esta situación. Se espera, con este artículo, que la sociedad en su conjunto pueda comenzar a darse cuenta de que no debería ser natural, incluso con una población de mayoría negra o parda, tener una ocupación tan expresiva de blancos en los puestos más elitistas del país. .

Palabras clave: Poder Judicial. judicial. Negros

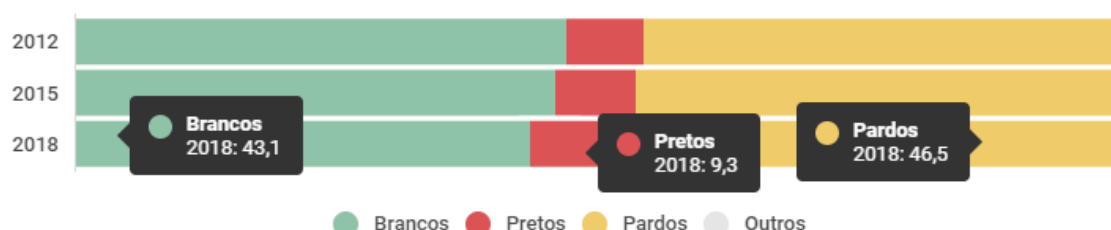
INTRODUÇÃO

Não é incomum relatos de que há algumas áreas profissionais que são ocupadas por indivíduos de raça branca em sua maioria. O que deveria causar estranhamento de todos é encarado por muitos como algo até natural e de difícil alteração. Setores da saúde, especificamente a seara dos médicos e os ocupantes do Poder Judiciário, inclusive de ingresso na magistratura, contam com poucos representantes da raça negra e os que lá estão, muitas vezes, costumam lidar com situações que geram a sensação de não pertencimento àquele grupo.

Um levantamento estatístico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) no intervalo 2015-2018 revelou que a população parda e negra aumentou, totalizando 55,8% da população como um todo. Somente nas regiões Sul e Sudeste há mais brancos do que pardos e negros. Acerca disso, entende-se que o crescimento da população parda é natural e esperado por causa da miscigenação da população ao longo do tempo.

O avanço da população preta se deve ao aumento na autodeclaração e como consequência das políticas afirmativas realizadas nos últimos anos. Destaca-se que a proporção de brasileiros que se declaram pretos - grupo que, com os pardos, forma a população negra, de acordo com os critérios do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) - foi a única que cresceu em todas as regiões do país entre 2015 e 2018, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) feita pelo instituto.

O gráfico a seguir traz os resultados da *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018* realizada pela Diretoria de Pesquisas e Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Gráfico 1. População residente, por cor ou raça (%)

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2018.

Partindo da percepção de que há mais representantes pretos e pardos em território brasileiro, era de se esperar que em todos os setores da sociedade esse quadro se repetisse. Infelizmente, não é isso o que acontece, já que há muitas áreas que são majoritariamente ocupadas por brancos como exemplo a medicina e os cargos do Poder Judiciário.

Tendo em vista tal cenário, foi criado um dispositivo legal, a partir de 2000, que determinava a reserva de percentuais pré-estabelecidos para vestibulares e concursos. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira instituição de ensino no Brasil a adotar o sistema de cotas raciais, em 2003, por meio de uma lei estadual aprovada em 2001. Já a Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira federal a adotar as cotas, em junho de 2004. De lá para cá o número de universidades que possuem ação afirmativa baseada em raças só aumentou e hoje já representa a maioria das universidades federais.

Importante destacar que a Lei 12.711 de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências inclusive sobre a reserva de vagas para os autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, foi o dispositivo com abrangência nacional que visou democratizar o acesso dos estudantes.

Mesmo com esse instrumento, o curso de Medicina é a graduação com menor inclusão de negros. De acordo com o levantamento do *Quero Bolsa*, plataforma que oferece bolsas de estudos, mostra que o curso de medicina é o que tem a menor proporção de estudantes negros (pretos ou pardos). A análise considera cursos de instituições públicas e privadas, demonstrando que, em 2018, 24,6% dos alunos de medicina eram negros contra 8,4% em 2010. O aumento é significativo (194%), mas é menor do que o verificado no ensino superior como um todo: de 276,7% (a taxa era de 9,5% em 2010 e passou para 35,7% em 2018).

Nos cargos referentes à magistratura, a partir dos dados do Censo do Poder Judiciário de 2018, realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), evidencia-se que apenas 18% dos magistrados do país se declaram negros e, dentre esses, apenas 1,6% disseram ser pretos, sendo essa baixa representatividade no Judiciário uma realidade surpreende.

Tanto a realidade presenciada nos cursos de medicina quanto na magistratura pode ser atribuída à sociedade racista, que ainda tende a escolher os lugares em que pessoas, em determinadas condições, ocupem.

A história da sociedade brasileira e a sua realidade atual acabam esperando isso, sento este o resultado da exclusão histórica de negros no acesso à educação e a outros bens públicos e nos espaços de poder.

Barroso e Osorio (2016, p. 218) afirmam que, apoiando-se em Florestan Fernandes, que os brancos, integrantes do país brasileiro, ainda cultivam o preconceito de não terem preconceito no país. Em contrapartida, diante disso, há a opinião controversa da população ao destacar que 92% dos brasileiros reconhecem que no país há a existência de racismo, no entanto apenas 1,3% se declaram como racistas.

A fim de minimizar os efeitos desse comportamento secular, em 2015, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou, via Resolução 203/2015, que 20% das vagas fossem reservadas para negros (grupo que, com os pardos, forma a população negra, de acordo com os critérios do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), oferecidas nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.

Esse instrumento legal foi importante, já que a predominância de brancos em regiões de população de maioria negra deveria ser algo incomum. Dessa forma, este artigo pretende analisar o perfil étnico dos novos ocupantes de cargos efetivos do Poder Judiciário, inclusive de ingresso na magistratura, tendo em vista a reserva de 20% das vagas aos negros a partir de 2015.

Para atendimento do viés metodológico, foram selecionadas duas imagens de membros do Poder Judiciário, antes e depois de 2015, a fim de se analisar o perfil étnico dos dois grupos e se houve alguma alteração significativa nesse quadro.

Portanto, este artigo divide-se em duas seções destinadas ao aprofundamento bibliográfico com as seções *Lei de Cotas no Brasil: impressões gerais*, com alguns pontos

relevantes para compreender a importância da lei de cotas para o Brasil de modo geral, *Conselho Nacional de Justiça e a Resolução 203/2015*, com uma focalização para as ações afirmativas no âmbito do Poder Judiciário, e uma seção destinada à metodologia denominada *Poder Judiciário antes e depois da Resolução 203 de 2015*, com duas imagens de membros do Poder Judiciário, antes e depois de 2015, a fim de se analisar o perfil étnico dos dois grupos e se houve alguma alteração significativa nesse quadro.

DESENVOLVIMENTO

Lei de cotas no brasil: impressões gerais

A injúria racial, o racismo e a desigualdade racial são situações graves vivenciadas na sociedade nos tempos atuais e considerados sérios problemas a ponto de a Constituição Federal em seu artigo 5º XLII prever que a prática do racismo é um crime inafiançável e imprescritível sujeito à pena de reclusão.

XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem (BRASIL, 1988, Art 5º, XLII)

Partindo desse princípio e corroborando com esse ponto, estudiosos como Barroso e Osorio (2016, p. 216) o asseveram que Brasil é considerado um país que abrange a maior população negra fora do continente africano. De modo controverso, os autores ainda destacam que se percebe- que a convivência entre brancos e negros na sociedade brasileira se dá através de uma hierarquização, na qual uma minoria branca que ocupa cargos de destaque julga ser superior aos negros, em razão da questão que, em tempos remotos, os negros desenvolviam serviços escravos subordinados aos brancos e estes eram os padrões de determinado grupo.

Trazendo à tona a questão do racismo em território brasileiro e todo seu desenrolar escravocrata, são evidentes registros proeminentes na história dos africanos e afrodescendentes que, sofrendo maus tratos e todo tipo de violência no trajeto entre África e Brasil e ao longo de sua permanência aqui, puseram o negro em posições inferiorizadas hierarquicamente (PAULA, 2005, p 92).

Desse modo, em consonância ao processo de embranquecimento que o Brasil viveu com destaque para o enquadramento europeu socialmente imposto, apagou-se o reconhecimento de que cada ser é único e individual. Portanto, a miscigenia da população brasileira que forma e compõe a nação gera uma vasta diversidade cultural que é, infelizmente, somada à desigualdade das relações étnico-raciais. Essa situação é uma temática presente de modo imperioso na sociedade, já que o preconceito é real e pode influenciar as relações sociais dos indivíduos como um todo (PAULA, 2005, p 92).

Dado ao contexto de miscigenação, as tentativas de branqueamento da população, inclusive através de políticas de Estado, a alienação em relação às questões raciais ou até mesmo a rejeição delas em razão da busca pela sobrevivência, seja ela material, social ou psíquica, faz com que muitas pessoas negras não se reconheçam como tais. Sobre essas questões é pertinente o pensamento de Moura:

Essa elite de poder que se auto identifica como *branca* escolheu, como tipo ideal, representativo da superioridade étnica na nossa sociedade, o branco europeu e, em contrapartida, como tipo negativo, inferior, étnica e culturalmente, o negro. Em cima dessa dicotomia étnica estabeleceu-se, como já dissemos, uma escala de valores, sendo o indivíduo ou grupo mais reconhecido e aceito socialmente na medida em que se aproxima do tipo branco, e desvalorizado e socialmente repellido à medida que se aproxima do negro. Esse gradiente étnico que caracteriza a população brasileira, não cria, portanto, um relacionamento democrático e igualitário, já que está subordinado a uma escala de valores que vê no branco o modelo superior, no negro o inferior e as demais nuances de miscigenação mais consideradas, integradas, ou socialmente condenadas, repelidas, à medida que se aproximam ou se distanciam de um desses polos considerados o positivo e o negativo, o superior e o inferior nessa escala cromática. Criou-se, assim, através de mecanismos sociais e simbólicos de dominação, uma tendência à fuga da realidade e à consciência étnica de grandes segmentos populacionais não-brancos. Eles fogem simbolicamente dessa realidade que os discrimina e criam mitos capazes de fazer com que se sintam resguardados do julgamento discriminatório das elites dominantes (MOURA, 1988, p. 62).

Moura conclui que essa variedade de denominações demonstra como as pessoas fogem da sua realidade étnica e da sua identidade, buscando situarem-se o mais próximo possível daquele considerado superior, o branco. Segundo ele:

[...] a identidade étnica do brasileiro é substituída por mitos retificados, usados pelos próprios não-brancos e negros especialmente, que procuram esquecer e/ou substituir a concreta realidade por uma enganadora magia cromática na qual o dominado se refugia para aproximar-se simbolicamente, o mais possível, dos símbolos criados pelo dominador (MOURA, 1988, p. 64).

Com essa situação posta em debate, percebe-se a necessidade de enquadrar um uma determinada sociedade a fim de se compreender, a posição de todos os cidadãos e buscar soluções para problemas na nação brasileira como o preconceito racial (PAULA, 2005, p 92).

Paralelamente, evidencia-se que se faz presente o racismo nas esferas sociais e só será possível mudar essa postura através do conhecimento, como afirma Paula (2005, p 92):

Para falar a verdade, hoje a grande maioria das pessoas ainda não se guia pela ciência e pelo conhecimento. O baixo grau de estudos e informações faz que a maioria da população do planeta ainda entenda e explique o mundo e a realidade a partir de suas crendices, fetiches e ignorâncias (PAULA, 2005, p 92).

Toda a postura hierarquizante adotada pela população branca sobre a população negra corrobora com a certeza de que há no Brasil uma sociedade racista. Esse desafio social moderno foi pauta da III Conferência da Nações Unidas contra o racismo, xenofobia e a intolerância correlato ao defender que o racismo é intrínseco na sociedade brasileira.

A manifestação do racismo se modifica no passar dos anos e nas trocas de gerações, expressando-se de variadas maneiras e perpetuando a prejudicial estrutura de desigualdade entre a população branca e negra ao longo do território brasileiro (CICONELLO, 2008, p. 1).

O *Estatuto da Igualdade Racial* traz ao longo do seu texto, mais especificamente em seu artigo 1º, a conceitualização da expressão *desigualdade racial*:

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. II - Desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica. (BRASIL, ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL, 2010, p. 1177).

A fim de minimizar essa diferença histórica, no Brasil, as cotas raciais ganharam visibilidade a partir dos anos 2000, quando universidades e órgãos públicos começaram a adotar reserva de vagas em vestibulares e concursos. Dessa forma, as cotas raciais são um modelo de ação afirmativa implantado em alguns países para amenizar desigualdades sociais, econômicas e educacionais entre raças. A primeira vez que essa medida foi

tomada data de 1960, nos Estados Unidos, para diminuir a desigualdade socioeconômica entre brancos e negros.

O sistema de cotas ganhou destaque em meados dos anos 2000, inicialmente na *Universidade do Estado do Rio de Janeiro* (UERJ), que foi a primeira universidade do país a criar um sistema de cotas em vestibulares para cursos de graduação, por meio de uma lei estadual que estabelecia 50% das vagas do processo seletivo para alunos egressos de escolas públicas.

Após esse feito, a *Universidade de Brasília* (UnB) implantou uma política de ações afirmativas para negros em seu vestibular de 2004, sendo a primeira instituição brasileira a utilizar o sistema de cotas raciais. A partir daí, outras universidades também aderiram às cotas, de modo específico a cada instituição, destinando reserva de vagas também para indígenas, pardos e membros de comunidades quilombolas por meio de cotas raciais, além de deficientes e estudantes de baixa renda do sistema público através das chamadas cotas sociais.

Esse sistema no Brasil não beneficia apenas os negros. Nas instituições públicas da Região Norte, por exemplo, é comum a reserva de vagas ou empregos para indígenas e seus descendentes. Seguindo essa linha, algumas universidades também destinam parte de suas vagas para candidatos pardos.

Essa medida fortaleceu-se com a aprovação da Lei nº 12.711 de agosto de 2012, conhecida como Lei de Cotas. Com este instrumento, cinquenta e nove universidades federais e trinta e oito instituições federais de Educação, Ciência e Tecnologia foram obrigadas até agosto de 2016, a destinarem metade de suas vagas nos processos seletivos para estudantes provenientes de escolas públicas, de acordo com critérios sociais e raciais. A aplicação da lei ocorreu de maneira gradual, iniciando com uma alocação mínima de 12,5% das vagas para cotas em 2013, até, gradualmente, atingir o nível de 50% em 2016.

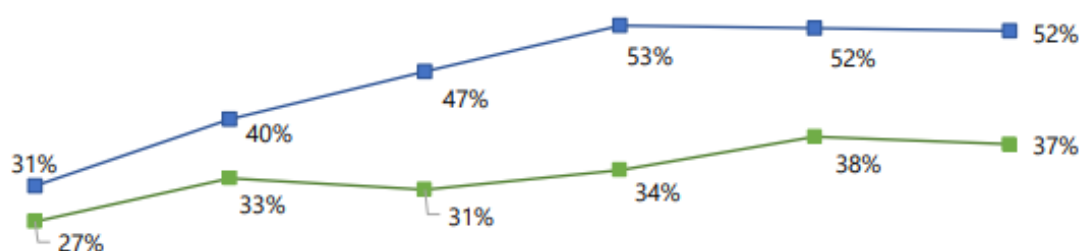
Apesar de todas as cotas em que os negros hoje são contemplados, ainda se percebe que a quantidade de negros nas carreiras mais elitizadas, incluindo os magistrados, ainda é muito irrisória, sendo, por exemplo, a magistratura brasileira composta majoritariamente por homens brancos. Segundo números preliminares do *Censo dos Magistrados do Conselho Nacional de Justiça* (CNJ), 64% dos magistrados são do sexo masculino e, em relação à composição étnico-racial da carreira, juízes,

desembargadores e ministros declararam ser brancos em 84,5% dos casos. Apenas 14% se consideram pardos, 1,4%, negros e 0,1%, indígenas.

O levantamento também aponta que a maioria da magistratura é casada ou está em união estável (80%) e tem filhos (76%). A idade média de juízes, desembargadores e ministros é de 45 anos. Na Justiça Federal estão os juízes mais jovens, com 42 anos, em média. Em geral, a carreira dos magistrados começa aos 31,6 anos de idade, enquanto a das magistradas começa aos 30,7 anos.

Esse quadro teve incentivos à mudança em 2015. O gráfico 2 mostra de maneira sintética o progresso bastante diverso que essas políticas de inclusão fizeram em cada tipo de universidade. O gráfico também indica o papel fundamental que a Lei 12.711 teve em consolidar os ganhos inclusivos nas federais, em comparação às universidades estaduais. Em 2013, quando a lei começava a ser implantada, a diferença era de apenas 4% a favor das universidades federais e cresceu nos anos subsequentes para chegar a 19% em 2016.

Gráfico 2. Proporção de vagas reservadas nas universidades federais e estaduais (2013 - 2018)



Fonte: Disponível em: <http://gema.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2020/07/Levantamento-das-AAs-2018b.pdf> Acesso em 21 set. 2020.

Assim, a Lei 12.711, de 2012, veio consolidar a política de cotas no sistema federal de ensino superior, dando a ele estabilidade e homogeneidade de critérios e procedimentos. Na prática isso redundou na expansão das reservas de vagas como um todo e particularmente dos programas de inclusão de pretos, pardos e indígenas. Vale enfatizar que as universidades estaduais, ao contrário do que ocorre nas universidades federais, jamais tiveram mais vagas destinadas a cotistas do que vagas abertas à ampla concorrência. Também com menos peso na inclusão racial, as estaduais distribuem as

suas vagas destinadas a cotistas com vistas, em primeiro lugar, à condição socioeconômica destes.

Conselho Nacional de Justiça e a resolução 203/2015

Após o detalhamento da lei de cotas abordada na seção anterior, a presente seção busca fornecer uma focalização mais detalhada para as ações afirmativas no âmbito do Poder Judiciário em relação à Resolução 203/2015 que versa sobre a reserva aos negros nesse setor.

Embora haja um avanço nas políticas afirmativas garantidoras dos direitos dos negros e pardos no ingresso da magistratura, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que os tribunais têm total autonomia para incluir, ou não, a previsão de vagas para cotas raciais nos concursos públicos para outorga de delegação de serviços notariais e registrais, visto que se trata de atividade privada.

Esse ir e vir de garantia de direitos acaba por fragilizar o texto presente na Resolução 203/2015 no que tange à reserva de vagas a candidatos negros na hipótese de concurso público para ingresso em atividade notarial e registral. Para os demais casos, a resolução tem força de lei e assegura que a reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a três. Caso a aplicação do percentual de 20% resulte em número fracionado de vagas, este será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5. Já em caso de fração menor que 0,5, será diminuído para o número inteiro imediatamente inferior.

Isso significa que a reserva de vagas a candidatos negros constará expressamente dos editais dos concursos, devendo ser especificado o total de vagas correspondentes à reserva para cada cargo oferecido. Desse modo, poderão concorrer às vagas reservadas aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos, no ato da inscrição no concurso, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Brasil, de acordo com o IBGE, há cinco grupos presentes de raças distintas: brancos, amarelos, indígenas, pretos e pardos. O termo preto toma como referência a

ascendência oriunda de nativos da África. Isso se materializa independentemente de seu território ou construção social, pelo fenótipo manifestado por sua pele de cor escura.

Em paralelo na garantia de direitos, o termo pardo é entendido a pessoa que possui ascendência étnica de mais de um grupo, ou seja, mestiça, englobando descendentes de negros e brancos; descendentes de negros com indígenas; e descendentes de índios com brancos.

Em acréscimo, o conceito de negro é definido pelo Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288/10, como:

[...] IV – população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga (BRASIL, 2010).

A Resolução 203/2015 ainda versa sobre a autodefinição que só terá validade para o concurso público aberto, não podendo ser estendida a outros certames. Deixa claro, ainda, que se a declaração for comprovadamente falsa, o candidato será eliminado do concurso e, se já tiver sido nomeado, ficará sujeito à anulação da nomeação, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

Outro aspecto a ser considerado na resolução refere-se à concomitância, ou seja, os candidatos negros concorrerão concomitantemente às vagas a eles reservadas e às destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso. Isso significa que os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros, que também poderão optar por concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atenderem a essa condição e de acordo com sua classificação. Há sempre o espaço para a inserção ou não nessa política afirmativa de direitos.

A ordem de classificação será sempre respeitada. Por exemplo, no caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, esta deverá ser preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos

demais candidatos aprovados, sendo observada a ordem de classificação, mantendo a fluidez da contratação.

Ainda no texto da Resolução 203/2015, há um espaço para outras políticas de afirmação de direitos, possibilitando autonomia dos órgãos do Poder Judiciário nessa seara.

Assim, da reserva de vagas, os setores envolvidos podem instituir outros mecanismos de ação afirmativa com o objetivo de garantir o acesso de negros a cargos na Justiça, inclusive de ingresso na magistratura, bem como no preenchimento de cargos em comissão, funções comissionadas e vagas para estágio. Entende-se que, mesmo que haja um precedente negativo para serviços notariais e registrais, cada órgão pode incluir ou não esses futuros funcionários no enquadramento dessa resolução.

Portanto, ao mesmo tempo que a autonomia é um ganho para a ampliação de direitos, a ausência de unidade específica que centralize o monitoramento das políticas judiciárias dificulta a mensuração dos seus resultados, assim como a falta de metodologia de avaliação a ser seguida pelas unidades e comissões de conselheiros responsáveis por informações sobre políticas judiciárias (SILVA, 2018, p. 27).

Metodologia: poder judiciário antes e depois da Resolução 203/2015

Esta pesquisa que se materializa sob o formato de um artigo é caracterizada por uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa com viés descritivo. A coleta de dados foi realizada na base de dados dos Tribunais de Justiça presentes em território nacional. Os dados bibliográficos foram selecionados na plataforma *Google Scholar* no período de 2015 – 2020 em trabalhos somente em português com as palavras-chave “Poder Judiciário”; “Magistratura”; e “Negros”.

Assim, a pesquisa bibliográfica é fundamentada nos conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia; sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa (CARVALHO; CARNEIRO; MARTINS; SARTORATO, 2004).

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante

quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Além disso a pesquisa bibliográfica é indispensável para a realização de estudos históricos (CARVALHO; CARNEIRO; MARTINS; SARTORATO, 2004).

Para atendimento do viés descritivo desta investigação, foram selecionadas duas imagens de membros do Poder Judiciário, antes e depois de 2015, a fim de se analisar o perfil étnico dos dois grupos e se houve alguma alteração significativa nesse quadro. As imagens representam o Tribunal e Justiça do Paraná em dois momentos: em 2015, quando a Resolução 203/2015 ainda estava em início de execução e em 2020, cinco anos após o início da efetividade do instrumento regulamentador.

Antes de se aprofundar a descrição do conteúdo das imagens e realizar o comparativo com base nos dados apresentados, torna-se necessário abordar o conceito de meritocracia. O termo em questão “meritocracia” é comumente conhecido e normalmente compõe o discurso dos representantes da sociedade com o intuito de fazer uma analogia ao destaque dado a alguns representantes da sociedade em razão do seu desempenho individual ou pelo mérito reconhecido a ele, abdicando dos estratagemas de compensação para populações esquecidas por políticas públicas.

Dessa maneira, há a perceptível junção entre esse pensamento e a noção de igualdade generalizante, cabendo a pseudoverdade aos indivíduos de que somente se dedicarem aos estudos para lograr de êxito profissional de destaque. Posturas assim servem para diminuir a importância das cotas raciais e das cotas sociais nos certames e nas universidades, já que não é aceita a ideia e favorecer uma pessoa senão a população de pele branca.

O Censo surgiu a partir de uma demanda apresentada no Pedido de Providências nº 0002248-46.2012.2.00.0000. O pedido se referia à implantação de políticas públicas para o preenchimento de cargos no Poder Judiciário, visando a fixação de percentuais para a reserva de vagas destinadas a negros e indígenas.

A fim de subsidiar a decisão sobre o pedido, o relator do processo iniciou um diálogo com setores do CNJ, como o Departamento de Pesquisas Judiciárias, a Secretaria de Comunicação Social e o Departamento de Tecnologia da Informação, além de considerar também informações da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Logo após a realização de várias reuniões, reconhecendo a insuficiência de dados estatísticos e de informações sobre o tema, decidiram-se os envolvidos pela realização de uma pesquisa que possibilitasse um mapeamento do perfil dos magistrados e servidores da justiça brasileira, sob o viés étnico e o socioeconômico: o Censo do Poder Judiciário.

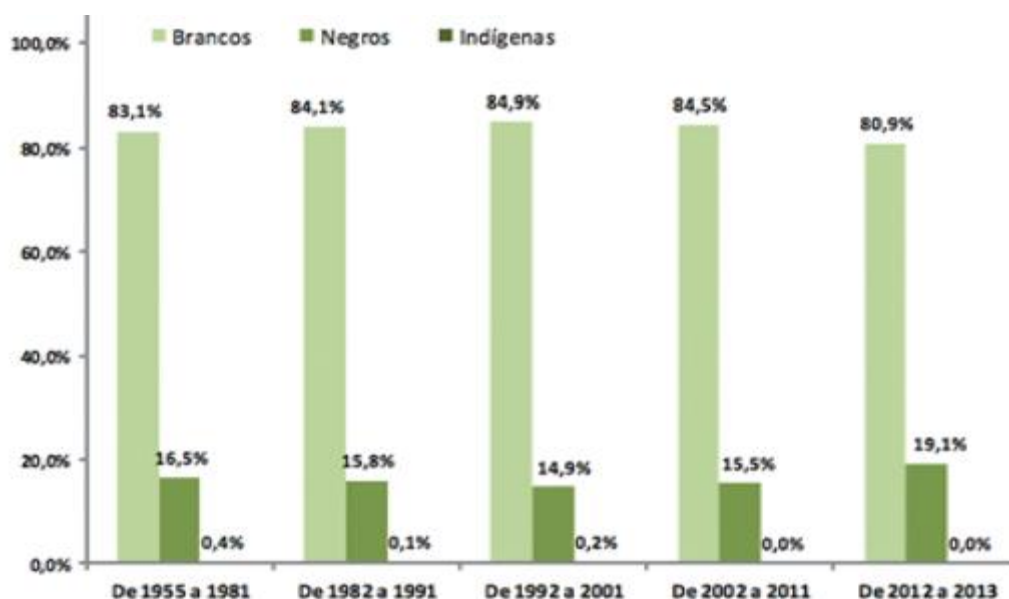
O Censo do Poder Judiciário traz o sexo dos magistrados pelo ano de ingresso e também por ramo de justiça. A partir dos dados nota-se que a magistratura brasileira é, historicamente, composta em sua maioria por homens.

A pesquisadora Fabiana Severi (2016, p. 84) ressalta que isso ocorre também em grande parte dos países latino-americanos e caribenhos, apesar de ultimamente estar havendo uma ampliação da participação das mulheres nesse espaço. Observa-se que de 1955 a 1981 o percentual de magistrados homens era de 78,4% e o de mulheres 21,6%. Ao longo dos anos, a diferença entre o número de magistrados e de magistradas vai diminuindo timidamente, porém, nos últimos anos medidos pelo censo, de 2012 a 2013, a diferença aumenta:

Essa situação é pauta do Judiciário inclusive, visto que se apresenta como uma verdade quase incontestável para alguns indivíduos.

Posto isso, de acordo com o Censo de 2014, o último realizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), evidencia-se a presença de uma proeminente aprovação de indivíduos de pele branca se comparado aos de pele negra e indígenas. Apoiar a meritocracia partindo de dados presentes no gráfico a seguir, seria afirmar que os indivíduos considerados brancos se dedicam mais e, adicionalmente, são mais inteligentes. Esse pensamento se configura como uma afirmação racista, pois apaga todo o processo escravocrata e exclusivista ao acesso às políticas públicas no país.

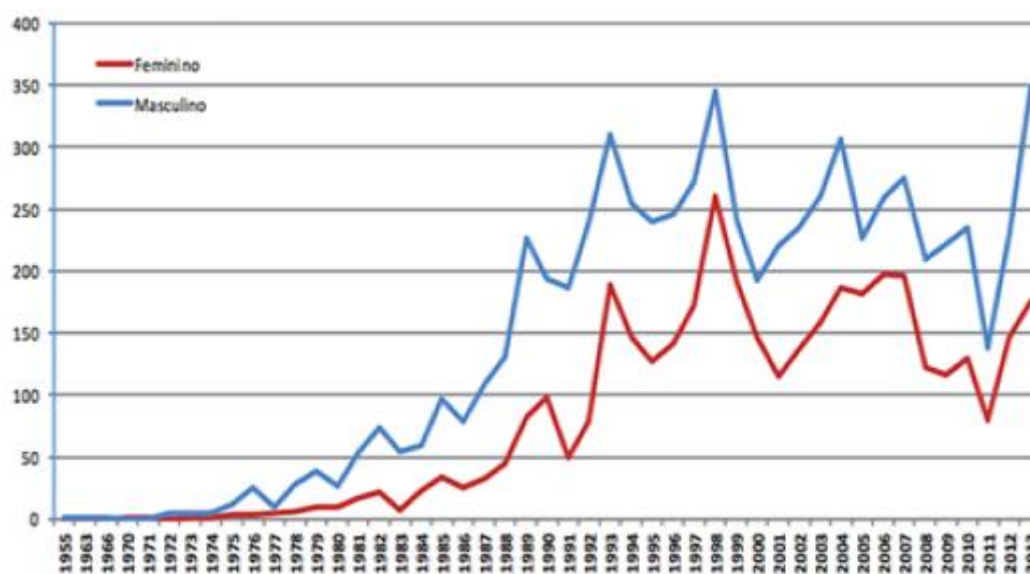
Gráfico 3. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso por raça



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2014.

Dados como esses só reforçam a ideia de que no Brasil a pobreza e a pele negra estão diretamente relacionadas e presas em um círculo vicioso, tendo como pano de fundo a histórica marginalização sofrida pela população na escravidão e no pós-escravidão. No enalço dessa realidade, está, também uma supremacia masculina no elenco do Poder Judiciário. O gráfico a seguir traz dados que comprovam essa padronização discriminatória, ou seja, homens brancos se sobrepondo sobre mulheres brancas, que se colocam, ainda, antes dos homens negros que são seguidos, posteriormente, por mulheres negras.

Gráfico 4. Percentual de magistrados segundo ano de ingresso por sexo



Fonte: Conselho Nacional de Justiça, 2014.

A fim de entender na prática como se materializa essa desigualdade no Poder Judiciário, basta observar as fotos de juízes e desembargadores em eventos ou poses oficiais. É um quantitativo expressivo de homens brancos, com algumas poucas mulheres brancas e ainda mais raros homens negros e nenhuma mulher negra.

A fim de exemplificação, foi selecionado o espaço geográfico denominado Tribunal de Justiça do Paraná para ser o lócus ou o recorte de análise dessa investigação. Para tal, como já aventado aqui, selecionaram-se duas fotos com diferentes anos e diferentes momentos de políticas afirmativas.

Importante destacar, precipuamente, que, no Paraná, pouco mais de um terço da população está no grupo de negros e pardos, mas o governo estadual não tem políticas públicas específicas voltadas aos negros. De acordo com o IBGE, em 2018, 34% da população paranaense era negra ou parda. Embora seja expressivo o número de pessoas negras e pardas nesse estado, os magistrados eram, em 2015, e ainda são, em 2018, de maioria branca.

A imagem a seguir traz a composição magistral do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Figura 1. Foto dos representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 2015



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 2015.

Como pode ser observado, essa foto do Tribunal do Paraná também diz muito: são 14 homens brancos. Menos da metade de mulheres: 5 mulheres (também brancas).

A contradição é clara ao analisar os dados do IBGE, que apontam para um total de 1.751.907 habitantes negros só em Curitiba. Desses, mais de 916 mil residentes são mulheres, claramente não representadas.

Percebe-se que as ações afirmativas para garantia de direitos devem englobar tanto a população que se autodeclara negra e parda como também para as mulheres, que ainda encontram resistência para os cargos mais elevados nas mais diferentes profissões. Notam-se, além de dificuldades de ingresso já citadas, como diferenças salariais e de qualidade de trabalho.

A fim de realizar um comparativo, a seguir tem-se uma imagem, tirada em 2018, na mesma sala do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 2015, agora com a presença de novos membros da magistratura, juízes substitutos.

Figura 2. Foto dos representantes do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em 2018



Fonte: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, 2018.

Fica claro que, mesmo após a publicação da Resolução 203/2015, ainda há a perpetuação do mesmo quadro de predominância branca entre os magistrados. Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça voltou a se manifestar depois do levantamento de 2014 que constatou que o perfil da magistratura é de homens brancos (84,5%), com média de idade de 45 anos, casado e com filhos.

Conforme a pesquisa de seis anos atrás, 14% dos magistrados se declararam pardos; 1,4% negros e apenas 0,1% se identificaram como indígenas.

Este mesmo levantamento afirmava que, após a Resolução 203/2015, em 2018, o quadro de juízes no país seria composto por, pelo menos, 22,2% de pessoas negras e pardas. O cenário promissor não se efetivou e o conselho novamente se pronunciou afirmando que tal situação só deverá ser observada daqui a 24 anos, ou seja, em 2044.

Uma justificativa rasa foi proferida pelos representantes do Conselho Nacional de Justiça ao afirmarem que a prospecção mais lenta do que o esperado para a ampliação da representatividade negra e parda na magistratura foi causada por uma série de fatores, que abrangeram, por exemplo, a desaceleração dos concursos públicos.

Também com uma análise, da mesma forma, rasa realizada por qualquer cidadão comum, não é incomum perceber exemplos diários de racismos institucionais nas diferentes esferas sociais. Importante lembrar que esse cenário era para ser diferente devido à efetivação da ação afirmativa adotada no Judiciário em 2015, com a edição da Resolução CNJ 203, que garantiu a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura a pessoas negras e pardas.

A questão carece de muita reflexão e debate, mas as imagens selecionadas para compor o corpus desse trabalho refletem uma realidade praticamente inalterada da inserção de negros e pardos nas esferas mais elevadas da sociedade. Perpetua-se a ocupação dos cargos de maior prestígio e representação social e a ocupação de maior empenho físico e de menos visibilidade para os negros, pardos e, ainda, os mais invisibilizados, os indígenas.

CONCLUSÃO

A presente investigação teve como meta principal e urgente do ponto de vista social analisar o perfil étnico dos novos ocupantes de cargos efetivos do Poder Judiciário, inclusive de ingresso na magistratura, tendo em vista a reserva de 20% das vagas aos negros a partir de 2015. Tal objetivo foi alcançado com a apresentação e descrição de duas imagens do Tribunal de Justiça do Paraná, em 2015 e em 2018.

O objetivo secundário pautou-se em um comparativo entre os ocupantes antes da Resolução 203/2015 - CNJ e os que ingressaram após a publicação desse dispositivo, neste caso os juízes temporários empossados em 2018. Percebe-se que praticamente nada mudou ao se descrever os elementos imagéticos presentes nas fotos: a magistratura do Paraná continua predominantemente composta por pessoas da raça branca.

Esse cenário incita o debate mais acalorado sobre o tema, já as ações afirmativas são fundamentais, mas podem não ser suficientes na prática. É preciso se identificar os gargalos de seletividade que impedem a eficiência de iniciativas como a Resolução 203/2015 – CNJ, sendo imperioso avaliar o próprio processo da seleção, ou seja, o próprio concurso público.

Somado a isso, há a percepção de uma estrutura burocrática e social organizada pelo racismo estrutural presente em diferentes esferas, inclusive, nos instrumentos de seleção, sendo necessário se discutir esses critérios. Há, inclusive, a real necessidade de se analisar as condições históricas impostas aos negros para não invisibilizar questões cruciais que precisam ser desconstruídas, já que não dá para pensar em uma política judiciária que tenha enfoque na raça sem se compreender qual foi a trajetória da população negra nos campos do direito da Justiça, ao longo das experiências constitucionais e das experiências sociais.

A sociedade se constitui de forma plural e é de se esperar que todos os setores da sociedade sejam plurais e diversos na mesma proporção. As ações afirmativas estão presentes e vêm ganhando força, mas ao se realizar um quadro demonstrativo das ações afirmativas que já foram desenvolvidas no serviço público, além de dados sobre o aproveitamento das vagas reservadas e estatísticas relacionadas a cor e raça, evidenciam, ainda, as disparidades vivenciadas pelas pessoas negras e pardas.

Seminários e rodas de conversa podem auxiliar positivamente na quebra desse ciclo hegemônico observado. Temáticas que parecem estar distantes da magistratura como os negros no sistema carcerário e no cumprimento de medidas socioeducativas precisam estar interrelacionados e colocados em pauta. Fica evidente que negros e negras constituem a maioria da população carcerária, respondem por uma parcela ínfima das posições de poder, são pouco vistos nos bancos das universidades e recebem salários menores que a população branca. As mulheres negras são as maiores vítimas de feminicídio, de violência doméstica e de violência sexual. Jovens negros e de baixa escolaridade são as principais vítimas de mortes violentas no Brasil.

Portanto, apesar de alguns avanços nos últimos anos, concretizados em políticas de cotas e em leis que punem com maior rigor atos preconceituosos, a realidade das pessoas negras ainda é marcada pela falta de oportunidades e violência.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto; OSORIO, Aline. Sabe com quem está falando? Notas sobre o princípio da igualdade no Brasil contemporâneo. *Revista Direito & Práxis*. Rio de Janeiro, Vol. 07, n. 13, 2016, p. 204-232.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília. 19. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.288, de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, de 13 de abril de 1995, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em 24 de novembro de 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: Portal da Legislação, Brasília, ago. 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em 24 de novembro de 2020.

BRASIL. Resolução 203 de 23 de junho de 2015. Portal da Legislação, Brasília, jun. 2012. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2203>. Acesso em 24 de novembro de 2020.

CARVALHO, Daniel; CARNEIRO, Rafael; MARTINS, Helen Fernanda Alves; SARTORATO, Eduardo. Pesquisa Bibliográfica. Goiânia, 16 jun. 2004. Disponível em: <http://pesquisabibliografica.blogspot.com.br>. Acesso em 24 de novembro de 2020.

CICONELLO, Alexandre. O desafio de eliminar o racismo no Brasil: a nova institucionalidade no combate à desigualdade racial. 2008.

ENTENDA O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL. In: Portal G1. São Paulo, 16 jun. 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2010/06/entenda-o-estatuto-da-igualdade-racial.html>. Acesso em: 21 set 2020

HOLANDA, Adriano. Questões sobre pesquisa qualitativa e pesquisa fenomenológica. *Revista Análise Psicológica* 3 (XXIV), 2006, p. 363-372.

JACCOUD, Luciana; BEGHIN, Nathalie. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço governamental. IPEA, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Governo Federal, 2002.

JENSEN, Geziela. **Política de cotas raciais em universidades brasileiras**: Entre a Legitimidade e a Eficácia. Curitiba: Juruá, 2010.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 19. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2015.

MOREIRA, Adilson José. Miscigenando o círculo do poder: Ações afirmativas, diversidade racial e sociedade democrática. *Revista da Faculdade de Direito – UFPR*, Curitiba, vol. 61, n. 2, maio/ago. 2016, p. 117–148.

MOREIRA, José Adilson. *O que é discriminação?* Belo Horizonte: Letramento: Casa do Direito: Justificando, 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

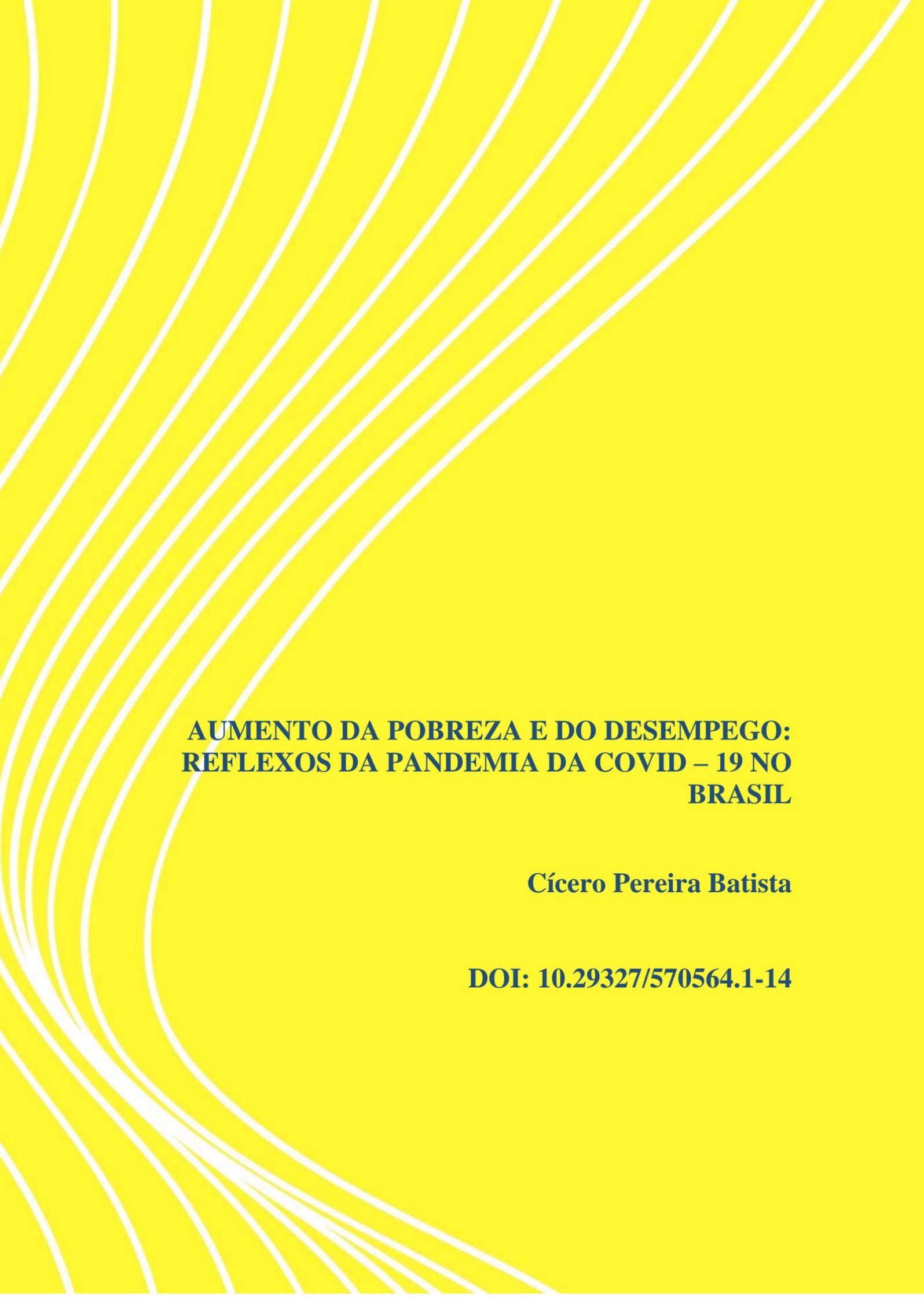
NASCIMENTO, Elyesley Silva do. **Curso de Direito Administrativo**. Niterói: Impetus, 2013.

NEVES, Marcelo. Estado Democrático de Direito e Discriminação Positiva: um Desafio para o Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). **Multiculturalismo e Racismo**. Uma comparação Brasil-Estados Unidos. Brasília: Paralelo 15, 1997. p. 253-275.

PAIM, S. P. Estatuto da igualdade racial. In: SANTOS, R. E.; LOBATO, F. (Org.). *Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 157-184. (Coleção Políticas da Cor)

PAULA, Adailton de. Educar o Brasil com Raça: Das Raças ao Racismo que ninguém vê. In SANTOS, Genilda II (Org.); SILVA, Maria Palmira da. (Org.) *Racismo no Brasil: percepções da discriminação e do preconceito racial no século XXI*. 1ªed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

SILVA, Felipe Cesar Araujo da. *Análise da Atuação do Conselho Nacional de Justiça no Monitoramento e Avaliação de Políticas Judiciárias*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte dos requisitos para obtenção do grau de Especialista em Gestão Pública. Brasília, 2018.



**AUMENTO DA POBREZA E DO DESEMPEGO:
REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID – 19 NO
BRASIL**

Cícero Pereira Batista

DOI: 10.29327/570564.1-14

AUMENTO DA POBREZA E DO DESEMPREGO: REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID – 19 NO BRASIL

DOI: 10.29327/570564.1-14

Cícero Pereira Batista

RESUMO

Este artigo tem como finalidade apresentar dados e informações que comprovam o aumento da pobreza e do desemprego na população brasileira, como fruto dos impactos da pandemia do novo coronavírus, que contribuiu de forma negativa para o agravamento da crise econômica, que por sua vez gerou demissões, redução de carga-horária, diminuição do número de funcionários, bem como o fechamento de empresas, levando boa parte da população pobre a viver em situações precárias. Sendo assim, o estudo em análise visa identificar algumas medidas de prevenção desenvolvidas pelo Poder Público para conter o crescimento desse fenômeno social tão preocupante, que além de desencadear outros problemas no cenário político, também põe esse grupo social em situação de risco e vulnerabilidade social, com a falta de políticas públicas e assistência nesse período de pandemia. Através deste estudo torna-se possível conhecer alguns aspectos que caracterizam a população pobre do Brasil e os direitos fundamentais do cidadão. O método utilizado nesta pesquisa foi o de uma revisão bibliográfica, por meio também de uma pesquisa qualitativa de cunho descritivo, tendo como público alvo a população pobre diante dos efeitos colaterais da pandemia da COVID – 19.

Palavras-chave: Covid – 19. Desemprego. Pandemia. Pobreza.

ABSTRACT

This article aims to present data and information that prove the increase in poverty and unemployment in the Brazilian population, as a result of the impacts of the new coronavirus pandemic, which negatively contributed to the worsening of the economic crisis, which in turn led to layoffs, reduction of workload, reduction in the number of employees, as well as the closing of companies, leading a good part of the poor population to live in precarious situations. Thus, the study under analysis aims to identify some preventive measures developed by the Government to contain the growth of this worrisome social phenomenon, which in addition to triggering other problems in the political scenario, also puts this social group at risk and social vulnerability, with the lack of public policies and assistance in this period of pandemic. Through this study it becomes possible to know some aspects that characterize the poor population of Brazil and the fundamental rights of the citizen. The method used in this research was a bibliographical review, also through a qualitative research of descriptive nature, having as target public the poor population in face of the side effects of the COVID – 19 pandemic.

Keywords: Covid – 19. Unemployment. Pandemic. Poverty.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo presentar datos e informaciones que comprueben el aumento de la pobreza y el desempleo en la población brasileña, como consecuencia de los impactos de la pandemia del nuevo coronavirus, que contribuyó negativamente al agravamiento de la crisis económica, que a su vez generó despidos, reducción de la jornada laboral, disminución del número de empleados, así como el cierre de empresas, llevando a buena parte de la población pobre a vivir en situaciones precarias. Por ello, el estudio bajo análisis pretende identificar algunas medidas de prevención desarrolladas por el Gobierno para contener el crecimiento de este fenómeno social tan preocupante, que además de desencadenar otros problemas en el escenario político, también pone en

riesgo a este grupo social y social. vulnerabilidad, con la falta de políticas públicas y asistencia en este período de pandemia. A través de este estudio es posible conocer algunos aspectos que caracterizan a la población pobre de Brasil y los derechos fundamentales del ciudadano. El método utilizado en esta investigación fue una revisión bibliográfica, también a través de una investigación cualitativa de carácter descriptivo, dirigida a la población pobre ante los efectos colaterales de la pandemia del COVID-19.

Palabras clave: Covid – 19. Desempleo. Pandemia. Pobreza.

INTRODUÇÃO

O aumento da pobreza no Brasil é um fenômeno social que tem crescido em longa escala, demarcando impactos negativos durante e após a eclosão da pandemia da COVID – 19, através de incidentes, casos de desemprego, aumento da violência, ausência de políticas públicas que mostram com nitidez o negacionismo do Governo em relação à oferta de programas assistenciais que contemplem esse grupo social, que se constitui como uma das minorias menos favorecidas economicamente do Brasil (SANTOS et al., 2020).

Com o surgimento da pandemia, o arquétipo da exclusão da população negra veio à tonada com maior evidência, afinal o panorama histórico do país sempre esteve calcado na desigualdade social, que aumentou ainda mais devido a pandemia, pois a população pobre passou a enfrentar maiores desafios no que se refere ao acesso às instituições públicas, uma vez que os serviços foram interrompidos, com as medidas de distanciamento social, que preconizou o fechamento das atividades comerciais não essenciais; algo que por sua vez comprometeu a rentabilidade do indivíduo pobre, que precisava necessariamente sair de casa em busca do sustento de sua família (G1 – GLOBO, 2020).

O século XXI, embora seja conhecido por muitos como emblemático, devido a eclosão do desenvolvimento tecnológico, também demarcado pela evolução dos sistemas de informação e comunicação, ainda é marcado pela problematização em torno da questão socioeconômica, uma vez que, a discussão sobre as diferentes classes sociais existentes no Brasil é um tema de grande relevância, pois o mesmo está ligado, na maioria das vezes às questões socioculturais e históricas, onde uns são privilegiados e outros excluídos por pertencerem a uma casta social desprovida de recursos financeiros (TELLES et al., 2017).

A partir de pesquisas literárias e da obtenção de dados informativos, extraídos de fontes, como o IBGE é possível analisar a questão da pobreza no Brasil sob um ângulo mais amplo, dentro do panorama social integrado por fatores históricos, envolvendo também a omissão do Poder Público e o negacionismo por parte do mesmo em relação a criação de políticas públicas de assistência, destinadas à população carente que está espalhadas por todas as regiões, estados e cidades do país, considerando também alguns aspectos que fortalecem a desigualdade social, por

meio de quesitos que compõem esse perfil identitário, tais como, escolaridade, ocupação de cargo, rentabilidade, moradia, alimentação, vestimenta, dentre outros.

O estudo traz à tona a relevância das transformações ocorridas na sociedade brasileira, bem como o comportamento de alguns indivíduos, a partir da absorção de teorias racistas e preconceituosas que põe sempre o sujeito pobre, negro e favelado como sendo escórias da sociedade. Desta maneira utilizam termos discriminatórios e pejorativos, para inferiorizar o pobre, como se a pobreza fosse uma doença contagiosa, ao invés de repensar a prática humana e mobilizar ações, envolvendo o Poder Público, que tem o dever de executar iniciativas em favor dos grupos sociais mais vulneráveis, levando em consideração a vulnerabilidade e as condições desumanas as quais vivem (GONZALES et al., 2014).

Nota-se que a problematiza em torno da pobreza e das condições financeiras do indivíduo no Brasil tem provocado debates importantes nos diversos espaços, inclusive nas universidades públicas, visto que essa condição é fruto da miscigenação racial no país emana de fatores históricos em que o negro passa a ocupar o papel mais inferior, sendo pobre, morador de periferias ou residentes em encostas de favelas. Deste modo, o conceito de pobreza passou a ser difundido com base nas heranças culturais e nas características gerais, capazes de identificar cada grupo, a partir de critérios exteriores, ou seja, se o sujeito possui bens, casa, carro certamente será bem apresentável e atingirá ascensão social, do contrário será considerado pobre e fará parte das minorias sociais do país (CREPO et al., 2017).

A Constituição Federativa Brasileira de 1988 preconiza direitos às minorias sociais dos quais os pobres também fazem parte, uma vez que os mesmos são menos favorecidos economicamente e desprivilegiados nos quesitos básicos, dentro de um conjunto social e política, por meio da negação desses direitos fundamentais, por parte do Governo e com as desvantagens em relação à burguesia, que ocupa socialmente o lugar da classe dominante (GIOVENARDI et al, 2013).

Através deste estudo será possível analisar os desdobramentos históricos do panorama social, no Brasil, onde a pobreza aparece como consequência das desigualdades sociais e da omissão do Governo em se tratando do negacionismo do mesmo quanto as políticas públicas que devem ser destinadas às pessoas menos favorecidas, que geralmente moram em favelas, em situação de extrema pobreza, devido a falta de emprego e renda, tendo escassez de alimento e outros recursos básicos para garantir sua subsistência (SANTOS et al., 2001).

MATERIAIS E MÉTODOS

Foram realizadas revisões de artigos científicos, revistas de Ciências Humanas e boletins periódicos do Ministério da Cidadania, bem como o site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), além de revistas online indexados nas bases de dados Scielo (Scientific Eletronic Library Online), Google acadêmico e dados disponibilizados pela Organização Mundial de Saúde (OMS), meios que possibilitaram a construção desta literatura. A discussão em torno do tema oportuniza também o diálogo dos autores elencados nas referências bibliográficas em relação a escolha do tema, que mostra a relevância das políticas públicas no que se refere ao aplacamento da pobreza no Brasil.

Assim, o estudo em questão, por meio desse método traz à tona aspectos multifatoriais que indicam a incidência da pobreza e do desemprego no Brasil, que aumentou ainda mais durante o período da pandemia, bem como apresentar quais devem ser as medidas adotadas pelo Poder Público e pela Justiça em relação a vulnerabilidade social desse grupo, que se constitui como uma das minorias no país.

O método utilizado para elaboração deste artigo foi uma revisão bibliográfica, a partir da análise dos dados e com base na discussão dos autores que falam a respeito da desigualdade social e dos enfrentamentos da pandemia, que afetou sobretudo a população negra e os moradores das favelas do país. Com este método de pesquisa foi possível perceber alguns aspectos históricos, políticos e culturais que desencadeiam e fortalecem a desigualdade social no Brasil (GIL, 2010).

REFERENCIAL TEÓRICO

As teorias científicas do século XIX trouxeram inúmeras contribuições para a medicina, para a filosofia e a sociologia, porém o pensamento racista predominava nas elucubrações, pois os teóricos criavam teorias com base nas características físicas do indivíduo (fenótipo), fortalecendo as desigualdades sociais e fomentando ainda mais a prática do racismo, pois muitos desses cientistas afirmavam que o negro tinha tendências comportamentais à criminalidade, a partir da análise do tamanho do crânio, por exemplo, como se a cor da pele e o tamanho da cabeça do indivíduo fossem fatores determinantes do seu caráter e de sua conduta e inteligência (SCHWARCZ et al., 1993).

Segundo dados do IBGE (2018), a pobreza e a extrema pobreza ainda é uma marca latente na sociedade brasileira, fenômeno mensurado a partir da análise feita pelo Banco Mundial aponta que 13,5 milhões de pessoas no país vivem em situação de extrema

pobreza, que corresponde a um percentual de 25% da população do país. Deste modo, a pesquisa sinalizou que no rol dos indivíduos pobres estão pretos e pardos, totalizando um percentual de 72,7% da população que vive na pobreza, que por sua vez corresponde a um número estimado de pessoas, atingindo a marca de 38,1 milhões de sujeitos que vivem na pobreza ou extrema pobreza (IBGE, 2018).

Vale ressaltar que os reflexos da pandemia da COVID – 19 são evidentes e mostram com clareza as assimetrias decorrentes da desigualdade social no Brasil, a partir da exclusão da população pobre, que por sua vez é negra e reside nas periferias, em contraste com a classe branca, que ocupa os melhores cargos e representa a elite da sociedade brasileira, sempre levando vantagens, em detrimento da população pobre do país.

Ainda, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a distribuição geográfica da pobreza e extrema pobreza sinaliza as diferenças entre as classes sociais, através de aspectos socioeconômicos, que são fatores determinantes nesse contexto, a exemplo da região nordeste do país, que aparece como a principal vítima dessa desigualdade, tendo como principal protagonista desse cenário degradante, o estado do Maranhão, onde 53% dos seus cidadãos vivem em extrema pobreza, acima até mesmo da média nacional.

Segundo Souza (2016), o Brasil tem uma vasta extensão territorial, sendo desproporcionalmente dividido e caracterizado tanto pelo tamanho geográfico como também pelos aspectos socioeconômicos, culturais, históricos, climáticos que interferem nas diferenças e desigualdades.

Vale lembrar que a palavra pobre é um termo utilizado com frequência pelas pessoas, a fim de designar o estado simplório de alguém que não é abastado financeiramente. Contudo a palavra pobre é originária do latim “pauper”, que vem de pau- = “pequeno” e pário = “dou à luz” e originalmente referia-se a terrenos agrícolas ou gado que não produziam o desejado. Analogia feita ao cidadão que não tem subsídios para custear suas despesas ou de sua família.

Nota-se que, embora haja grupos organizados e instituições que lutam em prol da conscientização das igualdades e em combate à exclusão das minorias, no Brasil, a pobreza é capaz de desencadear outros agravantes na esfera social, tais como, desemprego, aumento da violência doméstica e da criminalidade, sobretudo nas favelas

onde a pobreza é prevalente e representa um indicador de risco exponencial, o número de prisão de sujeitos negros, vítimas da marginalização e da segregação.

De acordo com dados do site Wikipédia, a enciclopédia livre, a pobreza se caracteriza a partir de elementos que evidenciam a carência real, envolvendo as necessidades da vida cotidiana como alimentação, vestuário, alojamento e cuidados de saúde. Pobreza neste sentido pode ser entendida como a carência de bens e serviços essenciais.

Segundo informações extraídas do site supracitado, a pobreza consiste na falta de falta de recursos econômicos, a carência de rendimento ou riqueza (não necessariamente apenas em termos monetários). Deste modo, de acordo com os dados ligados à pobreza observa-se que a União Europeia identifica a mesma como sendo a "distância econômica" relativamente a 60% do rendimento mediano da sociedade (WIKIPÉDIA, 2021).

Compreende-se então que a carência social é fruto da escassez, da ausência do recurso financeiro, que por sua vez gera a exclusão social e a inferiorização desse grupo, dentro de um panorama político, histórico e social, visto que o sujeito pobre apresenta dependência e a incapacidade de participar de ações financeiras na sociedade. Desta maneira, a interação social por meio das relações entre as pessoas são elementos cruciais para entender onde a pobreza reside, algo que não é enfrentado apenas por uma família, muito pelo contrário, são inúmeras famílias que convivem com a pobreza e a extrema pobreza em diversas regiões do Brasil.

Para Rodrigues (2014), os problemas sanitários variam de acordo com as características regionais e sua desproporcionalidade no desenvolvimento relacionado ao meio urbano, desencadeando problemas sociais, ligados à saúde física também.

Com a criação das teorias raciais, oriundas da Europa, que se propagaram de forma aceitável no Brasil, as pessoas passaram a nutrir um sentimento partidário, colocando as classes como rivais, dentro da arena social, visto que a classe branca quase sempre foi considerada como sendo superior, mediante as condições financeiras e a herança cultural demarcadas pelos estrangeirismo, ao contrário da classe negra, que sempre foi refém da pobreza, do desprestígio e do negacionismo dos direitos fundamentais, que são inerentes ao todo o cidadão. Sendo assim, as abordagens e discussões realizadas na sociedade trazem à uma reflexão no que se refere a construção ideológica de um país pautado na cidadania e na civilidade, considerando os desafios para

aniquilar os resquícios deixados pelo regime escravocrata que até hoje se manifesta com atos racistas, onde a população pobre continua sendo discriminada e excluída (SCHWARCZ et al., 1993).

O século XXI foi marcado por grandes transformações sociais, dentre essas mudanças nota-se o processo de urbanização nas grandes e pequenas cidades do país, com isso, houve uma separação mais delineada entre as classes sociais, onde os ricos e brancos ocuparam os lugares de maior evidência e visibilidade, enquanto os pobres e negros passaram a viver nos cortiços comunitários, nas favelas que se alastram por toda a zona periférica. Assim, o Governo criou estratégias e ações que serviram para levar água encanada, iluminação, rede de esgoto e outros elementos que trouxeram benefícios aos moradores dessas localidades, embora não fosse o suficiente, para acabar com a pobreza.

As políticas públicas de cunho assistencial, contemplando os direitos básicos, como, saúde, educação, segurança e moradia não são consolidados com legitimidade, pois o Estado não consegue contemplar a população pobre como deveria em sua totalidade. Deste modo, muitas pessoas, sobretudo, os que vivem na pobreza não são contemplados e continuam a sofrer.

Segundo Gonzales (2014), o Brasil ainda apresenta situações degradantes em nível de saneamento, pobreza e exclusão social, não somente nas pequenas cidades, mas também nas grandes, onde vivem indivíduos em condições socioeconômicas bastante precárias.

Já para Siqueira (2017), há outros grupos sociais que também são afetados, com a inexistência do saneamento básico, a exemplo de comunidades quilombolas, aldeias indígenas e a região nordestina, os moradores das favelas que vivem em meio a pobreza extrema.

Percebe-se que a situação de pobreza se caracteriza a partir da carência elementos básicos e a falta de quesitos fundamentais para a subsistência humana, a começar pela escassez de alimento, o convívio com uma realidade subumana, que segundo a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE e manifesta as condições precárias em que vivem os moradores de algumas favelas do Brasil, atingindo um percentual de 62,1% dos domicílios que não tem acesso ao serviço de saneamento básico, tais como, abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo, além de não possuir banheiro no interior das residências.

Segundo dados do IBGE (2018):

A média nacional é de 12% de brasileiros que vivem em domicílios que apresentam esses pontos. Entre os mais pobres, esse número sobe para 26,2%, com destaque para o excesso de moradores, que entre os mais pobres chega a 14,2%, enquanto a média nacional é de apenas 5,7%. Mas não é só isso. A pobreza extrema também dificulta que essas pessoas tenham acesso a outros direitos básicos, como educação e proteção social, tornando a qualidade de vida extremamente reduzida (IBGE, 2018).

Todo cidadão tem direito a viver com dignidade, tendo consciência de que embora a desigualdade social seja um fenômeno verídico, na sociedade brasileira, assim como as lutas de classes, onde o rico para se manter no poder utiliza as armas da exploração e os mecanismos próprios do sistema capitalista, enquanto o pobre trabalha diuturnamente para sobreviver, com uma vida simples, sem regalias.

Segundo Maricato (2003), a extensão das periferias urbanas, a partir dos anos de 1980 cresciam mais do que os municípios, que têm sua expressão mais concreta na segregação, configurando imensas regiões nas quais a pobreza é disseminada.

Na perspectiva abordada pelo autor, a segregação não é apenas espacial, mas acontece de forma explícita mediante a marginalização dos indivíduos negros, que por sua vez também são pobres e possuem características prevalentes no quesito exclusão, sobretudo o negacionismo do Governo em relação a implementação de políticas de assistência social, acesso à educação, saúde, segurança, trabalho lazer e outros aspectos importantes.

Os moradores das periferias sofrem, pois são relegados e vivem à margem da sociedade, não tem visibilidade nem representatividade diante do Poder Público, que deveria legitimar ações e medidas legais em benefício das minorias sociais do país, a exemplo da população pobre, que sofre com a falta de oportunidades igualitárias no mercado de trabalho, que está cada vez mais seletivo e competitivo, exigindo formação escolar e qualificação, que infelizmente a pessoa que vive na pobreza ou extrema pobreza não consegue ter, pois geralmente vive na informalidade.

As mudanças na configuração social decorrem do panorama socioeconômico e do perfil identitário dos cidadãos que compõem determinado espaço geográfico. Sendo assim, a casta social que representa o percentual de maior pobreza no país está concentrada, sobretudo nas favelas e nas comunidades periféricas, onde diversas famílias, com numerosos membros convivem em pequenos cômodos, sem

nenhum conforto, sem saneamento básico, muito menos condições sanitárias que possibilitem o enfrentamento a pandemia da COVID – 19.

Muito pelo contrário, a eclosão da pandemia fez com que novos problemas viessem à tona nesse contexto histórico (pandêmico), onde a maioria dos indivíduos negros que moram nas favelas perderam seus empregos por conta do agravamento da crise econômica, assim como sofreram impactos negativos, devido o fechamento das escolas, que ajudam não apenas coma formação para seus filhos, mas também ajudava às famílias com a distribuição diária da merenda escolar.

A pobreza é uma condição totalmente desfavorável que põe o sujeito em um estado degradante, humilhante e desesperador. No entanto, o Poder Judiciários e outras entidades do Poder Público podem criar estratégias e mobilizar ações em prol da população pobre do Brasil, com a distribuição de cestas básicas, a redução das tarifas nas contas de água e energia e com a manutenção dos serviços públicos.

Segundo Wanderley (1997), desde a década de 50 que o Brasil enfrenta transformações nos espaços sociais, devido a ampliação das áreas urbanas e o alargamento territorial, para implantação de novas metrópoles e centros comerciais. Tudo isso ocasionou a separação entre os grupos sociais, pois os ricos (brancos) eram alocados nas áreas mais apresentáveis, nos grandes centros urbanos, enquanto os pobres (negros) eram alojados nas periferias, que ficavam distantes do centro da cidade.

Essa situação era recorrente e impulsionava ainda mais a formação de novas favelas, com uma contingência maior, pois embora seja considera minoria no quesito social, a população pobre do país em número de sujeitos supera a população rica, que desfruta doas regalias e dos direitos fundamentais, sem qualquer tipo de restrição, não obstante, o pobre tenha os mesmos direitos constitucionais, mas na prática não usufrui, devido a desigualdade social e a omissão da Gestão Pública.

Os pobres sempre foram rotulados como os menos favorecidos e de fato são invisíveis na esfera socioeconômica, pois eles servem como massa de manobra para fomentar a engrenagem do sistema capitalista, ajudando na produção acelerada do sistema fabril, sendo tratados como máquinas humanas, porém vivem em situações precárias e ainda são mal remunerados em relação ao salário dos brancos.

A cidadania é um direito do indivíduo, independentemente de sua etnia, credo religioso, gênero ou faixa etária, todo sujeito tem direitos e deveres no convívio social,

que envolve a coletividade, as regras, as permissões e proibições. Sendo assim, a pobreza é uma condição social que não pode isentar o cidadão quanto a aquisição de seus direitos, no entanto, a mesma tem sido um dos fatores determinantes para a exclusão e o aumento da desigualdade social no Brasil.

O estigma social é decorrente do desprestígio de um grupo étnico que também vive em uma situação econômica inferior. Deste modo, a desigualdade incide nos quesitos básicos: alimentação, emprego e renda, moradia, educação, segurança, entre outros fatores que mostram a existência desse fenômeno social que tem gerado discussões nas instituições nacionais e internacionais, como, por exemplo, a ONU – Organização das Nações Unidas que luta em combate à pobreza e a fome.

A pobreza não é apenas uma questão social, é também um problema histórico que precede o século XXI, remontando um passado que continua presente no cotidiano dos pobres das favelas, que vivem desempregados e marginalizados. De acordo com Tavares (2015), a qualidade de vida é resultado do bem-estar de cada cidadão, por isso, é importante operacionalizar políticas e estratégias que garantam a esses indivíduos seus direitos.

As questões ligadas ao saneamento básico são decorrentes da falta de políticas públicas, que gera uma enorme preocupação no homem, que se sente afetado no espaço onde vive, porém, sua inquietação não é o bastante pra resolver os problemas que os afeta, uma vez que esses desafios emanam da omissão do Estado diante dos transtornos vivenciado pelos habitantes.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A pobreza é conceituada geralmente como a falta de oportunidades igualitárias e de acesso aos serviços essenciais para a subsistência do ser humano, tais como, saneamento básico, saúde, educação, energia elétrica, gás de cozinha, alimentação, vestimenta e outros bens materiais que são necessários como quesitos básicos no curso da vida.

O desemprego é um dos causadores que impulsionam a condição da pobreza e até mesmo da pobreza extrema, uma vez que sem renda, o indivíduo não tem recurso material para comprar roupa, calçado, alimento, não tem como pagar regularmente as contas de energia elétrica e as faturas do abastecimento de água, afinal de contas, sem emprego o

sujeito está fadado à pobreza, que por sua vez demarca implicações negativas que comprometem o convívio de toda a família (GUITARRARA *et al.*, 2021).

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), a pobreza é mensurada pelo Banco Mundial a partir de critérios socioeconômicos e com base na renda per capita diária de cada família, ou seja, a Organização utiliza os mesmos parâmetros para sinalizar a pobreza, considerando também a falta de acesso a serviços básicos, que são determinantes da pobreza, da fome, da má nutrição, da discriminação e da exclusão social.

Nessa linha ideológica pode-se dizer que a pobreza é um problema social, pois é uma condição pertinente que está diretamente ligada às questões políticas e históricas do país, como fruto do regime escravocrata, que deixou fortes resquícios e marcas que não são apagadas de um dia para o outro. Sendo assim, a pobreza pode ser definida em estágios de maior e menor gravidade, a exemplo da absoluta que é conceituada pela escassez de recursos e calculada a partir de parâmetros objetivos, como a linha de pobreza, diferentemente da pobreza relativa que está relacionada ao comparativo entre indivíduos, grupos sociais, famílias e países, analisando o contexto macro, e sua distribuição de renda na sociedade (GUITARRARA *et al.*, 2021).

Segundo Guitarrara (2021), a pobreza é provocada por diversos motivos, a depender do grupo social ou da situação financeira de determinado país. Deste modo, a pobreza pode ser de origem estrutural ou conjuntural, a exemplo do Brasil que apresenta alto índice de desigualdade má distribuição de renda.

A história do Brasil é marcada pelo processo colonial, cuja sociedade era composta por classes extremamente desiguais, sendo baseada no trabalho escravo. Uma pequena parcela da população podia ser considerada rica, sendo a sociedade brasileira do período composta majoritariamente por pessoas pobres e miseráveis. A abolição da escravidão aprofundou as desigualdades sociais no país recém-formado, deixando os libertos à própria sorte, sem qualquer tipo de amparo estatal. Junto disso, temos que o Brasil sempre foi um país dependente do exterior e iniciou o seu processo de modernização tardiamente, seguindo o padrão dos países subdesenvolvidos. Durante esse processo, uma parcela significativa da população não estava incluída, e a desigualdade social e de renda se agravaram com o tempo (GUITARRARA, 2021, s/p).

A pandemia da COVID – 19 foi uma válvula propulsora, capaz de desencadear problemas já existentes na esfera social e colocar em voga os dilemas da população carente, que vive à margem da sociedade, sem ter acesso aos direitos fundamentais, que

por lei são elencados na Constituição Federativa Brasileira de 1988, que preconiza direitos às minorias sociais do país.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 30 anos, a questão da pobreza no Brasil ganhou um perfil diferenciado e após o ano 2000, o **índice de pobreza no Brasil caiu de 68,3% para 24,7%**, no entanto, com a pandemia da COVID-19, o índice de desemprego aumentou, gerando uma mudança negativa no cenário social em relação à pobreza das famílias menos favorecidas economicamente.

De acordo com a ONU (2017), a implantação do saneamento básico nas favelas é um elemento técnico que faz parte dos componentes integrativos das ações governamentais, porém é um dos quesitos mais esquecidos, tendo sua importância suplantada com a ausência dos recursos, que desfavorecem a população pobre.

CONCLUSÃO

A partir da leitura de artigos, livros e publicações online sobre a pobreza e o desemprego no Brasil foi possível concluir que a pandemia da COVID – 19 demarcou com mais evidência impactos negativos em detrimento da população pobre do país, que sofreu com o número expressivo de demissões, com o aumento da violência nas favelas, além da escassez de alimento.

Com base na discussão em torno do tema compreendeu-se que, o vírus embora exista e seja pernicioso traz em sua retaguarda as marcas da sutil perspicácia do homem, que por conta do capital, não valorizando a dignidade da pessoa humana, pensando apenas na lucratividade. Assim, a crise econômica afeta, sobretudo as minorias, a exemplo da população pobre de todas as regiões do Brasil.

Ao término deste trabalho vale destacar a relevância das políticas públicas e do Poder Público, bem como a participação coletiva, que mobiliza a importância que os movimentos sociais têm, sua força representativa diante das autoridades, ou seja, a coletividade é uma ferramenta capaz de se articular e buscar alternativas, para beneficiar toda a população, dentro dos critérios de cidadania, visando sempre o respeito à dignidade da pessoa humana.

O estudo possibilitou conhecimento sobre este fenômeno social tão recente que sobreveio a toda humanidade, bem como permitiu a compreensão acerca dos aspectos

políticos, econômicos, culturais e sociais que a pandemia conseguiu destacar nesse período da quarentena, através de impactos danosos à população negra do país.

REFERÊNCIAS

- CRESPO, A. P. A; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, Volume 1, Número 2, jul-dez/2017. Disponível em <<http://www.rae.com.br/electronica/index.cfm?FuseAction=Artigo&ID=1178&Secao=PÚBLICA&Volume=1&Numero=2&>> Acesso em 01/02/2020.
- G1 – GLOBO. Negros são maioria dos mortos por coronavírus no DF, apontam dados da Secretaria de Saúde. 2020. Disponível em <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/07/08/negros-sao-maioria-dos-mortos-por-coronavirus-no-df-apontam-dados-da-secretaria-de-saude.ghtml>. Acesso em 24 de jul de 2021.
- GIL, AC. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2002.
- GIOVENARDI. Eugênio. Os Pobres do Campo. Ponto Alegre. Tomo, 2013.
- GONZALES, A. Pesquisadores dos EUA mostram ligação entre calor e pobreza. *Globo.com*. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/nova-etica-social/platb/2014/01/24/pesquisadores-dos-eua-mostram-ligacao-entre-calor-e-pobreza/>> Acesso em 02/02/2020.
- GUITARRARA, Paloma. "Pobreza no Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilestela.uol.com.br/geografia/pobreza-no-brasil.htm>. Acesso em 26 de julho de 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) Disponível em<<https://www.ibge.gov.br/>> Acesso em: 24 de jul de 2021.
- JAMUR, Marilena et al. A noção da pobreza frente às desigualdades sociais. in CAMAROTTI, Ilka; SPINK, Peter Kevin (Coord.). Estratégias locais para redução da Pobreza: construindo a cidadania. São Paulo: Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2000, p. 18-21. Oficina
- KOHUT, John et al. A nova face da pobreza. *O Correio da Unesco, Brasil*, Ano 27, n. 5, p. 17-19, maio 1999.
- MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*. v.17, nº. 48. São Paulo. Maio/ago. 2013
- ONU- *Declaração Universal dos Direitos Humanos. Promulgada em 1948. Disponível:* <<https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>> Acesso em 24 de jul de 2021.
- RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. *Anál. Social, Lisboa*, n n. 211, p. 430-456, jun. 2014.

ROMÃO, Maurício E.C. Considerações sobre o conceito de pobreza. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 4, p. 355-370, Out./Dez. 2017.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Fragmentação e exclusão nas metrópolis. In: *Sociedade e Territórios*. nº 30, Lisboa: Afrontamento, 2012

SALMEN, Lawrence. Ouvir os pobres. *Finanças & Desenvolvimento*, Washington, D.C., v. 14, n. 4, dezembro 2014.

SANTOS, Milton. FERREIRA, Laura. *O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI*. São Paulo. Record. 2001.

SIQUEIRA, Mariana Santiago et al. Interações por doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado na rede pública de saúde da região metropolitana de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2010-2014. *Epidemiol. Serv. Saude*, Brasília, 26(4):795-806, out-dez 2017.

TELLESS, Vera da Silva. *Pobreza e Cidadania*. São Paulo. Editora 34. 2018

SEÇÃO DE PROJETOS



O COLÉGIO AMERICANO EM BELÉM (1881-1890): EDUCAÇÃO PROTESTANTE E LAICA NA CAPITAL DO GRÃO-PARÁ

**Alex Seabra Santos
Ricardo Figueiredo Pinto**

1. INTRODUÇÃO

No Pará, após a fundação de Belém em 1616, várias congregações religiosas vieram para fazer o trabalho de catequização, esta colônia do Brasil teve a sua primeira fase de instrução aos cuidados dos frades Carmelitas, dos capuchos mercenários, dos jesuítas, dos religiosos da Conceição da Beira e Minho, e, dos da Piedade. Os religiosos dessas congregações ministraram a educação e o ensino em Belém, onde criaram as primeiras escolas primárias, pautada em Deus e nos rudimentares preceitos da moral religiosa e social (LOBATO, 2015).

A influência religiosa na educação paraense foi marcante durante o século XIX, tanto o estado, como a igreja fizeram esforços para que a Instrução Pública tivesse avanços, com criação de escolas, de asilos e da escola normal. Na segunda metade desse século, a Instrução Pública foi alvo de interesse por parte da igreja católica, evangélicos, conservadores e liberais; isso foi se configurando numa disputa entre o estado e a igreja, momento que entrou em cena a discussão sobre a modernização do ensino e os embates sobre a laicidade deste.

O tema escolhido decorre da tentativa de se estabelecer uma discussão histórica e bibliográfica sobre o processo de laicização da educação brasileira na década de 1880, na cidade de Belém do Pará, a partir da análise de um estudo de caso, do referido colégio protestante americano que existiu na cidade entre os anos de 1881 a 1890.

O autor Cunha (2017), afirma que:

“Não há modelos pré-determinados para a laicidade. Isso porque em cada país o processo de laicidade do estado passa por avanços e recuos, bem como se alteram os protagonistas que disputam a legitimidade para seus projetos específicos. A França é um bom exemplo disso. Frequentemente apresentada como paradigma da laicidade, teve distintas versões dela em disputa durante os debates parlamentares sobre a separação igreja católica-estado em 1905. E as divergências não pararam aí, a ponto de Jean Baubérot (2015) mencionar a existência de sete versões da laicidade francesa. Atualmente projetos rivais disputam a primazia nesse país, com uma versão claramente islamofóbica num extremo, que pretende reprimir muçulmanos, especialmente os imigrantes árabes pobres e seus descendentes; noutro extremo, o estado francês estenderia para todas as religiões (inclusive a islâmica) o apoio que confere às instituições judaico-cristãs, como os subsídios a mais de oito mil escolas privadas, chamadas de contratadas.”

2. PROBLEMA

Com a proclamação da independência, a conhecida Adesão do Pará, assinada em 15 de agosto de 1823 à independência do Brasil, ocorreu numa época em que o país estava dividido em duas Capitanias: A província do Grão Pará e Maranhão, e a Província do Brasil. Os dois territórios faziam parte da colônia Portuguesa, mas a comunicação entre eles era mínima, o Pará se reportava diretamente a Portugal e pouco contato tinha com o resto do país. Por outro lado, começaram os tumultos políticos, suscitando uma agitação, conflito entre os partidos, que anos depois culminou na cabanagem, em 1835. Nesse clima, em 1832 a instrução pública vegetava. A capital contava com seis escolas primárias, sendo que somente duas funcionavam, o restante estava parado por falta de professor; no interior, das vinte e cinco escolas espalhadas, onze funcionavam e o restante, quatorze, estavam abandonadas, pelo mesmo motivo: falta de professores (VIANNA, 1987).

Passados dez anos dessa regulamentação, o ensino primário ainda padecia de atenção por parte do estado do Pará, além disso, as leis instituídas, as alternativas e ações até então tomadas, não mudaram a precariedade do ensino, continuavam os velhos problemas, a inexistência de professores qualificados e com comprovado saber, moralidade, assim como também os meios incipientes de os preparar. Nesse sentido, o âmbito desta pesquisa, o fator principal de indagação é identificar os procedimentos fenomenológico-hermenêutico na educação protestante e laica na capital do Grão-Pará.

3. QUESTÕES A INVESTIGAR

- Como se desenvolveu o processo de laicização da educação brasileira na década de 1880 às vésperas da mudança do regime monárquico para o regime republicano no Brasil?
- De que forma foi desenvolvida a educação laica na capital do Grão-Pará no Colégio Americano em Belém década de 1880.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Analisar como foi desenvolvida a educação protestante e laica na capital do Grão-Pará no colégio americano em Belém no período de 1881 a 1890.

4.2 Objetivos específicos

- Verificar de que forma foi desenvolvida a educação protestante na capital do Grão-Pará no Colégio Americano em Belém na década de 1880;
- Verificar de que forma foi desenvolvida a educação laica na capital do Grão-Pará no Colégio Americano em Belém década de 1880.

4. JUSTIFICATIVA

Segundo o autor Cunha (2017), afirma que: “a educação escolar de conteúdo alternativo ao católico veio por iniciativa maçônica e protestante. Pelo simples fato de ministrarem educação a crianças e jovens sem a religião católica no currículo, as iniciativas maçônicas e protestantes contribuíram eficazmente para a secularização da cultura no Brasil. Elas iam mais longe, pois apresentavam aos alunos uma versão diferente do cristianismo, que primava pela tolerância religiosa.” (CUNHA, 2017, p. 81).

O colégio americano (1881-1890), localizado em Belém do Pará, nosso objeto de estudo, exemplifica essa iniciativa de promover um ensino não católico, voltado, nas palavras de José Veríssimo, seu diretor, a oferecer unicamente a educação moderna em sua instituição.

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A importância de estabelecermos uma análise sobre o processo de construção da educação laica em Belém do Pará, na década de 1880, partindo de uma instituição inicialmente religiosa, particular de ensino, mas que ministrava conteúdos notadamente científicos e ligados às metodologias mais inovadoras de seu tempo, nos remete a desafios que vão além de apenas compreender o processo de laicização da educação em Belém do Pará. Permite-nos compreender que essa laicização apresenta uma constante de avanços e revezes orientados pelos governos e políticas do período.

Ainda segundo o autor Cunha (2017): “a educação brasileira estaria marcada por duas tendências deploráveis: de um lado a educação ministrada pelo “elemento clerical”, que abusava da instrução religiosa; de outro lado, uma “educação frívola subministrada por uns voltarianos”, que travavam guerra indiscriminada a todo o ideário religioso. Os primeiros faziam da educação um caminho para o fanatismo, enquanto que os últimos inculcavam nas crianças noções

Pesquisa será realizada através de levantamento bibliográfico e documental, de cunho qualitativo e seguirá o método analítico e categoria de análise bibliográfica. Leitura e análises de sites acadêmicos, artigos científicos, jornais e livros.

[illegible]

Depósito da dissertação											X	
Defesa da Dissertação												X

REFERÊNCIAS

CHIZZOTI, A. A Constituinte de 1823 e a Educação. 1996. Fávero. A educação nas constituintes brasileiras. 1923-1988. São Paulo: Autores Associados. 1996.

COSTA, B. G. Educação para ser boa deve ser religiosa": romanização e civilização no projeto educativo do bispo dom Antônio de Macedo costa para a Amazônia (1861 - 1890). Dissertação de mestrado, 2019.

CUNHA, L. A. A educação brasileira na primeira onda laica: do império à república Rio De Janeiro: Edição do Autor, 2017.

CUNHA, L. A. Sintonia oscilante: religião, moral e civismo no Brasil - 1931/1997. In: Cadernos de pesquisas, V.37, N.131, P.285-302

CUNHA, L.A. Universidade Temporã: O ensino superior da colônia à Era Vargas. São Paulo: UNESP, 2007.

CUNHA. L. A. O sistema nacional de educação e o ensino religioso nas escolas públicas. Educação e sociedade. Campinas, v. 34, n. 124, p. 925-941.

GADOTTI, MOACIR: História das ideias pedagógicas. São Paulo: Editora Atlas.1996.

VERÍSSIMO, J. Notícia geral sobre o colégio americano. Belém, Pará: Tipografia de Pinto Barbosa & C., 1888.

A PERCEPÇÃO DOS ACADÊMICOS DO CURSO DE BACHAREL EM EDUCAÇÃO FÍSICA SOBRE A SUA ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

**Alice Pequeno de Brito
Ricardo Figueiredo Pinto**

1. INTRODUÇÃO

O envelhecimento, a urbanização, as mudanças sociais e econômicas são fatores que estão influenciando no estilo de vida das pessoas. Como consequência, tem crescido a prevalência de fatores como a obesidade e o sedentarismo, contribuindo de maneira significativa para o crescimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). (DUARTE, 2012)

A educação física, historicamente, é reconhecida como instrumento de promover qualidade de vida, por meio de prevenção, confirmando a importância do profissional de educação física no âmbito da saúde, dessa forma evidencia-se mundialmente as múltiplas potencialidades da atividade física para a prevenção das DCNT's. (CONFED, 2005).

A Educação Física brasileira, bem como a Profissão de Educação Física (PEF), vive momentos de transição e de mudanças de paradigmas, tornando-se cada vez mais necessário evidenciar, identificar e desenvolver suas dimensões sociais, culturais, econômicas e políticas. Para conhecer o perfil profissional e sua área de atuação é necessário percorrer sobre sua trajetória, com intuito de analisar suas alterações e suas atribuições, além disso, suas mudanças de acordo com as resoluções previstas, mostrando muitas conquistas de inclusão no mercado de trabalho.

De acordo com a Resolução nº 046/2002/CONFED, a qual dispõe sobre a intervenção do Profissional de Educação Física (PEF) e respectivas competências e define os seus campos de atuação profissional, a intervenção está relacionada direto a área das atividades físicas, abrangendo diversas apresentações com diferentes objetivos na sua prática.

Não obstante, observa-se com as alterações percorridas pelo PEF e com expansão de seu campo de atividade, inclusive na saúde, foi analisado em um estudo uma pesquisa nas principais capitais do país, que 61 instituições de Ensino Superior (ES), públicas e privadas, concluiu-se que 72,1% não possuem disciplinas direcionada para saúde coletiva. Todavia, foi possível perceber que o curso de bacharelado foi o que apresentou

na sua grade curricular um maior número de disciplina no âmbito da saúde (COSTA et al., 2012).

2. JUSTIFICATIVA

Segundo Barbosa-Rinald, 2008, observa-se a importância da fase inicial da formação do PFE, é nele que se adquirem conhecimentos indispensáveis para a atuação na área específica. Dessa maneira, analisando que cabe ao PFE, além das atribuições técnicas, a intervenção social, após a sua inclusão no Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF).

Segundo COSTA 2012 acredita-se que seja necessário repensar na gênese da sua formação. Esta deve, dessa maneira, influenciar com o desenvolvimento de profissionais que apresentam competência de conhecimento em todas as suas áreas de atuação, além de construir profissionais críticos, capazes de compreender e colaborar com a transformação da realidade social na qual estejam envolvidos.

Com o passar dos anos nota-se que até a metade dos anos 80 o curso de Educação física era exclusivamente Licenciatura, mas com a criação da resolução CFE nº 03/1987 em 16 de junho de 1987 diferencia os cursos de Graduação de Licenciatura e Bacharelado em Educação Física com intuito de acompanhar a evolução na educação, esporte e lazer, especificando a Licenciatura Campo da educação escolar (pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus) e os cursos de Bacharelado à educação Não-Escolar (academias, clubes, centro comunitários, condomínios etc.) (BRASIL, 1987).

A EF está fragmentada em duas áreas de atuação, o campo escolar e o não escolar, e essa divisão se constitui numa importante ferramenta de organização entre a EF e as novas necessidades do trabalho. Onde o trabalhador bacharel era fundamental se adaptar às necessidades que o mercado de trabalho exige, o que os leva ao trabalho informal, precário e com poucos direitos. (IORA, SOUZA E PRIETTO, 2017).

Conforme, Iora, Souza e Prietto (2017) , a razão desse processo de divisão de formação é que o indivíduo formado a partir no novo currículo se sentiria mais seguro e competente para a sua atuação no campo específico ao qual é direcionado. Segundo Morschbacher (2012) aponta que a consequência das reformas curriculares é a fragmentação da formação do trabalhador em EF, tendo como indicador fundamental a divisão dois espaços de trabalho: escolar e não escolar.

3. OBJETIVO GERAL

Avaliar a percepção dos acadêmicos do curso de bacharelado em educação física da Universidade do Estado do Pará sobre suas possibilidades de atuação no mercado de trabalho.

3.1 Objetivos Específicos

Identificar o quantitativo de acadêmicos que cursam e os que querem cursar o bacharelado em educação física na Universidade do estado do Pará;

Verificar qual o nível de conhecimento que estes acadêmicos possuem sobre o mercado de trabalho para o bacharel em educação física;

Identificar quais são os interesses de atuação, no mercado de trabalho, destes acadêmicos como futuros bacharéis em educação física.

4. REFERENCIAL TEÓRICO

- Capítulo 1 – Legislação brasileira do curso de Bacharelado em Educação Física;
- Capítulo 2 – Projeto Pedagógico do curso de bacharelado em educação física da Universidade do estado do Pará;
- Capítulo 3 – Mercado de trabalho do bacharel em educação física no Brasil.

5. METODOLOGIA

Tipo de Pesquisa: O estudo será desenvolvido por meio de pesquisa teórica e documental, e pesquisa de campo do tipo exploratória descritiva.

Local da pesquisa de campo: A pesquisa de campo será desenvolvida nos campi da Universidade do Estado do Pará onde tenha o curso de graduação em educação física (Belém, Santarém, Tucuruí, Conceição do Araguaia e Altamira).

População: Farão parte do estudo os acadêmicos dos cursos de graduação em educação física da Universidade do Estado do Pará.

Amostra: Consistirá do universo da população

Coleta de Dados: A coleta de dados será realizada mediante um questionário disposto em duas partes: dados gerais e questões específicas, aplicado através de

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Conselho Federal de Educação. Resolução n. 03/1987, de 16 de junho de 1987. Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos cursos de graduação em educação física (bacharelado e/ou licenciatura plena). Brasília, DF, 1987. Disponível em: < http://crefrs.org.br/legislacao/pdf/resol_cfe_3_1987.pdf>. Acesso em: 09 de agosto de 2022
- BARBOSA-RINALDI, IP. Formação inicial em Educação Física: uma nova epistemologia da prática docente. *Movimento* 2008; 14:185-207.
- COSTA, L.C. et al. Formação profissional e produtividade em saúde coletiva do Profissional de Educação Física. *Rev. Bras. Ativ. Fis. Saude*, v.17, n.2, p.107- 13, 2012.
- DUARTE EC, Barreto SM. Transição demográfica e epidemiológica: a Epidemiologia e Serviços de Saúde revisita e atualiza o tema. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*. 2012 Dec;21(4):529–32.
- FREITAS, Ernani Cesar de; PRODANOV, Cleber Cristiano. *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*. 2013, Rio Grande do Sul: Universidade FEEVALE.
- HOLANDA, Isabel Cristina Luck Coelho de; ALMEIDA, Magda Moura de; ERMETO, Edyr Marcelo Costa. Indutores de mudança na formação dos profissionais de saúde: pró-saúde e pet-saúde. *Rev Bras Promoç Saúde*, Fortaleza, 25(4): 389-392, out./dez., 2012.
- IORA, J. A.; SOUZA, M. A.; PRIETTO, A. L. A divisão licenciatura/bacharelado no curso de educação física: o olhar dos egressos. *Movimento*, Porto Alegre, v. 23, n. 2., p. 461-474, abr./jun. de 2017.
- MORSCHBACHER, Marcia. Reformas curriculares e formação do (novo) trabalhador em educação física: a subsunção da formação à lógica privada/mercantil. 2012. 245 f. Dissertação (Mestrado). Pelotas: ESEF: UFPel, 2012.
- SANTOS, C. U. *Histórico da Educação Superior de Educação Física no Pará: 1970 – 1985*. Belém; ESEF/PA, 1985.
- Universidade do Estado do Pará, Projeto Pedagógico de Graduação do Curso em Educação Física – Licenciatura e Bacharelado. Belém-Pará, 2019.

EFEITOS DO EXERCÍCIO FÍSICO COMO TRATAMENTO NÃO FARMACOLÓGICO EM ADOLESCENTES COM ANSIEDADE

**Douglas Alcântara Barbosa
Victória Baia Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto**

1 INTRODUÇÃO

Segundo dados da (OMS), há um aumento significativo nos números de ansiedade no mundo dentre esses países, o Brasil está incluso.

“2 de março de 2022 (OMS) – No primeiro ano da pandemia de COVID-19, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou em 25%, de acordo com um resumo científico divulgado nesta quarta-feira (2) pela Organização Mundial da Saúde (OMS). O resumo também destaca quem foi mais afetado e mostra o efeito da pandemia na disponibilidade de serviços de saúde mental e como isso mudou durante a emergência de saúde pública. ”

Com tais números também houve um aumento significativo de psicotrópicos (ansiolítico) pela a população no geral e dentre essa população o aumento foi ainda maior em mulheres entre 20 a 50 anos e é sabido, que os medicamentos para transtornos de ansiedade apesar de trazer melhora no humor e na sensação de relaxamento para pessoa que estão em crise também tem os seus contra indicativos, contra indicação estas que não apenas farmacológica como uso de duas substâncias que interagindo entre si produz, resultado indesejáveis mas também seus efeitos colaterais.

De modo que o uso não racional desses medicamentos pode resultar em manifestação de efeitos adversos graves, como redução da capacidade motora, insuficiência respiratória e desenvolvimento do fenômeno de dependência e até mesmo demência. Entretanto o Exercício e Física (E.F.). Diminui a fadiga, melhora o humor, habilidades cognitivas e mobilidade e proporciona qualidade de vida em pacientes mais ativos fisicamente, mas também tem seus efeitos adversos como torções, lesões e dores momentâneas.

Mais poderia o E.F. ser um tratamento não farmacológico podendo até substituir completamente os medicamentos ansiolíticos em adolescentes com ansiedade crônicas?

2 PROBLEMA

Quais as possibilidades do exercício físico que a literatura apresenta para tratamento não farmacológico em adolescentes com ansiedade?

3 JUSTIFICATIVA

A importância desta pesquisa, se dá, para pessoas que têm ansiedade como doença psicossomática e essa patologia crônica acaba por ser um impeditivo nas suas atividades cotidianas, podendo gerar outras comorbidades como depressão que é comumente associada a ansiedade de traço. Logo, como profissionais da saúde, é necessário estar munido de informação para prescrever as melhores atividades para este público.

No primeiro ano da pandemia de COVID-19, a prevalência global de ansiedade e depressão aumentou em 25%, de acordo com um resumo científico divulgado (OMS, 2022), como fora visto a incidência de ansiedade no mundo teve um aumento significativo e depressão também e é sabido que quando é abordado o tema saúde, não pode dividir-se saúde física e mental como profissionais de educação física e de suma importância dominarmos o tema ansiedade.

Por tanto, este trabalho tem seu valor por agregar conhecimento aos acadêmicos da área da saúde e mais especificamente aos profissionais de educação física porque tem à sua disposição uma ferramenta de medicina preventiva e pós patológica chamada exercício físico. Podendo ser um instrumento não farmacológico de baixo investimento financeiro e com pouquíssimas contraindicações podendo ser aplicado em grande escala ou em atendimentos pessoais.

De modo que, ciência do movimento humano, ganha esta grande contribuição acadêmica, há hipótese de um total e completa substituição de ansiolíticos em pessoas com ansiedade crônica e muito dos seus processos psicobiológicos, podendo servir para de trampolim para as demais pesquisas desenvolvidas após esta.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Analisar efeitos do exercício físico como tratamento não farmacológico em adolescentes com ansiedade

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os protocolos prescritos mais e menos efetivos de exercício físico como tratamento não farmacológico em adolescentes com ansiedade

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Capítulos do referencial teórico:

- Ansiedade.
- Adolescência Início e Término.
- Exercício físico na prevenção e combate a ansiedade em adolescentes

1. É um consenso entre autores que a ansiedade é algo inerente ao ser humano, por tanto quando este mesmo sentimento está dissociado ao meio vivido como, uma tensão pré competição, preocupação antes de testes e eventos na vida de qualquer ser humano, o que seria segundo. Barbosa de Lira e Vancini (2016, p.711) é caracterizada como ansiedade de estado que está vinculado a uma resposta transitória aguda e momentânea de dado evento ou estímulo situacional. Adversamente a este tipo de ansiedade está a ansiedade de traço, que é uma condição crônica que pode levar o sujeito a uma condição crônica generalizada (BARBOSA DE LIRA e VANCINI, 2016, p.711).

2. Adolescência se inicia entre 8 e 9 anos tendo o seu término por volta dos 17 a 18 anos e a mesma pode ser separados entre adolescentes mais novos e mais velhos sendo esse critério, não se levando somente em consideração a idade cronológica, mas a formação cerebral e corporal. Estas diferenças são muito bem vistas na ativação no lóbulo frontal responsável pelo o pensamento modulado mais crítico racional em detrimento da amígdala que é uma pequena estrutura em forma de amêndoa localizada no lobo temporal que está fortemente envolvida nas reações emocionais e instintivas do cérebro (FELDMAN e PAPALIA, 2013, p.319).

3. Resumo teórico dos mecanismos psicobiológicos: na atualidade os mecanismos mais enfatizados sobre a eficiência dos exercícios físicos são pelo o lado psicológico, são três as hipóteses mais discutidas como primeiro o da distração: que sugere que o indivíduo que é praticante de exercício físico por desviar a sua atenção dos estímulos negativos acaba por ter melhoras no seu “estado de espírito”. Coimo segunda hipótese, vem o da auto eficiência: que acredita que como o indivíduo é exposto a novos desafios mediante exercício físico a capacidade de envolver se na sua prática pode melhorar o humor e autoestima. E por fim, a terceira hipótese a melhora da interação social: que é um envolvimento maior das interações sociais entre os indivíduos praticantes de exercício e o apoio mútuo dentre eles acaba por melhorar a saúde mental.

Além do que, há também as hipóteses fisiológicas performam muito bem sobre os impactos do exercício físico na saúde mental elas têm como base duas hipóteses principais como as da monoaminas a das endorfinas, respectivamente as monomanias que tem efeito semelhante às drogas antidepressivas monomanias estas são principalmente a norepinefrina, epinefrina e dopamina que são catecolaminas neurotransmissoras (também responsáveis por levar informações o estado de humor do indivíduo). (ANDRADE, 2016).

6 METODOLOGIA

6.1. ABORDAGEM

Este estudo terá por abordagem hipotético dedutivo, segunda (LAKATOS E MARCONI, 1992, p.106) esta abordagem se inicia pela a percepção de lacunas no conhecimento e se formula hipóteses a partir de inferências dedutivas.

6.2. TIPO DE PESQUISA DA NATUREZA

Este estudo terá por natureza aplicado, que descreve na aplicação do conhecimento que possam vir evidenciar pontos positivos para a resolução de dado problema deste estudo.

6.3. Procedimentos técnicos

Tomamos por opção a pesquisa bibliográfica em uma abordagem hipotética dedutiva. Para. Essa pesquisa para, Oliveira (1943) " [...] tem finalidade conhecer as diferentes formas de contribuição científica que se realizaram sobre determinado assunto ou fenômeno." Adicionalmente,

Lakatos e Marconi (2001, p. 183), pontuam que a pesquisa bibliográfica, “[...] abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema estudado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. [...] e sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto, contudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto [...]”.

Em virtude do exposto, considera-se a pesquisa bibliográfica a opção mais adequada em relação aos objetivos da pesquisa e ao tempo despendido com o objeto do estudo, em detrimento os outros tipos de pesquisa, visto que, através da pesquisa bibliográfica ficaríamos bem imersos em revistas, livros, pesquisa monografias e teses abrangendo toda produção pertinente publicado sobre o assunto em questão.

6.4. Fontes de dados

O recorte temporal de nossas fontes de dados consiste em textos publicados no

intervalo de 2017 a 2021 (um período de cinco anos) a partir de levantamento em portais de periódicos como o da Capes, Scielo, PubMed e Google acadêmico. Usando os respectivos descritores (a definir os descritores).

6.5 Observação

Será utilizada a observação direta e extensiva que para (Marconi e Lakatos 1992, p.107) permite a descrição de forma qualitativa do objeto de estudo.

7 ORÇAMENTO

MATERIAL PERMANENTE	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Computador	1	R\$ 2.000,00	R\$ 2.000,00
Impressora	1	R\$ 300,00	R\$ 300,00
Pen Drive	1	R\$ 30,00	R\$ 30,00
MATERIAL DE CONSUMO	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Recarga de Cartucho Preto	1	R\$ 20,00	R\$ 20,00
Resma de Papel A4	1	R\$ 15,00	R\$ 15,00
TOTAL (R\$)			R\$ 2.365,00

8 CRONOGRAMA

2022/2023											
ATIVIDADES	MÊS										
	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3
Definição do Tema	X										
Definição do Problema	X										
Elaboração da Justificativa	X										
Revisão Bibliográfica	X										
Coleta de Dados	X	X	X	X	X	X	X				
Análise dos Dados Obtidos			X	X		X	X	X			

Discussão dos Dados			X	X		X	X	X	X		
Entrega e Defesa do Artigo										X	

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Marília dos Santos. BARBOSA DE LIRA, Claudio Andre. **Fisiologia do exercício**. São Paulo: Monole, 2016.

DE ARAÚJO, Sônia Regina Cassiano, **Transtornos de ansiedade e exercício físico**. são paulo: rev brasileira de psiquiatria, 2007.

MEIRA, Kaic Leite, **Impacto da pandemia pelo novo Coronavírus no perfil de consumo de ansiolíticos e antidepressivos na Atenção Básica do Distrito Federal, Brasil**. Brasília, DF, 2021.

PAPALIA, D.E. FELDMAN, R.D. **Desenvolvimento Humano**. são paulo:grupo A, 2013

A IMPORTÂNCIA DA PRÁTICA REGULAR DE EXERCÍCIOS FÍSICOS PARA PREVENÇÃO E COMBATE A ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Julian Oliveira da Rocha
Victória Baía Pinto
Ricardo Figueiredo Pinto

1 INTRODUÇÃO

Considerando a relação atual dos indivíduos em meio a sociedade, a qual vem passando por diversas e constantes mudanças principalmente no meio virtual, que se apresenta como uma “ferramenta” que isola os indivíduos, e faz com que os mesmos tenham uma maior incidência para o desenvolvimento de transtornos de ansiedade e depressão, em contrapartida a atividade física é capaz de proporcionar estímulos físicos e psicológicos que possuem a capacidade de controlar ou reduzir esses níveis tanto de ansiedade, quanto de depressão (BORGES, 2021).

Com os recentes acontecimentos vivenciados pela sociedade, mais precisamente durante a pandemia do COVID-19, surgiram diversas transformações no cotidiano, contribuindo cada vez mais para o distanciamento, e reduzindo o público praticante de atividades físicas, o que por sua vez ocasionou um aumento significativo na incidência de casos relacionados a ansiedade e depressão, uma vez que essas pessoas acabaram por “perder” o contato com aqueles com os quais buscavam auxílio, seja para realização das práticas da atividade física ou tratamentos com profissionais da área da saúde (AURÉLIO; SOUZA, 2020).

A atividade física se dá por meio do movimento corporal, o qual é produzido pela contração dos músculos esqueléticos e pode atuar como uma intervenção não medicamentosa. O exercício é capaz de promover alterações fisiológicas, bioquímicas e psicológicas, podendo assim reduzir a ansiedade e quadros de depressão, além de proporcionar o fortalecimento dos ossos e músculos, promovendo assim melhoria na capacidade funcional do indivíduo, o qual pode exercer suas atividades cotidianas com mais fluidez e reduzindo sua carga de estresse diária, a qual contribui negativamente para quadros de ansiedade e depressão (AURÉLIO; SOUZA, 2020; CRUZ *et al.*, 2018).

Relacionando os grupos praticantes e não praticantes de exercícios físicos, verificou-se que os praticantes regulares possuem uma menor chance de apresentarem sintomas de depressão e ansiedade, além de que a prática da atividade física contribui para a ação da endorfina, que por sua vez atua antes e depois da atividade como um

analgésico natural, que alivia as dores, tensões, reduz o estresse e assim por sua vez atua para o tratamento de alguns tipos de depressão e redução da ansiedade (BALEOTTI, 2018).

2 PROBLEMA

A partir de uma revisão bibliográfica, qual a importância da prática regular do exercício físico para a prevenção e combate a ansiedade e depressão em crianças e adolescentes?

3 HIPÓTESE

Os transtornos de ansiedade e depressão sofrem influência da prática do exercício físico, podendo trazer alterações nos níveis tanto de estresse, quanto de satisfação do indivíduo.

4 JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa se deu a partir do estudo e análise do transtorno de ansiedade e da depressão, os quais estão cada vez mais presentes na atual sociedade, sendo assim se faz necessário um estudo que englobe suas causas e possíveis meios para controlá-los, um desses meios se dá pela prática do exercício físico pelas crianças e adolescentes que possuem algum tipo de transtorno de ansiedade ou depressão.

Partindo de uma análise sobre o transtorno de ansiedade, alguns autores apontam tal transtorno como sendo uma das enfermidades psiquiátricas mais comuns e que resultam em um comprometimento e sofrimento funcionais consideráveis para o indivíduo, consequentemente atuando de forma negativa em seu funcionamento social e ocupacional. Sendo assim, a prática do exercício físico busca promover a essas crianças e adolescentes uma experiência de interação social e diminuição em sua carga de estresse, uma vez que a tal prática possibilita a diminuição da irritabilidade, das tensões musculares e melhora a qualidade de sono (RAMOS, 2015).

Em um levantamento acerca da relação entre o exercício físico e a depressão, este estudo constatou que em alguns dados da literatura referente ao presente assunto, sugere-se que o transtorno depressivo afeta todas as dimensões da qualidade de vida, e pode estar relacionado a atividades cotidianas comuns, como por exemplo, atividades domésticas,

irritabilidade social, escola, etc., sendo assim a prática regular de exercícios físicos busca mais uma vez promover essa interação social e melhoria da qualidade de vida do indivíduo (LIMA; FLECK, 2010).

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a importância da prática regular de exercícios físicos para prevenção e combate a ansiedade e depressão em crianças e adolescentes.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Verificar as causas e consequências do aparecimento do estado de ansiedade em crianças e adolescentes;

Verificar as causas e consequências do aparecimento do estado de depressão em crianças e adolescentes;

Identificar exercícios físicos que contribuam na prevenção e combate à ansiedade e depressão em crianças e adolescentes.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

Capítulos do referencial teórico:

- Ansiedade causas e consequências.
- Depressão causas e consequências.
- Exercícios físicos *versus* ansiedade e depressão.

Autores apontam a ansiedade como sendo uma condição inerente ao ser humano, e a pessoas acometidas por transtornos de ansiedade, onde se persistirem pode piorar com o tempo, passando a interferir na sua forma de viver e se relacionar. Pesquisas apontam a ansiedade como sendo gerada pela presença de uma ameaça, sendo o grau de percepção desta ameaça individual, resultante de fatores genéticos e de aprendizado, sobretudo experiências em fases críticas do desenvolvimento, as quais geram sinais e sintomas orgânicos que a potencializam ainda mais (BALEOTTI, 2018)

A depressão é considerada por alguns autores como um transtorno comum e sério que afeta as atividades da vida diária dos indivíduos. Ela está normalmente associada a fatores genéticos, biológicos e ambientais, os quais resultando no

desequilíbrio químico de áreas cerebrais relacionadas com humor e emoção. Podendo ser desencadeada por situações traumáticas, situações de estresse, etc. (BALEOTTI, 2018)

Estudos demonstram que o exercício físico pode promover a redução dos quadros de ansiedade, apontando que indivíduos que possuem uma boa aptidão física tendem a possuir taxas de ansiedade mais baixas em comparação aos indivíduos menos ativos (ARAÚJO; MELLO; LEITE, 2007)

Estudos apontam o exercício físico pode reduzir os sintomas de depressão, por meio de substâncias liberadas pelo corpo durante a prática do exercício físico, levantando o questionamento de que indivíduos que apresentam quadros depressivos, tendem a ter baixos níveis de aminas biogênicas, mostrando que o exercício pode promover o aumento da atividade da serotonina, servindo assim de antidepressivo (SANTOS, 2019).

7 METODOLOGIA

7.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo foi realizado como pesquisa de revisão e tem caráter descritivo, foram coletadas informações por meio de artigos científicos, dissertações e teses encontrados nas bases de dados sCielo, DataSus e PubMed, os quais contemplavam a importância da prática regular do exercício físico para a prevenção e combate a ansiedade e depressão em crianças e adolescentes.

7.2 LOCALIZAÇÃO E OBTENÇÃO DOS DADOS

A coleta de dados foi realizada por meio de consulta em artigos científicos, dissertações e teses encontrados nas bases de dados sCielo, DataSus e PubMed no período de busca de 2018 - 2022.

7.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados se deu a partir da análise e comparação dos textos relacionados ao tema no intuito de descrever e demonstrar e demonstra quais seriam as influências observadas na vida de crianças e adolescentes com ansiedade e/ou depressão em meio a prática do exercício físico.

A IMPORTÂNCIA DA DANÇA NO COMBATE À DEPRESSÃO

**Lidiane Gomes dos Santos
Ricardo Figueiredo Pinto**

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista o crescimento pela busca de praticar atividade física para melhoria da qualidade de vida, a dança se tornou uma grande opção para as pessoas que buscam mudar seu estilo de vida, por ser uma atividade prazerosa de se praticar. A dança como atividade física melhora a disposição para as atividades do dia-a-dia podendo proporcionar ao indivíduo que a pratica, força muscular, estética corporal e autoestima, através dos movimentos realizados pela atividade. (HASS e GARCIA, 2006).

Por conceito, caracterizada por tristeza profunda e um forte sentimento de desesperança e baixa autoestima, a depressão (CID10-F33) é uma doença psiquiátrica que, quando desproporcional a circunstância que a desencadeia, pode passar a ser patológica é recorrente nos dias atuais de forma global e que deve ser vista e tratada como qualquer outra doença. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), ainda no primeiro ano da pandemia da Covid-19 a prevalência de casos de depressão aumentou em 25%, só no Brasil cerca de 5,8% da população sofrem com a doença, um total de 11,5 milhões de casos.

Já a dança, além de ser uma forma de expressão corporal, é uma atividade física que gera consequentemente um aumento positivo na qualidade de vida do indivíduo, resultando em diversos benefícios para a saúde física e/ou mental como emagrecimento e interação social.

Sendo assim, o tema busca identificar qual a contribuição da dança no combate a depressão, das pessoas que a pratica, compreendendo que a beneficiação resultante da prática da dança trará conhecimento mais aprofundado, o que servirá de apoio para estudos e pesquisas, referente ao assunto, para o Laboratório de Desenvolvimento Infante Juvenil (LADEIJU).

2. JUSTIFICATIVA

Como prática corporal, a dança pode proporcionar melhoras significativas no quadro de indivíduos diagnosticados com depressão por proporcionar diversas funções para o corpo e mente, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais.

São exemplos dos benefícios a saúde, promovido pela execução da dança o fortalecimento muscular, melhor condicionamento físico, favorecimento a saúde cardiovascular, melhora as relações interpessoais, ajuda a expressar emoções, podendo ainda promover a autoconfiança e a clareza de pensamento. O praticante é capaz de se desligar de seus problemas e a dança torna-se uma forma de terapia que aumenta o bem-estar e autoestima onde possibilitará o indivíduo descobrir e compreender alguns aspectos significativos que vão ajudá-lo em sua qualidade de vida.

A depressão foi considerada pela Organização Mundial da Saúde como o "mal do século XXI". É uma doença silenciosa, muitas vezes tem seus sintomas e causas incompreendidos inclusive por quem sofre do problema. Com isso, se faz necessário e justo toda forma eficaz de prevenção e combate a essa enfermidade presente em nosso meio social como um todo.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a importância da dança no combate à depressão.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar qual a contribuição da dança no combate à depressão

Verificar de que forma a dança pode ajudar na melhoria da saúde mental de um indivíduo que a pratica?

4. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de campo. Para tal, será realizada a aplicação de questionários para uma amostra de 30 alunos (as), na faixa etária de 15 a 25 anos, do Laboratório de Desenvolvimento Infante Juvenil (LADEIJU).

A pesquisa de campo, que conforme Gil (2002, p.53) é “tipicamente, o estudo de campo que focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana”.

5. RESULTADOS ESPERADOS

Antecipa-se por resultados positivos que, através deles, seja possível deixara sociedade e principalmente aos pacientes com a doença, sabedoras de que existem outros meios de tratamento e prevenção da depressão fazendo com que se interessem a realização de atividades físicas, nesse caso a dança, conhecendo seus benefícios não somente para o corpo, mas para a mente.

6. CRONOGRAMA

ATIVIDADE	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN
ELABORAÇÃO DE PESQUISA							
PESQUISA BIBLIOGRAFICA PRELIMINAR							
PESQUISA BIBLIOGRAFICA COMPLEMENTAR							
COLETA DE DADOS							
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS							
ELABORAÇÃO DO RELATORIO FINAL							
ENTREGA DO RELATORIO FINAL							
PUBLICAÇÃO							

REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4º edição. Ed. Atlas. São Paulo, 2002.

HASS, Aline Nogueira e GARCIA, Ângela. **Ritmo e dança**. Canoas. Ed. ULBRA, 2006.

GINÁSTICA LABORAL E SEUS ASPECTOS EMPREENDEDOR, INOVADOR E TECNOLÓGICO

Roberto Penafort Amorim da Silva

Victória Baía Pinto

Ricardo Figueiredo Pinto

1 INTRODUÇÃO

As mudanças decorrentes do desenvolvimento tecnológico vem exigindo cada vez mais dos trabalhadores atualização e adaptação às inovações perante a um mercado extremamente competitivo que, muitas vezes, exige mais do que a capacidade humana pode suportar, e esse fator associado à extensa jornada de trabalho pode influenciar no bem estar dos trabalhadores (REIS et al., 2003; AUGUSTO et al., 2008; FERNANDES; ASSUNÇÃO; CARVALHO, 2010; MENDES; LEITE, 2004; MUROFUSE; MARZIALE, 2001; CANDOTTI; NOLL; CRUZ, 2010). Além disso, assumindo que a utilização de ferramentas digitais como notebooks e tablets é essencial para a facilitação do trabalho, entende-se também que as pessoas expostas a estas condições estão sujeitas a restrição dos movimentos, má postura, iluminação inadequada e por conta disso desenvolvem doenças como bursite de cotovelo, síndrome do canal cubital, síndrome miofascial e tenossinovite dos extensores dos dedos (INSS/DC n 98).

Como resultado tem-se o afastamento dos trabalhadores de suas atividades, queda no rendimento e pode ocasionar aposentadoria por invalidez (PASTRE et al. 2007), uma vez que acidentes de trabalho não estão restritos a obras de grande porte ou atividades de alto esforço físico e risco, pois nota-se também um percentual significativo de afastamentos relacionados a problemas de ergonomia adquiridos em escritórios (USUALMED, 2017).

Assim, a Ginástica Laboral (GL) pode ser uma alternativa de contornar ou minimizar esses problemas. Segundo Pressi e Candotti (2005), o aumento da produtividade, disposição, melhoria da qualidade de vida e consciência corporal podem ser efeitos da inserção da GL na rotina dos trabalhadores. Entretanto, a bibliografia ainda é controversa no que diz respeito à prevenção de lesões, segundo Augusto et al. (2008) a GL aplicada de forma isolada, pode ser ineficaz.

Desse modo, este estudo justifica-se pela necessidade de um aprofundamento neste tema buscando pontuar os aspectos empreendedores, de inovação e tecnologia da Ginástica Laboral.

2 PROBLEMA

As exigências atuais no mundo do trabalho relacionados a produtividade tem gerado ambientes cada vez mais estressantes, com impactos negativos na motivação dos trabalhadores e no desempenho de suas funções (ROSSATO, et al., 2013). Todo programa de ginástica laboral deve propiciar principalmente a mudança individual, que acarretará benefícios pessoais e coletivos, a partir de melhorias no ambiente ocupacional. Além disso, a ginástica laboral proporciona maior disposição para outras atividades do cotidiano, como atividades em família, com amigos e até mesmo a prática de atividade física fora do expediente de trabalho (LIMA, 2003).

3 QUESTÕES NORTEADORAS

- Quais são os principais aspectos empreendedores usados na ginástica laboral?
- Quais são os principais aspectos inovadores utilizados na ginástica laboral?
- De que forma a tecnologia é utilizada na ginástica laboral?
- Qual a importância da ginástica laboral usada nas empresas?

4 JUSTIFICATIVA

Há uma controvérsia a respeito da aplicabilidade da GL nos escritórios fechados, pois quando trabalhada de maneira isolada acaba-se ignorando a subjetividade dos indivíduos inseridos neste contexto, o que se torna um problema uma vez que cada um tem uma necessidade específica de acordo com as exigências dos seu próprio organismo (AUGUSTO et al., 2008). Portanto, esse estudo justifica-se pela necessidade de um aprofundamento neste tema buscando pontuar os impactos reais da aplicação da GL nos escritórios e esclarecer as questões sobre sua eficácia.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a importância da utilização da Ginástica laboral nas empresas e sua relação com os aspectos empreendedor, inovador e tecnológico.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Listar os principais aspectos empreendedores usados na ginástica laboral

- Identificar os principais aspectos inovadores utilizados na ginástica laboral?
- Verificar de que forma a tecnologia é utilizada na ginástica laboral?

6 REFERENCIAL TEÓRICO

- Cap 1 – Ginástica laboral
- Cap 2 – Empreendedorismo e ginástica laboral
- Cap 3 – Inovação e ginástica laboral
- Cap 4 – Tecnologia e ginástica laboral

7. METODOLOGIA

7.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

O estudo será realizado através de uma pesquisa bibliográfica. Esta pesquisa caracteriza-se pela busca de trabalhos pertinentes de outros pesquisadores, que possam contribuir de maneira eficiente com a análise da problemática da pesquisa em questão, sendo estes livros, artigos, teses etc. (SEVERINO, 2007).

7.2 LOCALIZAÇÃO E OBTENÇÃO DOS DADOS

Os dados para essa pesquisa serão obtidos através de livros, coletânea de textos, teses, dissertações e periódicos (LIMA; MIOTO, 2007). Todas as informações para a produção deste trabalho serão buscadas em bibliotecas digitais, as quais publicadas no período de 2018 a 2022.

7.3 METODOLOGIA DE ANÁLISE DOS DADOS

A análise será determinada pela obtenção de dados através da leitura de reconhecimento do material bibliográfico, leitura seletiva, leitura reflexiva e crítica e leitura interpretativa, que se configuram como ferramentas essenciais para a pesquisa bibliográfica (LIMA; MIOTO, 2007).

8 ORÇAMENTO

MATERIAL PERMANENTE	QUANTIDADE	VALOR UNIT. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
Computador Dell Inspiron i5	1	R\$ 2699,00	R\$ 2699,00
Internet de 100 mega bytes por 7 meses (R\$ 100,00/mês)	1	R\$ 700,00	R\$ 700,00
Total			R\$ 3.399,00

9 CRONOGRAMA

2022/2023											
ATIVIDADES	MÊS										
	5	6	7	8	9	10	11	12	1	2	3
Definição do Tema	X										
Definição do Problema	X										
Elaboração da Justificativa	X										
Revisão Bibliográfica	X										
Coleta de Dados	X	X	X	X	X	X	X				
Análise dos Dados Obtidos			X	X		X	X	X			
Discussão dos Dados			X	X		X	X	X	X		
Entrega e Defesa do Artigo										X	

REFERÊNCIAS

AUGUSTO, V.G. et al. A look into Repetitive Strain Injuri/Work-Related Musculoskeletal Disorders within physical therapists clinical context. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v.12, n.1, p.49-58, jan./fev. 2008.

CANDOTTI, C.T.; NOLL, M.; CRUZ, M. Prevalência de dor lombar e os desequilíbrios musculares em manicures. Revista Arquivos em Movimento, Rio de Janeiro, v. 6, n.1, p.125-40, jan./jun. 2010.

FERNANDES, R. C. P.; ASSUNÇÃO, A. A.; CARVALHO, F. M. Repetitive tasks under time pressure: the musculoskeletal disorders and the industrial work. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v.15, n. 3, p. 931-42, mai. 2010.

INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL – INSS. Instrução Normativa nº 98, 5 de dezembro de 2003. Publicado em: 10/12/2003

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica, *Revista Katálysis*, Florianópolis v. 10 n. esp. p. 42-43, Abril, 2007.

MENDES, R. A; LEITE, N. Ginástica Laboral: Princípios e Aplicações Práticas. Barueri: Editora Manole, 2004.

MUROFUSE, N. T.; MARZIALE, M. H.P . Mudanças no trabalho e na vida de bancários portadores de lesões por esforços repetitivos: LER. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, v. 9, n. 4, p.19-25, jul. 2001.

PASTRE, E. et al. Work-related musculoskeletal complaints by women in a social rehabilitation center. *Revista Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v 23, n.11, p. 2605- 12, nov. 2007.

PRESSI, A. M. S.; CANDOTTI, C.T. Ginástica Laboral. São Leopoldo: UNISINOS, 2005.

REIS, P. F. et al. O uso da flexibilidade no programa de ginástica laboral compensatória, na melhoria da lombalgia em trabalhadores que executam atividades sentados. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA, 18., 2003, Foz do Iguaçu. Anais., Foz do Iguaçu, 2003.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. São Paulo, SP: Cortez, 2007

USUALMED, Equipamentos de proteção em escritórios previnem acidentes de trabalho e aumentam a produtividade dos colaboradores, 2017. Disponível em: <<http://usualmed.com.br/index.php/noticias/detalhes/37/equipamentos-de-protecao-emescritorios-previnem-acidentes-de-trabalho-eaumentam-a-produtividade-doscolaboradores>> Acesso em: Jan. 2022

SEÇÃO DE SLIDES





Hermann Ampuero
Sports and Environment



“Um processo contínuo e sistemático de **tomada de decisão** empresarial com base em profundo conhecimento do futuro do negócio. Incluindo os esforços necessários para aplicar essas decisões, medir resultados e prover feedback.”

WebMais

PETER DRUCKER

Planejar é essencial para que o seu negócio alcance o sucesso.
Você define metas, traça estratégias,
Antecipa necessidades e monitora seu progresso.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Hermann Ampuero
Sports and Environment

O QUE É PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão responsável por mapear o caminho para atingir os objetivos de uma empresa.

Ele funciona como uma espécie de roteiro, que determina onde seu negócio está, aonde quer chegar e as ações necessárias para ter sucesso na jornada.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para que serve ?



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

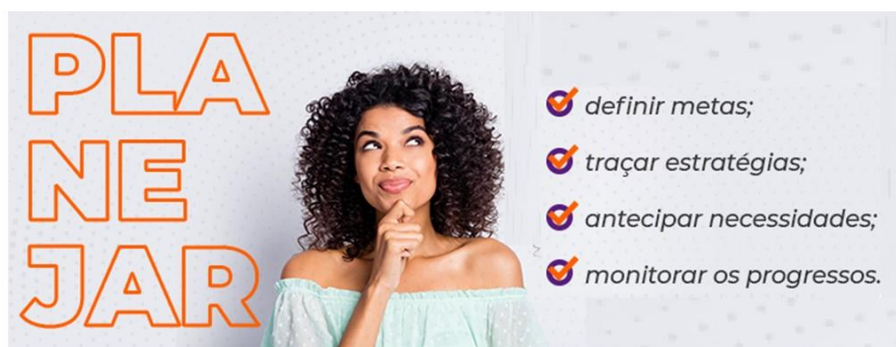
Os propósitos do Planejamento Estratégico diferem conforme a natureza das organizações

ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS:

Busca de sustentabilidade institucional, ou seja, de continuada valorização social dos bens e serviços que ela produza

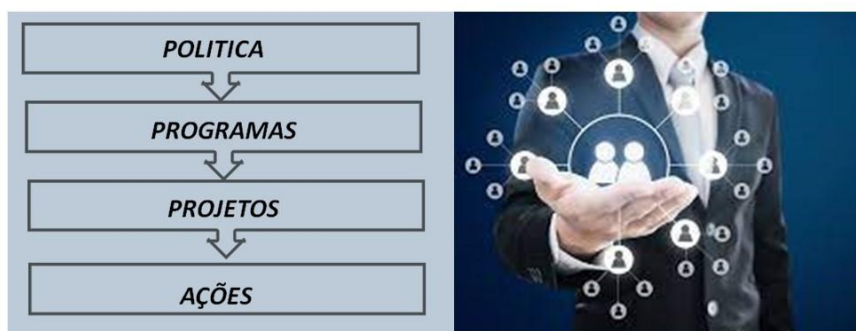
ORGANIZAÇÕES PRIVADAS:

Conquista de posições e vantagens competitivas, que permitam maior lucro para essas empresas.



O **planejamento estratégico** é um documento essencial para as empresas e deve existir desde a sua fase mais inicial, quando o plano de negócio começa a ser desenvolvido e ganhar forma.

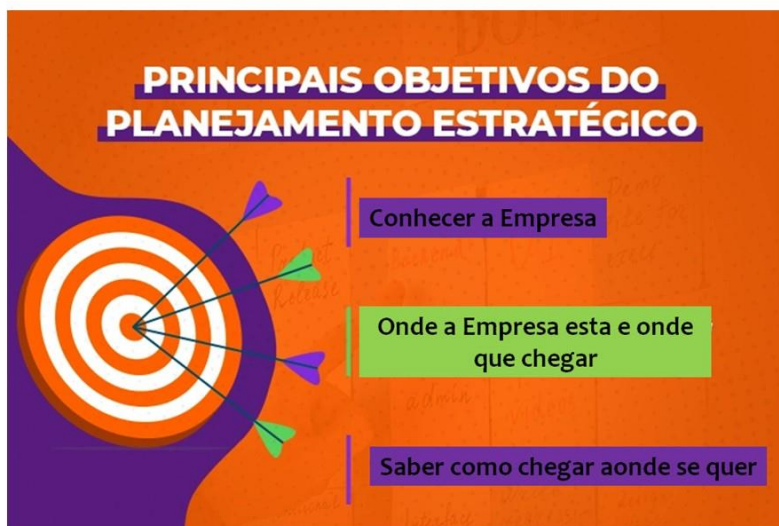
ESTRUTURAÇÃO DA POLITICA E DE PLANO INSTITUCIONAIS



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento está focado no que diz respeito às funções de Planejamento, Organização, Direção, Controle e Avaliação.

- ❑ **PLANEJAR** : Saber onde estou e aonde quero chegar:
- ❑ **ORGANIZAR**: Saber como e com quem vou fazer aquilo que tenho de fazer:
- ❑ **DIRIGIR**: Influir sobre as pessoas que trabalham comigo para que cada uma faça o que tem de fazer.
- ❑ **CONTROLAR E AVALIAR**: Saber se o que estamos fazendo é o que queríamos fazer

**PRINCIPAIS OBJETIVOS DO
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO**

Como fazer?



Planejamento e Gestão!!

Como Fazer ?

Para que o planejamento estratégico seja eficaz, é preciso que ter um cronograma e seguir algumas etapas específicas.

ETAPA 1: DIAGNÓSTICO

ETAPA 2: IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

ETAPA 3: METAS E INDICADORES

ETAPA 4: PLANO DE AÇÃO

ETAPA 5: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE

ETAPA 1: DIAGNÓSTICO

O primeiro passo para um **planejamento estratégico**, é conhecer a sua empresa e o mercado em que você está inserido. Esse diagnóstico é fundamental para entender o contexto em que seu negócio está inserido e verificar quais ações são mais adequadas para alcançar suas metas e objetivos.



Para isso, o uso de ferramentas como a Matriz SWOT, 5W2H, SMART é indispensável.

O QUE É A MATRIZ SWOT?

É uma ferramenta gerencial que examina o ambiente interno e externo de uma organização buscando encontrar oportunidades de melhoria e otimização do desempenho.



Por ser uma ferramenta simples e prática, a matriz SWOT pode ser usada em empresas de qualquer porte ou segmento de mercado.

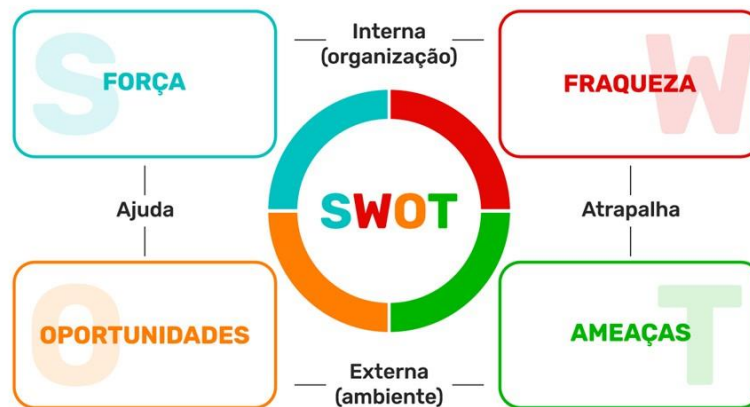


Hermann Ampuero
Sports and Environment

O nome SWOT provém de quatro palavras que começam com as letras da sigla:

- ☐ Strengths, que significa **Forças**;
- ☐ Weaknesses, que significa **Fraquezas**;
- ☐ Opportunities, que significa **Oportunidades**;
- ☐ Threats, que significa **Ameaças**.

MATRIZ SWOT



Hermann Ampuero
Sports and Environment



STRENGTHS (FORÇAS)

As forças são os **pontos positivos** da organização, as vantagens que ela tem em relação às outras empresas e que podem ser controladas e não dependem de fatores externos.

Perguntas para revelar as forças da organização:

- O que a apresentamos de diferencial em relação aos concorrentes?
- Quais são as qualidades que nossos colaboradores e clientes percebem aqui dentro?
- Quais são os recursos especiais que temos à disposição?
- Quais são os diferenciais da nossa equipe?
- Quais de nossos ações ou produtos fazem mais sucesso?
- Somos reconhecidos no segmento por algum motivo especial?



WEAKNESSES (FRAQUEZAS)

É natural que tenhamos fraquezas, mas que podem ser controlados.

A situação problema ocorre se a fraqueza não for diagnosticada, ou **negligenciada** na hora do planejamento.

Perguntas para identificar as fraquezas

- Quais fraquezas podem ser encontradas na empresa em relação à concorrência?
- De que maneira relação equipe x clientes poderiam melhorar?
- Como é a qualificação das pessoas na organização?
- Quais são as reclamações mais frequentes?
- Qual motivo mais contribui para a perda de vendas?



OPPORTUNITIES (OPORTUNIDADES)

As oportunidades são as forças externas que podem influenciar positivamente a sua empresa e que não podem ser controladas.

Perguntas a serem feitas na análise das oportunidades

- Como podemos agregar mais valor aos nossos produtos e/ou serviços?
- Quais são os desejos e objetivos dos nossos clientes e como podemos cumpri-los?
- Que tendências estão em alta em nosso setor?
- Quais condições políticas, econômicas ou sociais podem ser favoráveis?
- Existem novidades tecnológicas às quais podemos aderir?
- Quais influências climáticas ou sazonais podem ser favoráveis?



THREATS (AMEAÇAS)

São todas as **forças externas** que podem **repercutir negativamente** na organização e reduzir seu desempenho.

Como a organização não tem poder sobre essas ameaças, não tem como combatê-las, mas pode se preparar para enfrentá-las.

Exemplos: Crises econômicas, redução do limite de crédito dos consumidores, surgimento de novos concorrentes, diminuição ou suspensão de incentivos fiscais, mudança de hábitos de consumo, aspectos climáticos podem ser grandes ameaças à saúde das empresas.

MATRIZ SWOT X PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO



O principal uso da matriz SWOT é servir de start para o planejamento estratégico, o momento em que a organização se mobiliza para planejar como vai alcançar sua missão e visão de futuro.

ETAPA 2: IDENTIDADE ORGANIZACIONAL



Todo negócio é único e ele precisa de uma cultura organizacional que reflita seus valores e que sejam reconhecidos tanto pelos clientes como pelos colaboradores.

PASSO 2: IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Negócio, Missão, Visão e Valores – Carta de Princípios

Gênese do Negócio

- ☐ Para que o seu negócio seja único, ele precisa de uma missão, visão e valores que sejam reconhecidos tanto pelo público interno quanto pelo externo.
- ☐ É exatamente por isso que a filosofia da empresa é tão importante e deve ser levada a sério.
- ☐ É ela que vai orientar a tomada de decisões e as diretrizes estratégicas.

NEGÓCIO – O que fazemos?

É o ramo de atividades no qual a instituição atua.

Responde a perguntas como:

- ☐ Que desejos, necessidades, expectativas atendemos?
 - ☐ Desejos/necessidades/expectativas de quem?
 - ☐ Com que áreas de negócio?
 - ☐ Em que canais¹ e em que regiões?
-
- Resume os benefícios que ela proporciona para seus clientes.
 - Considera não só o que se faz, mas é analisado, também, o espaço que pretende ocupar no mercado (demandas ambientais).

1. MISSÃO



A missão funciona como orientador para as atividades da organização. Ela tem por finalidade clarificar e comunicar os objetivos, os valores e a estratégia adotada pela organização.

Chiavenato (1999, p. 49)



MISSÃO –Por quê ou para quê existimos?

É a razão pela qual a sua empresa existe.

- ☐ Falamos da **missão institucional**, a razão da existência, por que a sociedade precisa dessa organização com esse negócio.
- ☐ **Define** para quem ela atua e visando a produção de qual impacto para esses clientes.
- ☐ **Está** ligada diretamente aos objetivos institucionais e aos motivos pelos quais a organização foi criada.
- ☐ Não deve ser confundida com os produtos ou serviços ofertados pela instituição.



2. VISÃO – Qual situação futura desejamos? É o que aspiramos ou onde desejam chegar.

- ☐ É estabelecida sobre os fins da instituição e corresponde à direção que a organização busca alcançar.
- ☐ É um plano, uma ideia mental que descreve o que a organização quer realizar objetivamente num prazo determinado.
- ☐ É mutável por natureza e representa algo concreto a ser alcançado.
- ☐ Detecta os sinais de mudança, identificando oportunidades e ameaças, e direciona os esforços, inspirando e transformando produtivamente um propósito em ação, em fato concreto.



3. VALORES ORGANIZACIONAIS Agimos com quais princípios éticos?

- ☐ Conjunto de crenças e princípios que orienta as atividades da instituição.
- ☐ São os valores que devem nortear as ações e a conduta de quem trabalha na organização e que o público pode esperar da organização.
- ☐ Estabelecidos, ajudam a reagir rápida e decisivamente nas situações inesperadas que se apresentam.



ETAPA 3: METAS

As metas a serem conquistadas precisam envolver toda a organização.

E preciso criar uma meta geral e, depois, transformá-la em Metas de Vendas, MKT, RH e assim por diante.

Lembre-se de que o envolvimento de todos é fundamental no planejamento estratégico, por isso, cada departamento deve ter as suas metas.

Ponto importante: Os objetivos devem ser desafiadores, no entanto, realistas. Nada de sonhar alto e colocar números impossíveis de serem alcançadas dentro do mercado ou da realidade da empresa.



ETAPA 3: INDICADORES

Os indicadores são dados que permitir acompanhar o desempenho das metas.

Se uma das metas é conquistar um faturamento pré-definido, o próprio faturamento mensal será um dos **indicadores** a ser acompanhado ao longo dos meses.

PLANO DE AÇÃO**ETAPA 4: PLANO DE AÇÃO**

Viabiliza conquistar as metas e objetivos definidos, com base em um cronograma e na definição de responsáveis.

- ☐ Significa que é preciso definir quais atitudes serão tomadas e delegar quem vai executar cada uma delas.
- ☐ As informações documentadas faz o diferencial entre uma estratégia bem-sucedida e uma problemática.
- ☐ Nem tudo pode ser prioridade, é fundamental elencar as ações para que elas aconteçam por ordem de importância.

PASSO 5: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE

Etapa do planejamento estratégico, que define a periodicidade de reuniões para, apresentar e debater os resultados alcançados.

Deve-se revisar e redefinir a análise SWOT, as metas e o plano de ação.

O mercado não é estático e é preciso de adequar a todo momento.



8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- ❑ Traduzido do inglês, os “eight organizational principles” são componentes importantes para garantir que o planejamento estratégico será aplicado com eficiência e agilidade.
- ❑ Metodologia ágil, que foi pensada para empresas do setor de tecnologia, mas que já pode ser replicada em diversas.
- ❑ Basta ter um projeto estratégico em mãos!

O principal benefício dos 8Cs do planejamento estratégico é a criação de processos mais eficientes e simplificados, além de entregas de maior qualidade.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1. Conhecimento

O primeiro passo para um bom planejamento estratégico é o conhecimento sobre o negócio.

Como anda o mercado?

- Quais são as principais forças e fraquezas dos times atualmente?
- Quais ferramentas são usadas no dia a dia do time?

É importante ter uma visão sistêmica para avançar e atingir os resultados esperados.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2. Coragem

O processo de mudança, seja ele pequeno ou de grande dimensão, gera desconforto. É difícil escapar desse fato! Por isso, a coragem é tão necessária: com ela, as ideias serão defendidas de maneira firme e pensando no longo prazo.

O segundo dos 8Cs é capaz de enfrentar essa primeira barreira de dificuldade ao implementar o planejamento: insegurança ou medo.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3. Confiança

Somente com confiança será possível colocar o planejamento em prática.

Qualquer tipo de dúvida — até mesmo aquelas bem pequenas — deve ser esclarecida.

Esse ambiente empoderador de ir atrás das respostas sem medo só pode ser conquistado a partir de uma relação de confiança entre a equipe.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4. Competência

Como aplicar a estratégia definida no planejamento sem competência?

Pensando dentro da equipe, será que uma pessoa estagiária ou em nível Júnior está pronta para tocar grandes projetos de maneira autônoma?

É importante que a equipe tenha a competência necessária, cada um executando o seu papel e sendo uma excelente “peça” na engrenagem do planejamento.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5. Controle

Sem um devido controle, fica difícil entender como anda a execução do que foi proposto no planejamento.

Devemos sempre estar de olho nos prazos e evolução das métricas, evitando olhar para os dados em cima da hora.

O monitoramento é capaz de evitar contratempos ou problemas que podem ser facilmente resolvidos ou até mesmo aqueles mais sérios.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

6. Comunicação

A falta de comunicação é um problema sério nas empresas, não apenas quando pensamos em planejamento estratégico.

Esa área em específico, o compartilhamento de informações é ainda mais importante para garantir uma boa execução.

Todas as partes envolvidas no processo devem estar cientes do que está acontecendo.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

7. Colaboração

O planejamento estratégico pode ser executado em qualquer área da empresa.

É necessário contar com a disponibilidade dos colaboradores para que eles engajem e ofereçam material suficiente para viabilizar o cumprimento das ações.

Um grupo de pessoas que não aplica o senso de colaboração na prática pode até ter a sensação de eficiência, mas provavelmente todos devem estar caminhando para o mesmo lado — de forma ineficiente — quando não colaboram entre si.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

são características que resumem o comprometimento.

8. Comprometimento

- ☐ Estar disponível,
- ☐ Se responsabilizar pelos processos e
- ☐ Entender os impactos de cada decisão no planejamento estratégico

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

FERRAMENTAS DE DIAGNÓSTICOS

Matriz SWOT

5W2H

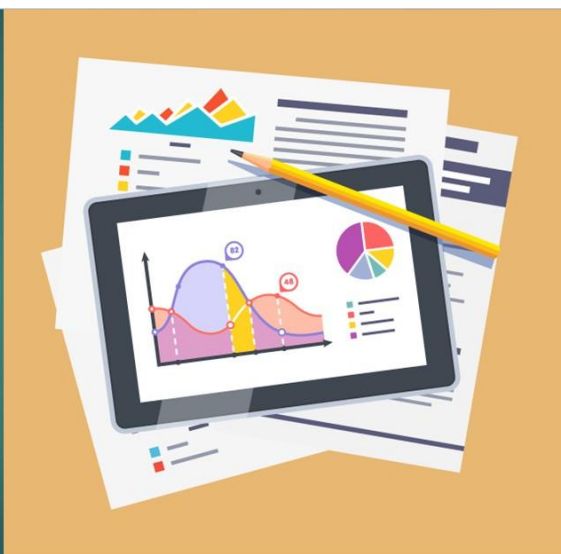
SMART

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EVENTOS

Éder do Vale Palheta

APRESENTAÇÃO

É importante sistematizar a organização e realização de eventos, com o objetivo de definir etapas que devem ser cumpridas para atingir as metas estabelecidas.



PLANEJAMENTO

Seguindo o raciocínio de Rezende (2000), planejar é antecipar o que se pretende fazer, antes da execução do trabalho, é prever o futuro, evitando assim o acaso e diminuindo acentuadamente o risco de insucesso.

Sabedoria é a qualidade de ver as consequências de longo prazo das ações presentes, a disposição para sacrificar ganhos de curto prazo, a fim de obter vantagens maiores no longo prazo, a capacidade de controlar o que é controlável e de não se preocupar com aquilo que não o é. Portanto, a essência da sabedoria é a preocupação com o futuro" (DRUCKER, 1974).

Planejar é preciso com as seguintes perguntas:

- 1 – O QUÊ? (Nome do evento);
- 1.2 – QUEM? (Saiba qual é o seu público);
- 1.3 – QUANDO? (Definir data);
- 1.4 – ONDE? (Definir local);
- 1.5 – POR QUÊ? (Qual é o objetivo e a justificativa);
- 1.6 – COMO? (organização, checklist e cronograma).

2 – ORÇAMENTO

- ▶ **Verba privada:** é necessário realizar pesquisa de preço no mínimo 3 orçamento. a contratação é direta pelo menor preço e qualidade.
- ▶ **Verba pública:** é necessário abrir um processo licitatório pregão eletrônico, ata de registro de preço ou dispensa após o processo finalizado e aprovado faz-se a contratação de aquisição do material ou serviço.
- ▶ **Patrocínios, apoios e parcerias:** quando instituição pública deve ser feito edital para chamada pública referentes a patrocínio e apoio; quando instituição privada se faz necessário oficializar por de documento ofício para firmar compromisso entre as partes interessadas.

2.1 - Identificando responsabilidades dos realizador, organizador, patrocinadores, apoiadores e parceiros

- ▶ **Realizador:** quem investe com verba
- ▶ **Organizador:** quem investe no operacional recursos humanos (equipes de pessoal);
- ▶ **Patrocinador:** quem compra espaço de exibição para exposição de sua logomarca nas mídias a serem utilizadas (banners, camisas, boné, backdrops, redes sociais, televisão, veículos de transporte e etc);
- ▶ **Apoiador:** quem se dispõe a prestar serviço gratuito ou degustação de produtos em troca de exposição de sua logomarca sendo responsável por toda a logística necessária para o serviço em questão.
- ▶ **Parceiros:** quem se dispõe a colaborar na operacionalização do evento de forma voluntária podendo ser instituições públicas, privadas, ong's e até mesmo pessoas da comunidade.

3 - RECURSOS HUMANOS

- ▶ **Colaboradores:** servidores, funcionários, estagiários, terceirizados e parceiros;
- ▶ **Contratações:** empresas ou pessoas com conhecimento técnico ou quando a demanda é muito grande se faz necessário reforçar contratar para garantir o serviço com eficiência e eficácia.
- ▶ Escolha e montagem de equipes de trabalho para as comissões necessárias para o evento (organização, controle de risco, compliance, licitação ou compra, logística geral, comunicação e divulgação, segurança e etc).

3 - RECURSOS HUMANOS

- ▶ Comissão de comunicação, jornalismo e publicidade
- ▶ Comissão de comunicação, jornalismo e publicidade
- ▶ Criar a identidade do evento
- ▶ Elaboração pela equipe técnica de esporte de regulamento e tabelas de competição e formatação de peça publicitária pela equipe de designer publicitário;
- ▶ Criar e desenvolver as peças de divulgação do evento MENU de mídias;
- ▶ A linguagem jornalística deve ser adequada ao público alvo;
- ▶ Organizar equipe para toda a cobertura de comunicação e mídia do evento antes, durante e pós evento;
- ▶ Sinalização e ambientação do local;
- ▶ Convite oficial;
- ▶ Cerimonial: roteiro, ordem de precedência (autoridades), posicionamento das autoridades no espaço de honra, nominatas, símbolos nacionais, estaduais e municipais (bandeiras) e hinos;
- ▶ Registro de jornalismo com fotos e vídeos.



6 – Pós-evento

- 6.1 – Avaliação;
- 6.2 – Relatório;
- 6.3 – Pagamentos: processos de pagamento e prestação de contas;
- 6.4 – certificação (caso houver necessidade).

REFERÊNCIAS

- ▶ - ORGANIZAÇÃO DE GRANDES EVENTOS ESPORTIVOS
- ▶ - CRISTIANO BARROS HOMEM DEL REI
- ▶ - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS
- ▶ - PROFº PAULO FERNANDO MESQUITA JUNIOR
- ▶ - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS / HELEN RITA MENEZES COUTINHO
- ▶ - MANAUS: CENTRO DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO AMAZONAS - 2010
- ▶ - ESPORTE, CORRIDAS RÚSTICAS E INDÚSTRIA: FUNDAMENTOS PARA CRIAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E CONSTRUÇÃO DO PROJETO / SESI-DEPARTAMENTO REGIONAL DO PARANÁ. - CURITIBA: SESI/ PR, 2011. - (V.2). 119 P.:IL.; 30CM
- ▶ - ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS ESCOLARES / MÁRCIO MOISÉS SELHORST: UNIASSELVI, 2017.
- ▶

Obrigado

Éder do Vale Palheta

(91) 98846-9792

edervpalheta@gmail.com

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

Manoel Alves Pereira Junior

- Graduado em Educação Física;
- Mestrando em Saúde Pública;
- Especialista em Fisiologia do Exercício e Treinamento Resistido;
- CF Level 1 trainer;
- LPO.

mjr MANOEL JR.
PERSONAL TRAINER

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Metodologia Empírica;
- Crossfit x treinamento Militar;
- Programa de Condicionamento físico amplo e inclusivo.

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Atividades Baseadas em evidências científicas:

LPO/Powerlifting;

Atividade Cardiorrespiratória;

Ginástica (peso corporal).



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- O que é ?

Exercício funcional, constantemente variado e de alta intensidade.

Exercício funcional:

Grandes cargas, longas distâncias em um curto período de tempo;

Multiarticular;

Grande recrutamento de Unidades Motoras;

Centro para a extremidade.

Variação:

Apto para realizar qualquer tarefa

Intensidade:

Gerar potência;

Variável mais importante para gerar adaptações favoráveis.



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- O que é condicionamento físico ?

Melhora das capacidades físicas;

Desenvolver as 3 vias metabólicas;

Desempenho de tarefas atléticas;

(capacidade de trabalho ao longo de amplos domínios de tempo e modalidades).

Indicadores de saúde.

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- **10 Capacidades Físicas:**

- 1- Resistência cardiovascular/respiratória;
- 2- Resistência muscular;
- 3- flexibilidade;
- 4- força;
- 5- Potência;
- 6- Velocidade
- 7- Agilidade
- 8- Equilíbrio;
- 9- Coordenação;
- 10- Precisão.



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

VIAS METABÓLICAS

- ATP-CP

Curto, aprox. 10 segundos;

- Glicolítica

Médio, aprox. 120 segundos

Lactato

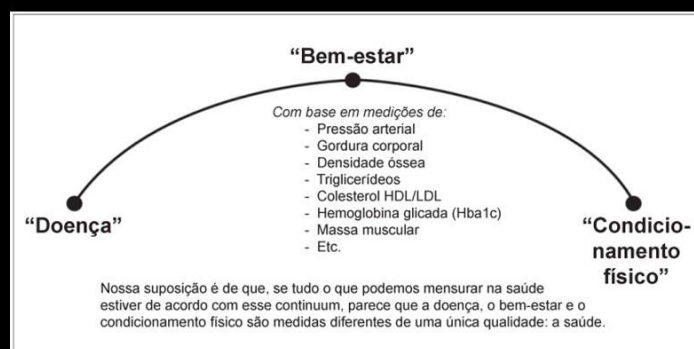
- Oxidativa

Longo, mais de 120 segundos

Sistema primário de energia	Fosfagênica	Glicolítica	Oxidativa
Duração do exercício (em segundos)	10-30	30-120	120-300
Duração da recuperação (em segundos)	30-90	60-240	120-300
Taxa de carga: recuperação	1:3	1:2	1:1
Repetições do intervalo	25-30	10-20	3-5

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

INDICADORES DE SAÚDE



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- O método estabelece uma hierarquia de esforço



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

9 Movimentos fundamentais

- Squat:

Air Squat;



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Front Squat



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Overhead Squat



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

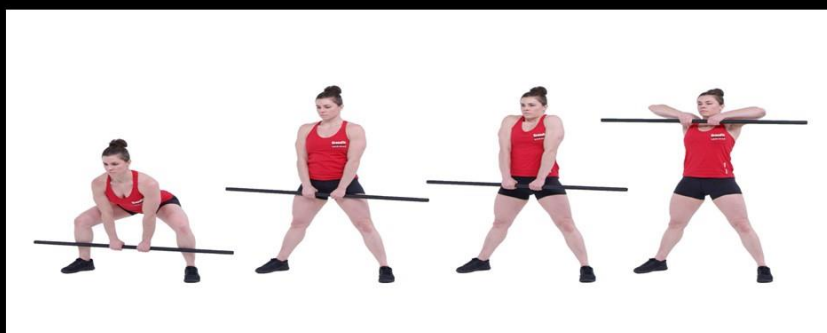
- LIFT:

Deadlift;



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Sumô Deadlift High Pull



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Med Ball Clean



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- PRESS

Shoulder Press



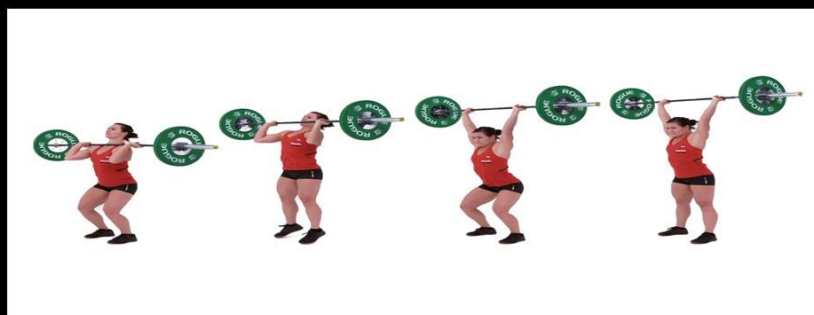
INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Push Press



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Push Jerk



INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Programação
- Modelo permite um estímulo amplo e constantemente variado (exercício, vias metabólicas, séries , repetições ...);

Padrão : 3 dias /1 de descanso

ou

5 dias/ 2 de descanso

Dias de elemento único, Couplet e triplet.

- Monoestrutural

- Ginástica

- LPO

• Treino 1
Monoestrutural

treino 2
Monoestrutural
Ginástica

treino 3
Monoestrutural
Ginástica
LPO

Descanso

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Treino 1

- Warm up

3 rounds

10 front Squat

10 Push Press

10 Good Morning

METCON

21.15.9

Power clean

burpees over bar

Strength

Squat clean 5x3

Rest 2'

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Treino 2

Warm up

1 round

800m run

20 burpees

Sprint Run

10x200m

Rest 2'

MetCon

Amrap 20'

60DU

20 PULL UP

INTRODUÇÃO A METODOLOGIA CROSSFIT

- Treino 3

Warm up

3 rounds

20 cal row

20 ring row

20 HSPU

Emom 10'

10 t2b

METCON

5 rounds

400m run

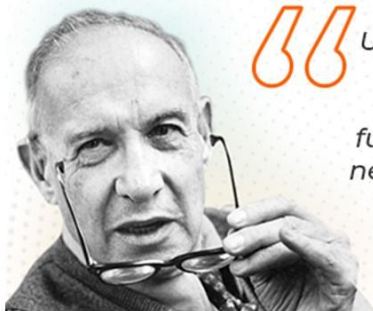
2 Rope Climb

10 thrusters

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Prof. Hermann Ampuero

Hermann Ampuero
Sports and Environment



Um processo contínuo e sistemático de **tomada de decisão** empresarial com base em profundo conhecimento do futuro do negócio. Incluindo os esforços necessários para aplicar essas decisões, medir resultados e prover feedback.”

WebMais

PETER DRUCKER

Planejar é essencial para que o seu negócio alcance o sucesso.
Você define metas, traça estratégias,
Antecipa necessidades e monitora seu progresso.

O QUE É PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

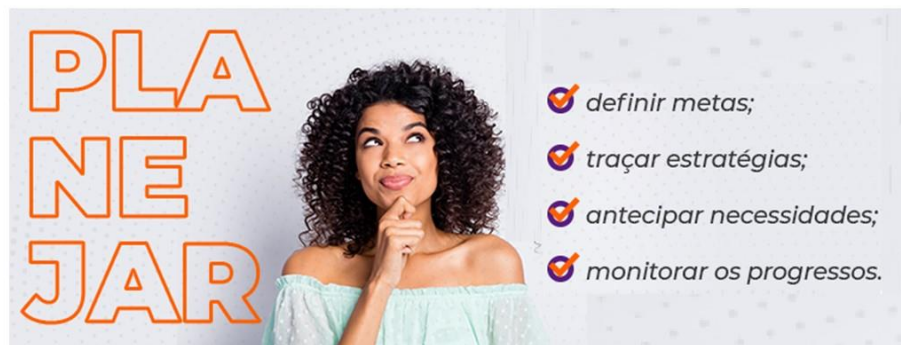
Planejamento estratégico é uma ferramenta de gestão responsável por mapear o caminho para atingir os objetivos de uma empresa.

Ele funciona como uma espécie de roteiro, que determina onde seu negócio está, aonde quer chegar e as ações necessárias para ter sucesso na jornada.

21/09/2022

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Para que serve ?



O **planejamento estratégico** é um documento essencial para as empresas e deve existir desde a sua fase mais inicial, quando o plano de negócio começa a ser desenvolvido e ganhar forma.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Como Fazer ?

Para que o planejamento estratégico seja eficaz, é preciso que ter um cronograma e seguir algumas etapas específicas.

PASSO 1: DIAGNÓSTICO

PASSO 2: IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

PASSO 3: METAS E INDICADORES

PASSO 4: PLANO DE AÇÃO

PASSO 5: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE

PASSO 1: DIAGNÓSTICO

O primeiro passo para um **planejamento estratégico**, é conhecer a sua empresa e o mercado em que você está inserido.

Esse diagnóstico é fundamental para entender o contexto em que seu negócio está inserido e verificar quais ações são mais adequadas para alcançar suas metas e objetivos.

Para isso, o uso de uma ferramenta como a Matriz SWOT, é indispensável.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

PASSO 2: IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Todo negócio é único e ele precisa de uma cultura organizacional que reflita seus valores e que sejam reconhecidos tanto pelos clientes como pelos colaboradores.

Hermann Ampuero
Sports and Environment

Hermann Ampuero
Sports and Environment

PASSO 2: IDENTIDADE ORGANIZACIONAL

Negócio, Missão, Visão e Valores – Carta de Princípios

Gênese do Negócio

- ☐ Para que o seu negócio seja único, ele precisa de uma missão, visão e valores que sejam reconhecidos tanto pelo público interno quanto pelo externo.
- ☐ É exatamente por isso que a filosofia da empresa é tão importante e deve ser levada a sério.
- ☐ É ela que vai orientar a tomada de decisões e as diretrizes estratégicas.

NEGÓCIO – O que fazemos?

É o ramo de atividades no qual a instituição atua.

Responde a perguntas como:

- ☐ Que desejos, necessidades, expectativas atendemos?
 - ☐ Desejos/necessidades/expectativas de quem?
 - ☐ Com que áreas de negócio?
 - ☐ Em que canais¹ e em que regiões?
- Resume os benefícios que ela proporciona para seus clientes.
 - Considera não só o que se faz, mas é analisado, também, o espaço que pretende ocupar no mercado (demandas ambientais).

MISSÃO – Por quê ou para quê existimos?

É a razão pela qual a sua empresa existe.

- ☐ Falamos da **missão institucional**, a razão da existência, por que a sociedade precisa dessa organização com esse negócio.
- ☐ **Define** para quem ela atua e visando a produção de qual impacto para esses clientes.
- ☐ **Está** ligada diretamente aos objetivos institucionais e aos motivos pelos quais a organização foi criada.
- ☐ Não deve ser confundida com os produtos ou serviços ofertados pela instituição.

A missão funciona como orientador para as atividades da organização. Ela tem por finalidade clarificar e comunicar os objetivos, os valores e a estratégia adotada pela organização.

Chiavenato (1999, p. 49)

VISÃO – Qual situação futura desejamos? É o que aspiramos ou onde desejam chegar.

- ☐ É estabelecida sobre os fins da instituição e corresponde à direção suprema que a organização busca alcançar.
- ☐ É um plano, uma ideia mental que descreve o que a organização quer realizar objetivamente num prazo determinado.
- ☐ É mutável por natureza e representa algo concreto a ser alcançado.
- ☐ Detecta os sinais de mudança, identificando oportunidades e ameaças, e direciona os esforços, inspirando e transformando produtivamente um propósito em ação, em fato concreto.

VALORES ORGANIZACIONAIS Agimos com quais princípios éticos?

- ☐ Conjunto de crenças e princípios que orienta as atividades da instituição.
- ☐ São os valores que devem nortear as ações e a conduta de quem trabalha na organização e que o público pode esperar da organização.
- ☐ Estabelecidos, ajudam a reagir rápida e decisivamente nas situações inesperadas que se apresentam.

PASSO 3: **METAS** E INDICADORES

As metas a serem conquistadas precisam envolver toda a organização.

E preciso criar uma meta geral e, depois, transformá-la em Metas de Vendas, MKT, RH e assim por diante.

Lembre-se de que o envolvimento de todos é fundamental no planejamento estratégico, por isso, cada departamento deve ter as suas metas.

Um ponto importante aqui é que os objetivos devem ser desafiadores, no entanto, realistas.

Nada de sonhar alto e colocar números impossíveis de serem alcançadas dentro do mercado ou da realidade da empresa.

PASSO 3: **METAS** E INDICADORES

Os indicadores permitirão acompanhar o desempenho das metas.

Se uma das metas é conquistar um faturamento pré-definido, o próprio faturamento mensal será um dos **indicadores** a ser acompanhado ao longo dos meses.

Faça com que todos os colaboradores tenham ciência de todas essas metas e indicadores. Dessa forma, cada um saberá a sua importância e o seu papel para que a empresa chegue no lugar desejado.

PASSO 4: PLANO DE AÇÃO

Viabiliza conquistar as metas e objetivos definidos, com base em um cronograma e na definição de responsáveis.

- ☐ Significa que é preciso definir quais atitudes serão tomadas e delegar quem vai executar cada uma delas.
- ☐ As informações documentadas faz o diferencial entre uma estratégia bem-sucedida e uma problemática.
- ☐ Nem tudo pode ser prioridade, é fundamental elencar as ações para que elas aconteçam por ordem de importância.

Pense em quais ações realmente farão a diferença para conquistar os objetivos e dê preferência a elas.

PASSO 5: ACOMPANHAMENTO E ANÁLISE

Etapa do planejamento estratégico, que define a periodicidade de reuniões para, apresentar e debater os resultados alcançados.

Esse encontro acontece todas as semanas, assim, é possível falar sobre o que aconteceu na semana anterior e pensar nos próximos passos.

Deve-se revisar e redefinir a análise SWOT, as metas e o plano de ação.

O mercado não é estático e é preciso de adequar a todo momento.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

- ❑ Traduzido do inglês, os “eight organizational principles” são componentes importantes para garantir que o planejamento estratégico será aplicado com eficiência e agilidade.
- ❑ Metodologia ágil, que foi pensada para empresas do setor de tecnologia, mas que já pode ser replicada em diversas.
- ❑ Basta ter um projeto estratégico em mãos!

O principal benefício dos 8Cs do planejamento estratégico é a criação de processos mais eficientes e simplificados, além de entregas de maior qualidade.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

1. Conhecimento

O primeiro passo para um bom planejamento estratégico é o conhecimento sobre o negócio.

Como anda o mercado?

- Quais são as principais forças e fraquezas dos times atualmente?
- Quais ferramentas são usadas no dia a dia do time?

É importante ter uma visão sistêmica para avançar e atingir os resultados esperados.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

2. Coragem

O processo de mudança, seja ele pequeno ou de grande dimensão, gera desconforto. É difícil escapar desse fato! Por isso, a coragem é tão necessária: com ela, as ideias serão defendidas de maneira firme e pensando no longo prazo.

O segundo dos 8Cs é capaz de enfrentar essa primeira barreira de dificuldade ao implementar o planejamento: insegurança ou medo.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

3. Confiança

Somente com confiança será possível colocar o planejamento em prática.

Qualquer tipo de dúvida — até mesmo aquelas bem pequenas — deve ser esclarecida.

Esse ambiente empoderador de ir atrás das respostas sem medo só pode ser conquistado a partir de uma relação de confiança entre a equipe.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

4. Competência

Como aplicar a estratégia definida no planejamento sem competência?

Pensando dentro da equipe, será que uma pessoa estagiária ou em nível Júnior está pronta para tocar grandes projetos de maneira autônoma?

É importante que a equipe tenha a competência necessária, cada um executando o seu papel e sendo uma excelente “peça” na engrenagem do planejamento.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

5. Controle

Sem um devido controle, fica difícil entender como anda a execução do que foi proposto no planejamento.

Devemos sempre estar de olho nos prazos e evolução das métricas, evitando olhar para os dados em cima da hora.

O monitoramento é capaz de evitar contratempos ou problemas que podem ser facilmente resolvidos ou até mesmo aqueles mais sérios.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

6. Comunicação

A falta de comunicação é um problema sério nas empresas, não apenas quando pensamos em planejamento estratégico.

Esa área em específico, o compartilhamento de informações é ainda mais importante para garantir uma boa execução.

Todas as partes envolvidas no processo devem estar cientes do que está acontecendo.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

7. Colaboração

O planejamento estratégico pode ser executado em qualquer área da empresa.

É necessário contar com a disponibilidade dos colaboradores para que eles engajem e ofereçam material suficiente para viabilizar o cumprimento das ações.

Um grupo de pessoas que não aplica o senso de colaboração na prática pode até ter a sensação de eficiência, mas provavelmente todos devem estar caminhando para o mesmo lado — de forma ineficiente — quando não colaboram entre si.

8CS DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

são características que resumem o comprometimento.

8. Comprometimento

- ☐ Estar disponível,
- ☐ Se responsabilizar pelos processos e
- ☐ Entender os impactos de cada decisão no planejamento estratégico

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

FERRAMENTAS DE DIAGNÓSTICOS

Matriz SWOT

5W2H

SMART

SEÇÃO DE SLIDES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA





UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAL
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

DOENÇAS AUTOIMUNES (REUMÁTICAS)

DOCENTE: RICARDO FIGUEIREDO PINTO

DISCENTES: ELISON JEAN SOUSA RIBEIRO

ELISÂNGELA CRISTINA LARANJEIRA CRUZ

JOÃO PEDRO SILVA DO NASCIMENTO

LUIS EDUARDO RODRIGUES DA SILVA

MIRALDA MONTEIRO DO ROSÁRIO

O que são doenças autoimunes?

- ▶ **Doenças autoimunes** são doenças nas quais o sistema imunológico sofre um descontrole e passa a atacar partes saudáveis do próprio corpo.
- ▶ Dor nas juntas, rigidez, cansaço e dor no corpo são sintomas comuns às várias destas doenças que são tratadas pelo reumatologista. Estas doenças atacam não apenas o aparelho locomotor, mas, também vários órgãos do corpo como, por exemplo, pulmão, olho, pele e sistema nervoso causando sintomas muito variados.

Artrite Reumatoide (AR)

▶ O que é artrite reumatoide?

É uma doença inflamatória crônica que afeta as articulações. Isso resulta em dores nas articulações, inchaço e rigidez nas articulações.

▶ Quais as causas?

A causa exata é desconhecida.

▶ Quais os sintomas?

Dor e inchaço nas juntas, rigidez nas articulações, principalmente pela manhã, dificuldade de movimentação dos dedos ou dos membros, redução do apetite e perda de peso, febre baixa, fadiga, nódulos visíveis na pele próximos às juntas.

▶ Quais os tratamentos?

Não há cura para a artrite reumatoide, mas, felizmente, os remédios disponíveis hoje permitem ao paciente levar uma vida praticamente normal.



Miopatias Inflamatórias (MI)

► O que são miopatias inflamatórias?

São um grupo heterogêneo de doenças que compartilham a característica comum de lesão muscular imunomediada.

► Quais as causas?

As causas da miopatia são diversas, desde infecção, passando por problemas metabólicos e inflamação por consumo de drogas, até hereditariedade.

► Quais os sintomas?

Fraqueza, atrofia muscular, dor muscular, hipotonia, mal-estar, fadiga, urina escura devido à mioglobínúria, febre.

► Quais os Tratamentos?

A terapia medicamentosa, fisioterapia, a cirurgia, massagens, e até mesmo acupuntura são os tratamentos atuais para uma variedade de miopatias.



Esclerose Sistêmica (ES)

► O que é esclerose sistêmica?

É uma doença reumática autoimune crônica, rara, caracterizada por alterações degenerativas e formação de cicatrizes na pele, articulações e órgãos internos, além de anormalidades dos vasos sanguíneos.

► Quais as causas?

A causa exata não é conhecida.

► Quais os sintomas?

Azia, dificuldade para engolir e falta de ar são ocasionalmente os primeiros sintomas de esclerose sistêmica.

► Quais os Tratamentos?

Medicação de pressão arterial, medicação para ajudar a respirar, fisioterapia, terapia de luz, como fototerapia ultravioleta A1, pomada de nitroglicerina para tratar áreas localizadas de aperto da pele.



Lúpus Eritematoso Sistêmico (LES)

► O que é lúpus sistêmico?

É uma doença inflamatória causada quando o sistema imunológico ataca seus próprios tecidos.

► Quais as causas?

Pesquisas indicam que a doença seja resultado de uma combinação de fatores, como hormonais, infecciosos, genéticos e ambientais.

► Quais os sintomas?

Fadiga, dores nas articulações, manchas na pele e febre.

► Quais os Tratamentos?

O tratamento consiste no uso de imunossuppressores. Outras medidas de controle da doença incluem medicamentos, como anti-inflamatórios e esteroides.



Policondrite Recidivante (PR)

► O que é policondrite recidivante?

É uma condição rara, imunomediada, caracterizada por episódios de inflamação de estruturas cartilaginosas, principalmente orelhas, nariz, articulações e sistema respiratório.

► Quais as causas?

A causa exata não é conhecida.

► Quais os sintomas?

Inflamação de ambos os ouvidos externos. Inchaço dolorido em várias articulações. Inflamação da cartilagem no nariz.

► Quais os Tratamentos?

Anti-inflamatórios não esteroides ou dapsona para policondrite recidivante do ouvido, corticosteroides, às vezes, medicamentos imunossupressores.



REFERÊNCIAS

IMAGENS USADAS

<https://tse2.mm.bing.net/th?id=OIP.XJNGG7FA9LTZWV-PDANOHWHAD4&pid=API&P=0&W=295&H=154> ACESSADO EM 11/07/2022

<https://th.bing.com/th/id/OIP.WOJLTIGE2EKO6G5INH7TVAHAF?pid=IMGDET&W=221&H=178&C=7&DPR=1,25> ACESSADO EM 11/07/2022

<https://tse2.mm.bing.net/th?id=OIP.4F6RIHYHICRNMIVHADETMQHADP&pid=API&P=0&W=358&H=176> ACESSADO EM 11/07/2022

<https://tse1.mm.bing.net/th?id=OIP.ZMTJL2-O6DXS-IONCZ-7QHAEC&pid=API&P=0&W=263&H=158> ACESSADO EM 11/07/2022

<https://tse2.mm.bing.net/th?id=OIP.EJ4W3NU2HH-ZYXKFLPX4-QAAAA&pid=API&P=0&W=127&H=176> ACESSADO EM 11/07/2022

<https://tse1.mm.bing.net/th?id=OIP.NN1Z5QQXI00VVPYYFLADWAAAA&pid=API&RS=1&C=1&QLT=95&W=78&H=94> ACESSADO EM 11/07/2022

PESQUISAS REFERENTES AO ASSUNTO

<https://www.scielo.br/j/rbr/a/s3vMvFFDTJ5VZ79XGH6TY4H/?lang=pt&--text=ENTRE%20AS%20DOEN%C3%A7AS%20REUM%C3%A1ticas%20AUTOIMUNES%20C3%ADNDROME%20DE%20S.J.%C3%B6GREN%20ISSJ> ACESSADO EM 11/07/2022

Atuação do profissional de educação física

Agersonias dos santos rey
André Luis Ferreira da Silva
Elan
Leonardo do Nascimento Lima

1. Pesquisa

1. Pesquisa

Quando o assunto é alto índice de empregabilidade, não podemos deixar de mencionar a área da pesquisa como a que apresenta mais carência de profissionais na Educação Física.

Além de contribuir com os avanços da profissão, esse tipo de atuação é importante para a continuidade da formação acadêmica de novos educadores físicos

3

2. Ensino

4

2. Ensino

A atuação do profissional será exclusivamente contribuindo para o aprendizado de jovens sobre os benefícios das atividades físicas.

Aqui, a atuação do profissional será exclusivamente contribuindo para o aprendizado de jovens sobre os benefícios das atividades físicas, assim como os conceitos teóricos e práticos dos principais tipos de esporte.

5

3. Academias

6

3. Academias

O exercício físico é fundamental para manter o corpo em bom funcionamento. Por isso muitos procuram academias para realizarem essas atividades.

Com o aumento do sedentarismo e dos maus hábitos de alimentação, diversos indivíduos passaram a aderir a prática de atividade física nas academias para melhorar tanto a saúde física quanto a mental.

7

4. Esportes

8

4. **Esportes**

Quem gosta mais da aplicação da teoria no dia a dia profissional pode se interessar por fazer um Bacharelado em Educação Física e especializar-se em alguma modalidade esportiva.

indústria de atividades físicas já movimenta 2,1 bilhões de dólares só no Brasil, certamente você vai encontrar um nicho no qual se dedicar

9

5. **Competições esportivas**

10

5. Competições esportivas

Ainda em relação aos esportes, também é possível atuar em diversas modalidades com atletas semi ou profissionais. Várias competições e clubes esportivos precisam do educador físico para a orientação de treinamentos, por exemplo, com foco na otimização do desempenho.

Entre as áreas da Educação Física, essa é uma das mais promissoras e que podem ter um retorno financeiro interessante. O que varia bastante de acordo com esporte, nível de competição e região.

11

6. Reabilitação

12

6. Reabilitação

os educadores físicos também são fundamentais na prevenção de problemas e de doenças, bem como na recuperação e na reabilitação de pacientes com lesões, estiramentos, traumas, entre outros fatores.

Então, sobretudo em casos de cardiopatias, amputações ou procedimentos cirúrgicos, você vai trabalhar em conjunto com uma equipe composta por médicos e fisioterapeutas

13

7. Empreendedorismo em saúde

14

7. Empreende- dorismo em saúde

Essa é uma forma de atuar com o que você gosta de maneira mais independente e ainda gerar emprego para mais colegas de profissão

O que não falta no mercado é espaço para novas ideias e profissionais criativos, que não têm medo de inovar.

15

8. Recreação

16

8. Recreação

Trata-se da atividade física enquanto entretenimento em espaços ligados ao turismo e lazer, como é o caso de hotéis, clubes, spas, pousadas, resorts e até mesmo cruzeiros.

Em geral, vemos caminhadas guiadas, montanhismo e outros esportes radicais e até brincadeiras como as principais recreações oferecidas.

17

9. Ginástica laboral

18

9. Ginástica laboral

A ginástica laboral é outra área possível para o educador físico. E ela é, inclusive, uma das mais promissoras de todas.

Implementação de atividades físicas no ambiente profissional. São medidas que trabalham questões como alongamento e exercícios aeróbicos nas empresas de segmentos variados

19

10. Desenvolvimento e gestão de projetos

20

10. Desenvolvimento e gestão de projetos

trabalho específico para desenvolvimento e gestão de projetos na área da **Educação Física**?

Mas como isso funciona?

Atuando na elaboração de projetos que ajudem a comunidade a se exercitar mais, implementando mudanças na esfera pública e particular

21

11. Área pública

22

II. Área pública

Concursos públicos

As vagas do âmbito público são bem variadas e trazem, de certa forma, bons salários e estabilidade em sua profissão.

O educador que trabalha para municípios ou estados poderá:

- ❑ Ser professor em instituições públicas,
- ❑ Trabalhar no desenvolvimento de estratégias para a Secretaria da Saúde
- ❑ Atuar em empresas estatais



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE

DOCENTE: PROF. PÓS DR. RICARDO FIGUEIREDO PINTO

DISCENTES: Romulo Cezar Costa Soares, Witor Rafael da Costa Silva,
Maria da Conceição Santiago, Sabrina Soeiro, Emily Cristina Nogueira.

TRACUATEUA PA
2022



DENGUE E CHIKUNGUNYA



SINTOMAS

TRATAMENTO



Doença de Chagas

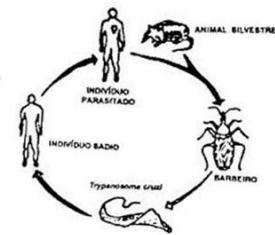


HISTÓRICO

- O primeiro tratomíneo foi descrito formalmente em 1773 por De Geer, como *cimex rubrofasciatus*. Porém o contato dos seres humanos com esses insetos é bastante anterior à descrição de De Geer em 1590 e foi feito pelo padre Reginaldo de Lizárraga quando fazia uma viagem de inspeção a conventos do Peru e Chile.



Figura 1.1: Macho de *Triatoma rubrofasciata* (De Geer, 1773 a primeira espécie formalmente descrita (como *cimex rubrofasciatus*)).

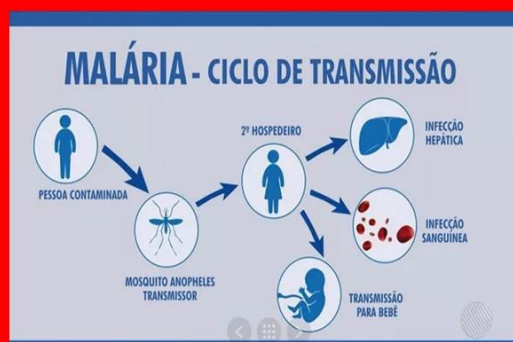
CICLO DE TRANSMISSÃO**PREVENÇÃO****TRATAMENTO**

As drogas hoje disponíveis são eficazes apenas na fase inicial de enfermidade, daí a importância da sua descoberta precoce.



MALÁRIA

- Doença infecciosa causada pelo protozoário da espécie *Plasmodium* (*Vivax*, *malariae*, *falciparum*).
- Estima-se que existe há mais de 10000 anos.
- O seu vetor é a fêmea do mosquito *Anopheles*.
- Não há vacina.
- 7-30 dias de incubação.



SINTOMAS E TRATAMENTO

- Dores musculares;
- Diarréia, náusea, vômito;
- Dor de cabeça, falta de ar, palidez, olhos amarelados e batimentos cardíacos acelerados.
- Febre intensa, calafrios, suor noturno, fadiga, tontura, delírio, convulsão, perda de consciência.
- Remédios preventivos para indivíduos que vão viajar para áreas endêmicas (antes, durante e depois da viagem).
- Remédios antimaláricos.

PREVENÇÃO

- Telas;
- Mosquiteiros;
- Repelentes;
- Eliminação do vetor;
- Limpeza da margem dos vetores;
- Saneamento básico.



HIV

- O Hiv é um vírus com genoma RNA da família retroviridae(rotavirus) e subfamília lentivirinae. **(HIV É O VIRUS AIDS É A DOENÇA.**
- QUANDO SURTIU
- COMO PREVENIR
- TRATAMENTO

CAUSA E SINTOMAS





Qual a diferença entre HIV e AIDS? Dr. Bernardo Infectologista

REFERENCIAS

- **DOENÇAS DE CHAGAS** (arq.bras.Cardio.2021;117(1 supl.1): 1-7 ARTIGO ESPECIAL) / Biblioteca virtual em saúde(ministério da saúde) / <https://bvsm.s.saúde+fragata+filho/> / <https://abccardiol.org/=Abilio+Augusto+fragata+filho> .
- **MALÁRIA:**
- **HIV:** google academico
- **DENGUE:** <https://pt.slideshare.net/gessikli/chikungunya-42>
- **CHICUMGUNHA:** <https://pt.slideshare.net/gessikli/chikungunya-42>



Doenças Crônicas não transmissíveis

Disciplina: Educação Física e Saúde

Docente: Prof. Pós-doutor Ricardo Figueiredo Pinto
Discentes: Laura Sthephany Santiago Vasconcelos
Larissa de Oliveira Barbosa
Silvana Pereira de Aviz
Yasmin Mandú Almeida

Introdução

Doenças Crônicas não transmissíveis (DCNT) são aquelas que se desenvolvem ao longo da vida, muitas vezes de forma lenta, silenciosa e sem apresentar sintomas, mas que comprometem muito a qualidade de vida e oferecem grave risco ao indivíduo.

Doença Cardiovascular

O que é?

Doença Cardiovascular é um termo genérico que designa todas as alterações patológicas que afetam o coração e/ou os vasos sanguíneos.

Principais Causas

- Tensão Arterial Elevada;
- Níveis Elevados de Lípidos no Sangue;
- Diabetes;
- Doenças do Músculo Cardíaco;
- Predisposição Genética;
- Falta de Exercício Físico;
- Situações Prolongadas de Stress.

Principais Sintomas

- Falta de ar;
- Cansaço fácil;
- Palpitações;
- Inchaços nos tornozelos ou dor no peito.

Formas de Tratamento

Além do repouso para não forçar o coração, pode ser necessário o uso de antibióticos, antifúngicos ou antivirais. Medicamentos para combater a pressão alta, diuréticos e betabloqueadores também podem ser indicados como tratamento pelo médico, a depender de cada caso e do envolvimento mais grave do coração.

Enfisema Pulmonar

O que é?

O Enfisema Pulmonar conhecido como PDOC (Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica) é uma doença degenerativa, que geralmente se desenvolve depois de muitos anos de agressão aos tecidos do pulmão devido ao cigarro e outras toxinas no ar.

Principais Causas

Fumar cigarro é a causa principal. Acredita-se também que a exposição à poluição atmosférica e inalação de fumaça de cigarro e detritos no trabalho sejam fatores que contribuem para Enfisema Pulmonar.

Enfisema



Pulmão Saudável **Pulmão enfisemático**



Principais Sintomas

- Dificuldade para respirar;
- Tosse com catarro;
- Chiado no peito constante.
- Perda de peso sem motivo aparente.

Formas de Tratamentos

“O Enfisema Pulmonar não tem cura!”

Mas pode ser tratado para garantir a qualidade de vida do paciente, o primeiro passo é parar de fumar, evitar contato com substâncias tóxicas.

As opções de tratamento também incluem: remédios broncodilatadores, anti-inflamatórios corticosteróides, terapia com oxigênio etc...

Diabetes

O que é?

Diabetes de mellitus é uma doença crônica metabólica caracterizada pela alteração dos níveis de glicose. Ela está associada à falta ou má absorção da insulina.

Principais Causas

A principal causa da diabetes é a má alimentação, especialmente o consumo excessivo de alimentos açucarados, industrializados e a falta de exercícios físicos.

Principais Sintomas

Diabete tipo 1: Os sintomas incluem sede excessiva, micção frequente, fome, cansaço e visão turva.

Diabete tipo 2: Os sintomas incluem aumento da sede, micção frequente, fome, cansaço e visão turva. Em alguns casos, pode não haver sintomas.

Formas de Tratamento

O controle do nível de açúcar no sangue por meio de dieta, medicamentos orais ou insulina é o tratamento principal.

Asma

O que é?

A asma é uma doença inflamatória pulmonar crônica que acomete as vias respiratórias inferiores. Essas vias aéreas (brônquios) são aqueles tubos que levam o ar para os pulmões. A asma faz com que as vias aéreas encham, se tornem estreitas e produzem muco extra, dificultando a respiração.

Principais Causas

A asma é causada por uma hipersensibilidade dos brônquios, na maioria das vezes de causa hereditária. Sua fisiopatologia está relacionada a interação entre fatores genéticos e ambientais.





Principais Sintomas

- Tosse
- Cansaço
- Dificuldade para respirar
- Sensação de aperto no peito
- Chiado agudo no peito ao respirar

Formas de Tratamento

O tratamento é feito por meios de cuidados individuais e do uso de broncodilatadores. A asma, geralmente, pode ser controlada com inaladores de resgate, que tratam os sintomas e inaladores de controle (esteroide) que os previnem. Os casos graves podem exigir inaladores de ação prolongada que mantêm as vias aéreas abertas bem como esteroides orais.

Conclusão

Conclui-se, que as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) se caracterizam por um conjunto de patologias de múltiplas causas e fatores de risco, longos períodos de latência e curso prolongado. Além do mais, têm origem não infecciosa e podem resultar em incapacidades funcionais.

Ministério da Saúde (MS).

Referências

www.corporate.roche.pt/pt/áreas-terapeuticas1/doenças-cardiovasculares/tratamento-das-doenças-cardiovasculares.

<https://drauziovarella.uol.com.br/doenças-e-sintomas/asma/amp/>

<https://delboniaurieno.com.br/saúde/asma>

<https://bvsms.saúde.gov.br/asma/>

www.tuasaude.com/sintomas-de-asma/

www.scielo.br

www.saúde.go.br

www.saudebemestar.com.br



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
FORMA PARÁ – EDUCAÇÃO FÍSICA – TRACUATEUA

EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE

TEMA: VARÍOLA, TUBERCULOSE, LEPRO, SÍFILIS E CÓLERA

DOCENTE : RICARDO PINTO

DISCENTES : ELENICE MORAIS
KARLENA RAMALHO
RAIZA LOBÃO
ROBERTA MENDES
OZIAS SARAIVA

Varíola

❖ O que é Varíola?

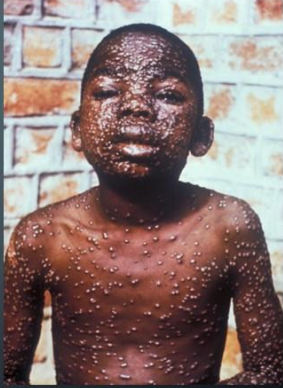
A varíola é uma doença infecto-contagiosa causada por um vírus o ortopoxvírus e que se destaca como uma das doenças que mais causou mortes na história da humanidade.

❖ Sintomas

- Febre
- Dor de cabeça
- Mal-estar
- Dores muscular

❖ Como a Varíola é transmitida?

A transmissão da varíola ocorre de uma pessoa para a outra, por meio de inalação de vírus ou do contato direto com objetivo contaminado.



❖ Prevenção

A melhor forma de prevenir a doença é por meio da vacinação.
Mas, como essa é uma condição considerada errada, a vacina contra a varíola não faz parte do calendário regular de vacinação.

❖ Tratamento

A varíola não tem cura e os tratamentos existentes somente aliviam os sintomas da doença, sem a possibilidade de matar o vírus e impedir.



TUBERCULOSE

❖ Transmissão

Pode acontecer pelo ar

Através da inspiração de gotículas infectadas liberadas por meio da tosse

Só pode acontecer se houver comprometimento pulmonar e até 15 dias após o início do tratamento

❖ Prevenção

Vacinação

Deve ser aplicada a vacina BCG na criança a partir do nascimento

Alimentação saudável e prática regular de exercícios físicos

Manter a casa sempre limpa e arejada

Evitar ficar em locais onde há suspeita de casos

❖ Tratamento

É gratuito

Consiste no uso de medicamentos do tipo tuberculostáticos por cerca de 6 meses

Nos 15 primeiros dias a pessoa deve ficar isolada, pois ainda pode transmitir o bacilo da tuberculose para outras pessoas.

Após esse período a pessoa pode voltar para a sua rotina normal e continuar usando os medicamentos indicados corretamente.

TIPOS DE TUBERCULOSE

❖ PULMONAR



❖ ÓSSEA



SÍFILIS

A Sífilis é uma Infecção sexualmente transmissível (IST) causada pela bactéria *TREPONEMA PALIDUM*. Além do contágio por relação sexual, ela também pode ser passada adiante pelo compartilhamento de seringas contaminadas ou da mãe para o bebê durante a gestação ou o parto.



Tipos de Sífilis

❖ Sífilis Primária

Começa com uma lesão no local de entrada da bactéria. Pode ser na genitália, na boca ou no ânus.

❖ Sífilis Secundária

Se a primeira não for tratada, a *Treponema Pallidum* ganha a corrente sanguínea e entra em várias estruturas do organismo.

A segunda fase surge com seis semanas ou seis meses da cicatrização da ferida inicial, se manifesta através de manchas na pele de todo o corpo.



❖ Sífilis Latente

Quando o paciente passa das fases primárias e secundárias sem perceber e cuidar dos sintomas, a doença entra em um estágio assintomático.

❖ Sifilis Terciária

A última e mais grave etapa ocorre quando a bactéria começa a afetar o cérebro, o coração e os ossos, gerando graves lesões no organismo.

❖ Sifilis Logenita

É o nome dado para a infecção quando a transmissão é da mãe para o bebê.

❖ Diagnósticos

Exame de sangue

❖ Tratamento

Injeção de penicilina intramuscular

❖ Prevenção

Não compartilhar agulhas

Usar camisinha

LEPRA

❖ SINTOMAS

❖ TRANSMISSÃO

❖ TRATAMENTO



❖ CLASSIFICAÇÃO

• PAUCIBACILAR



MULTIBACILAR



CÓLERA

❖ O que é Cólera?

É uma infecção aguda que afeta o intestino delgado, causada pela bactéria (*Vibrio cholerae*), que entra pelo organismo de um indivíduo por meio do consumo de água, de alimentos ou frutos do mar que foram contaminados pelo bacilo.



❖ Sintomas:

Diarreia volumosa, fezes líquidas e acinzentadas; Náuseas e vômitos;
Febre leve;
Dores e cólicas abdominais;
Desidratação;
Cãibras musculares;
Boca seca, sede excessiva, pele seca e enrugada;
Pouca ou nenhuma produção de urina;
Alguns casos pode ser assintomáticos ou com sintomas leves.



- ❖ REFERENCIAS:
- <https://www.tuasaude.com/lepra/>;
- <https://www.casadevacinasgsk.com.br/doencas-imunopreveniveis/tuberculose#:~:text=Material%20destinado%20ao,110.%20CNPJ%2033.247743/>;
- [https://www.google.com/url?q=https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/v%C3%A7asADrus-pox/var%C3%A7asADola&usg=AOvVaw1hB81pF01k_OY8vVCMZQ-e](https://www.google.com/url?q=https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/v%C3%A7asADrus-pox/var%C3%A7asADola&usg=AOvVaw1hB81pF01k_OY8vVCMZQ-e;);
- [https://www.google.com/url?q=https://www.rededorsaoluz.com.br/doencas/variola&usg=AOvVaw1Zslyzm_e2otbKF6Q1NNu0E](https://www.google.com/url?q=https://www.rededorsaoluz.com.br/doencas/variola&usg=AOvVaw1Zslyzm_e2otbKF6Q1NNu0E;);
- <https://saude.abril.com.br/medicina/sifilis-o-que-e/amp/>;
- <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/bacilos-gram-negativos/c%C3%B3lera?query=C%C3%B3lera>.

- <https://www.tuasaude.com/lepra/>;
- <https://www.casadevacinasgsk.com.br/doencas-imunopreveniveis/tuberculose#:~:text=Material%20destinado%20ao,110%20CNPJ%2033.247743/>;
- https://www.google.com/url?q=https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/v%25C3%A5ADrus-pox/var%25C3%A5ADola&usg=AOvVaw1hB8pF01k_OY8vVCMZQ-e;
- <https://www.google.com/url?q=https://www.rededorsaoluz.com.br/doencas/variolae&usg=AOvVaw1ZslyZme2otbKF6Q1NNu0E;>
- <https://saude.abril.com.br/medicina/sifilis-o-que-e/amp/>;
- <https://www.msmanuals.com/pt-br/profissional/doen%C3%A7as-infecciosas/bacilos-gram-negativos/c%C3%B3lera?query=C%C3%B3lera>.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
PROGRAMA DE FORMAÇÃO SUPERIOR NO PARÁ - FORMA PARÁ
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DISCIPLINAS: EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE
PROFESSOR: RICARDO FIGUEIREDO PINTO

PROFISSIONAIS DA SAÚDE ELENCADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

TRACUATEUA – PA
2022

Discentes:

Cristiano Reis da Silva

César Augusto Mescouto Reis (Sarah)

Caroline Rodrigues Almeida

Raqueline Monteiro da
Silva

Vinicius Arian Costa
Ferreira

MÉDICO

- Trabalha com a manutenção e a restauração da saúde, no sentido amplo, lida com a prevenção e cura das doenças humanas, o médico investiga a natureza e as causas da doença.
- **Tipos de médicos:** Pediatra, cardiologista, dermatologista, ginecologista, ortopedista, urologista, epidemiologista, neurologista, anestesista, oncologista, pneumologista, oftalmologista.
- **Como ser médico:** deve se graduar após a formação de no mínimo 6 anos de estudo, o profissional deve realizar residência médica, para adquirir experiência prática para mais ou menos 2 anos e estudar uma especialização.
- **Como identificar um médico especialista:** consultar o CRM conselho regional de medicina, um órgão estadual vinculado ao CFM, conselho federal de medicina. o CRM é composto de 6 números mais a sigla CRM do estado.



BIOMÉDICO

- **O biomédico:** é o profissional que destrincha doenças, ao identificar e estudar microrganismos. É ele quem prepara o terreno para o tratamento de enfermidades ao abastecer médicos com informações sobre bactérias e fungos que causam patologias.

- Para se torna um biomédico, a graduação dura em média quatro anos.

- **O que um profissional biomédico faz?**

Analisa amostras de matérias biológicas e ambientais, coletando e preparando amostras e materiais. Desenvolve pesquisas técnico-científicas, e atua em bancos de sangue e de células tronco e participa de produções de vacina.

- **Campos de atuação:** São 22 áreas, sendo algumas delas Anatomia, Biofísica, biotecnologia, análise Ambiental entre outras.



ENFERMEIRO

- **Enfermeiro:** se dedica a promover, a manter e restabelecer a saúde das pessoas. O enfermeiro atua na proteção, na promoção e na recuperação da saúde, e bem como na prevenção de doenças.



Formação do Profissional de Enfermagem ?

- Quem deseja atuar como enfermeiro precisa terminar o ensino médio e cursar o nível superior de enfermagem. A duração da graduação em enfermagem é de aproximadamente cinco anos e o curso deve ser devidamente reconhecido pelo MEC.



Como se tornar enfermeiro?

- Para exercer a sua profissão legalmente o enfermeiro precisa ter registro válido no COREN.



Como atua um Enfermeiro?

Trabalho em Hospitais, Clínicas, Empresas ou até mesmo fazendo atendimento em domicílio. Sua atuação se baseia na supervisão de Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, na preparação de instrumentos e na assistência ao paciente.

Onde um Enfermeiro
pode atuar?



AUXILIAR DE ENFERMAGEM E TÉCNICO EM ENFERMAGEM

- Auxiliar de Enfermagem: está presente no atendimento básico do paciente que procura uma unidade de saúde.

Técnico em Enfermagem: É um profissional que atua na área de saúde prestando serviço de enfermagem, a pacientes em hospitais, clínicas, domicílios, e nos serviços de atendimento a urgência e emergência.

NUTRICIONISTA E PSICÓLOGO

• Nutricionista

É um profissional de saúde que desenvolve ações no âmbito da segurança alimentar, destinada a um indivíduo. A pessoa que se formou em nutricionista estuda a relação do ser humano com o alimento e tem como intuito preservar a saúde das pessoas, promove a educação alimentar, orienta o paciente sobre como combinar os alimentos e o que deve ser priorizado na alimentação.



• Psicólogo

É um profissional que busca entender os comportamentos e as funções mentais do ser humano. O psicólogo identifica traumas, medos e receios que podem acarretar em uma vida frustrada.



ODONTOLOGIA

• O que é ODONTOLOGIA?

- Área que estuda a saúde bucal, a ODONTOLOGIA vai muito além do cuidado com o sorriso. Profissionais que escolhem a carreira diagnosticam e tratam doenças da boca e todo o seu sistema, composto pelos dentes, cavidades e até mesmo ossos da face e do pescoço. Podem também tratar cáries, fazer extrações e intervenções cirúrgicas, corrigir a mastigação, problemas estéticos e até mesmo solucionar distúrbios do sono.
- Na área acadêmica, graduados em ODONTOLOGIA encontram diferentes possibilidades de pesquisas. Elas podem ser integradas a outras disciplinas da saúde, como medicina e nutrição. Há, por exemplo, avanços tecnológicos em pesquisas com câncer de boca e cirurgias de lábio leporino e fenda palatina – fissuras que surgem no céu da boca, ainda na gestação.

FARMACÊUTICO

- O que faz um farmacêutico?

- O farmacêutico é um profissional que atua na área da saúde, principalmente em dois setores de atividade: assistência médica e Química. Nos laboratórios, a função do farmacêutico é bastante focada nas pesquisas que trabalham com a produção e desenvolvimento de remédios, cosméticos e medicamentos por meio de componentes sintéticos e reações químicas.
- Esse profissional também tem participação importante nas análises e controle de qualidade de produtos de acordo com regras estabelecidas pelas autoridades sanitárias. Assim como a responsabilidade pela produção de remédios, o farmacêutico também está envolvido nas demais etapas até o processo de chegada ao paciente consumidor, fase em que é responsável por assegurar o uso correto desses medicamentos.

FISIOTERAPEUTA

- O fisioterapeuta é visto como um profissional apto a evitar e a tratar lesões de pessoas de todas as idades.
- **Qual a importância da fisioterapia para a saúde e o bem-estar?**
- A Fisioterapia é definida como a área da saúde responsável por promover, desenvolver, manter e reabilitar as capacidades de mobilidade e funcionalidade das pessoas ao longo de toda a sua vida.
- Fisioterapia é uma ciência da saúde que se aplica ao estudo, diagnóstico, prevenção e tratamento de disfunções cinéticas funcionais de órgãos e sistemas do corpo humano.

TERATEUTA OCUCACIONAL

- Atua na área que abrange desde crianças até idosos, os ensinando a ter uma maior autoconfiança e as maneiras de se enquadrarem no ambiente em que frequentam ou precisam frequentar de forma natural e sem pressão.
- A **terapia ocupacional** é uma área da **saúde** que trata de pessoas que apresentam algum tipo de problema seja ele emocional, físico, social e mental para que ela possa recuperar ou estruturar **sua** autoconfiança e se integrar ao meio que necessita, pode ser ele em uma escola, emprego ou qualquer setor social.

REFERÊNCIAS

- <https://www.telavita.com.br/blog/terapia-ocupacional/> acessado 12 de julho de 2022.
- <https://medical-pe.com.br/qual-a-importancia-da-fisioterapia-para-a-saude-e-o-bem-estar/> acessado 12 de julho de 2022.
- <http://www.guiadacarreira.com.br/www.querobolsa.com.br>. ACESSADO 12 DE JULHO DE 2022
- <https://guiadoestudante.abril.com.br/coluna/pordentrodasprofissoes/o-que-o-biomedico-faz>. ACESSADO 12 DE JULHO DE 2022
- <https://www.guiadacarreira.com.br/carreira/o-que-faz-um-farmacutico/> ACESSADO 12 DE JULHO DE 2022
- <http://www.juventudect.fiocruz.br/categoria-ciencia/ciencias-da-saude/odontologia> ACESSADO 12 DE JULHO DE 2022



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE
CURSO DE GRADUAÇÃO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA
PROGRAMA FORMA PARÁ
POLO - TRACUATEUA

DISCIPLINA
EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE

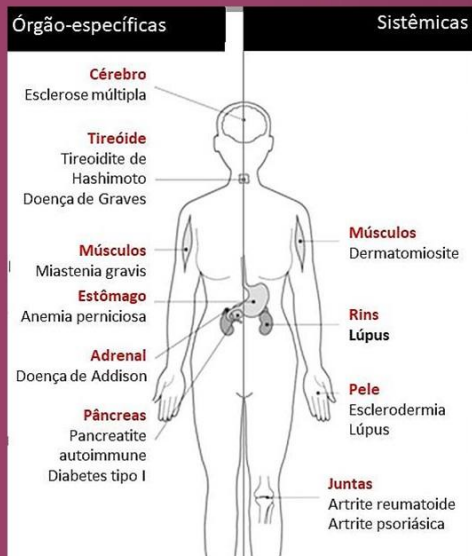
DOCENTE
PROF. PÓS-DR. RICARDO FIGUEIREDO PINTO

DISCENTES

ALLAN DO SOCORRO DIAS CORRÊA
ANTONIO EDERSON DA SILVA
FAGNER SOUSA DA SILVA
LIDIANE GOMES DOS SANTOS
PRISCILA CRISTINA FELIPE DOS SANTOS



**DOENÇAS
AUTOIMUNES
POR GRUPOS
DOS ÓRGÃOS
DO CORPO
HUMANO**



DOENÇAS AUTOIMUNES

- SURGEM DEVIDO A FALHAS NOS MECANISMOS DE TOLERÂNCIA IMUNOLÓGICA DO INDIVÍDUO, CONDUZINDO À PRODUÇÃO DE AUTO ANTICORPOS QUE ATACAM O PRÓPRIO CORPO.
- PODEM SER CLASSIFICADAS EM SISTÊMICAS E ESPECÍFICAS DE ÓRGÃO.



EXEMPLOS:

- LÚPUS EREMATOSO SISTÊMICO (LES)
- VITILIGO
- ESCLEROSE MÚLTIPLA

DOENÇAS AUTOIMUNES SISTÊMICAS

SÃO AQUELAS QUE AFETAM QUALQUER PARTE DO ORGANISMO E OS INÚMEROS SISTEMAS DO CORPO, AO MESMO TEMPO.

LÚPUS

É UMA DOENÇA AUTOIMUNE QUE FAZ COM QUE AS CÉLULAS DE DEFESA ATAQUEM AS CÉLULAS SAUDÁVEIS DO CORPO, O QUE PODE PROVOCAR INFLAMAÇÃO EM VÁRIAS PARTES DO CORPO, ESPECIALMENTE ARTICULAÇÕES, PELE, OLHOS, RINS, CÉREBRO, CORAÇÃO E PULMÕES.



Contoso

VITILIGO

DOENÇA DERMATOLÓGICA CARACTERIZADA PELA INIBIÇÃO OU DESTRUÇÃO DE MELANÓCITOS, AS CÉLULAS RESPONSÁVEIS PELA FABRICAÇÃO DE MELANINA (PIGMENTO QUE DÁ COR À PELE). ISSO RESULTA EM ZONAS DESPIGMENTADAS, QUE SE APRESENTAM NA FORMA DE MANCHAS BRANCAS.



Contoso

ESCLEROSE MÚLTIPLA

TRATA-SE DE UMA DOENÇA NEUROLÓGICA DESMIELINIZANTE AUTOIMUNE CRÔNICA PROVOCADA POR MECANISMOS INFLAMATÓRIOS E DEGENERATIVOS QUE COMPROMETEM A BAINHA DE MIELINA QUE REVESTEM OS NEURÔNIOS DAS SUBSTÂNCIAS BRANCA E CINZENTA DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL.



Contoso



EXEMPLOS:

- DIABETES TIPO 1
- TIREÓIDITE DE HASHIMOTO
- ANEMIA PERNICIOSA

DOENÇAS AUTOIMUNES ESPECÍFICAS DE ÓRGÃO

SÃO AQUELAS QUE ATACAM DIRETAMENTE UM ÚNICO ÓRGÃO. ISSO PODE PELA ESTIMULAÇÃO DO CRESCIMENTO DE UM ÓRGÃO OU SIMPLEMENTE PELA INTERFERÊNCIA NA QUALIDADE E SAÚDE DE SUA FUNÇÃO.

Contoso

DIABETES TIPO 1

UMA DOENÇA CRÔNICA DE ORDEM AUTOIMUNE QUE LEVA O ORGANISMO A PRODUZIR ANTICORPOS CONTRA VÁRIAS PROTEÍNAS DAS ILHOTAS DE LANGERGANS, DESTRUINDO-AS. CONSEQUENTEMENTE, ISSO LEVA À FALÊNCIA DA SECREÇÃO DE INSULINA, PRODUZIDA PELO PÂNCREAS.



Contoso

TIREÓIDITE DE HASHIMOTO

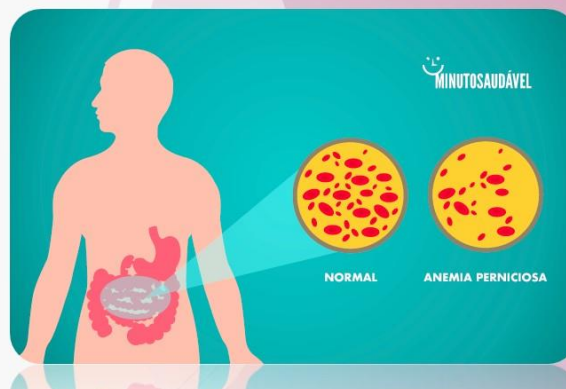
DE CARÁTER CRÔNICO, ESSA DOENÇA É CAUSADA PELA REAÇÃO AUTOIMUNE NA QUAL O CORPO PASSA A ATACAR AS CÉLULAS DA TIREOIDE, DESENCADEANDO UMA RESPOSTA HIPOATIVA À TIREOIDE, NA MAIORIA DAS VEZES, A QUAL CHAMAMOS DE HIPOTIREOIDISMO.



Contoso

ANEMIA PERNICIOSA

É UM TIPO DE ANEMIA QUE SE DÁ PELA DIMINUIÇÃO DO NÚMERO DE HEMÁCIAS NO SANGUE, EM CONSEQUÊNCIA DA DIFICULDADE DA ABSORÇÃO DA VITAMINA B12 PELO TRATO GASTROINTESTINAL, PRINCIPALMENTE PELO ESTÔMAGO.



REFERÊNCIAS

- <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11212/2/Monografia.pdf> (Acesso em 11/07/2022)
- <https://www.rededorsaoluiz.com.br/doencas/doenca-auto-imune> (Acesso 11/07/2022)
- <https://www.einstein.br/Pages/Doenca.aspx?eid=122> (Acesso em: 12/07/2022)
- <https://www.einstein.br/doencas-sintomas/esclerose-multipla> (Acesso em 12/07/2022)
- <https://clnicasoma.com.br/conhecas-as-doencas-autoimunes-especificas-de-orgao/> (Acesso em 12/07/2022)
- <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/11212/2/Monografia.pdf> (Acesso em 11/07/2022)
- <https://www.rededorsaoluiz.com.br/doencas/doenca-auto-imune> (Acesso 11/07/2022)

**OBRIGADO
PELA
ATENÇÃO!**



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ

LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

EDUCAÇÃO FÍSICA E SAÚDE

DOENÇA CRÔNICAS E DEGENERATIVAS

DOCENTE: DRº RICARDO FIGUEIREDO PINTO

DISCENTES: ARTHUR FELLIPE DA SILVA COSTA

JUAN SYLVANO COSTA SILVA

MELISSE GABRIELLY FARIAS RIBEIRO

ROSEANE DO SOCORRO SOUSA SMITH

VICTOR MATHEUS SANTOS DOS SANTOS

TRACUATEUA-PARÁ

DOENÇAS CRÔNICAS E DEGENERATIVAS

- DOENÇAS CRÔNICO DEGENERATIVAS SÃO AQUELAS QUE, ALIADAS A UM CONJUNTO DE FATORES, LEVAM À DETERIORAÇÃO PROGRESSIVA DA SAÚDE. A SUA ETIOLOGIA É MULTIFATORIAL E SABE-SE QUE EXISTE UMA INTERAÇÃO ENTRE COMPORTAMENTO, MEIO AMBIENTE E PERFIL GENÉTICO.
- AS DOENÇAS DEGENERATIVAS SÃO CLASSIFICADAS COMO: DOENÇAS DEGENERATIVAS DO SISTEMA NERVOSO OU DOENÇAS GENERATIVAS DO SISTEMA MUSCULAR
- AS DOENÇAS DEGENERATIVAS SÃO AQUELAS QUE COMPROMETEM AS FUNÇÕES VITAIS DO INDIVÍDUO EM CARÁTER IRREVERSÍVEL E CRESCENTE. ELAS RECEBEM ESSE NOME PORQUE CAUSAM A DEGENERAÇÃO DE CÉLULAS, TECIDO E ÓRGÃOS.

O QUE É HIPERTENSÃO?

A **HIPERTENSÃO ARTERIAL** OU PRESSÃO ALTA, É UMA DOENÇA QUE ATACA OS VASOS SANGÜÍNEOS, CORAÇÃO, CÉREBRO, OLHOS E PODE CAUSAR PARALISAÇÃO DOS RINS. OCORRE QUANDO A MEDIDA DA PRESSÃO SE MANTÉM FREQUENTEMENTE ACIMA



HIPERTENSÃO

O QUE MAIS PROVOCA A PRESSÃO ALTA?

- OBESIDADE
- ENVELHECIMENTO
- SEDENTARISMO
- MÁ ALIMENTAÇÃO
- TABAGISMO
- CONSUMO EXCESSIVO DE SAL E ÁLCOOL

ONDE COMEÇA A PRESSÃO ALTA?

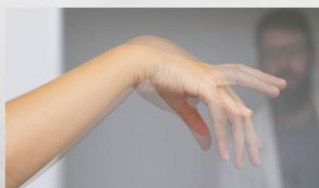
A **HIPERTENSÃO ARTERIAL** OU PRESSÃO ALTA, É UMA DOENÇA QUE ATACA OS VASOS SANGÜÍNEOS, CORAÇÃO, CÉREBRO, OLHOS E PODE CAUSAR PARALISAÇÃO DOS RINS. **OCORRE** QUANDO A MEDIDA DA PRESSÃO SE MANTÉM FREQUENTEMENTE ACIMA



PARKINSON

O QUE É PARKINSON?

A DOENÇA DE PARKINSON É UMA DOENÇA DEGENERATIVA DO SISTEMA NERVOSO CENTRAL, CRÔNICA E PROGRESSIVA. É CAUSADA POR UMA DIMINUIÇÃO INTENSA DA PRODUÇÃO DE DOPAMINA, QUE É UM NEUROTRANSMISSOR.



QUAIS OS SINTOMAS?

- TREMORES
- DIFICULDADE NA ESCRITA
- MUDANÇA NA POSTURA
- MUDANÇA NA EXPRESSÃO FACIAL
- VOZ MAIS FRACA
- ALTERAÇÃO NO OLFATO E NO PALADAR

QUAIS OS TRATAMENTOS?

EXISTEM MEDICAMENTOS QUE PODEM DIMINUIR A PROGRESSÃO DA DOENÇA DE PARKINSON. ESSA É UMA CONDIÇÃO CRÔNICA E SERÁ PRECISO TOMAR MEDICAMENTOS POR TODA A VIDA.

TAMBÉM PODEM SER FEITOS TRATAMENTOS COMPLEMENTARES COMO ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO E FISIOTERAPÊUTICO, PARA DAR UM SUPORTE MAIS COMPLETO AO PACIENTE DIAGNOSTICADO COM TÃO DELICADA CONDIÇÃO



O QUE É OSTEOPOROSE?

A OSTEOPOROSE É UMA CONDIÇÃO MÉDICA QUE FAZ COM QUE OS OSSOS SE TORNEM MAIS POROSOS E PERCAM A DENSIDADE, RESULTANDO EM OSSOS QUE SE QUEBRAM COM MAIS FACILIDADE.

PODE AFETAR PESSOAS DE AMBOS OS SEXOS, MAS É MAIS COMUM EM MULHERES DEPOIS DA MENOPAUSA. ELA TAMBÉM PODE AFETAR PACIENTES JOVENS E PACIENTES DO SEXO MASCULINO.



OSTEOPOROSE

SINTOMAS

- AS DORES ÓSSEAS, PRINCIPALMENTE DOR LOMBAR
- FACILIDADE EM TER FRATURAS
- REDUÇÃO DA ESTATURA POR COLAPSOS DAS VÉRTEBRAS DA COLUNA.

TÁ, MAS O QUE É BOM PRA OSTEOPOROSE?

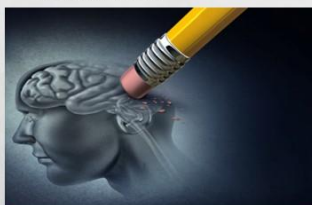
AINDA NÃO EXISTE CURA PARA A OSTEOPOROSE, POIS OS MEDICAMENTOS ATUAIS NÃO REVERTEM COMPLETAMENTE A PERDA DE MASSA ÓSSEA. O TRATAMENTO TEM COMO PRINCIPAL OBJETIVO EVITAR A PROGRESSÃO DA DOENÇA.

O TRATAMENTO FARMACOLÓGICO ESTÁ INDICADO EM TODOS OS PACIENTES QUE TENHAM CRITÉRIOS DE OSTEOPENIA OU OSTEOPOROSE NA DENSITOMETRIA ÓSSEA.

O QUE ALZHEIMER?

DOENÇA PROGRESSIVA QUE DESTRÓI A MEMÓRIA E OUTRAS FUNÇÕES MENTAIS IMPORTANTES.

AS CONEXÕES DAS CÉLULAS CEREBRAIS E AS PRÓPRIAS CÉLULAS SE DEGENERAM E MORREM, EVENTUALMENTE DESTRUINDO A MEMÓRIA E OUTRAS FUNÇÕES MENTAIS IMPORTANTES.



ALZHEIMER

QUAIS OS SINTOMAS?

- PERDA DE MEMÓRIA;
- DIFICULDADE EM EXECUTAR TAREFAS DO DIA-A-DIA;
- DESORIENTAÇÃO;
- PROBLEMAS DE LINGUAGEM;
- REPETIR CONVERSAS OU TAREFAS;
- TROCAR O LUGAR DAS COISAS;
- MUDANÇAS BRUSCAS NO HUMOR E NA PERSONALIDADE, EM ALGUNS CASOS;
- DESINTERESSE PELAS ATIVIDADES HABITUAIS.

TEM TRATAMENTO?

COMO JÁ SABEMOS, NÃO EXISTE CURA PARA A DOENÇA DE ALZHEIMER.

MAS PESQUISAS CIENTÍFICAS PROGRIDEM NA COMPREENSÃO DOS MECANISMOS RESPONSÁVEIS PELA ENFERMIDADE E NO DESENVOLVIMENTO DE MEDICAMENTOS PARA O TRATAMENTO, O QUE GARANTE UMA SOBREVIVÊNCIA MAIOR E UMA QUALIDADE DE VIDA MELHOR, MESMO NA FASE GRAVE DA DOENÇA.

O PRINCIPAL OBJETIVO DOS TRATAMENTOS PARA A DOENÇA DE ALZHEIMER É ALIVIAR OS SINTOMAS EXISTENTES.

O QUE É AIDS?

A AIDS É CAUSADA PELO VÍRUS HIV, QUE INTERFERE NA CAPACIDADE DO ORGANISMO DE COMBATER INFECÇÕES.

O VÍRUS PODE SER TRANSMITIDO PELO CONTATO COM SANGUE, SÊMEN OU FLUIDOS VAGINAIS INFECTADOS.



AIDS

SINTOMAS

- ALGUMAS SEMANAS DEPOIS DA INFECÇÃO PELO HIV, PODEM OCORRER SINTOMAS SEMELHANTES AOS DA GRIPE, COMO FEBRE, DOR DE GARGANTA E FADIGA.
- A DOENÇA COSTUMA SER ASSINTOMÁTICA ATÉ EVOLUIR PARA AIDS.
- OS SINTOMAS DA AIDS INCLUEM PERDA DE PESO, FEBRE OU SUDORESE NOTURNA, FADIGA E INFECÇÕES RECORRENTES.

TEM TRATAMENTO?

- O TRATAMENTO É FEITO POR MEIO DO USO DE ANTIVÍRUS CONTRA O HIV.
- NÃO EXISTE CURA PARA A AIDS, MAS UMA ADEÇÃO ESTRITA AOS REGIMES ANTIRRETROVIRAIS (ARVS) PODE RETARDAR SIGNIFICATIVAMENTE O PROGRESSO DA DOENÇA, BEM COMO PREVENIR INFECÇÕES SECUNDÁRIAS E COMPLICAÇÕES.



REFERÊNCIAS

- [HTTPS://SAUDE.ABRIL.COM.BR/MEDICINA/HIPERTENSAO-CAUSAS-SINTOMAS-DIAGNOSTICO-E-COMO-BAIXAR-A-PRESSAO/](https://saude.abril.com.br/medicina/hipertensao-causas-sintomas-diagnostico-e-como-baixar-a-pressao/).2022
- [HTTPS://SUPPORT.GOOGLE.COM/WEBSEARCH/ANSWER/2364942?HL=PT-BR&VISIT_ID=637932686816752302-690306872&P=MEDICAL_CONDITIONS&RD=1](https://support.google.com/websearch/answer/2364942?hl=pt-BR&visit_id=637932686816752302-690306872&p=medical_conditions&rd=1).2022
- [HTTPS://WWW.UOL.COM.BR/VIVABEM/NOTICIAS/REDACAO/2018/12/04/AIDS-SINTOMAS-INICIAIS-DA-INFECÇÃO-POR-HIV-PODEM-SER-CONFUNDIDOS-COM-GRIPE.HTM](https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2018/12/04/aids-sintomas-iniciais-da-infeccao-por-hiv-podem-ser-confundidos-com-gripe.htm).2022



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
E EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAL
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Surto, endemia , pandemia, epidemia - Peste Negra, Gripe espanhola

Docente: Ricardo Figueiredo Pinto

Discentes: Bruno Fernando Menezes de Moura

Juliana Melo Monte Palma

Lucas Moraes da Silva

Nelielson costa da cunha

Raimundo Denison Oliveira de Sousa

O que é surto?

Um surto é o aumento repentino e inesperado de casos de uma doença em uma determinada região, comunidade ou estação do ano. O número de casos pode variar de acordo com o agente que causa a doença. Também é avaliado o tamanho e tipo de exposição anterior, quando se trata de uma doença conhecida.

O que é endemia?

A endemia se dá quando uma doença tem recorrência em uma região, mas sem aumentos significativos no número de casos. Ou seja, o problema se manifesta com frequência e segue um padrão relativamente estável que prevalece. Se houver alta incidência e persistência da doença, pode ainda ser chamada de hiper endêmica.

Exemplo de doenças endêmicas :

- Malária
- Febre amarela
- Esquistossomose
- Doença de chagas

O que é pandemia?

Uma pandemia é a disseminação mundial de uma doença. Ela pode surgir quando um agente infeccioso se espalha ao redor do mundo e a maior parte das pessoas não são imunes a ele. Em uma escala de gravidade, a pandemia é o pior dos cenários porque ela se estende a várias regiões do planeta. Mas isso não necessariamente significa que a situação é irreversível ou que o agente da doença tenha aumentado o seu poder de ameaça.

Epidemias

As principais Epidemias foram:

- Praga de Atenas
- Peste antonina
- Peste de siracusa
- Peste justiniana

Peste Negra

- Origem da peste negra
- Propagação da doença
- Impactos da peste
- Como foi o fim da pandemia



A gripe espanhola

A gripe espanhola A Gripe Espanhola foi uma pandemia que aconteceu no início do século XX, resultando na morte de 50 milhões de pessoas. Essa doença chegou ao Brasil em setembro de 1918 e espalhou-se por todo o país, alcançando até locais remotos. Ela promoveu grandes impactos nos maiores centros brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro, infectando milhares de pessoas neles.



Referências

<https://hilab.com.br/blog/pandemia-epidemia-endemia-e-surto-diferencas> Acessado em 12 / 07 / 22 às 18 : 20

<https://brasilecola.uol.com.br/curiosidades/grandes-epidemias-da-historia.htm> Acessado em 12 / 07 / 22 às 18 : 20

<https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-a-pesto-negra.htm> Acessado em 12 / 07 / 22 às 19 : 30

<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/gripe-espanhola.htm> Acessado em 12 / 07 / 22 às 19 : 44



HÁ 22 ANOS PRODUZINDO

*Conhecimento &
Ciência*



PRÓXIMOS EVENTOS!

VII Fórum Internacional de Conhecimento & Ciência

IX Encontro Científico do Grupo Pesquisas & Publicações - GPs

I Encontro Híbrido do Curso de Graduação em Educação Física do CEDF/UEPA

I Feira Internacional de Empreendedorismo da Conhecimento & Ciência

I Caminhada da Conhecimento & Ciência - "Caminhando para a saúde"

→ Período: 21 a 27 de novembro de 2022

→ Envio de propostas de publicação até 8 de outubro de 2022

→ Enviar para o e-mail: eventos@siteeventoscec.page



Para mais informações

E-mail: eventos@siteeventoscec.page

WhatsApp: +55 (91) 9 8925-6249